Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Renato Fonseca Arruda

Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Renato Fonseca Arruda

Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Lia Motta
Co-orientador: Luciano Teixeira
Supervisora: Maria Elisa Campos Pereira

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Mato Grosso.

A779p Arruda, Renato Fonseca de.
Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação/ Renato Fonseca de Arruda – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

161 f.: il.

Orientadora: Lia Motta

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio cultural. 2. Práticas preservacionistas. 3. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. I. Motta, Lia. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Renato Fonseca Arruda

Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2014.

Banca examinadora

_____

Professora Me. Lia Motta (orientadora)

_____

Professor Me. Luciano Teixeira (co-orientador) – PEP/MP – IPHAN

_____

Maria Elisa Campos Pereira (supervisora)
Superintendência do IPHAN em Mato Grosso

_____

Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal – PEP/MP – IPHAN

_____

Professora Dra. Lia Calabre de Azevedo – Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/RJ)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Ionice,
que me apoiou irrestritamente em todos os momentos da minha vida.

À minha namorada, Rosilainy,
que sempre esteve presente nos bons e difíceis momentos.

Ao amigo, Damião Garcia (i*n memoriam*),
pelo companheirismo, humildade, honestidade e respeito.

Ao historiador Claudio Quoos Conte (*in memoriam*),
pela dedicação à preservação do patrimônio cultural em Mato Grosso.

Dedico-lhes essa conquista como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores, Lia Motta e Luciano Teixeira, pela paciência, dedicação, confiança e especial atenção nas revisões e sugestões fundamentais para a finalização desta dissertação.

A todos os professores do mestrado do IPHAN, que através disciplinas, indicações de leituras e suas experiências contribuíram na minha formação prática e acadêmica.

Aos servidores do IPHAN em Mato Grosso: Amélia, Elza, Maria Elisa, Marina, Tânia (agora em Brasília – DF); e à Procuradora Federal, Nádia C. Borges, pela confiança e companheirismo nos dois anos de práticas supervisionadas e pesquisa.

Aos consultores da Unesco, Stênio Soares e Patricia Andrade, por compartilhar suas experiências e estimular os debates durante as práticas supervisionadas.

Às arqueólogas Maria Clara Migliácio e Maria Lúcia Pardi, pela generosidade e disposição em partilhar suas experiências profissionais, em especial, às relacionadas a preservação do patrimônio em Mato Grosso.

Aos servidores terceirizados Adilson, Aléssio, Claudemir, Débora, Eva e Marineide; aos estagiários Américo Kojo, Francisco Assis e Mirella Pissurno; ao arquiteto Paulo Crispim e a arqueóloga Gabriele Garcia, que também viveram o IPHAN a partir das suas diversas faces. Pessoas estas que tive o enorme privilégio em conhecer, conviver e aprender através de conversas sobre arte, ensino, patrimônio, festas, comidas, vinhos.

Pela fraternidade, agradeço aos vizinhos Edvard (Simão), dona Antônia, Luciano, João Raphael e Murilo.

Aos fazedores de arte e cultura popular do Pontão "Viola-de-Cocho", Terezinha Quilombola, Cleber, Érika, Edemilson, entre outros, que confiaram no meu trabalho e abriram os caminhos das práticas supervisionadas.

Agradeço os servidores da Secretaria de Cultura do Estado, especialmente nas pessoas de Maria Antúlia e da Maria José, por compartilhar as suas experiências.

Aos servidores da prefeitura de Cáceres, em especial: Divina (Museu), Shirley (Biblioteca), Reginete (arquiteta do patrimônio), Ordilete (Museu), Tania (Arquivo), Danival (finanças), Claudionor (Turismo) e Sérgio (Obras), pela disposição e apoio durante as práticas supervisionadas e da pesquisa.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e seus professores, em especial, a minha eterna orientadora Sandra Mara Alves da Silva Neves, o prof. Ronaldo José Neves, a profa. Edna Sampaio e o prof. Luciano Silva.

Ao Laboratório de Geotecnologias e Grupo de Pesquisa Sensoriamento Remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia (UNEMAT), lugar e grupo que tenho imensurável respeito e muito orgulho de ainda fazer parte desta família.

Ao IPHAN, que além do curso de mestrado também deu o suporte financeiro. Pois, sem eles, neste momento, dificilmente haveria a oportunidade de conhecer e viver a experiência da preservação do patrimônio cultural na esfera institucional.

Às professoras Lia Calabre e Claudia Baeta Leal, pela disponibilidade e gentileza em aceitar os convites para compor a banca examinadora e pelas valiosíssimas ideais, análises e sugestões.

Há muito mais a quem agradecer, por isso, peço desculpas a todos aqueles que, embora não citados nominalmente, contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho. De todo modo, registro os meus votos de estima e consideração, lembrando que todos tem um lugar especial em minha vida.

(...) querer e saber "tombar" monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento (...).

Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 2006, p. 149

RESUMO

Esta pesquisa analisa a constituição das ações sistêmicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, abordando a busca pela implantação de um sistema de preservação, constituído por órgãos das instâncias federal, estadual e municipal, e usando o processo de preservação em Cáceres como estudo de caso. A investigação foi norteada pela pergunta: em que medida o processo de preservação, que desencadeou o tombamento federal do sítio histórico de Cáceres, contribui para uma reflexão sobre a constituição de um sistema de preservação de patrimônio cultural? Ou melhor, considerando que o perímetro do centro histórico da cidade de Cáceres era protegido por tombamento do governo estadual e contava com bens patrimonializados em nível municipal, como o processo que desencadeou no tombamento federal do seu centro histórico, em 2010, ajuda a analisar a efetividade das ações sistêmicas de preservação? Desta forma, o trabalho é centrado em três esforços: o de apresentar uma análise da ideia de sistema no âmbito da preservação do patrimônio enquanto um instrumento para gestão compartilhada da preservação; o de compreender a ação do poder público municipal de Cáceres de modo a traçar um panorama da valoração e conservação do Marco do Jauru pelos governos municipal e federal, na década de 1970; o de compreender a institucionalização da política municipal e a ação estadual de preservação para a valoração do Centro Histórico de Cáceres, realizadas a partir do final da década de 1980, em suas relações com a política federal de preservação.

Palavras-chave: Sistema de preservação do patrimônio, gestão compartilhada, Cáceres-MT.

ABSTRACT

This research analyzes the establishment of systemic actions of preservation of cultural heritage in Brazil, addressing the search for the implementation of a preservation system, consisting of organs of federal, state and municipal levels, and using the preservation process Caceres as a case study. The research was guided by the question: to what extent does the preservation process of Cáceres contributes to a reflection on the establishment of a system of cultural heritage preservation? Or rather, considering that Caceres Historic Center was protected by the state government and had a reasonable amount of buildings protected by the local government, what is the justification for the protection at the federal level in 2010, and how does this helps us to understand the effectiveness of systemic preservation actions? Thus, the work is focused on three efforts: in developing an analysis of the idea of system within the preservation of heritage as a tool for shared management of preservation; to understand the action of the municipal government of Caceres in order to give an overview of valuation and conservation of Marco Jauru by municipal and federal governments, in the 1970s; to understand the institutionalization of local politics and state preservation action for the valuation of the historic center of Cáceres, performed since late of the 1980s, in their relations with the federal policy of preserving cultural heritage.

Keywords: Preservation of the heritage system, shared management, Cáceres - Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização da cidade, no município de Cáceres-MT. Laboratório de Geotecnologias da Universidade do Estado de Mato Grosso	p. 60
Figura 02: Evolução do quadro populacional local, regional e nacional entre as décadas de 1970 e 2010.	p. 62
Figura 03: Retrato do Marco do Jauru na foz do rio Jauru, em 11 de setembro de 1827.	p. 66
Figura 04: Marco do Jauru assentado em frente a Igreja Matriz.	p. 71
Figura 05: O Marco do Jauru fixado em frente a Catedral em construção.	p. 71
Figura 06: O Marco do Jauru, fixado próximo ao cais e sobre um o mapa do Brasil.	p. 71
Figura 07: Desfile de 07 de Setembro na Praça Barão do Rio Branco.	p. 71
Figura 08: Marco no centro da praça na década de 1970.	p. 71
Figuras 09 e 10: Expedição Revisora, em visita ao lugar identificado possivelmente como de assentamento original do Marco do Jauru e o registro da visita de conhecimento da intenção Estudo Arqueológicos do Marco do Jauru.	p. 79
Figura 11 e 12: Evento promovido em prol da limpeza do Marco do Jauru, com o consentimento do IPHAN, e desenvolvido por meio da mobilização e execução de agentes políticos e servidores públicos do poder público municipal, do 2º Batalhão de Fronteira (2º Befron) do exército militar, do Corpo de Bombeiro Militar, de professores da UNEMAT, grupos culturais de siriri.	p. 79
Figura 13: Edificações das esquinas da rua Cel. José Dulce com a Gal. Osório.	p. 84
Figura 14: Samba Enredo, Ilusão Fantasia Imortal – ZPE.	p. 87
Figura 15: Largo da Matriz da cidade de São Luiz de Cáceres – MT.	p. 92
Figura 16: A parte interna foi o perímetro sugerido e a externa, onde foi desenvolvido o estudo com maior número de imóveis.	p. 93
Figura 17: Mapa de Inventário Cadastral, 05/1988.	p. 94
Figura 18: Perímetro tombado provisoriamente em 1991.	p. 97
Figura 19: Casa Comercial Dulce & Cia.	p. 105
Figura 20 e 21: Escultura Anjo da Ventura.	p. 105

Figura 22: Ponte Branca, Cáceres/MT, meados do século XX.	p. 107
Figura 23: Ponte Branca na década de 1990.	p. 107
Figura 24: Samba enredo Raízes de Cáceres (1992).	p. 108
Figuras 25 e 26: Ponte Branca antes e depois de ser demolida	p. 109
Figura 27: Praça Barão do Rio Branco com vista para o Mirante junto a réplica da Ponte Branca, FIP	p. 110
Figuras 28 e 29: Imóvel inventariado e que integrava a lista do patrimônio municipal, oficializada em 1994.	p. 111
Figuras 30: Imagem do Marco do Jauru no centro e mais no fundo o prédio azul da Caixa Econômica Federal, construído no início dos anos 2000.	p. 113
Figura 31: Representação cartográfica da área central e dos perímetros definidos pelo governo estadual como centro histórico em 1991 e 2002, com o seu entorno.	p. 115
Figura 32: Perímetro sugerido para tombamento federal a partir da "Planta da cidade de São Luiz de Cáceres 1905".	p. 120
Figura 33: Perímetro tombamento 2010 – Fonte: IPHAN, 2010.	p. 122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMC	Arquivo Municipal de Cáceres
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
CT	Código Tributário (Cáceres)
CFBCE	Comissão do Festejo do Bicentenário de Cáceres (Cáceres)
CEPT	Comissão Especial de Preservação e Tombamento (Cáceres)
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
CF	Constituição Federal
CCC	Convênio de Cooperação Cultural (MT)
DPHAN	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHC	Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (Cáceres)
EM	Exposição de Motivos
FCC	Fundação Cultural de Cáceres
FCMT	Fundação Cultural de Mato Grosso
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FNC	Fundo Nacional de Cultura
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IPM	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
LABGEO	Laboratório de Geotecnologias aplicadas aos estudos socioambientais e interdisciplinar da Universidade do Estado de Mato Grosso
MinC	Ministério da Cultura
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MPE	Ministério Público Estadual
MHC	Museu Histórico de Cáceres
NUDHEO	Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral
ONU	Organização das Nações Unidas

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
PD	Plano Diretor de desenvolvimento econômico, social, territorial e urbano do município
PNC	Plano Nacional de Cultura
PRONAC	Programa Nacional de Apoio a Cultura
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PAC	Programa de Ação Cultural
PAC – CH	Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas
PA – CH	Plano de Ação para as Cidades Históricas
PNH	Programa de Núcleos Históricos
PRRNH	Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
Monumenta	Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social (Cáceres)
SEMOR	Secretaria de Modernização Administrativa da Presidência
SOSU	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (Cáceres)
SEC-MT	Secretaria do Estado de Cultura
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAMC	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SFC	Sistema Federal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
SUS	Sistema Único de Saúde
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ZPE	Zona de Processamento e Exportação (Cáceres)

SUMÁRIO

RESUMO ix
ABSTRACT x
LISTA DE FIGURAS xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS xiii

INTRODUÇÃO 17

1. A IDEIA DE SISTEMA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL 24

1.1. O patrimônio cultural e algumas implicações do conceito de sistema 25
1.1.1 – Bases e discussões conceituais do termo sistema 26
1.2. Sistema(s) de Preservação do Patrimônio no Brasil 30
1.2.1 – Inovação do setor cultural no Brasil 31
1.2.2 – A institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil 34
1.2.3 – Inspetoria de Monumentos Nacionais 35
1.2.4 – O SPHAN e a preservação do patrimônio 36
1.2.5 – O DPHAN e a "rotinização" das práticas de preservação de 1945 a 1964 40
1.3. A descentralização como caminho de uma ação sistêmica de preservação 42
1.4. Ampliação dos aspectos conceituais da preservação nas ações sistêmicas 49
1.5. IBPC/IPHAN: Monumenta 51
1.6. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: instrumento da política de patrimônio 54
1.7. Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas 58

2. CONSERVAÇÃO DO MARCO DO JAURU EM CÁCERES (MT) 59

2.1. Cáceres, Mato Grosso – referências 59
2.2. A administração municipal e a preservação do monumento histórico 63
2.3. A conservação do Marco do Jauru e a construção do valor histórico 65
2.4. Tombamento do Marco: o início da preservação federal na cidade 72
2.4.1 – Patrimonialização federal e a sacralização de antigos valores 74

3. A EXPERIÊNCIA DE CÁCERES NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO 80

3.1. O poder público municipal de Cáceres nas ações de preservação 81

3.2. O inventário cadastral do Centro Histórico de Cáceres 85
3.2.1 – A discussão da delimitação do sítio histórico e o tombamento estadual 93
3.3. As ações de preservação e a solicitação da proteção federal 95
3.4. A participação da sociedade civil na preservação em Cáceres 104
3.5. A busca do fortalecimento da preservação pelos governos estadual e federal 113

CONSIDERAÇÕES FINAIS 125

REFERÊNCIAS 132

Arquivos 132
Documentos impressos, datilografados ou digitais 132
Anais institucionais 132
Relatórios, atas, convites, cartas no âmbito da administração municipal 134
Projetos, relatórios, atas, convites no âmbito da administração estadual 136
Projetos, pareceres, relatórios, atas, convites e processos na administração federal 136
Jornais, boletins e notas *online* 138
Leis e decretos federal, estadual e municipal 139
Bibliografia consultada 141
Teses, dissertações e monografias 141
Livros e artigos 143
Bases de dados e sítios eletrônicos consultados 151

ANEXOS 153

INTRODUÇÃO

Nosso conhecimento não era de estudar em livros.
Era de pegar de apalpar de ouvir e de outros sentidos.
Seria um saber primordial?
Nossas palavras se ajuntavam uma na outra por amor
e não por sintaxe. [...]

Manoel de Barros – Menino do Mato

Nasci e cresci longe dos grandes centros urbanos brasileiros, na cidade de Cáceres, localizada no interior do estado de Mato Grosso e fronteira com a Bolívia. A minha formação tem uma forte ligação com o supracitado poema e seu autor, que sintetiza e expressa espontaneamente muitas das minhas experiências de vida, inclusive às relacionadas ao campo do patrimônio cultural e suas contradições.

Aos doze anos de idade, uma experiência marcou minha trajetória de vida. No dia 19 de maio de 1998, um monumento histórico importante para a cidade de Cáceres, a Ponte Branca, foi demolido mesmo diante da mobilização popular articulada por diversos setores da sociedade civil. Ainda recordo que a minha restrita participação nesta Mobilização, na condição de estudante, não ocorreu motivada especialmente pelo valor histórico do bem, mas sim pelos impactos ambientais ao córrego devido a sua canalização e aos laços afetivos com o ambiente que integrava o bem cultural. Esta afetividade decorria da vida cotidiana e escolar, pois o colégio estadual "União e Força", aonde estudava, situava-se a uma centena de metros da Ponte e do córrego e as práticas educativas eram desenvolvidas nas suas proximidades.

Embora tivesse defendido a conservação da Ponte Branca, confesso que os bens culturais concebidos como patrimônio cultural só passaram a fazer mais sentido – enquanto bem simbólico, econômico e resultados de políticas públicas – uma década depois, em meados do curso de graduação em história e, principalmente, após o envolvimento com projetos de pesquisa e de extensão no grupo de pesquisa em geografia.

Nessa minha experiência, pude perceber progressivamente a importância social dos significados, dos valores e das práticas culturais construídos historicamente e intrínsecos ao patrimônio cultural, especialmente quando visei compreender o processo de valoração das patrimonializações do sítio histórico e bens isolados na cidade de Cáceres, desenvolvidas pelos governos estadual e municipal. Desta maneira, pude enxergá-las enquanto construções

sociais utilizadas também como instrumentos de poder, de distinção social e definidoras de identidades e territórios.

Por vezes ainda penso nas questões, críticas e ideias ligadas à preservação do patrimônio cultural que foram suscitadas na monografia de conclusão de curso: "Edificações inventariadas no Centro Histórico de Cáceres/MT e desdobramentos nas histórias e memórias locais", defendida em 2009. Nessa monografia, investigou-se os bens culturais analisando os valores norteadores das primeiras patrimonializações na cidade de Cáceres. Estas experiências, portanto, ganharam um lugar especial durante a minha formação acadêmica e foram determinantes, de tal forma que optei em me especializar na área de preservação do patrimônio cultural a assumir a vaga de concurso público no cargo de professor na rede estadual em Mato Grosso.

Através do curso de pós-graduação *strictu sensu* em Preservação do Patrimônio Cultural, em termos de mestrado profissional, em agosto de 2011, ingressei no universo institucional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), especialmente com o propósito de investigar os impactos da política de pontos e pontões de cultura desenvolvidos em comunidades tradicionais em Mato Grosso.

O primeiro ano na Superintendência do IPHAN, em Mato Grosso, possibilitou constatar e acompanhar a gestão das políticas e programas preservacionistas em níveis municipal, estadual e federal. Por consequência, através das práticas supervisionadas, pude perceber a complexidade do processo de preservação das dimensões material e imaterial do patrimônio cultural.

As experiências aconteceram, em síntese, por meio do acompanhamento das ações de fiscalização e monitoramento dos planos de salvaguarda do Modo-de-Fazer a Viola-de-Cocho, nas atividades do Pontão de cultura; elaboração do plano emergencial de salvaguarda do Ritual Yaokwã, dos povos indígenas Enawenê Nawê; acompanhamento das atividades dos Pontos de Cultura da Casa Barão de Melgaço e do Instituto Usina, ligados à cultura popular e aos bens de natureza material. Concomitantemente, também houve o acompanhamento de ações de monitoramento e fiscalização de conjuntos e bens individuais tombados, como: os Centros Históricos de Cuiabá e de Cáceres; a Igreja de Santana em Chapada dos Guimarães, e o Marco do Jauru em Cáceres.

Assim, foram identificadas algumas problemáticas derivadas das articulações entre os poderes públicos municipal, estadual e federal na preservação do patrimônio cultural, a exemplo: poucos agentes públicos para atender aos direitos ligados ao patrimônio cultural; a carência na regulamentação e compatibilização dos instrumentos de proteção; as dificuldades

em definir os papéis dos órgãos públicos no processo de preservação; dificuldades dos agentes públicos em estabelecer, na maioria dos casos, uma relação harmoniosa com a sociedade civil e ampliar os espaços de controle social, ou seja, de participação social nas políticas de patrimônio; e, até mesmo, estornos de parcos recursos financeiros disponibilizados a unidade regional do IPHAN, em Mato Grosso.

Diante das atividades desenvolvidas em Cáceres, todas as vezes me perguntava: por que muitos moradores, inquilinos e agentes públicos externavam posições contrárias, muitas vezes agressiva, ao tombamento federal do sítio histórico pelo IPHAN, em 2010? Por se tratar de um bem cultural cujo perímetro era menor que o protegido em nível estadual (desde 2002), quais os fatores que dificultavam a implementação da gestão compartilhada? Se havia relação do tombamento federal com os problemas ligados à conservação e a proteção estadual e municipal? Questões estas que possivelmente causariam entraves ao processo de: elaboração de agendas; planejamento de ações; implementação e execução de programas; desenvolvimento de práticas de monitoramento e avaliação, articuladas intersetorialmente entre os entes políticos e seus órgãos. Deste modo, no processo de institucionalização da efetividade e eficácia da gestão compartilhada da preservação entre as instituições públicas.

Ainda no primeiro ano do mestrado, o rumo da pesquisa definida anteriormente – sobre os impactos da política de pontos e pontões de cultura desenvolvidos em comunidades tradicionais em Mato Grosso – passou por mudanças devido à troca de gestor da unidade estadual do IPHAN. E, devido a familiaridade com os bens culturais e as problemáticas identificadas, bem como o enfoque institucional na cidade de Cáceres-MT, houve uma mudança no foco das práticas supervisionadas e do objeto da pesquisa de dissertação.

Ao encontro da demanda regional da instituição federal de preservação, a pesquisa de dissertação passou a versar sobre a constituição das ações sistêmicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, abordando a busca pela implantação de um sistema articulado de preservação, constituído por órgãos federal, estadual e municipal e os processos das patrimonializações em Cáceres, particularmente, os seus desdobramentos na gestão compartilhada e na valoração dos bens culturais. Dessa maneira, também tornou-se necessário compreender as concepções do termo *sistema* no contexto da preservação do patrimônio cultural e a sua relação com a organização das políticas de preservação no Brasil.

Recorremos, então, aos estudos realizados por autores das diversas áreas que compõem a esfera do patrimônio cultural, tais como, História, Historia da Arte, Filosofia, Arquitetura e Urbanismo, Sociologia e Antropologia. Dentre essas, foram utilizadas nesta dissertação as teorizações propostas por Edgard Morin (1987; 2005), no âmbito da Sociologia,

particularmente a categoria de *pensamento complexo* e a sua definição de *sistema*. A partir destas discussões teóricas, foram apresentadas três aspectos da ideia de sistema: a organização, inter-relação e interação de partes que formam um conjunto. Ou seja, uma totalidade de regras e ações que norteiam e constituem a organização de um sistema. Totalidade essa que sempre é aberta, vista não apenas como uma simples soma das partes.

As ações sistêmicas foram compreendidas como aquelas ações que buscaram articular os diferentes entes políticos no processo de preservação do patrimônio, desenvolvidas com ou sem uma estrutura formal para garantir a organização, a inter-relação e a interação esperada num projeto de sistema de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Esse entendimento surge também da compreensão de que a organização, a inter-relação e o sistema são três faces de um mesmo evento, onde "não há princípio sistêmico anterior e exterior às interacções entre elementos. Pelo contrário, há condições físicas de formação onde certos fenómenos de inter-relações, se tornam organizacionais" (MORIN, 1987, p. 100).

Na discussão sobre as políticas públicas de patrimônio, há três autores que os considero fundamentais pela investigação, de diferentes pontos de vista, da constituição do campo do patrimônio cultural enquanto uma política pública. A arquiteta Márcia Sant'Anna, desenvolveu duas importantes pesquisas para a compreensão da cidade dentro das políticas de preservação do patrimônio. A sua dissertação de mestrado "Da cidade-monumento à cidade-documento" (1995), aborda a norma e o processo de preservação nos centros históricos, vigentes na década de 1970, enquanto que a tese de doutorado "A cidade-atração" (2004) apresenta o processo na década de 1990. Ambas pesquisas serviram de referência para o entendimento das questões e dilemas enfrentados na gestão de centros históricos no Brasil e sobre experiências da preservação articulada entre diferentes órgãos governamentais, como o Programa Integrado das Cidades Históricas (PCH) e o Programa Monumenta. Já o livro de Sônia Rabello, "O Estado na preservação dos bens culturais" (2009), contribuiu para pensar sobre a dimensão do tombamento como instrumento de proteção do patrimônio, assim como a responsabilidade legal do poder público decorrente das legislações vigentes. O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, em seu livro "A retórica da perda" (1996), elabora a ideia dessa "retórica" como um recurso discursivo utilizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloisio Magalhães para legitimar a preservação pelos diferentes agentes do campo da preservação cultural. Essa categoria foi particularmente relevante para nossa discussão sobre os diferentes argumentos utilizados para as patrimonializações na cidade de Cáceres.

No âmbito da discussão historiográfica do patrimônio, três autoras foram significativas para a compreensão da gênese das práticas de preservação do patrimônio. No âmbito

internacional, a historiadora da arte Françoise Choay, em seu livro “Alegoria do Patrimônio” (2006), apresenta uma distinção fundamental entre monumentos e monumentos históricos, que constituiria o cerne da noção moderna de patrimônio cultural. Ao passo que, no plano nacional, duas obras ajudaram a contextualizar o processo de preservação do patrimônio e seu uso na construção da ideia de ancestralidade da nação brasileira. A primeira, da historiadora Márcia Chuva, “Os arquitetos da memória” (2009), enfoca a preservação do patrimônio nas décadas de 1930 e 1940, discutindo o papel da profissionalização dos arquitetos na conformação do campo do patrimônio no Brasil. Enquanto isso, a obra “Patrimônio em Processo” (2005), da socióloga Maria Cecilia Londres Fonseca – fruto de sua tese de doutoramento defendida em 1997 –, analisa a trajetória da preservação no Brasil, concentrando-se em dois atores fundamentais para a definição desse campo, em dois momentos distintos: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1930 a 1960) e Aloisio Magalhães (1970/80).

Face ao exposto, esta pesquisa balizou-se pela pergunta: em que medida o processo de preservação, que desencadeou o tombamento federal do sítio histórico da cidade Cáceres, contribuía para uma reflexão sobre a constituição de um sistema de preservação de patrimônio cultural? Ou melhor, considerando que o seu perímetro era protegido por tombamento do governo estadual e tinha bens patrimonializados pelo municipal, como o processo que desencadeou o tombamento federal em 2010, ajudaria a analisar a efetividade das ações sistêmicas de preservação?

Para responder a essa indagação foram investigadas e utilizadas diversos tipos de suportes de informação: desde documentos institucionais (ofícios, memorandos, pareceres técnicos, projetos) até mapas e plantas, além de dados estatísticos econômicos e sociais, obtidos de fontes governamentais. Pesquisou-se, sobretudo, nos arquivos do IPHAN – no Arquivo Central do Rio de Janeiro e da Superintendência em Mato Grosso –, das diversas secretarias municipal de Cáceres e no arquivo da Secretaria de Cultura de Mato Grosso.

Na consulta ao arquivo da Superintendência, notou-se que a documentação não se encontrava organizada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo IPHAN (2008). Foi necessário, então, um trabalho de organização parcial dessa documentação, dentro do tempo disponível para a pesquisa, que proporcionou uma visão mais ampla das informações disponíveis assim como das lacunas existentes.

Além das fontes institucionais, recorreu-se a arquivos pessoais de alguns participantes do processo de gestão da preservação municipal em Cáceres e a depoimentos de agentes públicos. A consulta dessa documentação permitiu que se complementassem informações

importantes para a compreensão de outros aspectos do processo de institucionalização das políticas públicas de preservação do patrimônio que as fontes institucionais não abordavam.

Os dados socioeconômicos do IBGE, de modo geral, ajudaram a contextualizar as transformações sociais e permitiram encontrar, conforme Julio Aróstegui (2006, p. 538), "relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa. (...) Mas quantificar não é nunca um fim em si mesmo".

Quanto às fontes cartográficas e iconográficas, as mesmas foram abordadas enquanto elementos textuais que ajudaram a compreender a representação do objeto estudado. Teve-se o cuidado de não tomar essas representações como dados neutros, mas sim enquanto construções intelectuais elaboradas a partir de determinadas perspectivas ideológicas e com fins específicos.

Como afirma Le Goff (2003, p. 547),

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Diante da pergunta norteadora desta dissertação, a mesma foi estruturada em três capítulos, sendo que o primeiro, intitulado "A ideia de sistema na preservação do patrimônio cultural", propõe uma discussão conceitual do termo sistema, o seu apoderamento no âmbito da preservação do patrimônio cultural, a partir da esfera pública federal, e as experiências decorrentes de ações sistêmicas que subsidiaram a construção de um sistema de preservação do patrimônio cultural. Isto posto, esse capítulo buscará viabilizar a compreensão do processo de constituição das ações sistêmicas de preservação do patrimônio em âmbito federal, discutindo a descentralização e algumas experiências que possibilitaram a articulação dos três entes políticos, até as ideias mais recentes ligadas ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC).

Na sequência, o segundo capítulo "Conservação do Marco do Jauru em Cáceres, MT" aborda o processo de valoração e conservação do Marco antes e depois do seu tombamento no final da década de 1970, enfatizando alguns eventos que possibilitaram entender a distinção do processo de valoração e conservação de bens tombados isoladamente em nível federal, igualmente a importância dessa ação federal para a institucionalização da política de preservação municipal em Cáceres, Mato Grosso.

Por fim, o terceiro capítulo “A experiência de Cáceres na preservação do patrimônio” retrata as experiências da construção e institucionalização da estrutura e instrumentos de proteção de abrangência municipal, assim como a gestão da conservação dos bens culturais tombados nos níveis municipal, estadual e federal, a fim de permitir uma análise sobre alguns preceitos que balizam a construção da ideia de um sistema de preservação do patrimônio.

1. A IDEIA DE SISTEMA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Este capítulo tem como objetivo compreender a trajetória do IPHAN nas ações sistêmicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, buscando subsidiar o entendimento da preservação na cidade de Cáceres (MT), que por sua vez poderá ajudar a entender as dificuldades que se apresentam para a implantação do sistema nacional de preservação do patrimônio cultural.

Embora haja vários os trabalhos inter-institucionais que poderiam contribuir para entender as ações sistêmicas de preservação do patrimônio, tais como o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRRNH), o Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH) e o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS),[1] em linhas gerais, neste capítulo optou-se pelos discursos de dirigentes do IPHAN que apresentavam a necessidade do desenvolvimento de ações sistêmicas entre os entes federados na preservação, do mesmo modo alguns programas que chegaram a efetivar ações sistêmicas, sendo o PCH e o Monumenta. Conclui-se com a proposta oficial de institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH).

Para melhor compreender a ideia de ações sistêmicas e constituição de sistemas no âmbito da administração pública, começaremos esse estudo analisando a noção de *sistema* e

[1] Embora os referidos Programas sirvam como referência para delimitar o recorte temático das discussões deste capítulo, pode-se dizer que os mesmos também contribuíram direta e indiretamente para a institucionalização e transformações das diretrizes teórico-metodológicas, igualmente para o processo de construção e consolidação da organização administrativa articulada na preservação do patrimônio, herdados do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH). A delimitação desse recorte ocorreu em função de uma série de fatores, como o tempo para o levantamento documental, a revisão bibliográfica. De todo modo, vale destacar que o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRRNH), foi formalizado no inicio da década de 1980, enfocou a área urbana-patrimônio como um instrumento da política social. Nesse programa, o turismo deixa de ser o nicho privilegiado das ações interligadas ao patrimônio, passando então o foco a serem os problemas urbanos e sociais das cidades com sítios tombados. (SANT'ANNA, 1995). Em sequência, em dezembro de 2000, foi criado o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS). Através do URBIS buscava-se promover e fomentar o desenvolvimento de "ações, em sítios urbanos tombados, que contribuíssem para a preservação do patrimônio; para sua revitalização socioeconômica e para a apropriação como recurso de desenvolvimento sustentável das comunidades" (op. cit., 2004, p. 291). Para tanto, eram previstos recursos para a recuperação física dos sítios históricos, a revitalização da área focalizada e o suporte à gestão do processo de reabilitação, que foi estruturada através de uma Comissão Gestora Local e de Plano de Preservação do Sítio. Já o Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH), criado em 2001, visou implementar uma política nacional de revitalização de sítios históricos, especialmente aqueles com problemas de esvaziamento e depreciação imobiliária, através de uma parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais, bem como organizações não-governamentais e instituições internacionais, como o Governo Francês. Estes dois últimos Programas foram criados a partir de projetos institucionais do Ministério da Cultura (MinC), do IPHAN e da Caixa Econômica Federal (SANT'ANNA, 2004).

suas implicações no âmbito das políticas de preservação do patrimônio cultural, conforme as discussões a seguir.

1.1. O patrimônio cultural e algumas implicações do conceito de Sistema

O uso do conceito de *sistema* e da abordagem sistêmica na organização das políticas públicas vem sendo mais amplamente difundida no Brasil desde meados do século XX. Estudos de Sant'Anna (1995; 2004) e Correa (2012) apresentam algumas experiências que, decorrente do planejamento governamental, instituíram e implementaram programas ligados as políticas de preservação do patrimônio de maneira mais organizada e articulada entre os três entes políticos (União, estados e municípios) e que, por isso, mais se aproximaram conceitualmente do termo *sistema*.

Entretanto, ainda é comum em muitos estudos o uso da nomenclatura *sistema* como um termo envelope, ou seja, como meio para representar a totalidade e unidade do conjunto de atos sociais. E os destaques no campo da preservação do patrimônio cultural quase sempre estão ligados ou remetem a abordagens específicas, como: política ou gestão de preservação.

A política de preservação do patrimônio e a sua gestão constituem-se em elementos específicos do sistema mais amplo das políticas culturais, todavia, demandam diferentes abordagens e possuem significados distintos. As políticas culturais, conforme Teixeira Coelho, podem ser entendidas

> como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções:
> 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais;
> 2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais). Como ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais que se apresentam (COELHO, 2004, p. 293).

Desta forma, pode-se considerar que a política de preservação do patrimônio integra as políticas culturais, que, em linhas gerais, são mais amplas, tratam dos princípios, dos meios e dos fins norteadores das ações. E se constituem por meio um conjunto de regras sociais

composta por instrumentos legais e normativos voltados para a defesa, a proteção, o fomento, a promoção e a difusão dos bens de interesse público. Enquanto que a gestão do processo de preservação do patrimônio enfatiza a ação, a organização e a administração dos elementos disponíveis para a execução dos princípios, dos meios e dos fins idealizados a partir da política (BARBALHO, 2005), articulando direitos culturais, memórias, identidades, valoração, conservação, proteção e mediando conflitos e relações de poder.

Posto isto, ressalta-se também que no contexto social contemporâneo o patrimônio cultural, conforme Dominique Poulot (2008, p. 27), "tornou-se um sinônimo de vinculo social", ou seja, conseguiu se firmar por meio de laços afetivos enquanto importante e necessária prática social voltada para garantir o direito à memória, a "herança material e imaterial", a promoção de direitos sociais e o exercício da cidadania. As posições contrárias às patrimonializações são subestimadas e, muitas vezes, consideradas "vândalas". Entretanto, esse pressuposto exige enorme cautela e uma análise crítica, considerando os conflitos e os jogos de interesses entre diversos grupos sociais (POULOT, 2008).

1.1.1 – Bases e discussões conceituais do termo sistema

Pode-se começar perguntando o que é um *sistema*? Alguns dicionários da língua portuguesa destacam que etimologicamente o termo está ligado ao vocabulário do Latim (*systéma, átis*) *e* do grego (*systéma, atos*), cujos sentidos constituem-se pela palavras *reunião*, *grupo*, *juntura* e *conjunto*, *multidão*, utilizados com finalidade de representar um conjunto de elementos, materiais ou ideais que estão ou denotam estar inter-relacionados e agrupados.[2]

De acordo com o filósofo italiano Nicola Abbagnano (2012), pode-se perceber que ideia de sistema é antiga e pode ser concebida a partir de duas concepções, sendo uma enquanto um organismo dedutivo e outra como qualquer todo organizado. O autor acrescenta ainda que a conotação voltada para indicar um conjunto formado por premissas e conclusão ou conjunto de premissas aconteceu com o filósofo grego Sexto Empírico (II e III a.C), passando então a ser utilizado para indicar um discurso organizado que constitui um todo cujas partes derivam uma das outras. Com a matemática racionalista e integrada a filosofia romântica, através de Leibniz, Wolff e Kant, a ideia de *sistema* passou a assumir a forma de ciência.[3]

---

[2] FERREIRA (2004); HOUAISS & VILLAR (2009), ABBAGNANO (2012),entre outros.

[3] Um estudo conceitual do termo *sistema* foi desenvolvido por Nicola Abbagnano (2012, p. 1076-1077). O *Sistema* como uma forma de ciência na filosofia romântica, pressupunha um princípio único e absoluto. De

Se a constituição da ideia de *sistema* como campo especializado do saber tem a filosofia como área matriz, a sua apropriação e integração a outras áreas do conhecimento logo se disseminou. Nesse contexto, aproxima-se de outro sentido do termo Sistema, entendido como

> qualquer totalidade ou todo organizado. Neste sentido, fala-se em *Sistema Solar*, *Sistema*. *Nervoso* etc., e também de classificação *sistemática* ou mais simplesmente, de em lugar de classificação, como fez Lineu, quando quis insistir no caráter ordenado e completo de sua classificação (*Systema naturae*, 1735). Desse ponto de vista, às vezes se faz a distinção entre Sistema como conjunto contínuo de partes que têm inter-relações diversas e *estruturas* (v.) ou a organização que os componentes dele podem assumir em determinado momento [...] (ABBAGNANO, 2012, p. 1077).

Ao tentar desenvolver uma teoria geral dos sistemas, Ludwig von Bertalanffy, na década de 1950, trouxe ao mundo biológico e social um nova abordagem técnico-científica às ciências que se encontravam deliberadamente especializadas (CHIAVENATO, 2003; MORIN, 2003). Definida como uma ciência geral da "totalidade", essa teoria geral apresentou alguns problemas que se revelaram como centrais, relacionados à organização, à ordem, à totalidade e à teleologia (BERTALANFFY, 1975). Para Bertalanffy (1987, p. 263), o *sistema* é concebido como "um conjunto de elementos inter-relacionados entre si e com o meio em que está inserido".[4]

Embora a teoria geral dos sistemas ainda seja muitas vezes, equivocadamente, identificada com a teoria do controle ou cibernética, cabe expor que estas se constitui apenas em uma parte da teoria geral dos sistemas. Conforme Chiavenato (2003, p. 496), a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) "é a teoria que busca os princípios unificadores capazes de interligar os universos particulares das ciências, de modo que os progressos alcançados em

---

acordo com o autor, a "origem disso é o ideal matemático, no qual Leibniz, Wolff e Kant se haviam inspirado; mas esse ideal acaba por voltar-se contra a própria matemática e sendo reivindicado exclusivamente para filosofia. Schelling dizia: 'Admite-se em geral que à filosofia convém uma forma especificamente sua, que se chama sistemática. Pressupor tal forma não dedutiva cabe a outras ciências, que já pressupõem a ciência da ciência, mas não a esta, que se propõe como objeto a possibilidade de semelhante ciência.(…)'. Hegel só fez sancionar o mesmo ponto de vista: 'A ciência do Absoluto é essencialmente S. [Sistema], porque o verdadeiro, como concreto, é tal apenas na medida em que se desenvolve em si, se condensa e se mantém em unidade, vale dizer, como totalidade, pois só pela diferenciação e pela determinação de suas diferenças são possíveis a necessidade destas e a liberdade do todo (...)'. Hegel acrescenta que 'um filosofar sem sistema não pode ser nada científico' porque expressa um modo de sentir subjetivo; e em oposição às doutrinas românticas irracionalistas ou fideístas ele impõe a exigência sistemática. Essa mesma exigência manteve-se e foi valorizada nas filosofias idealistas. Croce dizia: 'Pensar determinado conceito puro significa pensá-lo em sua relação de unidade e distinção com os outros todos; assim, o que se pensa nunca é realmente um conceito único, mas um S. [Sistema] de conceitos, o Conceito (...)'. O ideal de Sistema como organismo dedutivo baseado num único princípio continuou sendo patrimônio da filosofia, que o cultivou mesmo quando – a exemplo de Kant – declarou que esse ideal era inatingível pelo conhecimento humano. Contudo, esse termo foi e é empregado também sem relação com este significado, para indicar qualquer organismo dedutivo, mesmo que não tenha um princípio único como fundamento (...)".

[4] "... um conjunto de elementos interrelacionados entre sí y com el médio circundante" (BERTALANFFY, 1987, p. 263, tradução nossa).

uma ciência possam beneficiar as demais. Trata-se de uma teoria interdisciplinar". Essa teoria permite se pensar a noção de *sistema* como algo fechado – isolado de seu ambiente – ou aberto, ou seja, adaptável ao ambiente em que está inserido.

Através da TGS, diversas áreas do conhecimento ou sociais, que formavam um conjunto de partes especializadas, passaram a ser concebidas como sistemas, tal qual o fabril, o familiar, o doméstico, o cultural, seguindo a ideia de que fazem parte de um todo organizado, mas que também transcendem o conjunto das partes que as compõem (CHIAVENATO, 2003; MORIN, 2003).

De acordo com Chiavenato (2003, p. 410) a TGS se baseia na "compreensão da dependência recíproca de todas as disciplinas e da necessidade de sua integração". Para tanto, objetiva produzir teorias e formulações conceituais viáveis para a aplicação nos diversos contextos sociais, e não simplesmente solucionar problemas. Pois, por meio de instrumentos lógico-matemáticos, propõe-se "identificar as características gerais comuns a todos os tipos de sistemas" (ABBAGNANO, p.1078). Já o conceito de *sistema* no âmbito da Administração Científica, Chiavenato (2003, p. 440), destaca-o como "um conjunto de partes interdependentes que funcionam como uma totalidade para algum propósito".

Contudo, o historiador José D'Assunção de Barros (2005, p. 223) destaca que a ideia de *sistema* aplicada às ciências humanas é a de que "todo sistema se caracteriza por uma certa dose de conflito, tanto interno como externamente, no confronto de um sistema com os outros".

O sociólogo francês Edgar Morin (1987, p.100), acrescenta que o *sistema* pode ser compreendido "como unidade global organizada de inter-relações entre elementos, acções ou indivíduos", constituída por três faces importantes, sendo: a *interação*, a *organização* e o próprio *sistema*, que possuem vínculos inseparáveis. Para o autor (2003, p. 265) a *interação*, é concebida como "ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza dos elementos, corpos, objetos ou fenômenos que estão presentes ou se influenciam". A *organização* remete, por sua vez, para a disposição de "relações entre componentes ou indivíduos, que produz uma unidade complexa ou sistema. A organização liga, de modo inter-relacional, elementos ou acontecimentos ou indivíduos diversos que, a partir daí, se tornam componentes dum todo" (MORIN, 1987, p. 101).

Pois a "organização é o rosto interiorizado do sistema (inter-relações, articulações, estrutura)", que transforma, produz, liga e mantém enquanto que o sistema é o "rosto exteriorizado da organização (forma, globalidade, emergência)" (idem, 1987, p. 139), onde

sua ideia remete para uma unidade complexa do todo inter-relacionado, para os seus caracteres e as suas propriedades fenomênicas.

Ao buscar compreender o conceito de sistema a partir do planejamento das políticas públicas, Motta (1971, p. 20), analisa o conceito de sistema no contexto da teoria da organização da administração, acrescentando que "todo sistema social enfrenta quatro imperativos funcionais, sendo: o da manutenção, o da integração, o atingimento de metas e o da adaptabilidade. A manutenção se refere à estabilidade do sistema de valores institucionalizados". Essa visão complementa as discussões no campo da Administração Científica discutidas por Chiavenato (2003, p. 411), o qual acrescenta que a mesma passou a pensar sistemicamente através dos princípios do expansionismo ("sustenta que todo fenômeno é parte de um fenômeno maior. O desempenho de um sistema depende de como ele se relaciona com o todo maior que o envolve e do qual faz parte") , do pensamento sintético (onde parte do sistema maior é explicado a partir do papel que desempenha) e da teleologia (princípio onde a causa é uma condição necessária, mas nem sempre suficiente para que surja efeito), assim possibilitando uma revisão da abordagem da Administração Científica.

De modo mais amplo, Edgard Morin (1987, p. 136) ressalta que ao se valer do conceito *sistema*, deve-se ter ciência que o mesmo "não é uma receita, um vagão que nos arrasta para o conhecimento. Não oferece nenhuma segurança. Temos de cavalgá-lo, corrigi-lo, guiá-lo. É uma noção-piloto, mas com a condição de ser pilotada". Em outra obra, o autor acrescenta que para operá-lo, deve-se ter ciência que

> Assim como todo o sistema consegue escapar ao espírito do observador para depender da *physis*, todo o sistema, mesmo aquele que parece fenoménicamente o mais evidente, como uma máquina ou um organismo, depende também do espírito, no sentido em que o isolamento dum sistema e o isolamento do conceito de sistema são abstracções operadas pelo observador/conceptor (MORIN, 2005, p. 265).

Ainda neste sentido, o historiador Julio Aróstegui acrescenta que

> Afirmar que algo é um *sistema*, que tem estrutura sistêmica ou que funciona sistemicamente, é estabelecer que se trata de uma entidade em que partes podem ser discernidas, mas que não podem ser explicadas de forma isolada senão em relação com as características do todo que constituem (ARÓSTEGUI, 2006, p. 320).

No processo de organização do sistema, a

> análise cognitiva dos sistemas fornece os princípios metodológicos para a apreensão dos conjuntos existentes enquanto sistemas: princípios de modelização (*system analysis*) relativos às fases precedentes, à quantificação (delimitação, estruturação e identificação de sistemas); princípios de simulação (*system simulation*) referentes à sensibilidade do comportamento dos sistemas às variações de diversos parâmetros (WALLISER, 1985, p.98 apud JARDIM, 1995, p.23).

Sendo assim, percebe-se que a ideia de sistema é ampla, complexa e, ao mesmo tempo permeia processos e transformações sociais, culturais e institucionais que requerem ações interdisciplinares e intergovernamentais. Com base no exposto, pode-se concluir, portanto, que estas teorias consolidam um conjunto de regras sociais que possibilitam a organização, inter-relação e interação do conjunto de partes que formam um todo, complexo e organizado.

1.2. Sistema(s) de Preservação do Patrimônio no Brasil

A partir de revisão bibliográfica, buscou-se analisar a organização e ações sistêmica da preservação no Brasil, na esfera pública federal, ao longo de quase oito décadas e as experiências que subsidiaram a construção do atual sistema nacional de patrimônio cultural enquanto instrumento da política pública. Período no qual ocorreram, além das transformações políticas, transformações conceituais da preservação do patrimônio cultural.

De modo geral, o termo patrimônio traz em si as marcas dessas transformações, desde quando tinha o sentido etimológico da palavra *pater*, seguindo para herança familiar, ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável enraizada no tempo e no espaço e que, ao longo dos anos, assumiu o papel de representar simbolicamente a *identidade* e a *memória* de determinada nação. Essas transformações fizeram com que a historiadora Françoise Choay (2006) o qualificasse como um conceito *nômade*.

A preservação do patrimônio[5] é uma construção social que gera e confere sentido às práticas sociais e a bens de natureza material a partir de *coisas complexas*.[6] Ou seja, produto da natureza humana que envolve múltiplas dimensões do sistema social, tais quais a simbólica, cultural, econômica e política, que se articulam de modo ora harmonioso, ora conflitante.

Arantes (2006, p. 426) também define a preservação do patrimônio a partir da concepção de que "toda prática, consiste em ações simbólicas, desenvolvidas em arenas ou

---

[5] De acordo com Sônia Rabello (2009, p. 19), a preservação do patrimônio é compreendida como "toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar esse aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, se caracterizam como ações de fomento que têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma de preservação específica".

[6] Conforme Morin (2000, p. 38) "*Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si".

situações sociais por sujeitos (indivíduos e instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais".

Com base em Morin (1987, p. 96), o caráter organizado da preservação do patrimônio também deve ser entendido sempre como polissêmico, porque as práticas sociais ao mesmo tempo em que formam aglomerados também dão existência a "agregados de sistemas e fluxos inorganizados de objetos organizados" fundados não numa "unidade insecável, mas num sistema complexo", que funciona de maneira acêntrica, policêntrica e cêntrica.[7] E esse sistema trabalha com conflitos permanentes entre as partes que dão forma à sua totalidade e ao mesmo tempo propicia um contínuo processo de transformação.

Desta forma, afirmar a preservação do patrimônio enquanto um sistema e analisar a sua constituição a partir da abordagem sistêmica não é uma tarefa fácil, pois exige um estudo do tema de modo a compreender um conjunto de partes (estruturas, códigos, normas e procedimentos), que estiveram ora articuladas ora não, mas, que ainda assim consolidam a totalidade do sistema a partir do seu processo de constituição, organização, consolidação e transformação.

1.2.1 – Inovação do setor cultural no Brasil

No Brasil, a promoção da política cultural com o propósito de construção da história e da identidade nacional aconteceu por meio da criação de instituições nos séculos XIX e XX, quando também lançaram as bases para a construção de políticas públicas na área da cultura.

Durante o Brasil Monárquico, as atividades culturais foram essencialmente promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição de direito privado, que teve como principal patrono o imperador Dom Pedro II (OLIVEIRA, 2008). A construção da identidade pautava-se na exuberância da natureza, em memórias de agentes públicos e monumentos históricos que assumiram a função de representar eventos históricos e a ancestralidade histórica da nação.

---

[7] O funcionamento acêntrico, policêntrico e cêntrico constitui-se no primeiro nível da complexidade organizacional das organizações biológicas e sociais definida por Morin (2005, p. 180-181), onde acrescenta que "essas organizações são complexas, porque são, a um só tempo, acêntricas (o que quer dizer que funcionam de maneira anárquica por interações espontâneas), policêntrica (que têm muitos centros de controle, ou organizações) e cêntricas (que dispõem, ao mesmo tempo, de um centro de decisão). Desse modo, nossas sociedades históricas contemporâneas se auto-organizam não só a partir de um centro de comando-decisão (Estado, governo), mas também de diversos centros de organização (autoridades estaduais, municipais, empresas, partidos políticos etc.) e de interações espontâneas entre grupos de indivíduos".

As atividades e as políticas culturais, o ensino e a história nacional estiveram sob a égide sistêmica da tríade ciência-artes-letras com predominância dos ideais iluministas e positivistas, disseminados por instituições de ensino disciplinar e enciclopédico na capital ou no exterior, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, a Biblioteca e o Museu Nacional (MEIRA; GRAZZINELLI, 2006).

Após a proclamação da República, especialmente entre 1910 e 1920, a imagem cultural do Brasil encontrou no Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, um dos seus principais agenciadores que, através do Itamaraty, conseguiu agregar intelectuais, historiadores, diplomatas, como Olavo Bilac, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha.

Nesse contexto, os *movimentos nacionalistas* tinham uma ampla pauta, que perpassava as múltiplas faces da sociedade, como os problemas urbanos até a inovação na literatura. A melhoria do saneamento básico passou a ser levantada pela Liga Pró-Saneamento. Idealizavam o *homem novo*, distinto da percepção do romantismo que se baseava nos aspectos da natureza. Intensificaram a disseminação da literatura regionalista, com Monteiro Lobato, Alberto Torres. O movimento neocolonial se organiza destacando figuras como José Mariano Carneiro Cunha Filho e Gustavo Barroso; além do movimento modernista, tendo como epicentro e referência a Semana da Arte Moderna, mas que também passou a abranger a preservação do patrimônio, com Mario de Andrade, Lúcio Costa, Rodrigo M. F. de Andrade.

Após a eclosão da primeira guerra mundial foram intensificadas as atividades artísticas e culturais no Brasil a fim de desenvolver a unidade nacional através dos princípios da mestiçagem cultural. A mestiçagem passou a ser vista como um meio de compensar a suposta inferioridade da cultura brasileira em relação à européia. Havia muito interesse em encontrar caminhos para superar as teses da inferioridade racial e do clima tropical como fator de atraso do país (OLIVEIRA, 2008; CHUVA, 2003).

Muitos intelectuais voltaram-se para a proposta de "repensar o Brasil" e construir a identidade nacional que, conforme Nogueira (2005, p. 184), "tinha como objetivo principal a condução do país à modernidade. O que estava em jogo era uma equação que colocasse o país em pé de igualdade com as nações ditas civilizadas". Diante disso, houve uma mobilização de intelectuais e agentes públicos que passaram a manipular os diversos vestígios do passado como recursos mnemônicos e identitários, estabelecendo o barroco do século XVIII como uma das marcas da ancestralidade da nação (CHUVA, 2003).

Com a chamada Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência da república e iniciou importantes transformações tanto no plano político-administrativo,

decorrente da mudança da sociedade oligárquica para industrial e do Estado burocrático patrimonial para o público (BRESSER-PEREIRA, 2007), quanto no âmbito das políticas culturais, haja vista que buscava-se também disciplinar os movimentos artísticos a favor de uma ideia de nacionalidade que se pretendia forjar.

A cultura, na qualidade de instrumento político e ideológico dos movimentos nacionalistas, foi apropriada para a construção da identidade nacional e da cultura concebida como "genuinamente brasileira" (OLIVEIRA, 2008). Para isso, passou a contar com o Ministério da Educação e Saúde (MES), criado em 1931, que se tornou responsável pela promoção da política cultural e por organizar e incorporar novos álibis à formação da cultura nacional, tais como: o patrimônio, paisagem, museus, literaturas, rádio.

As estruturas e instrumentos legais foram legitimados pela Constituição de 1934, que, pela primeira vez, incorporou em seu texto a proteção dos "objetos de interesse histórico e patrimônio artístico", delegando tal competência à União, Estados e Municípios (CF, 1934, art. 148).

Na administração do ministro Gustavo Capanema (1934 a 1945), para o desenvolvimento das políticas culturais no âmbito do MES ocorreu a institucionalização de órgãos e comissões e a regulamentação de normas gerais para construção, fortalecimento e promoção da cultura nacional. E, com base em Lia Calabre, houve um fortalecimento da administração pública federal a fim de se construir

> uma racionalidade administrativa que buscava romper com a tradição de uma república oligárquica. Em 1934, foram instituídos concursos públicos para o ingresso no funcionalismo de carreira e, em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) [sic], que investia na formação dos quadros públicos (CALABRE, 2009, p. 16).

Entre essas instituições estavam: a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934); o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; o Instituto Nacional de Cinema Educativo – Ince (1937); o Serviço de Radiodifusão Educativa (1937), no setor da imprensa escrita, sonora e audiovisual; o Serviço Nacional do Teatro – SNT(1937); o Instituto Nacional do Livro – INL (1937); e o Conselho Nacional de Cultura – CNC (1938).

De acordo com Botelho (2006, p. 45), as estruturas criadas no âmbito do MÊS, neste período, teriam possibilitado a formação de um "sistema verdadeiramente articulado" no âmbito da esfera federal, decorrente da organização de um novo modelo de administração pública e criação de novas instituições voltadas para preservar, documentar, difundir e produzir a cultura brasileira.

1.2.2 – A institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil

Há dezenas de estudos que analisaram as práticas de preservação do patrimônio no Brasil, sobretudo, aquelas instituídas no âmbito da política federal ao longo de seus quase 80 anos. Dentre estes encontram-se autores como Cavalcanti (1996), Sant'Anna (1995; 2004a, 2004b), Rubino (1996), Chuva (1998; 2009), Fonseca (1997; 2005), Motta (2000), Nogueira (2005), aos quais permitiram enfatizar que a preservação do patrimônio no Brasil só foi amplamente promovida e institucionalizada a partir da década de 1930. Tudo em virtude do início da construção da imagem do Brasil moderno, com a "possibilidade definitiva de modernidade, configurada em suas categorias povo, nação e Estado Nacional" (NOGUEIRA, 2005, p. 185).

Embora a preservação do patrimônio não constasse no Código Civil de 1916, as diretrizes jurídicas, relacionadas à função social da propriedade, acabaram viabilizando a atuação pontual do Estado neste setor. No entanto, fazia-se necessário ainda uma lei ordinária federal específica para a implantação das primeiras medidas de preservação do patrimônio no âmbito da estrutura político-administrativa do Estado (RABELLO, 2009).[8]

Mesmo diante da ausência de um instrumento jurídico e da autonomia político-administrativa que os Estados gozavam na década de 1920, foram criadas as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos nos estados de Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928), visando preservar bens culturais específicos, como os relacionados ao barroco mineiro. Desse modo, acabaram contribuindo para a institucionalização da política de preservação e a consolidar as primeiras iniciativas de conservação pelo poder público no âmbito do Estado moderno, instituído após a Proclamação da República.[9]

Em escala federal, as primeiras iniciativas ocorreram no âmbito dos museus nacionais, seguida pela elaboração do anteprojeto de lei por Alberto Childe (1920), que se tornou

---

[8] O Código Civil de 1916 estabeleceu as bases leis, através do caráter da função social da propriedade privada, para que então os poderes públicos pudessem disciplinar as intervenções das propriedades de direito privado. Segundo Rabello esse Código "não deixou de considerar o aspecto da função social da propriedade, embora esta exigência não estivesse explicitada em dispositivo da Constituição então vigente, a Constituição de 1891. O Código Civil, enquanto lei ordinária federal, dispôs sobre os elementos que compõem o direito de propriedade: o uso, o gozo e a disposição, bem como o direito de reaver a propriedade do poder de quem injustamente viesse a possuí-la. [...] O próprio Código é o primeiro a limitar o direito de propriedade" (RABELLO, 2009, p. 39).

[9] São poucos os estudos sobre as inspetorias estaduais de preservação que ajudam a estabelecer um relação com as articulações e ações na constituição de um instrumento de gestão articulado entre os entes políticos municipais, estaduais e federal, como: Rodrigo Mello Franco de Andrade (2012) "Monumentos históricos e arqueológicos", reedição do IPHAN; Marcia Chuva (2009), Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940); e Maria Cecília Londres Fonseca (2005), O patrimônio em processo.

inviável pelo atrelamento da proteção a desapropriações do patrimônio histórico e artístico nacional. No âmbito do poder legislativo, os encaminhamentos ocorreram através dos projetos de Luís Cedro (1923), Augusto Lima (1924) e Wanderley de Araújo Pinho (1930) (FONSECA, 1997). Porém, foi apenas na Constituição de 1934 que a função social da propriedade foi incorporada ao conjunto de normas e princípios norteadores do ordenamento jurídico brasileiro, servindo então de base para o início da institucionalização da preservação do patrimônio cultural no Brasil.

1.2.3 – Inspetoria de Monumentos Nacionais

A cidade de Ouro Preto foi declarada *monumento nacional* em julho de 1933, buscando conter o avanço da destruição dos bens culturais da cidade, iniciado após o processo de "modernização" decorrente do rápido processo de êxodo rural no final do século XIX. Entretanto, para dar conta da preservação mais ampla, em nível nacional, foi criada no ano seguinte a Inspetoria de Monumentos Nacionais, na estrutura do Museu Histórico Nacional, constituindo o primeiro órgão da estrutura federal de preservação. O Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934, também instituía "sem aumento de despêsa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional", estabelecendo no seu Art. 1º a possibilidade de uma ação nacional, articulada com os estados, ao dizer no seu Parágrafo Único:

> Para os fins da inspecção, organizará um catalogo dos edificios de assignalado valor o interesse artistico-historico existentes no paiz, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionaes; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a protecção e conservação dos Monumentos Nacionaes, guarda e fiscalização dos objectos historico-artisticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territorios.

Embora esse órgão tivesse como função o desenvolvimento de uma ação mais ampla, com a articulação entre órgão federal e estados na proteção dos monumentos nacionais, as suas ações ficaram restritas à conservação na cidade de Ouro Preto (CAVALCANTI, 1990; FERNANDES, 2010; MAGALHÃES, 2010). O próprio Gustavo Barroso reconhece que entre 1934 a 1937, tempo em que funcionou da Inspetoria do Museu Histórico Nacional, a preservação dos monumentos aconteceu de forma pontual devido às dificuldades técnica, jurídica e financeira (BARROSO, 1955).

No mesmo período, alguns intelectuais modernistas ligados a cursos de arquitetura e a movimentos artísticos e literários também se empenharam na institucionalização da

preservação, identificando a arte e arquitetura colonial como representação da nação, além de valorar os bens de caráter excepcional por fatores históricos ou artísticos.

Havia uma oposição entre as concepções de cultura nacional de Gustavo Barroso e dos modernistas. Com base em Cavalcanti (1995), Abreu (1990), Chuva (1998) e Magalhães (1998), a arquiteta Lia Motta enfatiza que a

> principal oposição entre o pensamento de Gustavo Barroso e dos modernistas que contribuíram com a atuação do SPHAN seria, respectivamente, o culto ao passado *versus* a idéia de patrimônio como referência da modernidade. A visão saudosista de Gustavo Barroso (...), defendia que se deveria salvar o passado do esquecimento, livrando-o da destruição e do abandono para revivê-lo no presente, como uma espécie de herança de família. Contrariamente, segundo a visão dos intelectuais de certa vertente modernista, o conhecimento do passado seria referência para a constituição da identidade nacional que se projetava para o futuro. Para os modernistas, o conhecimento do passado conduziria à constituição de um país moderno e civilizado, portador de cultura própria, integrado à matriz da civilização ocidental européia (MOTTA, 2008, p. 12-13) .

Além de apresentar essa dicotomia entre passado e modernidade, e as diferenças entre as ideias de preservação do patrimônio de Gustavo Barroso e dos modernistas, no início dos anos de 1930, Ana Carolina Verani (2003) acrescenta que os princípios da atuação estabelecidos no âmbito da Inspetoria de Monumentos Nacionais, especialmente na preservação de bens imóveis em Ouro Preto (MG), pautavam-se nas diretrizes definidas para a atuação na coleção dos bens móveis, com base na defesa da tradição, na herança familiar e a partir de uma visão saudosista.

As referidas contradições nas ideias e propostas apresentadas em meados da década de 1930, desenvolvidas no âmbito da Inspetoria de Monumentos Nacionais e através do movimento modernista foram importantes para a constituição de uma política federal de preservação, especialmente após a criação do SPHAN, em 1937.

1.2.4 – O SPHAN e a preservação do patrimônio

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) passou a funcionar extraoficialmente desde 1936. Neste momento, o Ministro de Educação e Saúde (MES), Gustavo Capanema, encarregou Mario de Andrade da elaboração do anteprojeto que serviu de base para a criação do SPHAN e do tombamento como instrumento de proteção. Em janeiro de 1937, ao passo que findavam-se as atividades da preservação dos “monumentos nacionais” no âmbito do Museu Histórico Nacional e, com a reestruturação do MES, criava-se oficialmente o SPHAN para assumir as funções voltadas à construção dos símbolos da nação

e difundi-los por meio dos museus regionais, da Revista do Patrimônio, entre outros meios de comunicação (CHUVA, 2003 e 2009; FONSECA, 2005; FERNANDES, 2010).

Conforme Fonseca (2005, p. 96) o "Sphan se estruturou em duas divisões técnicas: a Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), a que estavam vinculadas a Seção de Arte, a Seção de História e também o Arquivo Central e a Divisão de Conservação e Restauro (DRC)". Contudo, a oficialização da estrutura com unidades em alguns Estados, ocorreu em janeiro de 1946, quando a instituição passou de Serviço a Departamento, e, assim, consolidou a institucionalização da estrutura da gestão político-administrativa-territorial da preservação do patrimônio.

Mesmo antes desta estrutura de gestão, já em 1939, Rodrigo M. F. de Andrade, enfatizava que o Decreto-lei 25 de 1937 havia instituído um "sistema de proteção do patrimônio" (ANDRADE, 1987, p. 53). Este instrumento jurídico e normativo foi fundamental para a consolidação de ações sistêmicas de preservação do patrimônio e a formação do "rosto interiorizado" do sistema (MORIN, 1987), pois foi a partir desse Decreto-lei que foram definidos tanto as atribuições do Conselho Consultivo do SPHAN quanto o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No entanto, entende-se que Rodrigo M. F. de Andrade usa o termo sistema como um termo envelope, conforme já comentado anteriormente, para representar um conjunto de totalidades, mas sem atender às teorias relacionadas à constituição de um sistema conforme entendido atualmente.

Não obstante, paulatinamente os grupos sociais e instituições interligadas a preservação do patrimônio se expandiram e consolidaram, constituindo meios para o desenvolvimento de ações sistêmicas de preservação do patrimônio no Brasil. Ações aqui compreendidas como aquelas que buscavam articular os diferentes entes políticos no processo de preservação, mas sem uma estrutura formal que garantissem a organização, inter-relação e interação esperada num projeto de sistema de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Compreensão decorrente do fato de que historicamente, além de contar com os veículos de difusão do próprio SPHAN, este processo contou abertamente com a mobilização promovida através da imprensa escrita, do apoio de órgãos públicos, da boa vontade e da iniciativa de autoridades eclesiásticas, intelectuais e representantes das elites. Várias foram as estratégias estabelecidas para se construírem ações sistêmicas através de grupos sociais e institucionais que partilhassem dos mesmos preceitos de patrimônio, arte e história.[10]

[10] Em entrevista de Rodrigo M. F. Andrade ao jornal O Globo, em 22.10.1936, solicitava aos leitores que enviassem fotografias e notas sobre os objetos que tivessem valor histórico e artístico (ANDRADE 1987). Na década de 1940 houve mobilização social em favor do patrimônio, conforme pode ser constatado na Campanha

Entre essas articulações pode ser ressaltada a preocupação com a participação dos governos municipais. Em uma palestra de Rodrigo M. F. de Andrade proferida na Escola Nacional de Engenharia em setembro de 1939, cuja fala foi publicada no mesmo ano na Revista Municipal de Engenharia,[11] já se chamava atenção dos governantes municipais para necessidade da proteção e conservação, ressaltando-as como um exercício e demonstração do grau de civilidade dos povos, tal qual descreveu:

> Ora, se os governos e as populações de todos os países civilizados se empenham assim pela proteção do respectivo patrimônio histórico e artístico, seria inadmissível que as populações e os governos das cidades cultas não se interessassem pela conservação dos monumentos que nelas se achem situados. Efetivamente não há cidade culta a cujo faltem as características dos monumentos do seu passado. Estes é que compõem a fisionomia e contribuem para o seu prestígio.
> Por isso mesmo, todas as cidades culturalmente "adultas" defendem esse patrimônio. Só as cidades de população ainda enraizada ou inculta descuram aqueles bens ou atentam contra eles.
> Se tal descaso ou tais atentados se pudessem reparar com o decurso do tempo, graças à aquisição de experiência e de cultura por parte dessas populações, não haveria necessidade de legislação especial sobre a matéria. Bastaria que os governos esclarecidos providenciassem com o objetivo de propagar o conhecimento do valor excepcional daquele patrimônio. (ANDRADE, 1939, in: Idem, 1987, p.50).

Rodrigo M. F. Andrade também destacava a necessidade de melhorar a articulação e inter-relação entre o SPHAN, os estados e, principalmente, os municípios a fim de estabelecer a cooperação no processo de proteção dos bens patrimoniais, símbolos da nação brasileira.

> Os atritos que por vezes se verificam na prática, entre as diversas peças componentes do sistema, resultam, pois, menos do seu efetivo desajustamento que da imperfeita percepção das atividades do conjunto [...].
> É, com efeito, ao campo de ação próprio do município que mais de perto interessam as deliberações e os trabalhos do Serviço, mesmo no que não afetem o seu patrimônio econômico, pois ao município é que incumbe a realização dos planos urbanísticos, o traçado e abertura de ruas e demais logradouros públicos, bem como a fixação e a fiscalização da observância das normas e prescrições relativas às novas edificações, normas essas que podem ser gerais ou especiais para determinadas zonas urbanas.
> É precisamente nesse terreno que devem conjugar-se com os do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional os esforços das autoridades municipais. Só pela feliz articulação das respectivas atribuições será possível adaptar as soluções impostas pelos problemas do crescimento e da modernização das cidades e de seus serviços à necessidade nacional de preservar os monumentos do passado histórico e artístico do país. E para que tal articulação se torne efetiva é suficiente a compreensão de que o antagonismo entre aqueles objetivos não passa de aparência que se desvanece ao trato cuidadoso dos problemas.

---

para salvar Ouro Preto, que envolveu intelectuais e personalidades das elites brasileira (SORGINE, 2008; CHUVA, 2009).

[11] ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939 e publicada na *Revista Municipal de Engenharia*, vol. VI, nº 5, set. 1939. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

> Tal compreensão, imprescindível ao melhor rendimento dos trabalhos não só do Serviço como dos próprios municípios, não pode ser determinada por lei: há de resultar naturalmente de uma atitude do espírito dos responsáveis por um e por outro. Tudo há, pois, que esperar de um contacto mais freqüente e mais estreito entre os técnicos incumbidos de zelar pelos interesses municipais e os que têm o encargo de cuidar da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (ANDRADE, 1939, in: Idem, 1987, p.53-54).

Desse modo, mesmo que as narrativas com os tons discursivos supracitados possam ser consideradas como artifícios retóricos na defesa da preservação e uma estratégia para estimular as ações pelos governos municipais, nota-se que Rodrigo M. F. de Andrade também apostava na credibilidade profissional e ética dos agentes envolvidos na proteção do patrimônio na esfera política federal. E ainda apelava ao "espírito" de responsabilidade dos demais agentes, principalmente, dos municípios para que pudessem efetivar seus instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo urbano para a proteção dos bens culturais. *A priori* o diretor-geral do SPHAN enfatizava não haver necessidade de outras leis, mas sim do uso dos instrumentos de competência municipal. Vale lembrar que, na década de 1930, os governos estaduais e municipais tinham certa autonomia legislativa, significando que muitas dessas instâncias, ao se valer da ingerência jurídica e administrativa, acabavam por ignorar a responsabilidade de preservar o patrimônio.

No processo de preservação, era constantemente enfatizada o que foi chamado pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves de "retórica da perda", solicitando a cooperação de arquitetos e engenheiros para evitar a destruição de bens quando a frente das obras municipais, e ressaltando a importância de identificar os monumentos quando fossem realizar o planejamento urbano.[12]

A importância da identidade nacional e a ameaça de perda dos bens possibilitaram a formação de estruturas extraoficiais em diversos estados brasileiros e de uma rede de "simpatizantes" (ANDRADE, 1987). Em 1939, Rodrigo M. F. de Andrade destacava a existência extraoficial de oito regiões com representantes do SPHAN, sendo: 1ª Distrito Federal / Rio de Janeiro; 2ª Amazonas e Pará; 3ª Maranhão, Piauí, e Ceará; 4ª Rio Grande do Norte; Paraíba, Pernambuco e Alagoas; 5ª Bahia e Sergipe; 6ª São Paulo e Mato Grosso; 7ª Paraná/Santa Catariana e Rio Grande do Sul; 8ª Minas Gerais e Goiás (PEP-IPHAN, 2008).

---

[12] De acordo com Gonçalves (1996, p. 89-90), "a perda não é algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultura nacional. É tão somente na medida em que existe um patrimônio cultural objetificado e apropriado em nome da nação, ou de qualquer outra categoria sócio-política, que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre. A apropriação de uma cultura traz, assim, como consequência, ao mesmo tempo que pressupõe, a possibilidade mesma de sua perda. Nas narrativas de preservação histórica, a imagem da perda é usada como uma estratégia discursiva por meio do qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento.

Com base na historiadora Marcia Chuva, pode-se dizer que foi nesse período inicial, durante o regime do Estado Novo, que o SPHAN constituiu as bases para um sistema de proteção do patrimônio. A autora destaca que

> O Estado Novo foi capaz de reunir as condições para a implantação e consolidação das práticas de proteção de patrimônio histórico e artístico nacional, demarcando a gênese da noção de "patrimônio nacional" no Brasil como parte integrante do processo de formação do Estado e construção da nação. As diversas práticas engendradas a partir do Sphan (de seleção, classificação, conservação e restauração do patrimônio), articuladamente ao processo de formação do Estado, com a constituição de amplas redes nacionalizadas no território e a incorporação de interesses pela sociedade política, configuram uma forma própria de administrar, fortemente baseada em relações pessoais (CHUVA, 2009, p. 373).

Conclui-se então que as práticas de preservação tiverem início já reconhecendo a necessidade de uma ação sistêmica, que envolvesse diversos parceiros formais, como os governos municipais, e informais, como os "simpatizantes", intelectuais e as elites locais nos diversos estados brasileiros.

1.2.5 – O DPHAN e a "rotinização" das práticas de preservação de 1945 a 1964

Durante o período de regime democrático pós Estado Novo, entre 1946 e 1964, ocorreram poucas interferências na estruturas culturais instituídas no período getulista, concentrando-se na continuidade das ações institucionais. Trata-se de um período da rotinização das práticas de preservação, conforme definido por Chuva (2009). Contudo, nesse período, o país passou por um processo de aceleração da produção industrial e do desenvolvimento urbano que, de acordo com Calabre (2009, p. 45), "as práticas de sociabilidade e formas de consumo passaram a sofrer rápidas transformações – fato que ocorreu também no campo da cultura".

Conforme já citado, em janeiro de 1946, o SPHAN foi transformado em Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Com uma estrutura descentrada, o DPHAN passou a contar oficialmente com quatro distritos, sendo: 1º Distrito Recife, com jurisdição nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas; 2º Distrito Salvador, responsável por Bahia e Sergipe; 3º Distrito Belo Horizonte, por Minas Gerais; 4º Distrito São Paulo, por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; já os demais estados e territórios ficaram sob a responsabilidade da Sede, localizada no Rio de Janeiro (PEP-IPHAN, 2008).

A ideia de uma ação sistêmica, presente na primeira fase da Instituição, especialmente relacionada a articulação entre a instituição federal e os governos municipais, também foi ressaltada no Plano de Trabalho da Divisão de Estudos e Tombamento do DPHAN, de 1949, elaborado pelo arquiteto Lucio Costa, quando assumiu a direção da Divisão. Nesse momento, no entanto, após 10 anos dos discursos de Rodrigo M. F. de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa[13] ainda apontava para a necessidade da construção de um mecanismo jurídico específico e eficaz para à atribuição de valores e competências, e que pudessem garantir o vínculo e a normatização das responsabilidades das diferentes esferas governamentais. De acordo com o plano de trabalho, era

> imprescindível, portanto, encontrar-se a fórmula jurídica capaz de estabelecer, dentro dos preceitos constitucionais, o vínculo necessário entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, criando-se então três categorias de tombamento conforme o grau de interesse apresentado pelo monumento: nacional, regional ou estadual, e municipal, atribuindo-se uma parte do ônus que a medida acarreta aos governos do estado e do município interessados – ou atingidos – conforme o espírito com que a medida venha a ser, por eles, recebidas.
> Só assim se poderá vencer o impasse que, de longa data, tanto embaraço e prejuízo vem causando à proteção da parte mais modesta – tantas vezes a mais significativa – do nosso patrimônio histórico-artístico (COSTA, 1949, apud MOTTA e SILVA, 1998. p.138).

De certa forma, a proposição de Lucio Costa, já na década de 1940, marcava um novo olhar e apontava para necessidade da construção de um novo caminho jurídico voltado à proteção do patrimônio, haja vista que no âmbito das ações promovidas pelo Estado, tudo deveria estar de acordo com as ações regulamentadas por atos legislativos e atos administrativos.

Conforme Fonseca (1997, p.157), o período do governo democrático, de 1946 a 1964, "não chegou a afetar a política federal de preservação, que manteve o mesmo dirigente e, praticamente, a mesma orientação até o final da década de 1970", pois, raramente a questão do patrimônio foi transformada numa "arena importante para o jogo ideológico, político e econômico nacional".

---

[13] Lucio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa é considerado um dos pioneiros da arquitetura modernista, ficando conhecido mundialmente pelo projeto urbanístico do Plano Piloto de Brasília. Embora menos conhecida, teve importante atuação no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) desde 1937 como consultor do Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo nomeado posteriormente como diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos. In: PONTUAL, Helena Daltro. Lucio Costa foi pioneiro da arquitetura modernista no país. **Agência Senado**, Brasília, (s/d). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not14.asp>. Acesso em: 22 jun. 2014.

De modo geral, Lúcia Lippi Oliveira (2008, p. 123) sintetiza as tramas sociais e institucionais do processo de consolidação da institucionalização da preservação do patrimônio do período de 1936 a 1964, ressaltando que os pioneiros do SPHAN

> passaram a reler o Brasil, sua cultura, como uma manifestação estética e histórica da coletividade brasileira. Situaram no barroco a origem da cultura brasileira, a origem que permitiria o salto para o futuro (...). Criaram a consciência nacional que deu suporte a uma prática de proteção ao patrimônio baseada no tombamento e que, vale ressaltar, limitava o direito de propriedade em nome dos valores culturais, valores de identidade nacional. A equipe do Sphan considerava-se intérprete e porta-voz da sociedade brasileira, acima dos particulares e governo. Agia em nome do interesse maior da nação.
> Seus opositores (eles existiam) eram quase sempre prefeitos, governadores e padres, além da população que não tinha consciência do valor das casas em que morava ou dos prédios públicos de sua cidade.

1.3. A descentralização como caminho de uma ação sistêmica de preservação

Até a década de 1960, a ideia de uma ação sistêmica se deu no plano discursivo já abordado genericamente e por meio de algumas ações isoladas.[14] O ano de 1964 pode ser estabelecido como o início da implementação de ações articuladas de preservação do patrimônio cultural, de caráter organizado e de modo inter-relacionado entre instituições e sociedade civil, ou seja, buscando uma ação sistêmica. Essas ações tiveram início com a colaboração da UNESCO. Conforme Claudia B. Leal (2011, p. 7), a década de 1960 constituiu-se num período de consolidação da relação entre a UNESCO e o Brasil no âmbito da preservação do patrimônio. Em setembro de 1964 foi instituída a representação da UNESCO no Brasil, mediante um acordo de cooperação técnica, que se "concretizou, nesse mesmo ano com a vinda de Paul Coremans".

Ao recorrer à UNESCO, o DPHAN incorporou as principais discussões do plano internacional e integrou a construção de uma agenda de promoção e difusão, tendo o patrimônio cultural como vetor do desenvolvimento social e econômico, motivado também pelo movimento internacional em torno do turismo. As discussões internacionais firmadas com as *Carta de Veneza (1964)*, *Normas de Quito (1967)* e as *Recomendações de Paris (1964-68)*, reverberaram positivamente no Brasil de modo que os poderes públicos federal, estaduais e municipais chegaram a incorporar a preservação do patrimônio estrategicamente no planejamento das políticas públicas.

---

[14] É possível citar como exemplo o trabalho do SPHAN/DPHAN com o município do Rio de Janeiro para a proteção do entorno do Outeiro da Glória, iniciado em meados da década de 1940. Cf. MOTTA, 2010.

Renato Ortiz (2006), afirma que durante a ditadura militar a ideologia autoritária se firmou a partir do conceito de integração nacional. E, no âmbito das políticas culturais, o Estado brasileiro se portou como mecenas, articulador e promotor da cultura como meio de integração.

Nesse contexto, consoante Jardim (1995, p. 65), "apesar de iniciativas de reformas administrativas nos Governos Vargas, Kubitschek e Goulart, é mediante o Decreto-Lei nº 200, de 1967, que se alcança a mais ampla alteração na administração federal após 1930". Com este decreto-lei a administração pública poderia ser organizada usando a ideia de sistema, ou seja, regulamentada por procedimentos estabelecidos articuladamente, com atribuições definidas entre as diferentes esferas governamentais. No seu art. 30, o Decreto-lei nº 200/1967 estabeleceu que as instâncias governamentais seriam

> organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento estatístico, administração financeira, contabilidade e auditoria e serviços gerais, além de outras atividades comuns ato dos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitam de coordenação central.

De acordo com Jardim (1995, p. 65), o paragrafo 1º deste Decreto-lei também estabeleceu que

> cada sistema deve ser regulamentado por decretos específicos, respeitadas as seguintes regras gerais: integram-se no sistema todos os serviços incumbidos das atividades organizadas sob tal forma; cabem ao órgão central de cada sistema as tarefas de orientação normativa, supervisão técnica e fiscalização específica; as atividades de que trata o item anterior devem ser exercidas sem prejuízo da subordinação hierárquica regular dos órgãos integrados ao sistema (JARDIM, 1995, p. 65).

Após a incorporação da cultura como um instrumento de desenvolvimento econômico no processo de integração regional no final da década de 1960, conforme Corrêa (2012), também se iniciou o processo de descentralização institucional[15] da política federal de preservação do patrimônio e, consequentemente, ampliou-se o âmbito da preservação através do estímulo, da criação de órgãos estaduais e municipais e a partir da ideia da preservação de valores regionais e locais.

A partir daí, houve um investimento em políticas públicas para uma ação sistêmica, comandadas pelo arquiteto Renato Soeiro, sucessor de Rodrigo M. F. de Andrade a partir de 1967. Em 1970, a instituição foi novamente reestruturada passando a Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Embora estudiosos das práticas de preservação tratem o período da gestão de Soeiro no SPHAN/IPHAN como uma continuidade das práticas

[15] Entende-se aqui que a descentralização se dá a partir do momento em que os poderes públicos assumiram a reponsabilidade de estabelecer o que é patrimônio cultural e os procedimentos para sua preservação.

institucionalizadas pelo seu antecessor, as ações por ele empreendidas assumiram dimensões mais amplas, com a modernização administrativa e articulações com agências nacionais e internacionais, que resultaram na organização e implementação de programas, caracterizando os principais pilares da constituição de um ação sistêmica de patrimônio mais ampla.[16]

A regionalização das ações de preservação foi um dos compromissos de Renato Soeiro, levado adiante a partir dos encontros dos governadores, resultando nos Compromissos de Brasília (1970)[17] e no de Salvador (1971),[18] sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico. Em linhas gerais, as políticas de patrimônio expandiram a pauta da preservação, objetivando descentralizá-la da esfera federal.

Ambos compromissos, firmados através das discussões ocorridas por meio do 1º Encontro dos Governadores, realizado em Brasília em 1970, por conseguinte o 2º Encontro dos Governadores, desenvolvido em Salvador, em 1971, marcaram um novo momento da preservação do patrimônio a partir do qual foram estabelecidos acordos entre instituições federais, estaduais e municipais e novas ideias voltadas especialmente para a promoção de articulações entre os três entes políticos (União, estados e municípios) por meio da construção de ações organizadas sistemicamente.

Entre as discussões realizadas no II Encontro dos Governadores, em 1971, vale destacar as considerações do arquiteto Maurício Nogueira Batista – representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, registradas no anais –, quando enfatizava a necessidade da institucionalização de uma estrutura administrativa e jurídica voltada para a criação de um sistema nacional de preservação. Conforme o arquiteto, havia chegado

---

[16] Sobre a importância de Renato Soeiro, ver: PEREIRA, Julia Wagner (2009).

[17] Compromisso de Brasília: é um documento que inaugurou um novo pacto nacional entre as três esferas governamentais para o estímulo de ações articuladas e descentralização da preservação do patrimônio da esfera federal; para a criação de acervos arquivisticos, museus regionais, bibliográficos; para a preservação do patrimônio arqueológico; para a promoção e divulgação de estudos sobre aspectos socioeconômicos regionais. Este compromisso foi produzido através das trocas de experiências entre representantes de instituições culturais dos governos federal, estaduais e municipais que se encontraram no 1º Encontro dos Governadores, organizado pelo organizado pelo Ministério da Educação e Cultural, desenvolvido na capital Brasília, em abril de 1970 (ENCONTRO DE GOVERNADORES. **Compromisso de Brasília**. Brasília: 1970).

[18] Compromisso de Salvador: trata-se de um documento elaborado com o propósito de complementar as discussões e medidas tomadas após o 1º Encontro dos Governadores, voltado para seguir com o pacto nacional estabelecido a partir do I Encontro dos Governadores. Este documento também ratificou o pacto nacional complementando-o através das discussões e trocas de experiências entre representantes de instituições culturais dos governos federal, estaduais e municipais, que se reuniram no II Encontro dos Governadores, organizado pelo organizado pelo Ministério da Educação e Cultural na cidade de Salvador (BA), em outubro de 1971. As discussões deste encontro também se encontram sistematizadas em um Anais, publicado pelo Departamento de Assuntos Culturais do MEC em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1973 (ENCONTRO DE GOVERNADORES. **Compromisso de Salvador**. Salvador: 1971).

> o momento de ampliar ainda mais os meios já mobilizados pelo IPHAN, no sentido de aprofundar a consciência do valor e da significação cultural do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico do País. Para tanto, seria de grande valia a ampliação da responsabilidade de cada autoridade municipal, já que ela detém em suas mãos poderosos instrumentos que interessam, como vimos antes, de forma efetiva, a ação que visa a proteção, a defesa e a salvaguarda do acervo de bens culturais e naturais. O planejamento urbano, dentro da perspectiva de uma ação desta natureza, ganha importância ao se anunciar como uma das peças indispensáveis a um sistema nacional de preservação articulado pelo IPHAN. Assim sendo, é de se recomendar uma maior conjugação de esforços entre o IPHAN e os órgãos que atuam na promoção do planejamento urbano e municipal, notadamente o SERPHAU [Serviço Federal de Habitação e Urbanismo] e a FINEP, no plano federal, bem como os órgãos estaduais de planejamento (BATISTA, 1973. In: MEC, 1973, p. 141).

A partir dessa política de regionalização da preservação do patrimônio promovida durante a gestão de Renato Soeiro a frente do IPHAN, em 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, depois conhecido como apenas Programa das Cidades Históricas (PCH). É consensual entre os estudiosos do patrimônio cultural que um dos principais instrumentos da política de descentralização das práticas de preservação foi o PCH.[19] Este programa também é considerado como a primeira grande experiência do governo federal na execução de uma ação articulada e integrada com governos estaduais e municipais, voltada especificamente para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Tal programa tem um forte relação com a condição social, política e econômica da país, haja vista que o Brasil encontrava-se num processo acelerado de desenvolvimento econômico, urbano e regional que atingiam muitas cidades com núcleos e bens históricos.

O PCH decorreu do processo de planejamento estratégico do governo Geisel, durante o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1972/1974, com enfoque especial no nordeste do Brasil e visava à objetividade do planejamento, controle, execução e avaliação constantes dos processos de preservação (CORRÊA, 2012). A sua organização aconteceu por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial proposto pelo ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo Velloso, e da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em dezembro de 1972. Na composição institucional também integraram o Ministério da Industria e Comércio, com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Ministério do Interior, com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). E, a partir de fevereiro de 1975, mediante aos aspectos positivos do Programa no nordeste, um novo grupo de trabalho foi organizado a fim de expandir estender as ações para os estados de Espirito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que ocorreu em 1977. Posteriormente, houve a ampliação

[19] Ver: Sant'Anna (1995; 2004a; 2004b), Motta (2000), Fonseca (1997; 2005), Oliveira (2008), Corrêa (2012), entre outros.

para todo o Brasil e, finalmente, em 1979, o Programa foi incorporado ao IPHAN. (SANT'ANNA, 1995; OLIVEIRA, 2008 CORRÊA, 2012).

Em estreita colaboração com os governos estaduais e municipais, a implementação do PCH contou com recursos financeiros federais e buscava a "revitalização" dos núcleos históricos. De acordo com Sandra Rafaela Magalhães Corrêa, o Programa

> continha na sua concepção, em seus critérios de análise, e nos seus métodos de mensuração de eficiência, uma grande mudança na maneira de abordar a degradação das cidades históricas: a cidade era compreendida enquanto produtora de capital e bem de consumo e o patrimônio como fator de desenvolvimento econômico por meio do turismo, "ensejando a criação de um fluxo de recursos necessários a sua auto-conservação". O modo de gestão também influenciou significativamente a política de preservação: ao lançar o desafio de que os estados deveriam desenvolver seus planos de preservação para acessar os recursos, admitiu-se que o saber especializado sobre patrimônio não era exclusivo do Iphan, mesmo que esse tivesse papel decisório sobre a definição dos projetos a serem aprovados, abordando o aspecto técnico-conceitual (CORRÊA, 2012, p. 122).

O Programa também foi responsável pela implementação um processo de formação de mão-de-obra especializada, a geração de emprego, a integração e o desenvolvimento econômico regional do nordeste sob forte influência das prerrogativas do turismo.

Entre as várias iniciativas preparatórias para a implantação da preservação descentralizada e de modo sistêmico estava a formação de pessoal para trabalhar no campo da preservação. Em 1974, seguindo recomendação dos encontros de governadores, o IPHAN organizou o primeiro curso de especialização em conservação e restauração junto com a Universidade de São Paulo, que depois foi reeditado em Recife, Belo Horizonte e na Bahia (VARINE-BOHAN 1974). Os cursos contavam com parcerias em cooperação técnica firmadas de abrangência internacional com o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítio (ICOMOS).

Desde a primeira fase do PCH em 1973, a intenção era contemplar dez (10) cidades com projetos baseados nos valores artísticos, consideradas "cidades barrocas", como: Salvador, Cachoeira, São Cristóvão, Laranjeiras, Penedo, Marechal Deodoro, Olinda, Igarassu, São Luís e Alcântara. No entanto, dadas as influências políticas, o potencial turístico, a localização e a busca pela expansão da indústria do turismo foram aprovados e executados projetos e firmados convênios com recursos do Programa juntamente com fundações culturais e empresas estaduais. Assim, vinte e oito (28) cidades de nove (09) estados do nordeste com monumentos históricos foram contempladas, como: igrejas e casas ligadas aos períodos econômicos da produção açucareira, do couro e do algodão (SANT'ANNA, 1995; MOTTA, 2000; OLIVEIRA, 2008).

Neste contexto, competia ao IPHAN, o papel de aprovar a restauração e acompanhar os trabalhos em importantes núcleos históricos, como o largo do Pelourinho em Salvador (BA), restaurações em Olinda (PE), Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), recuperação de telhados em sobrados na cidade de São Luís (MA), a restauração do Teatro 4 de Setembro em Teresina (PI), entre outros.

Consoante Márcia Sant'Anna (1995, p. 157-158),

> No âmbito do IPHAN, a implantação do PCH trouxe uma grande inquietação que só foi superada quando ficou claro que o programa também funcionaria como uma fonte de recursos para o órgão e quando a intocabilidade da legislação federal de proteção ficou garantida. Embora Renato Soeiro e outros técnicos participassem do Grupo de Trabalho de formulação do PCH, a posição principalmente consultiva do IPHAN no esquema administrativo do Programa, sem controle sobre a aplicação dos recursos e sobre as decisões quanto à oportunidade dos investimentos, gerou na instituição uma atitude defensiva e desconfiada. Acostumados a mais 30 anos de isolamento no trabalho de preservação, os servidores do IPHAN encararam o PCH, inicialmente, como uma intervenção na repartição. Na luta pela preservação do espaço institucional, ameaçado pela inserção do órgão na política de governo e pela perda da exclusividade no trato do patrimônio, foram estratégicos o saber acumulado sobre o patrimônio e a defesa ferrenha do Decreto-lei nº 25/37 - real fonte de poder do IPHAN. Quando os técnicos da SEMOR, Secretaria de Modernização Administrativa da SEPLAN, iniciam o trabalho de modernização administrativa do IPHAN, constatam a existência de "uma verdadeira "mística" que permeia a todos na organização" [sic].
>
> Ao longo da execução do Programa, estabeleceu-se uma divisão de trabalho e competências que, ao lado das dotações orçamentárias específicas do IPHAN, contribuiu para a superação da crise inicial e para a manutenção do espaço de poder da instituição. O PCH revelou-se um programa de ação e repasse de recursos que não interferia ou exercia influência nas questões teóricas da preservação. Portanto, não chegou a dividir ou ameaçar o poder do IPHAN que, ao contrário, viu reforçada sua posição de instância detentora do saber (SANT'ANNA, 1995, p. 157-158).

Em sintonia com as discussões de Sant'Anna (1995), Lucia Lippi de Oliveira (2008, p. 168), enfatiza que com o PCH "a preservação de bens culturais passou pela primeira vez a integrar os planos de desenvolvimento econômico. Criou-se um modelo para avaliar custos e benefícios e assim justificar os recursos alocados ao programa".

Os impactos do PCH no âmbito do IPHAN, de acordo com Miceli (1984, p. 78), foram determinantes para a "modernização da estrutura que não dispunha de meios institucionais e de pessoal suficiente e treinado para gerenciar o volume de recursos carreado".

Com base nas análises sobre a efetividade do PCH, encontradas nos estudos de Sant'Anna (1995), Corrêa (2012), Miceli (1984) e Oliveira (2008), pode-se considerar, em linhas gerais, que os principais legados deste Programa constituíram: a construção de um modelo de estrutura burocrático operacional para a gestão intergovernamental e compartilhada entre os três entes políticos na preservação do patrimônio; o incentivo a criação

de legislações e instituições estaduais e municipais, que resultou na preservação de bens culturais e sítios urbanos concebidos como de valores regionais e locais; a exposição das deficiências do IPHAN e a revisão de suas práticas, que então abriu o caminho para a reestruturação institucional e conceitual de preservação do patrimônio, incluindo a criação do SPHAN/Pró-Memória.

Já dentro do IPHAN e da SPHAN/Pró-Memória, depois de 1979, o Programa foi orientado pela

> reinserção dos bens recuperados no contexto sócio-econômico e cultural das comunidades a que pertencem. O monumento passou a ser encarado, de forma expressa operacionalmente, em termos de seu uso como elemento dinâmico de uma ativa e presente trajetória histórica (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 21).

Tratou-se, portanto, de um Programa que implementou, em certa medida, os preceitos estabelecidos nas cartas dos governadores, voltados para ações sistêmicas de preservação e que fazem parte do processo histórico da constituição de um sistema nacional de patrimônio.

É importante lembrar que no entremeio desse processo, em 1975, na gestão de Ney Braga a frente do Ministério da Educação e Cultura, foi editada a Política Nacional de Cultura, que estabeleceu o primeiro plano oficial abrangente e norteador da presença governamental no sistema de cultura organizado no âmbito do estado brasileiro. Esse documento foi de suma importância por colocar entre as diretrizes da política nacional de cultura a ideia de ações articuladas entre entes federais, universidades, estados e municípios (MICELI, 1987). De acordo com Sergio Miceli, essa foi

> a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidade de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas. A idéia de uma *política nacional de cultura* remonta aos tempos pioneiros do antigo Ministério de Educação e Saúde Pública, tendo sido retomada no âmbito do Conselho Federal de Cultura (CFC) no governo Castello Branco. Ao que tudo indica, havia um documento pronto mesmo antes de se iniciar a gestão de Jarbas Passarinho em 1969. Entretanto, sua aprovação foi sendo protelada em face das dimensões em torno do montante de verbas a serem concedidas diretamente pelas Câmaras do CFC. Alguns membros, tendo à frente o então presidente do CFC, desejavam aliar às atribuições consultivas do colegiado uma postura marcadamente executiva, contrariando assim as diretrizes ministeriais. (MICELI, 1984a, p. 57)

Com a descentralização da política de preservação, o IPHAN solucionou parte dos seus problemas, como a desoneração de trabalhos tanto de identificação e tombamento quanto de recuperação de bens que eram enquadrados como valores locais e regionais. Além disso, acelerou a transformação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, balizador

das práticas preservacionistas iniciais, para patrimônio cultural que passou redirecionar as práticas institucional, tornando-as mais abrangente.

1.4. Ampliação dos aspectos conceituais da preservação nas ações sistêmicas

Em meados da década de 1970, Ulpiano Bezerra de Meneses, assessor cultural do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), ligado a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, ao conceder entrevista a Revista Veja (04/08/1976), chamava atenção para a complexidade da noção de patrimônio cultural ressaltando que era "ambígua e [estava] envolvida numa série de outras noções, igualmente escorregadias: memória, tempo, origens, valor artístico. Falar de 'patrimônio cultural' ou de 'bem cultural' é falar de memória".

Essa complexidade da noção de patrimônio e as limitações no âmbito da preservação também marcaram as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Cultura, onde passou a incluir as ideias de *pluralismo cultural* associado à *diversidade regional*, consoantes com a descentralização e ações sistêmicas de preservação do patrimônio cultural. Conforme Motta (2000, p. 60) essas ideias e conceitos surgem como "um indicativo de uma ação oficial do poder público", foram estabelecidos com o propósito de nortear a identificação do que se tinha de plural e diverso na cultura brasileira nas diversas regiões do país em relação ao que já se vinha sendo valorizado e promovido.

Ainda na década de 1970, surgiu uma importante discussão conceitual no âmbito do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC),[20] coordenada pelo designer Aloísio Magalhães. Conforme Fonseca (1997, p. 163), havia o objetivo de "atualizar a reflexão sobre a realidade brasileira e buscar formulações adequadas para a compreensão da cultura no contexto brasileiro", sendo necessário traçar "um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural". Nesse processo foi forjada a noção de Referência Cultural, como modo de valorização dos bens culturais. De acordo com Fonseca (2000), mais do que os produtos culturais, o importante na atribuição de valor de patrimônio era o reconhecimento de seus significados pela população, que também deveriam passar a ser participantes nas ações articuladas e sistêmicas e nos processos decisórios da preservação.

---

[20] O CNRC foi criado por meio de convênio com o governo do Distrito Federal, via Secretaria de Educação e Cultura, e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Industria e do Comércio a fim de refletir sobre a produção do designe dos produtos brasileiros.

> Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens - que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu "peso" material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco (FONSECA, 2000, p. 85-86).

Com a incorporação do PCH e do CNRC ao IPHAN em 1979, foram estabelecidas condições para o amadurecimento conceitual e sua incorporação às atividades de preservação.[21] Em seguida, com mais uma reestruturação do IPHAN, criando-se a SPHAN/Pró-Memória, a inovação aconteceu também em termos operacionais, uma vez que a Fundação Nacional Pró-Memória possibilitava ações mais ágeis e sistêmicas na preservação através da promoção, financiamento e estabelecimento de convênios com órgãos estaduais e municipais no território nacional.

Em março de 1985, em meio ao processo de redemocratização do país, o governo Sarney criou o Ministério da Cultura, objetivando "conciliar um forte crescimento econômico com um autêntico desenvolvimento cultural; preservar e enriquecer o legado de nossa História e valorizar a criatividade contemporânea". Desta feita, a estrutura do ministério foi organizada e estabeleceu-se quatro linhas de ação, sendo: a preservação do patrimônio; a democratização da cultura; o apoio à produção cultural; Difusão e o intercambio internacional.[22]

Na constituinte instalada em início em 1986, houve a consagração dos avanços conceituais quando adotaram a noção de patrimônio enquanto "referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (CF 1988, Art. 216). E, ao estabelecer na Constituição de 1988, também acabou resultando em avanços operacionais ao definir em seu **§** 1º do Art. 216, que o "Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação".

Essa trajetória das politicas de preservação buscando ações articuladas e sistêmicas entre os entes políticos das três esferas governamentais, a regionalização e o fortalecimento do pluralismo cultural, consagrados na Constituição, foram determinantes para as ações subsequentes, tais como o Programa Monumenta, o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) – proposta mais recente em elaboração pelo Ministério da Cultura, e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH), tratados a seguir.

---

[21] Ver: Fonseca (2005); Sant'Anna (1995; 2004), entre outros.

[22] MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **O Ministério da Cultura em 1986**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas Ltda., 1986.

1.5. IBPC/IPHAN: Monumenta

Em maio de 1990, através do Decreto nº 99.240, foi efetivada extinção da SPHAN/Pró-Memória, quando a preservação do patrimônio pausou completamente e só foi retomada seis meses depois, com a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultual (IBPC). Em 06 de dezembro de 1994, a Medida Provisória nº 752 transformou o IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse momento, a instituição teve as suas atribuições redefinidas, contudo, tais mudanças interferiram pouco no funcionamento administrativo do órgão federal que, considerando a forma reduzida decorrente do programa neoliberal do governo, manteve reduzidamente as suas atribuições básicas de preservação do patrimônio, como: tombamentos, monitoramentos, fiscalizações, difusões, normatizações.

Embora a Lei Sarney de incentivo à cultura tenha sido criada em 1986, a política de preservação de patrimônio nos anos de 1990, de modo geral, despertou o interesse de incentivadores por meio da lei de Incentivo à Cultura, chegando a liderar a captação dos recursos no final da década. O financiamento aconteceu majoritariamente por empresas estatais, inicialmente com as de telecomunicações depois pela Petrobrás, BNDES e Eletrobrás. Por outro lado, essa lógica político-administrativa, onde o Governo passou a compartilhar o financiamento da preservação do patrimônio com instituições privadas, acabou falhando no tocante ao propósito de democratizar o financiamento do setor cultural em todo território nacional. Pois além de ficar concentrada majoritariamente no Sudeste, especificamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os recursos financeiros foram captados através de projetos intermediados por instituições ligadas as grandes corporações que se especializaram no ramo, tais quais a Fundação Roberto Marinho (FRM), a Herbert Levy e a Ricardo Espirito Santo (SANT'ANNA, 2004).

Além do compartilhamento de ações entre as diversas instâncias dos poderes públicos com instituições privadas e estatais, nas décadas de 1990 e 2000 a operacionalização da política de preservação contou com recursos internacionais captados pelo governo federal no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), denominada de Programa Monumenta. Esse Programa foi organizado enquanto uma ação governamental de preservação voltada para a recuperação e preservação do patrimônio cultural urbano e centros históricos sob a proteção

federal.[23] Após negociações ao longo da década de 1990, apenas em 04 de dezembro de 1999, o BID firmou convênio para a realização do Programa, que foi vinculado ao Programa Avança Brasil,[24] do governo Fernando Henrique Cardoso, onde institucionalizou um modelo de gestão por resultados. O prazo de execução foi estabelecido em cinco anos, mas

> dada a relevância e a dimensão do Programa e para que fosse possível atender o maior número de áreas de patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal (7 sítios históricos originalmente previstos para 26 sítios...), a Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, concederam uma prorrogação por mais dois anos para o último desembolso, que passou a ser 04/12/2006. O prazo de vigência foi prorrogado para 04/12/2007 e, posteriormente para 04/12/2009. Numa última prorrogação, fixou-se como prazo final para conclusão do programa a data de 04/10/2010 (MINC, MONUMENTA – Relatório de Gestão 2009, p. 02).

As ações do Programa Monumenta eram coordenadas pelo MinC, contando com a colaboração do IPHAN, e foram organizadas abrangendo áreas relacionados à obras, programas educativos, promoção do turismo e capacitação e norteadas pelo conceito de sustentabilidade do patrimônio cultural urbano. O seu modelo operacional conjugou:

> a) a prática de restauração de edificações e espaços públicos;
> b) o financiamento de imóveis privados de valor sócio-histórico;
> c) reestruturação institucional e o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio através do fortalecimento do Ministério da Cultura, do IPHAN e dos municípios com a criação de um sistema articulado entre os três níveis de governo, organizações não governamentais e setor privado, composto por alternativas de ações compartilhadas;
> d) investimentos integrados em áreas e projetos,
> e) promoção de atividades econômicas financiadoras de atividades experimentais para incentivar a iniciativa privada,
> f) a viabilização de projetos no campo da educação patrimonial e da economia da cultura via capacitação de agentes culturais e de turismo local, aliando a memória social e participação da comunidade e ao desenvolvimento econômico social (TADDEI NETO, 1999-2000).

Observa-se que o planejamento do Monumenta previa uma série de ações que remodelava a estrutura institucional, o modo de financiamento da preservação de bens de propriedade pública e privada, a promoção de atividades e a viabilização de novos projetos educacionais. Durante a primeira fase da execução do Programa, que durou até 2003, surgiram conflitos ideológicos e acerca das regras estabelecidas intra e interinstitucionais. De acordo com Sant'Anna (2004, p. 260) a imposição dos limites da atuação do IPHAN no âmbito do Programa estabeleceu "uma guerra cujos resultados foram o aumento do

---

[23] Relatório de Término de Projeto PCR. Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta). FMM/CBR – PCR, Novembro 2010.

[24] O Programa compreende dois períodos – de 2000 a 2003 e de 2004 a 2007 – que contemplam etapas sequenciadas do projeto de longo prazo desenhado pelos 'Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento', que representam macro-diretrizes para o País e onde estão inseridos, entre outros, os corredores estratégicos de desenvolvimento.

isolamento do programa com relação às estruturas permanentes do Iphan, do Ministério da Cultura e a consolidação de um esquema paralelo e terceirizado de gerenciamento que se mostrou ineficiente e extremamente oneroso". E a fragilidade de pessoal técnico no IPHAN também motivou conflitos, levando o BID recomendar o fortalecimento do IPHAN. Segundo Sant'Anna (2004), esse fator gerou mal-estar institucional com o MinC, que refutava a ideia do fortalecimento institucional e a efetivação de pessoal.

O Monumenta estava estruturado de modo a favorecer uma ação sistêmica colocando a instância federal como uma agência articuladora e de controle, em acordo com a política federal dos anos 1990 e início de 2000. Conforme o primeiro coordenador nacional do Programa, Pedro Taddei Neto, previa-se, entre as proposta do Monumenta, a criação de um sistema capaz de articular "os três níveis de governo, as organizações não governamentais e o setor privado, bem como alternativas para ações compartilhadas de implantação imediata" (TADDEI NETO, 1999-2000, online).

Ao longo da execução do Programa, em 2007,[25] foi organizado o Seminário Monumenta para desenvolver uma avaliação do Programa, que reuniu 171 especialistas representantes dos governos federal, estadual e municipal, contando com técnicos do IPHAN, das cidades tombadas, da Caixa Econômica Federal e convidados de diversas universidades.

Mediante a organização sistêmica do Monumenta, que também buscou estabelecer mecanismos de controle através de avaliações dos resultados, na ocasião, às discussões foram estruturadas em seis tópicos apontando os principais problemas enfrentados na execução do Programa, quase todos dizendo respeito á efetividade de seu funcionamento em favor da constituição de um sistema nacional de preservação, que com base no Relatório do Monumenta (2010) puderam ser resumidos da seguinte forma: 1) perfil do Projeto – rigidez dos componentes pré-determinados limitaram o atendimento de municípios e os resultados mais efetivos aconteceram nas pequenas cidades e menos significativas nas grandes; 2) a integração das ações – os espaços para proposições e compatibilização de ações ligadas a sustentabilidade econômica às peculiaridades dos municípios foram restritos; 3) fortalecimento da gestão local – a integração nem sempre ocorreu positivamente, pois variou de acordo com as conjunturas políticas locais, que tinha como agravante a fragilidade das estruturas municipais para a implementação da política; 4) participação e controle social – aconteceram efetivamente em poucas cidades e basicamente na elaboração dos projetos (e não

[25] Neste momento, o Monumenta já era coordenado pelo arquiteto Luiz Fernando de Almeida, que acumulava a presidência do IPHAN.

na execução) que tiveram como principal *promoter* os gestores locais; 5) fundo municipal de preservação – falta de mecanismos jurídicos-institucionais que garantissem retorno de recurso aos fundos, a fiscalização e a rigidez expuseram as dificuldades dos governos locais a gestão e valorização dos fundos municipais; 6) resultados gerais – a recuperação de imóveis baseada na ideia de sustentabilidade econômica demonstrou que ao mesmo tempo que se conseguiu a valorização imobiliária, as ações foram insuficientes para gerar a sustentabilidade. Já os usos tradicionais e dificuldades de consolidação da população de baixa renda moradora tornou-se uma questão a ser analisada em programas e ações semelhantes ao Monumenta.[26]

De todo modo, o Monumenta transformou-se em uma importante ação governamental implementada nos sítios históricos tombados em 26 cidades brasileiras.[27] Assim como outros programas que ofereciam recursos financeiros aos municípios, o Monumenta conseguiu fortalecer ações articuladas e, mais uma vez, estabeleceu avanços em ações estratégicas ligadas a construção de um sistema articulado de patrimônio cultural, principalmente acerca da aproximação e envolvimento de instituições federais com os municípios.

1.6. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: instrumento da política de patrimônio

A abordagem sistêmica se faz cada vez mais comum no planejamento das políticas públicas e nas ações governamentais, conforme já referido. A partir desta abordagem que se incorporou no âmbito da administração pública a visão expansionista, o pensamento sintético e teleológico frente a abordagem clássica, com uma visão reducionista, pensamento analítico e mecanicista (CHIAVENATO, 2003). A partir desta, houve maior interesse em promover, ordenar ou reorganizar as atribuições do Estado, buscando torná-las mais eficientes e eficazes, além de estimular a identificação de subsistemas ou sistemas comuns para articulá-los através da distribuição de competências entre os três poderes dos entes políticos e a sociedade civil.

Por mais que se tenha instituído princípios da visão sistêmica às construções das políticas, leis, normas e programas no âmbito da administração pública federal com o

[26] Síntese elaborada com base no Relatório de Término de Projeto PCR. Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta). FMM/CBR – PCR, Novembro 2010.

[27]Cidades participantes do Programa: Região Centro-Oeste (2 Cidades): Corumbá (MS), Goiás (GO); Região Norte (3 Cidades): Natividade (TO); Belém (PA); Manaus (AM); Região Nordeste (11 Cidades): Alcântara (MA); Cachoeira (BA); Icó (CE); Laranjeiras (SE); Lençóis (BA); Oeiras (PI); Olinda (PE); Penedo (AL); Recife (PE); Salvador (BA); São Cristóvão (SE); Região Sudeste (7 Cidades): Congonhas (MG); Diamantina (MG); Mariana (MG); Ouro Preto (MG); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP); Serro (MG). Região Sul (3 Cidades): Pelotas (RS); Porto Alegre (RS); São Francisco do Sul (SC).

Decreto-lei 200 de 1967, apenas com as recentes transformações da organização da administração pública do Estado brasileiro, nas décadas de 1990 e 2000, que a política de preservação do patrimônio passou a ser pensada estrategicamente enquanto um sistema estruturado e a partir da abordagem sistêmica.[28] Essa transformação, especialmente na década de 2000, decorreu da necessidade de se obter maior eficiência nos serviços prestados pelo Estado e eficácia nas ações,[29] passando então a elaborar planejamentos estratégicos e a buscar cumprir objetivos, metas, resultados de forma descentralizada, discutir e avaliar resultados, controlar gastos públicos (ABRUCIO, 1997; BRESSER-PEREIRA, 2010).

As transformações na estrutura de preservação do patrimônio cultural também decorreram do propósito de promover cada vez mais a participação da sociedade civil nos processos de diagnóstico, formulação, implementação, execução, avaliação e monitoramento das políticas públicas. As ações do governo federal se voltaram para o fortalecimento da gestão com o propósito de alcançar maior eficácia na execução articulada e intersetorializada de políticas e programas do governo federal, do mesmo modo, pelos órgãos da administração direta e indireta estaduais e municipais (PORTA, 2012).

No decorrer dos anos da década de 2000, assim como na década de 1970, a preservação do patrimônio cultural foi incorporada na pauta das políticas desenvolvimentistas do país. Contudo, iniciativa de institucionalizar um sistema nacional de preservação do patrimônio esteve ligada diretamente à organização mais ampla do universo das políticas culturais no âmbito federal, iniciado formalmente com implementação do Sistema Federal de Cultura (SFC), com o Decreto nº 5.520, de 24de agosto de 2005,[30] posteriormente reformulado pela proposta de criação de um Sistema Nacional de Cultura (SNC).[31]

---

[28] Para uma análise mais aprofundada sobre a perspectiva de Bresser Pereira sobre a Administração Pública Gerencial ver: Bresser-Pereira (1995; 2001; 2007; 2010), Abrucio (1997); Chiavenato (2003).

[29] A ideia de eficiência e eficácia foram concebidas de modo *lato* e a partir das discussões que permeiam a abordagem sistêmica desenvolvida através da Administração Científica – concebida enquanto um instrumento que viabiliza pensar como fazer com que as coisas sejam realizadas com menor custo e da melhor forma –, ou seja, onde são premissas básicas para estabelecer o melhor funcionamento das organizações de serviços públicos, das indústrias, do comércio, das instituições militares, bem como do trabalho em conjunto para se conseguir objetivos. No âmbito da preservação do patrimônio cultural, a percepção da eficiência é observada como a melhor forma da utilização dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros disponíveis, preocupando-se especialmente com os métodos e meios que vem sendo utilizados no processo de planejamentos e execução das políticas. Já a eficácia é vista a partir da busca pelo melhor desempenho, alcance e resultados dos objetivos traçados (CHIAVENATO, 2003). Ainda com base em Chiavenato (2003, p. 155), compreende-se que "cada organização deve ser considerada sob o ponto de vista de eficácia e de eficiência, simultaneamente. Eficácia é uma medida do alcance de resultados, enquanto a eficiência é uma medida da utilização dos recursos nesse processo".

[30] O Sistema Federal de Cultura (SFC) foi instituído em 2005 com a finalidade de: I - integrar os órgãos, programas e ações culturais do Governo Federal; II - contribuir para a implementação de políticas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e sociedade civil; III - articular ações com

Calabre (2009, p. 125) acrescenta que a partir da gestão do ministro Gilberto Gil, entre 2003 e 2006, o Estado brasileiro buscou "retomar o papel constitucional de formulador, executor e articulador de uma política cultural para o país; completar a reforma administrativa e a capacitação institucional para operar a política; obter recursos indispensáveis à implementação da política". Com isso, se iniciou a elaboração de mecanismos para reorganizar a estrutura do Estado e, do mesmo modo, construir e institucionalizar o SNC como instrumento de articulação dos diversos órgãos públicos e sociedade civil, assim passando a atender às determinações constitucionais relacionadas a cultura e o patrimônio.

Embora o Programa Monumenta estabelecesse entre os seus objetivos a ideia de gestão compartilhada, foi somente a partir de 2006 que o IPHAN incorporou ao seu planejamento estratégico e operacional a construção de uma estrutura de gestão da preservação articulada e inter-relacionada entre as três esferas governamentais, incluindo a sociedade civil, com o propósito de

> a) fortalecer a estrutura descentralizada e o papel do instituto na definição da política nacional de patrimônio;
> b) democratizar o acesso à informação entre dirigentes, para aprimorar processos de tomada de decisão compartilhada; e,
> c) implementar processos de gestão participativo e por resultado (IPHAN, 2010).

Em meio às discussões sobre o papel do Estado na promoção das políticas culturais, a execução do Monumenta, a reorganização e o fortalecimento institucional do IPHAN que o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) surge enquanto um instrumento de gestão da preservação, cuja coordenação ficaria centralizada no IPHAN, o órgão federal até então responsável por "identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de Estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade" (IPHAN, Sítio Eletrônico, 2010).

A ideia principal do SNPC propõe a organização do sistema como instrumento de gestão compartilhada da preservação do patrimônio e a sua síntese encontra-se formatada em

---

vistas a estabelecer e efetivar, no âmbito federal, o Plano Nacional de Cultura; e IV - promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (Art. 01, do Decreto nº 5.520/ de 2005).

[31] De acordo com o Minc (2014) o Sistema Nacional de Cultura (SNC) é uma "estrutura que integra, articula e organiza a gestão cultural do Brasil, aproximando as três esferas de governo e a sociedade civil com a finalidade de criar uma política de estado. Seu objetivo é formular e implantar políticas culturais permanentes de forma planejada, pactuada e complementar federação, garantindo a participação da sociedade civil. Os instrumentos que amparam juridicamente o SNC são o artigo 216 – A da Constituição Federal, aprovado pela Emenda Constitucional n° 71/2012; a Lei n° 12.343/2010 que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC); a Portaria n° 123/2011 do Ministério da Cultura, que estabelece as 53 Metas do PNC; e o documento básico do Sistema Nacional de Cultura aprovado pelo Conselho Nacional de Política Cultural".

artigos e relatos de experiências sistematizados nos Anais (publicados em três volumes) decorrentes dos debates que ocorreram no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, realizado na cidade de Ouro Preto – MG em 2009, com o tema: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova Gestão.[32] As discussões elaboradas por pesquisadores e representantes dos poderes públicos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil apresentaram diagnósticos e avaliações sobre as principais problemáticas e os possíveis desafios do sistema nacional de preservação do patrimônio.

Desde então, o SNPC encontra-se em estruturação como um dos subsistemas do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que conforme o IPHAN,[33] visa "propor formas de relações entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e articulações para a gestão do Patrimônio Cultural". Para isso, metodologicamente as discussões foram organizadas a partir dos eixos de:

> **Coordenação**: definir instância(s) coordenadora (s) para garantir ações articuladas e mais efetivas; **Regulação**: estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e, **Fomento**: incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos.[34]

Embora sejam poucos os resultados da implementação do SNPC, atualmente esse pode ser visto como parte da estrutura do Sistema Nacional de Cultura, conformando um dos sistemas setoriais estabelecido através da Emenda Constitucional nº 71 de 2012, Art. 216-A, § 2º e 3º, item IX, que institucionalizou o Sistema Nacional de Cultura (SNC).[35] Com isso, o SNPC conseguiu um dos principais suportes jurídico e constitucional que faltava para ser estruturado e regulamentado no âmbito do SNC, bem como para viabilizar a articulação autônoma e estratégica da política de preservação do patrimônio a outros sistemas das políticas federais, estaduais, municipais e setoriais independente de programas especiais, como o PCH e o Monumenta.

---

[32] Como parte do processo de construção do SNPC, o Iphan realizou, em parceria com a Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH) e o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura (FNSDEC), o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (FNPC). O objetivo do Fórum foi a discussão, reflexão, construção e avaliação conjunta da Política Nacional de Patrimônio Cultural (PNPC). Esperava-se que o FNPC se tornasse um evento bienal e que fosse sempre realizado no município que preside a ABCH, no entanto, acabou não sendo mais desenvolvido (IPHAN, 2010).

[33] IPHAN. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**. Online (S/**d.).** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan. Acesso: 20 mar. 2014.

[34] Idem, ibidem.

[35] BRASIL. Constituição (1988), Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Acesso em: 20 mar. 2014.

1.7. Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas

O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH), surge como estratégia para beneficiar e fortalecer uma ação sistêmica entre os entes federados por meio de financiamentos, em moldes semelhantes ao PCH e ao Monumenta.

O PAC-CH iniciou através da elaboração do *Plano de Ação para as Cidades Históricas*, lançado em 2009, quando também convidou os municípios a propor projetos e planos de seus interesses levando em consideração a dinâmica urbana no seu todo e sem impor restrição ao perímetro protegido ou ao conjunto de bens tombados. Este Plano foi um instrumento de planejamento estratégico que envolveu a União, os Estados e os Municípios na gestão compartilhada do patrimônio cultural com enfoque territorial, voltado também para estruturar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Portanto, os objetivos, as ações e as metas dos planos orientariam uma atuação integrada dos poderes públicos, setor privado e sociedade civil organizada e o desenvolvimento social nas cidades com bens tombados.

Neste processo, no total foram 173 cidades históricas brasileiras que atenderam à primeira chamada pública e, com o apoio do Iphan, discutiram as linhas básicas dos seus Planos de Ação. Dessas, dezoito foram incluídas nos projetos de Revitalização e de Integração da Bacia do Rio São Francisco e quarenta foram integradas como destinos indutores do desenvolvimento turístico e regional, como é o caso da cidade de Cáceres, analisada nos capítulos seguintes.[36]

A partir do lançamento oficial do PAC-CH, em 2009, identificou-se que este programa acabou priorizando especialmente cidades e bens com proteção do governo federal.

Em contraste com o Monumenta, conforme já abordado, o programa PAC-CH visava constituir um instrumento capaz de ampliar parcerias com órgãos federais, já iniciadas na forma de projetos pilotos ou de experiências pontuais. Caracterizava-se também como fruto de uma política transversal que envolveu os Ministérios da Cultura, das Cidades, da Educação, do Turismo, o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

De toda sorte, a trajetória da preservação do patrimônio cultural descrita nesse capítulo mostra um esforço histórico e permanente em nível federal de estabelecer um processo sistêmico de preservação, inclusive respeitando as peculiaridades das instâncias governamentais. Pode-se dizer que toda a mobilização conseguiu abrangência nacional a partir da estruturação de instituições estaduais e municipais; de cooperações, mesmo que pontuais, entre as diferentes instâncias governamentais; da criação de legislações local e regional de patrimônio, entre outros. Isso ocorreu muitas vezes sem a implementação dos programas estruturantes do governo federal para uma ação sistêmica, conforme será observado em Cáceres.

---

[36] IPHAN. **Plano de Ação das Cidades Históricas**. Online, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14501&retorno=paginaIphan. Acesso: 20 mar. 2014.

2. CONSERVAÇÃO DO MARCO DO JAURU EM CÁCERES (MT)

Neste capítulo será estudado a conservação, o tombamento federal e a gestão do Marco do Jauru, um bem cultural de natureza pública, a fim de compreender o início da implementação de uma política de preservação do patrimônio em nível municipal em Cáceres. Isso se deve ao fato de que o Marco foi o primeiro bem cultural patrimonializado na cidade.

2.1. Cáceres, Mato Grosso – referências

O município de Cáceres esta localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso, em meio à faixa de fronteira Brasil-Bolívia[37] e a microrregião do Alto Paraguai (NEVES, 2008). Com extensão territorial de 24.351,408 km² – composta pelos biomas: Cerrado, Amazônia e Pantanal – (figura 01), tornou-se o quadragésimo quarto maior entre os 5.564 municípios brasileiros, sendo até maior que o território do estado de Sergipe (IBGE, 2010).

O cenário populacional de Cáceres constitui-se por aproximadamente 90 mil habitantes, apresentando em média 3,6 hab./Km², com concentração de 11.354 habitantes na zona rural e 76.558 na cidade, formada por quarenta e três bairros delineados num perímetro de 68,95 km². O cenário populacional coloca o município entre os 10 municípios mais populosos de Mato Grosso (IBGE, 2010). Apesar disso, a arrecadação financeira atual não desponta tão quanto as questões supracitadas, haja vista que a base econômica de Cáceres se sustenta pela agropecuária, indústria e, principalmente serviços colocando-o na condição de 15º com maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os 141 municípios mato-grossenses (IBGE, 2013a).

[37] A faixa de fronteira constitui-se por um raio de 150 km a partir dos limites da fronteira, demarcada pela Lei n° 6634 de 02.05.79. O Decreto nº 85.084, de 26 de agosto de 1980, estabeleceu que os procedimentos da região necessitam de assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional – CSN.

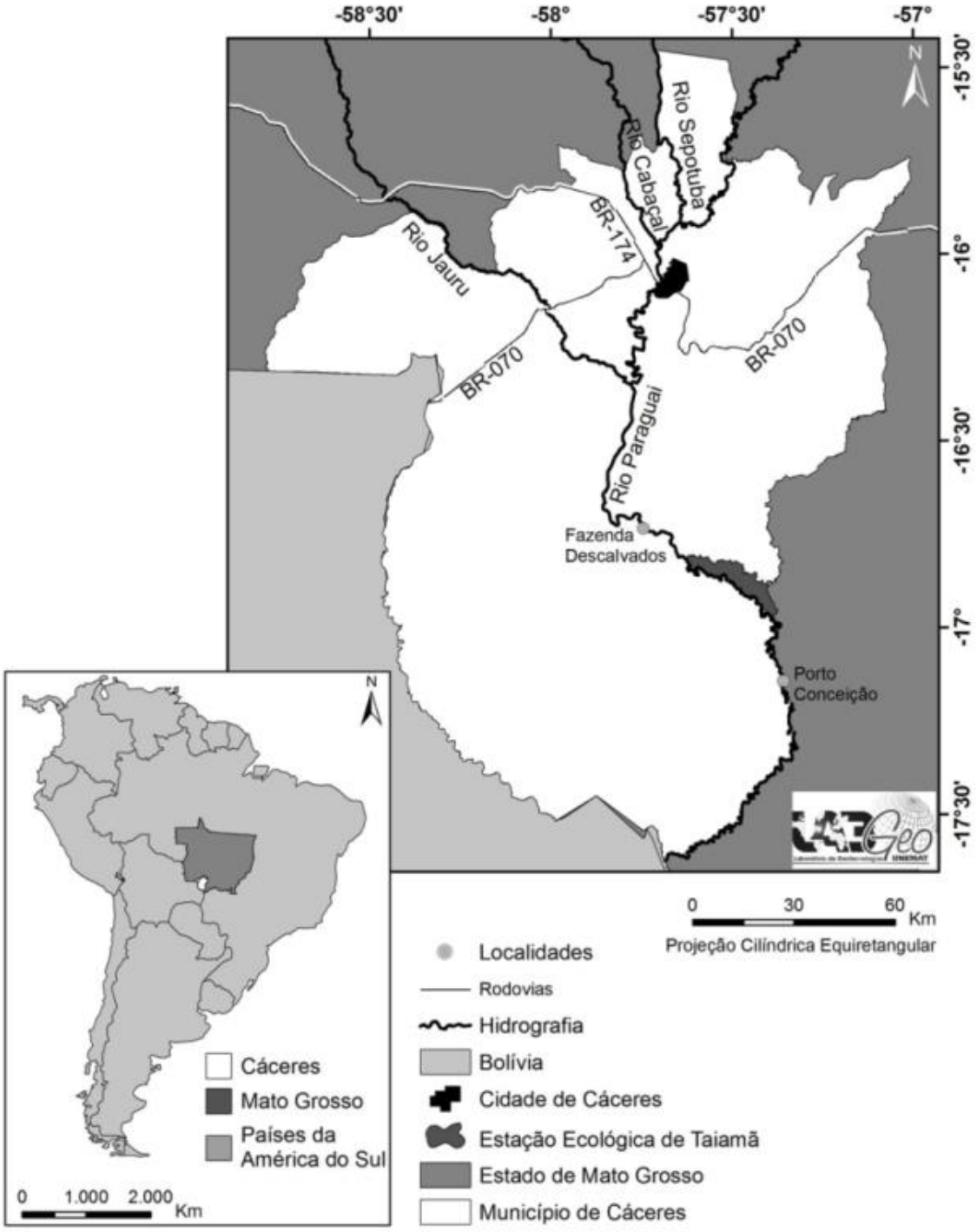


Figura 01: Localização da cidade e o rio Paraguai, no Município de Cáceres-MT. Laboratório de Geotecnologias da Universidade do Estado de Mato Grosso (SUDRÉ, 2012).

Contemporaneamente, pode-se dizer genericamente que as transformações sociais em Mato Grosso estiveram condicionadas ao constante crescimento da produção agrícola, por isso determinados setores da sociedade e os poderes públicos vêm buscando implantar vias alternativas às rodovias e de custos mais baixos.

Neste sentido, Cáceres apresenta condições ambientais e geográficas que atendem parcialmente às necessidades deste anseio de desenvolvimento econômico, mas também da

integração dos países da região central da América Latina. Para tanto, há cerca de três décadas alguns projetos se tornaram emblemáticos, como o da Hidrovia Paraguai-Paraná[38] e da Zona de Processamento e Exportação – ZPE.[39]

Conforme observado, os temas ligados a tais projetos ainda se fazem presentes nos processos políticos eleitorais ou em fóruns intermunicipais, a exemplo: "Cáceres rumo ao desenvolvimento" (2010) ou o "Fórum debate futuro de Cáceres integrado por diversos modais" (2013). Por estarem vinculados a temas como o Progresso e o Desenvolvimento Econômico, os projetos ainda têm efeitos positivos nos processos eleitorais quando relacionados às justificativas para minimizar os inúmeros problemas sociais[40] que, na maioria das vezes, são atribuídos às dificuldades de arrecadação financeira.

Os diversos agentes políticos enfatizam a ideia do "resgate da região de Cáceres",[41] condicionando-a a de desenvolvimento econômico, tal qual um dos discursos proferidos num fórum regional: "Precisamos arrumar um meio de alavancar o desenvolvimento desta região que já foi o celeiro de Mato Grosso".[42] Este pronunciamento refere-se aos acontecimentos entre as décadas de 1960 e 1980, quando Cáceres se tornou um laboratório da política desenvolvimentista de interiorização do Brasil durante os governos militares.

---

[38] A Hidrovia Paraguai-Paraná é um empreendimento que visa transformar os rios Paraguai e Paraná em um canal de navegação voltado para o escoamento agrícola, o desenvolvimento industrial e a integração latino-americana dos cinco países da Bacia da Prata, constituída pelo Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. São 3.442 km, sendo 2.202 km até a divisa com o Paraguai e Argentina. Embora tivesse sido idealizado desde o início da década de 1980 o seu projeto foi organizado em 1997 pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O projeto propunha uma intervenção de engenharia, inclusive derrocamento, dragagem, e canalização estrutural em centenas de localidades. A Hidrovia corta a metade da América do Sul, vai desde a cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso, até Nova Palmira, no Uruguai. De acordo com o Ministério dos Transportes (2014), o porto de Cáceres se insere nesse contexto principalmente a partir de 1973 a 1975 e, até 1986, quando foi construído e operacionalizado, atendendo o escoamento de arroz, milho e madeira, e o desembarque de cimento e derivados de petróleo.

[39] De acordo com o Ministério do Desenvolvimento (2014), as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) são caracterizadas como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. As empresas que se instalam em ZPE têm acesso a tratamentos tributário, cambiais e administrativos específicos e o principal requisito é o seu caráter eminentemente exportador.

[40] Nas discussões sobre os "problemas sociais" em Cáceres (Cf. Termo de Referência do Plano Diretor, 1993; Plano Diretor de Desenvolvimento de Cáceres, 2010) são apresentadas questões como: a mobilidade urbana, saneamento básico, saúde pública, desastres ambientais, criação de trabalho e distribuição de renda. O setor da cultura é posto como entretenimento, de modo geral, havendo pouco interesse na criação de mecanismos e ações institucionais relacionados a organização, planejamento, produção e democratização do acesso e produção dos bens culturais.

[41] Região compreendida por mais 22 municípios da região sudoeste de Mato Grosso.

[42] Fala do deputado estadual Ezequiel Fonseca in: BOSQUO, João; CUNHA/ Dani. **Fórum debate futuro de Cáceres integrado por diversos modais**. [*Online*] SECOM (MATO GROSSO). 16 de agosto de 2013.

Neste período, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, a população no município de Cáceres cresceu em média 209%, dando um salto populacional de 28.078 para 85.699 habitantes nas respectivas décadas. Este quadro demográfico se transformou a partir de meados da década de 1970, com o crescimento populacional e o fenômeno de êxodo rural que aconteceu concomitantemente em escala regional e nacional (tabela 01 e figura 02).

Tabela 01: Crescimento populacional de Cáceres em relação a Mato Grosso, Centro Oeste e Brasil (1970-2010)

Ano	Cáceres	Crescimento em Cáceres	Mato Grosso	Centro Oeste	Brasil
1970	85.699	209%	1.597.090	5.073.259	93.139.037
1980	59.067	-31,07%	1.138.691	6.805.911	119.011.052
1991	77.540	45,23%	2.027.231	9.427.601	146.825.475
2000	85.857	0,08%	2.504.353	11.636.728	169.799.170
2010	87.912	2,39%	3.035.122	11.487.934	190.755.799

Fonte: Mato Grosso (1992); IBGE – Censo Demográfico: 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

A tabela acima apresenta um processo de crescimento demográfico local integrado ao regional e nacional que contribui para compreender os processos e transformações sociais ocorridas na cidade de Cáceres. Mesmo diante do acentuado crescimento populacional até a década de 1970, a população do campo em Cáceres ainda era de 80,4%. E *pari passu* ocorreu uma ligeira transformação urbana através de implantação de redes de saneamento básico, instalação de rede de água encanada, esgoto e energia elétrica.

Na década de 1980, diante da emancipação de distritos rurais do município de Cáceres, houve decréscimo populacional de 31,07% e a sua população urbana ultrapassou a do campo acompanhando o cenário regional e nacional, conforme se pode observar na figura 02, mais abaixo, que apresenta a variação do percentual entre a ocupação urbana e rural.

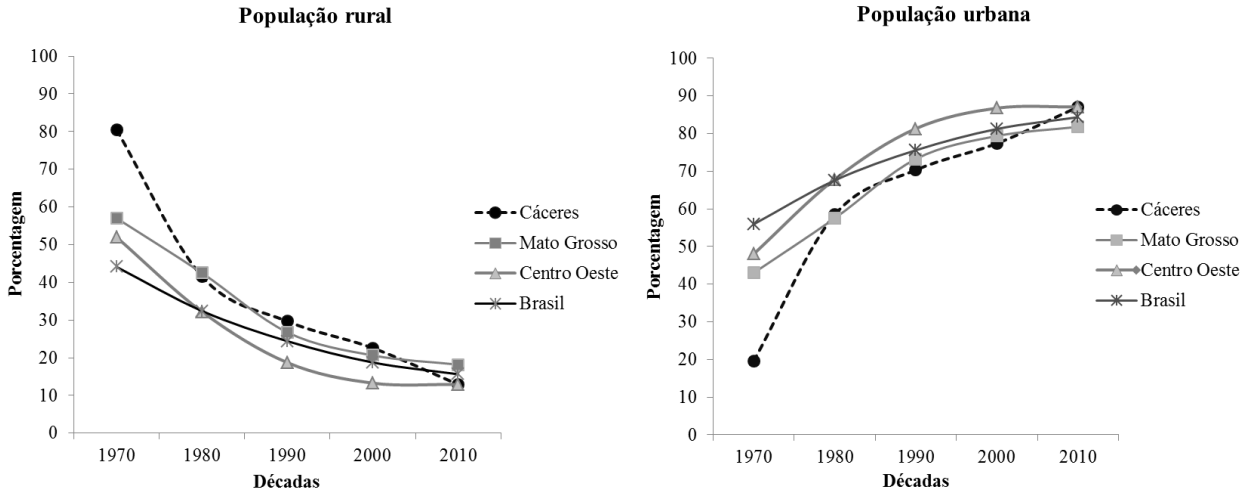


Figura 02: Transformação do quadro populacional local, regional e nacional entre as décadas de 1970 e 2010.

Este fenômeno da migração da população rural para urbana no território brasileiro passou a ser estimulado pelas políticas desenvolvimentistas voltadas para a mecanização da produção agrícola, que só aconteceram de forma mais sistemática e intensa a partir do regime militar "capitalista-burocrático", de 1964 a 1984 (BRESSER PEREIRA, 1995).

A questão do desenvolvimento econômico agrícola e do êxodo rural, tal como aconteceu na região de Cáceres, nesse período, conduziu a uma situação paradoxal mas também comum no processo brasileiro de preservação do patrimônio, haja vista que se, por um lado, as referidas questões produziram impactos negativos no tocante a preservação dos bens culturais, com a destruição deliberada de imóveis antigos em função do processo de modernização da cidade, por outro, contribuiu para a institucionalização das políticas municipais de preservação do patrimônio, exemplificada no tombamento do Marco do Jauru.

2.2. A administração municipal e a preservação do monumento histórico

Conforme discutido no capítulo anterior, na história das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, as instituições públicas foram os principais agenciadores a fim de garantir a função social e interesse público na proteção de bens culturais públicos e privados.[43] Neste processo, as administrações municipais consolidaram-se enquanto principais parceiros das instituições dos demais entes políticos, federal e estadual, na execução de ações sistêmicas de preservação.

Desde a fundação do lugarejo de Vila Maria do Paraguay, em 1778, até sua transformação na cidade de Cáceres,[44] a administração local sempre contou com instrumentos legais disciplinares. Durante o período do Brasil Monárquico, Cáceres organizou sua administração por meio de documentos, como a ata de fundação (1778), o Código de Posturas de 1860 (CASTRILLON, 2006) e o Código de Posturas de 1888 junto com o seu apêndice – o Regulamento do Cemitério de São Luiz de Cáceres de 1888, sendo que este último ficou em vigência durante toda a Primeira República (1889-1930).[45]

---

[43] Ver: FONSECA (2005); MOTTA (2000); CHUVA, 2009.

[44] O povoado Vila Maria do Paraguay, foi fundado por meio do 4º governador Luiz de Albuquerque Pereira de Mello e Cáceres em 06 de outubro de 1778. Em 1860, já contava com sua Câmara Municipal, mas apenas em 23 de junho de 1874 foi elevado à categoria de cidade, passando a ser denominada São Luiz de Cáceres. Em 1938 através do Decreto-Lei Estadual nº 208 de 26/10, seu nome foi simplificado para Cáceres, denominação que segue até os dias atuais.

[45] Através da Lei nº 21 de 29 de janeiro de 1892 e o Decreto nº 21 de 29 de janeiro de 1892, conforme MENDES (2009, p. 61).

Esses instrumentos jurídicos constituíram-se em tecnologias estabelecidas a partir de uma visão hierarquizada da sociedade e elaborada para que o governo municipal pudesse exercer o seu poder disciplinar através da aplicação de sanções normalizadoras e exames da ordem e espaços públicos.

Neste sentido, Rachel Tegon de Pinho (2011), com base no filósofo Michel Foucault (1987), discute o Código de Postura de 1888 e o seu anexo, o Regulamento do Cemitério de São Luiz de Cáceres, como instrumentos jurídicos que estabeleceram novas diretrizes voltadas para a higienização, o uso e a ocupação da cidade, passando então a fiscalizar, monitorar e conceder concessões de licenças voltadas para um novo ordenamento urbano, que só passou por novas reformulações a partir do inicio do século XX.

Embora esses instrumentos jurídicos tenham sido institucionalizados observou-se que, até o último quarto do XX, inexistiram dispositivos nas principais normas legais que delegassem responsabilidades à administração municipal em preservar monumentos históricos.[46] Com base em Sonia Rabello, pode-se dizer que a ausência de instrumentos legais do governo municipal de Cáceres tem fundamento na autonomia da competência legislativa, uma vez que

> nas Constituições anteriores (a de 1988), pode-se afirmar, todos os entes políticos tinham competência para estabelecer, autonomamente, formas de limitações que seriam impostas aos documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, e aos monumentos e às paisagens naturais notáveis, e às jazidas arqueológicas, com o objetivo de protegê-los, amparando, desta forma, a cultura. O dispositivo constitucional era categórico, estabelecendo a tutela genérica do poder público sobre os bens de valor cultural. Por isso, a União, os Estados e Municípios podiam estabelecer as formas de proteção aos bens culturais que melhor atendessem ao comando constitucional (RABELLO, 2009, p. 29).

Ainda assim, mesmo que reservada, a trajetória da conservação de monumentos históricos pelo governo municipal remonta ao final do século XIX, especialmente após a transferência do Marco do Jauru em 1883. Estas ações permearam as práticas culturais institucionalizadas em âmbito local, como a promoção dos eventos culturais, de desfiles e festas comemorativos, comumente na data do aniversário da cidade e independência do Brasil, estendendo até a criação dos símbolos do brasão e a Bandeira de Cáceres, em 1968.

Vale ressaltar que, de modo geral, essa preservação do Marco se deve em parte às ideias do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso (IHGMT), difundidas pelos

---

[46] As políticas e programas não foram suficientes para promover a institucionalização de instrumentos de proteção e conservação em âmbito municipal, haja vista que ao mesmo tempo em que ocorreu um rápido crescimento da população urbana em Cáceres também ocorreram as reformas administrativas, como o Código de Obras em 1961, o tributário (MENDES, 2009) e o Código de Posturas de 1976, que atribuiu à administração municipal o poder de polícia administrativa, quando no zelo da ordem pública, da higiene e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais.

membros do IHGMT[47] e pautavam-se no zelo dos "bens tradicionais isolados" ligados a "grandes fatos memoráveis" (ARRUDA, 2002b). Por se tratar de uma entidade que teve representantes a frente de órgãos públicos no Estado e em múltiplas cidades mato-grossenses, a sua concepção não foi algo isolado e interferiu diretamente na preservação de determinados bens pelos poderes governos municipal e estadual.

Tal preocupação com a conservação específica do Marco do Jauru, expressa em evidências tradicionais, deve-se, sobretudo, à importância que ele adquiriu ao longo do tempo (conforme será discutido mais adiante) devido aos processos históricos ligados à ocupação da fronteira oeste e formação do estado brasileiro. Fatos estes que passaram a estabelecer os pilares do seu complexo processo de valoração.

2.3. A conservação do Marco do Jauru e a construção do valor histórico

O Marco do Jauru é uma peça arquitetônica lavrada de pedra de Lioz, construída em Lisboa, Portugal, com duas partes: uma representando os limites da coroa portuguesa e outra os da espanhola (figura 03). Esta peça arquitetônica foi construída para demarcar e estabelecer um limite do domínio territorial entre Portugal e Espanha na América firmado através do Tradado de Madri (1750), sendo montada e fixada à margem do rio Jauru em 18 de janeiro de 1754. Diante dos conflitos da época foram firmados outros acordos que anularam o de Madri, em especial o Tratado de El Pardo (1761) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777), deixando o Marco sem exercer sua finalidade demarcatória até 1801, quando o Tratado de Badajoz reafirmou e garantiu a maioria das definições limítrofes estabelecidas no Tratado de Madri.

[47] O Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso (IHGMT) foi fundado em 1º de janeiro de 1919, e instalado em 8 de abril do mesmo ano, com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, criado em 21 de outubro de 1838. Desde a sua fundação, o Instituto mato-grossense buscou coletar e arquivar documentos de interesse para a História e Geografia de Mato Grosso, e a produzir e difundir por meio de sua Revista, editada desde 1919, a produção intelectual de seus membros (IHGMT, online).



Pirâmide "Sub Ferdinando VI"

Figura 03: Retrato do Marco do Jauru em 11-09-1827, na foz do rio Jauru. Fonte: Florence (2007)

Por mais que não exercesse a função de instrumento de demarcação territorial da fronteira luso-espanhola na América, a partir de meados do século XIX, o Marco (enquanto peça arquitetônica e recurso mnemônico) passou a exercer um papel simbólico importante nas narrativas históricas do processo de ocupação desta fronteira e na constituição do território mato-grossense. Neste sentido, Lacerda (2009) destaca que ao longo dos anos o Marco passou por manipulações discursivas que o transformou tanto em recurso mnemônico quanto em um instrumento de poder de determinados grupos sociais, inclusive em um produto turístico.

Desta forma, este processo permite considerar o Marco como um monumento histórico distinto da definição historiográfica de monumento, pois, neste caso, de acordo com Françoise Choay (2006), apoiada em Alois Riegl (1984), o

> monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o seleciona na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial, relaciona-se com a memória viva e com a duração. [...]
> O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o

> inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular –; ou então ele pode, além disso, como obra de arte dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso "desejo de arte" (*Kunstwollen*): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história (CHOAY, 2006, p. 25).

O Marco se trata, portanto, de um bem cultural que, ao longo dos anos, foi transformado em produto do passado, selecionado entre as centenas de milhares de evidências e por consequência de tal seleção sobreviveu às intempéries e ações humanas, tornando-se um monumento histórico, ou seja, um objeto convertido em testemunho histórico (LE GOFF, 2003). Assim, podemos compreender esse monumento histórico como um documento da memória coletiva. Todavia, como qualquer documento (nesse caso voltado para compreender o processo de preservação, conforme já mencionado) devemos estar atentos ao fato que todo "documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder" (LE GOFF, 2003: 526).

Enquanto um objeto transformado em testemunho histórico, podemos identificar algumas narrativas sobre o Marco em meios aos múltiplos documentos que apresentam parte da sua trajetória e sobrevivência. Já no início do século XIX, o pintor-viajante francês Hercules Florence, integrante da Expedição Langsdorff (1822-1829),[48] em passagem pela província de Mato Grosso foi visitar o Marco, a época localizado na Foz do rio Jauru, bacia do rio Paraguai. Em seu relato de viagem destacou as principais características e as frágeis condições da conservação física em que se encontrava (conforme os grifos no relato abaixo). A jornada para conhecer o Marco (conhecido como "Pirâmide") e registrar nos anais da Expedição começou no dia 10 de setembro de 1827:

> Antes do dia estávamos de pé, à espera da canoa que da barranca do rio devia levar-nos à embocadura do Jauru, onde íamos ver a pirâmide do Paraguai, célebre no país e conhecida de alguns geógrafos. [...]
> 11 de setembro de 1827. Partindo às 2 horas da madrugada, às 9 da manhã chegamos ao rio Jauru, à direita. Em vão procuramos a princípio enxergar a pirâmide que vínhamos ver: descobri-a afinal à direita da embocadura, por trás de árvores que a ocultam das vistas.
> Não é possível enxergar com indiferença um momento qualquer de mármore branco e de arquitetura regular que de repente se nos depara no meio dessas vastas regiões, onde sem partilha reina a natureza.

[48] A Expedição Langsdorff ocorreu entre 1822 e 1829, por meio de uma empresa científica coordenada pelo médico alemão naturalizado russo, Georg Heinrich von Langsdorff, sob a proteção e o apoio do Imperador Dom Pedro I e do Czar Alexandre I da Rússia, reunindo um conjunto de especialistas entre botânicos, zoólogos, geógrafos e artistas oriundos da Rússia, Alemanha e França, auxiliados por brasileiros. Seu objetivo foi o de explorar o interior do Brasil, estudar o meio natural, realizar observações astronômicas e geográficas, e documentar e representar visualmente o observado durante todo o percurso. O percurso da Expedição abrangia desde o território de Minas Gerais até as bacias do rio Paraguai e do Amazonas. Ver: COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. **Bastidores da expedição Langsdorff**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2014.

> É a pirâmide quadrangular e tem 15 e meio pés de alto, incluindo o pedestal e a cruz de pedra que a coroa. No lado N. 54º O. estão gravadas as armas de Espanha, estão gravadas as armas de Espanha, sob as quais se lê esta inscrição:
> SVB FERDINANDO VI HISPANIAE REGE CATHOLICO
> **A coroa está quebrada**; **só restam os florões**.
> No lado S. 54º E. estão as armas de Portugal e esta inscrição: SVB IOANNE V LVSITANORVM REGE FIDELISSIMO
> **Falta de todo a coroa**.
> Lê-se no lado N.36º E.: EX PACTIS FINIVM. RE CVNDORVM CONVENTIS MADRITI. IDIB IANVAR M.DCCL.
> Enfim no quarto lado: IVSTITIA ET PAX OSCVLATAE SVNT.
> As duas coroas das armas de Espanha e Portugal estão mutiladas; pelo tempo ou pelos homens? Na minha infância vi os sinais da realeza destruídos pelos revolucionários de 92. Inclino-me a crer que o mesmo sentimento impeliu os americanos a apagarem o assinalamento da antiga servidão.
> A pirâmide, compreendendo o pedestal, é de alto a baixo separada em duas metades, ambas de rima só pedra. A junção forma, nos lados N. 36º e. E S. 36º O., duas linhas que marcam a direção de um raio de mais de 100 léguas de limites. Dizem que uma metade foi feita em Lisboa e outra em Cádiz. Contaram-me que não tendo sido aprovado pelo gabinete de Lisboa o rumo de limitação, o tenente-coronel português desterrou-se para Buenos Aires, e aí acabou seus dias feito mestre-escola.
> Como as duas peças da pirâmide não juntaram bem e, para facilidade de transporte da Espanha para Buenos Aires, e pelo Prata daquela cidade até ao lugar marcado, não foram feitas maciças, **há sempre no interstício colméias de abelhas**. Na fenda introduzimos um facão e de pronto correu delicioso mel que encheu uma cabaça e misturado com farinha deu-nos ótimo regalo.
> Às 2 horas da tarde, fizemo-nos na volta de Vila Maria (FLORENCE, 2007, p. 185-185, grifo nosso).

Ao que indica neste relato, um dos propósitos da ida de Florence até a foz do rio Jauru foi o de constatar a existência da "pirâmide do Paraguai" que resistia ao tempo, mesmo diante das divergências políticas e culturais. Conforme acrescenta, na época, já era uma célebre pirâmide. E na conservação destacava ricos detalhes, descrevendo que havia a criação de colmeias de abelhas e a falta das coroas e, inclusive, indagava sobre as possíveis causas dos danos, se seriam decorrentes de fatores naturais ou da ação humana. Ao estabelecer uma relação com o seu lugar de origem, a França, também deduz as possíveis causas da ausência da coroa da "Pirâmide".

Afora, essa menção, não encontramos em nenhum outro relato histórico ou de época qualquer menção ao Marco e seu destino, de onde se depreende que ele permaneceu em seu local de origem até sua transferência, em 1883. Mas antes disso, em 20 de maio de 1880, o Tenente-Coronel Antonio Maria Coelho, comandante do Distrito Militar de Cáceres, através do discurso patriótico, solicitou a permissão de transferência do Marco do Jauru para o centro da cidade, à época o Largo da Matriz, devido ao abandono que se encontrava na foz do Rio Jauru e também o ressaltava enquanto peça capaz de contribuir para o embelezamento da cidade (MENDES, 1983). Conforme Mendes (1983), um dia após o pedido do Tenente-coronel Antônio Maria Coelho, a Câmara Municipal lhe respondeu:

> Esta Câmara Municipal tem a honra de acusar o recebimento do ofício que V.S em data de ontem se dignou dirigir-lhe, no qual manifestou a idéia que concebeu de colocar na praça da Igreja da Matriz desta cidade o Marco que outrora se destinou para marcar o limite da possessão portuguesa e espanhola nesta parte da América. A mesma Câmara conhecedora do gênio patriótico, dos desejos de todo e qualquer melhoramento, assim como formoseamento dos pontos que reside, não pode ela furtar-se de louvar a V.S por tão nobres sentimentos, mas não sendo aquele monumento de origem brasileira, entende ela que não deva figurar em sua praça, entretanto não querendo que prevaleça sua idéia a tal respeito vai consultar a Exma. Previdência e de sua resposta dará ciência a V.S a quem Deos guarde (MENDES, 1983, p. 26).

Mesmo diante do conturbado período na esfera política do Império e na administração da Província de Mato Grosso (momento este ligado a busca pela proclamação da República), a ideia da conservação do Marco através do translado e afixamento no centro da cidade foi aceita pelo governo da Província, fato que possibilitou assentá-lo em frente à Igreja da Matriz em 02 de fevereiro de 1883, conforme anotou no registro paroquial da época o Vigário Padre Casimiro Ponce Martins (MENDES, 2009). Neste sentido, através da transferência do Marco para a Praça da Matriz, em São Luiz de Cáceres, buscava-se além da conservação da sua, o embelezamento da cidade. Este Marco era único, pois os demais marcos, instalados nas mais diversas regiões de litígio na América Luso-espanhola, desapareceram.[49]

Observa-se que este evento de conservação do Marco iniciou no final do Brasil Império, após um momento caracterizado na década de 1980, pelo órgão federal de preservação brasileiro, como a "segunda tentativa de proteção de monumentos históricos" através de uma publicação intitulada "Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória". De acordo com essa publicação isso aconteceu após a ordem do Ministro do Império, Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, "aos Presidentes das Províncias para que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional e, ao Diretor das Obras Públicas da Corte" (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 09). Embora tenha sido notável o esforço dessa publicação em construir uma visão mais ampla das práticas de preservação do patrimônio no Brasil (que nos permitiu identificar os eventos ocorridos em diferentes momentos históricos), pode-se dizer que a tentativa de construir um histórico das práticas de preservação partiu de uma visão anacrônica, linear e contínua. Pois acabou concebendo as práticas modernas de preservação como uma simples continuidade das realizadas no período do Brasil Colonial e Império. E correlacionou as práticas modernas de preservação sem uma crítica a institucionalização e ao processo instituído a partir de 1930. Atualmente há dezenas de estudos que já discutiram e desmistificaram essa percepção da

[49] Sobre a formação da fronteira luso-espanhola, a povoação da fronteira e as localidades em que foram fixados outros marcos demarcatórios, ver: Chaves (2011).

trajetória das práticas de preservação no Brasil, principalmente a desenvolvida pelo governo federal.[50] De todo modo, as caracterizações das trajetórias da preservação do patrimônio, realizadas na referida obra, constituem-se em pontos de partida relevantes para quem tiver interesse em estudar a preservação de monumentos históricos no período do Brasil Império.

Ao estabelecer uma relação entre as ações realizadas no mesmo período da conservação do Marco em Cáceres, no interior de Mato Grosso, esse exercício possibilitou levantar novas questões a serem investigadas, a exemplo: se a ordem do Ministro do Império teve (ou não) influência na conservação e transferência do Marco para a cidade? Em que medida o Exército se associou aos poderes municipais e das províncias, durante o Brasil Império, para garantir a preservação de monumentos históricos? Questões essas que ficarão como desafios a serem superados por outros trabalhos.

Após a sua transferência para a cidade, em 1883, observou-se nos anais da Câmara Municipal e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) que o uso como recurso mnemônico ocorreu em níveis local e regional, assim contribuindo para o processo de conservação do Marco pelo poder municipal e do exército local. Foi manipulado por diversos grupos não só enquanto um recurso da memória coletiva local como também foi apropriado de múltiplas maneiras, perpassando de um instrumento de poder a uma obra de arte da cidade.

Entretanto, ao investigar sobre a conservação do Marco identificou-se que a mesma baseava apenas nos cuidados básicos, ou seja, para que não fosse dilapidado e na proteção contra um possível furto.

Até o final da década de 1970, pode-se dizer que pouca atenção foi dada para a preservação balizada por meio de estudos técnicos, especialmente sobre a melhor localização na Praça Barão do Rio Branco, na área central da cidade, já que o mesmo foi afixado em diversos lugares, conforme as figuras 04, 05 e 06. A proposta de transferência do Marco para o lugar de origem, na foz do rio Jauru, não tinha sido feita formalmente por nenhum agente das instituições municipal e federal.

[50] Ver: Chuva (2009); Fonseca (2005); Motta (2000).



Figura 04: Marco do Jauru assentado em frente à Igreja Matriz. Fonte: Arruda (1938)



Figura 05: O Marco do Jauru fixado em frente à Catedral em construção. Fonte: MHC (s/d.)



Figura 06: O Marco do Jauru, fixado próximo ao cais e em cima do mapa do Brasil. Fonte: MHC (s/d.).

Sendo assim, pode-se considerar, portanto que a sobrevivência do Marco está, direta e indiretamente, ligada aos valores construídos social e historicamente pelos múltiplos grupos e instituições, em especial aqueles ligados a administração municipal, as instituições de ensino e ao exército militar (Figura 07 e 08).



Figura 07: Desfile de 07 de Setembro na Praça Barão do Rio Branco Fonte: MHC Data: Década de 1960



Figura 08: Marco no centro da praça na década de 1970.[51] Fonte: MHC

Esses múltiplos grupos e instituições lançaram mão dos mais diversos meios de comunicação, tais quais os jornais, livros, revistas, fotografias[52] e quase sempre exaltaram o

[51] Conforme relata em sua página no Facebook o professor Paulo Fanaia, que residiu em Cáceres na época "a Semana da Pátria, época do prefeito Ernani Martins. Hasteamento da Bandeira na praça Barão. Observa que o Marco do Jauru se encontra próximo à Bandeira Nacional e várias autoridades entre elas, Dr. Carlos Atala (delegado), Professor Natalino Ferreira Mendes, Ivo Ambrósio, Capitão da Marinha e o Ten. Milton Kawasaki, representando o Exército Brasileiro. O Civismo era forte e marcante."

Marco como artefato certificador das histórias de Cáceres e do estado de Mato Grosso, vinculando-o tanto aos processos de defesa e ocupação da fronteira oeste quanto ao passado bandeirantizado. Ou seja, pautado nas conquistas dos "colonizadores",[53] que, por meio destas referências, também vem demarcando seus lugares no extenso e complexo processo de construção da ancestralidade da histórica da nação.

2.4. Tombamento do Marco: o início da preservação federal na cidade

Conforme Lia Calabre (2009, p. 59) "entre as décadas de 1960 e 1970, as questões da cultura ganharam maior importância dentro da área de planejamento público e passaram a ser incluídas no rol daquelas ligadas à problemática do desenvolvimento". A autora (idem, p. 68) também ressalta que, com o golpe militar de 1964, o campo da cultura passou a ser uma preocupação do Estado desde o princípio, inclusive "verificou-se um processo de recrudescimento tanto dos mecanismos de censura, quanto da preocupação com o abandono do patrimônio e das instituições".

Durante a década de 1970, diante de uma série de propostas e acontecimentos ligados às políticas culturais, principalmente às de descentralização da política de preservação do patrimônio e as deficiências do órgão de preservação analisadas no primeiro capítulo, foram implementados diversos programas ministeriais e interministeriais, com ênfase na promoção e fomento do folclore brasileiro, do artesanato, criação de instituições de ensino e culturais e na preservação de patrimônio individual e/ou conjuntos arquitetônicos e paisagísticos (CALABRE, 2009). Em vista disso, como pano de fundo, houve a busca pelo desenvolvimento regional e a restrição aos movimentos artísticos e intelectuais contrários à ditadura militar e/ou apologéticos ao socialismo e comunismo.[54]

---

[52] Como o Albhum Graphico de Mato Grosso (1914), Gabriel Pinto de Arruda (1932), Luis-Philippe Pereira Leite (1977) e Natalino Ferreira Mendes (1983; 2009).

[53] Ver também Lacerda (2009).

[54] Para compreender esse contexto histórico foram usadas fontes variadas, perpassando desde bibliográficas, documentos institucionais até filmes e documentários que retrataram os contrastes sociais e culturais do período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1984). Foram consultadas as seguintes obras bibliográficas: Skidmore (1982); Toledo (1982); Sadder (1991); Fico (1997; 2001; 2004), Dockhorn (2002), Napolitano (2002), Dreifuss (2006). Alguns filmes e documentários também contribuíram, como: Terra em Transe (1967), Cabra marcado para morrer (1984), Lamarca (1994), Cabra Cega (2005), Zuzu Angel (2006), Batismo de Sangue (2007), Brasília: projeto capital (2010), entre outros. Esses documentos audiovisuais foram compreendidas a partir da percepção dos mesmos enquanto "documento/monumento" de Le Goff, (2003) e das discussões de Kornis (1992) e Barros (2011), nos quais contribuíram para observá-los como textos que não reproduzem a realidade,

Em âmbito estadual, em meados da década de 1970, também se buscava em Mato Grosso (re)inventar a identidade mato-grossense, uma vez que ocorria um rápido processo de ocupação decorrente das migrações estimuladas por programa de interiorização do país e em seguida a divisão do Estado. Contudo, vale lembrar que esta identidade regional, conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p. 08), "não é dada pelo espaço onde se nasce, ela emerge de um trabalho de subjetivação, ela é a constituição de uma dada subjetividade através das relações sociais e da incorporação consciente ou não das narrativas que definem este ser regional".

Assim, com o propósito de se construir tais narrativas e se criar um ambiente propício para a "construção" desta nova identidade, foi criada a Fundação Cultural de Mato Grosso (1975) e instituída a lei estadual de nº 3.774 de 1976, de preservação do patrimônio histórico e artístico. Os trabalhos acabaram transcendendo a preservação do patrimônio, pois passaram a financiar eventos comemorativos e cívicos, a produção literária e a promoção do folclore e a cultura popular regional (PÓVOAS, 1994). Ao mesmo tempo, determinados setores da sociedade mobilizaram-se acerca da preservação ambiental, tal qual a manifestação do representante do estado de Mato Grosso no Encontro Nacional de Cultura, promovido pelo Conselho Federal de Cultura do MEC, realizado em Salvador-Bahia, entre 06 a 09 de julho de 1976, publicada no ano seguinte na Revista do IHGMT.[55]

Simultaneamente, as políticas culturais passaram a integrar o rol das políticas públicas desenvolvimentistas implementadas em Cáceres, respondendo assim, em instância local, *a priori* a intenção de transformar o *Festejo do Bicentenário da cidade de Cáceres* no "maior evento comemorativo mato-grossense", conforme ressaltou no jornal local o professor Natalino Ferreira Mendes, presidente da *Comissão do Festejo do Bicentenário de Cáceres* – CFBCE.[56] Para isso, a Comissão coordenou, agenciou e estimulou as múltiplas atividades realizadas no decorrer do ano de 1978, perpassando de inaugurações de obras públicas a atos comemorativos dedicados a datas históricas. Entre os resultados mais marcantes se têm à institucionalização municipal de políticas culturais e a sua promoção por meio do Museu

---

mas sim reconstrói contextos sociais e culturais através de uma linguagem própria, portadora de retratos, marcas, indícios da sociedade que a produziu e a que buscou retratar.

[55] POMBO, Pe. Raimundo Conceição. Intervenção apresentada pelo Pe. Raimundo C. Pombo durante os debates do Encontro Nacional de Cultura, realizado pelo Ministério de Educação e Cultura/Conselho Federal de Cultura, em Salvador-Bahia, período de 05 a 09.07.76, pelo representante de Mato grosso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Tomo CVII – CVIII, Ano XLIX, 1977, pp.70-73.

[56] A comissão foi criada pela lei municipal nº 97, de 29 de agosto de 1977, cuja composição contou oficialmente com 28 integrantes dos governos estadual, municipal, militares e da sociedade civil, nos quais estabeleceram uma agenda comum com diversos órgãos públicos das demais esferas políticas.

Histórico de Cáceres, do Arquivo Público Municipal e da Biblioteca Municipal.[57] Do mesmo modo, as articulações voltadas para a criação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres – IESC.[58] E na preservação do patrimônio, seguramente, o agenciamento do tombamento federal do Marco.

2.4.1 – Patrimonialização federal e a sacralização de antigos valores

Embora se tenha registro da descoberta de sítios arqueológicos no município de Cáceres na década de 1960, foi apenas com a patrimonialização do Marco do Jauru que teve início o processo de preservação federal de bens culturais na cidade e se abriu caminho para a consolidação da proteção do seu sítio histórico.[59]

Conforme descrito acima, há tempos o Marco do Jauru era concebido regionalmente como monumento histórico, mas, data de 1978 a sua transformação em patrimônio histórico e artístico nacional. Em meio à organização do *festejo de bicentenário de Cáceres*, a patrimonialização do Marco iniciou-se entre junho e agosto de 1977 e foi concluída em 04 de outubro de 1978, após a notificação ao prefeito municipal, na véspera do dia 06 de outubro, data de aniversário da cidade.[60]

Este processo contou com a mobilização de agentes da sociedade civil, do poderes públicos municipal, estadual e do exército militar que, articulados por meio da comissão do bicentenário, construíram uma grande rede entre órgãos e agentes públicos.

Os estudos que subsidiaram a patrimonialização do Marco foram desenvolvidos pelo arquiteto Edgard Jacintho e pelo relator membro do Conselho Consultivo, Max Justo Guedes – comandante da marinha e historiador especialista em história naval e da cartografia. Estes

---

[57] CÁCERES (Município). **Guia do Museu Histórico e Arquivo Municipal de Cáceres.** Gestão da Prefeita Ana Maria da Costa e Faria - 1983 a 1985.

[58] Instituição que foi estadualizada e transformada na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Ver: ZATTAR (2008).

[59] Mesmo sem contar com uma unidade ou representante fixo no território mato-grossense até o início da década de 1980, a jurisdição da preservação do patrimônio em Mato Grosso pelo IPHAN foi transferida da sede no Rio de Janeiro para a de Brasília a partir de março de 1976 (Foi delegada também ao Distrito Regional de Brasília a responsabilidade pelos territórios do Distrito Federal e Rondônia). Com o reordenamento da estrutura, seguramente este processo também colaborou para se acelerar a interiorização de patrimonializações federal na região central brasileira e a descentralização das políticas de preservação do patrimônio cultural. Ver: IPHAN. Banco de dados de bens tombados – 1937 a 2013. Documento digital. Brasília: Acervo DEPAM-DF

[60] Conforme o registro (a caneta) na Guia para Formação de Processo, este foi criado em 19 de junho de 1977. Em seguida, foi que se realizou o estudo que instruiu o tombamento pelo técnico de Edgard Jacintho, protocolado em 02 de agosto de 1977, sob o nº 3091. Pouco fica claro no corpus documental como surgiu, quando e através de quem. Mas a abertura do processo antecede a criação da Comissão do Bicentenário de Cáceres criada em agosto de 1977. In: IPHAN. **Processo nº 966-T-77 de 19 junho de 1977**. Marco: Jaurú (Praça Barão do Rio Branco). Cáceres – Mato Grosso. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

contaram ainda com complemento sucinto da museóloga Lygia Martins Costa – diretora da Divisão de Estudo, Pesquisa e Tombamento, enfatizando os valores artísticos.[61] As pesquisas desenvolvidas por intelectuais mato-grossenses acabaram norteando o processo de tombamento e a construção do valor histórico do Marco.[62]

O arquiteto Edgard Jacintho, a fim de ressaltar a originalidade do patrimônio, diferenciando-se das narrativas consagradas pelos intelectuais da região, recorreu a aspectos ligados à autenticidade e excepcionalidade do Marco, enfatizando-o enquanto um bem que "evocava para a posteridade" a figura de Alexandre Gusmão, "o vulto do insigne estadista patrício [...], proclamado como um dos seus inspiradores e artífice da grandeza territorial do país". Fez também o diagnosticou das características físicas do Marco, destacando: a matéria – a pedra de lioz; o lugar de produção – Lisboa, Portugal; a formação – por oito peças, composta pelo soco, a base, o corpo de duas peças, o capital, a cruz, e duas coroas (desaparecidas); e a posição aonde que o escudo com as armas de Portugal deveriam estar direcionadas para o NE. Diante disto, recomendou a sua inscrição nos livros do Tombo Histórico e de Belas Artes. [63]

Embora Edgar Jacintho ressaltasse a ausência da coroa do Marco, também salientado por Hercules Florence no início do século XIX, somente através da recomendação formal de tombamento do Marco pela museóloga Lygia Martins Costa, que os valores artísticos foram definidos e salientados tecnicamente no processo, destacando-se que

> é obra metropolitana de liós (sic), executada com apuro, com as armas de Portugal e da Espanha relevadas nas faces voltadas para os respectivos domínios, e legenda gravada de muito bom traço. É de se lamentar, apenas, a falta das coroas que, engastadas sobre as armas dos dois países, tão à moda lusa, constituíam por seu destaque presença marcante, necessária ao equilíbrio plástico da composição. Acresce a isso a circunstância de tratar-se de peça já de evidente gosto néo-clássico, prematura mesmo na arte portuguesa e certamente a 1a., nessa formação do estilo, trazida às terras do Brasil. Recomenda-se, pois, seu tombamento.[64]

---

[61] Guia para Formação de Processo, de 19 de junho de 1977, IPHAN. **Processo nº 966-T-77 de 19 junho de 1977**. Marco: Jaurú (Praça Barão do Rio Branco). Cáceres – Mato Grosso. Arquivo Central do IPHAN, RJ.

[62] Consta como referência do Parecer Técnico do arquiteto Edgar Jachinto, **Processo nº 966-T-77 de 19 junho de 1977,** Marco: Jaurú (Praça Barão do Rio Branco), as seguintes obras: Estevão de Mendonça – Datas mato-grossenses – 2 Vol. de 1919; Gabriel Pinto de Arruda – Um trecho do oeste brasileiro de 1938; e, inclusive do então presidente da Comissão do Bicentenário e membro do IHGMT, o professor Natalino Ferreira Mendes – História da Administração Municipal, Tomo I, 1973.

[63] IPHAN. **Processo nº 966-T-77 de 19 junho de 1977**. Marco: Jaurú (Praça Barão do Rio Branco). Cáceres – Mato Grosso. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

[64] COSTA, Lygia Martins. (Diretora Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento). **Processo nº 966-T-77.** Rio de Janeiro, de 23/03/1978. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Após a conclusão da instrução técnica do processo em 04 de abril de 1978, o mesmo foi encaminhado para o conselheiro e relator do processo, Max Justo Guedes, que ratificou os valores atribuídos pelos demais técnicos e ressaltou em seu parecer que o Marco apresentava valor "altamente representativo", ligado tanto à beleza artística quanto a monumentalidade.

Os técnicos do IPHAN também recorreram à ideia da "retórica da perda" (GONÇALVES, 1996) como instrumento discursivo legitimador do pedido de tombamento, pois, foram enfatizadas as problemáticas na conservação, evidentes na ausência do soco e a base (que não se sabe se existia antes do translado) e na sua localização na praça, que já tinha sido afixado em diversos pontos na praça e o deixava "totalmente amesquinhado, quer pela perda da monumentalidade, consequente da retirada do soco, quer pela inexpressiva colocação numa alameda de bloquetes, com árvores a impedir-lhe boa perspectiva". Ao recomendar o tombamento do Marco, devido à relevância histórica e artística, o relator destacava a necessidade de que fosse, "(...) se possível, restaurado, readquirindo as características primitivas; e (...) melhor localizado, recebendo de volta o soco que lha dava monumentalidade e tendo favorecida a sua perspectiva". [65]

Durante a septuagésima nona reunião do Conselho Consultivo do IPHAN,[66] o tombamento do Marco do Jaurú, juntamente com as qualificações e as sugestões de inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Artístico, foram reconhecidas, acatadas e aprovadas de maneira unânime. Apesar disso, o Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco fez um aditamento destacando a necessidade de estudo visando a "sua melhor localização e valorização, sem que isso importe na derrubada da arborização existente na Praça em que o monumento se acha situado".[67] Estas últimas considerações marcam também certa concordância, naquele momento, em manter o Marco como monumento da cidade, tal qual fora disseminado regionalmente desde o final do século XIX – com seu ápice em 1978, ao adquirir *status* de patrimônio nacional –, através da ampla divulgação nos jornais regionais, inclusive na revista do Bicentenário da cidade de Cáceres.

---

[65] GUEDES, Max Justo (Relator). Processo nº 966-T-77. Rio de Janeiro, de 04/1978. In: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

[66] A reunião do Conselho Consultiva foi realizada no plenário do Conselho Federal de Cultura, na cidade do Rio de Janeiro, e composta pelo Presidente do IPHAN, Renato Soeiro; e os conselheiros, Afonso Arinos de Mello Franco; Américo Jacobina Lacombe; Cyro Ilídio Correia de Oliveira Lyra; Edson Motta; Gerardo Brito Raposo da Câmara; Gilberto Ferrez; Lourenço Luiz Lacombe; Max Justo Guedes; Paulo Ferreira Santos; Pedro Calmon e Leda Dau. Houve a participação do Augusto Carlos da Silva Telles como secretário. In: Processo nº 966-T-77. Ata da Septuagésima Nona reunião do Conselho Consultivo, de 11/04/1978. In: Arquivo Central do IPHAN, RJ.

[67] Ata da Septuagésima Nona reunião do Conselho Consultivo, de 11/04/1978. Processo nº 966-T-77. In: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

De maneira crítica ao processo de conservação e acerca do consentimento de manter o Marco fixado na praça central da cidade, Edgard Jacintho se dirigiu ao então Diretor Geral do IPHAN (25/09/1978), Renato Soeiro, descrevendo a importância de restituí-lo ao seu lugar de origem, enfatizando:

> Sugiro que no termo de inscrição do tombamento do Marco do Jaurú**,** pelo imperativo da inamovibilidade intrínseca a êste genero de monumento, seja nele acrescentada a ressalva da sua restituição ao local de origem - observadas fielmente as instruções geodésicas - quando futuro se verificarem condições factíveis para a proteção e conservação a ser mantidas mesmo na paragem convencionada pelo Tratado de Madri e onde foi efetivamente chantado.[68]

A supracitada recomendação institucional de Edgard Jacintho aparece após o seu parecer de instrução do processo, o parecer do relator, a aprovação do Conselho Consultivo e a assinatura do Ministro, resultando possivelmente na permanência do Marco até os dias atuais na Praça, assim, atendendo aos propósitos da Comissão do Festejo do Bicentenário, que o lançou como um dos principais símbolos da identidade da cidade e seu produto turístico.

No processo de escolha dos símbolos da cidade de Cáceres, o tombamento pelo IPHAN (finalizado na véspera de 06 de outubro de 1978, data também estabelecida como momento de comemoração dos 200 anos da cidade) acabou sacralizando o Marco e seus valores enquanto uma referência cultural local e regional, sendo este ato possivelmente um dos principais propósitos se comparado urgência de necessidades de proteção e conservação. Embora estas necessidades ligadas a preservação estivessem presentes nas ressalvas do relator, do conselheiro, entre outros agentes públicos, observou-se que estava em jogo no momento a construção de um passado do Estado, que se encontrava abalado pelo processo de divisão, o rápido processo de "modernização" urbana e pela acentuada transformação cultural decorrente do grande fluxo de migração.

De acordo com Lacerda (2009, p. 18), "sobretudo após o bicentenário, não faltaram discursos que ressaltavam a importância de se escrever e preservar a história local, em decorrência da iminente destruição do passado, provocada pelo processo modernizador em que o estado estava ingressando". O autor (idem, 2011, p. 199) ressalta que múltiplos ícones/palavras/símbolos foram "agenciados pelo discurso identitário, para se definir uma identidade comum ao povo cacerense". E, o Marco acabou "se constituindo como uma espécie de curinga, neste baralho de cartas memoráveis, porque serve para qualquer tipo de configuração no jogo do discurso identitário. Sua imagem é agenciada não apenas pelo poder político, mas também pelo capital", especialmente através do turismo.

---

[68] Posterior ao estudo que instruiu o processo de tombamento (02/08/1977), do parecer do relator Max Justo Guedes (entre 04 a 11/04/1978), da aprovação do Conselho Consultivo (11/04/1978) e da assinatura do Ministro Euro Brandão (13/09/1978), in: Edgard Jacintho da Silva. Rio de Janeiro, s/d. In: IPHAN. Processo nº 966-T-77 de 19 jun. 1977. Marco: Jaurú (Praça Barão do Rio Branco). Cáceres – Mato Grosso.

As recomendações do relator e do conselheiro, buscando garantir a monumentalidade e maior visibilidade do Marco, foram atendidas. E, com o ato de tombamento, a rede de parceiros voltados para a preservação do Marco foi ampliada para além da administração municipal e do exército. Entretanto, a relação entre a administração municipal e o IPHAN ocorreu de modo pontual, respeitando as recomendações mas com o município desenvolvendo a preservação a sua maneira, ou seja, como já fazia desde o final do século XIX. O município acatou a construção da base do Marco e seu afixamento em num lugar em que as árvores não ofuscassem a sua monumentalidade (confiado extraoficialmente pelas dificuldades do acompanhamento técnico).

Durante muitos anos, o Marco foi o principal elo entre o órgão federal e o governo local. E a partir do tombamento do Marco do Jauru as relações e articulações institucionais aconteceram de modo relativamente harmonioso. Posteriormente, o tombamento foi usado por agentes públicos municipal e federal como um instrumento para tentar garantir a preservação de bens edificados que margeavam o Marco na praça.

Compreende-se, portanto, que o tombamento do Marco viabilizou uma boa e instigante experiência na gestão compartilhada de preservação do patrimônio entre poderes públicos em Cáceres. Contudo, há de se reconhecer que esse êxito decorre tanto da natureza jurídica do bem cultural (ou seja, por ser de propriedade pública o que, naquele momento, pouco interferiu diretamente no direito à propriedade privada dos imóveis que o margeiam), quanto por ter sido apropriado pela população como relíquia da cidade, portadora de valores históricos e identitários já consagrados regionalmente, referência das histórias local e regional capaz de articulá-las às narrativas de ancestralidade da Nação.

Diante disto, nota-se que o Marco continua motivando diversas atividades nos diversos setores da sociedade civil. Pode-se destacar o conjunto de eventos e estudos promovidos no decorrer do ano de 2009, que uniu militares do 2º Batalhão de Fronteira do exército, agentes públicos municipal, o Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres (IHGC) e universidades, como: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Esta união resultou na formação da Expedição Revisora,[69] que promoveu estudos cartográfico, geográfico e arqueológicos voltados para identificação o lugar de origem do Marco. Como resultado dos trabalhos, ocorreram: o afixamento de um marco simbólico e visita na Expedição Revisora em 09 e 12 de maio, respectivamente; evento voltado para a "conservação" através da limpeza em 04 de julho; e, por fim, a visita *in loco* da equipe do projeto Arqueologia do Marco do Jauru no dia 17 de outubro de

[69] Conforme o ex-secretário e militar do exército, Sandro Miguel de Paula, o projeto primeiramente desenvolveu o estudo cartográfico e geográfico de localização do lugar onde foi afixado o Marco em 1754. Disponível em: <http://ocacerense.blogspot.com.br/2009/10/arqueologia-do-marco-do-jauru.html>

2009 (Figura 09, 10, 11 e 12).[70] Mesmo que pontuais, esses projetos expuseram também a descontinuidade das ações.

Por fim, cabe dizer que as ações sistêmicas de preservação apontam o Marco como um monumento histórico agregador, onde, em certa medida, conviveram interesses conflituosos de forma harmoniosamente. Neste caso, os valores nacional, regional e local acabaram motivando o forte elo entre as instituições públicas e da sociedade civil. Por outro lado, a proposta final da Expedição Revisora ressuscita, consciente ou inconscientemente, a sugestão do Edgard Jacintho de retornar o Marco para o seu "lugar de origem", contrariando a construção do mesmo como monumento da cidade. Isso seguramente ainda levantará infinitas discussões.





Figuras 09 e 10: Expedição Revisora, em visita ao "lugar de origem" do Marco do Jauru e o registro da visita de conhecimento da intenção Estudo Arqueológicos. Fonte: Blog o Cacerense.





Figuras 11 e 12: Evento promovido em função da limpeza do Marco, com o consentimento do IPHAN. Foi desenvolvido por agentes políticos e servidores públicos municipal, do 2º Batalhão de Fronteira, do Corpo de Bombeiro Militar, professores, grupos culturais de siriri. Fotos: Pedro Miguel, *Site* Prefeitura.

[70] **Divisão do Patrimônio Histórico coordena amanhã a lavagem do Marco do Jauru.** Prefeitura Municipal de Cáceres. Site oficial da Assessoria/Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de julho de 2009.

3. A EXPERIÊNCIA DE CÁCERES NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

No capítulo anterior observou-se a patrimonialização, proteção e conservação do Marco do Jauru e neste capítulo serão analisados a institucionalização e os trabalhos de preservação do centro histórico de Cáceres. Embora os modos operacionais da gestão e preservação do Marco do Jauru fossem distintos dos demandados na preservação do sítio histórico, esses se constituíram em atos complementares e, seguramente, a preservação do Marco contribuiu, direta e indiretamente, para a implementação das primeiras normas legais voltadas para a preservação do patrimônio em âmbito municipal.

Para avançar neste estudo se fez necessário compreender as diferenças no processo de preservação. Deste modo, Françoise Choay (2006, p. 149) ajuda-nos a discernir a existência das diferenças entre o "querer e o saber tombar e ao mesmo tempo conservar". A esse respeito logo se evidenciou os distintos problemas que envolve a conservação dos bens culturais de natureza pública e particular ou de sítios e bens isolados, como: as limitações relativas à propriedade privada e a ideia de "posse coletiva como parte do exercício da cidadania" (FONSECA, 2005, p. 58). Estes fatores também contribuíram para que fossem abordados separadamente os processos de valoração do Marco e do processo de preservação do sítio histórico, denominado Centro Histórico de Cáceres.

Em especial, neste capítulo, justifica-se a abordagem diferenciada mediante a peculiaridade do processo que envolve a proteção do sítio histórico, que passou a representar os valores mais amplos da cidade. Nesse caso a cidade foi concebida como um bem cultural constituído em um "espaço definível de tensões, conflitos, de interesses e energias em confronto constante de natureza territorial econômica, política, social, cultural e assim por diante". São lugares onde se desenvolvem práticas sociais que dão forma e função às cidades e "sentido e inteligibilidade" que permitem concebê-las como representações, imagens (MENESES, 2009, p. 36).

Essas questões poderão ser observadas nos processos de patrimonialização na cidade de Cáceres, contextualizadas a seguir, a partir das experiências que levaram o governo municipal a criar os instrumentos legais para a preservação; a desenvolver trabalhos com os governos estadual e federal, especialmente no inventário cadastral na cidade e na delimitação do centro histórico; às ações preservacionistas no sítio histórico, juntamente com a delimitação do primeiro perímetro tombado em nível estadual; à solicitação do tombamento federal pela prefeitura; mais adiante ao processo de participação da sociedade civil e alguns

embates entre a prefeitura e a comunidade local pela preservação; por fim, a busca pelo fortalecimento da preservação através dos governos estaduais e federal, seja com a ampliação do tombamento do centro histórico e definição de seu entorno pelo governo estadual ou através do tombamento federal pelo IPHAN.

3.1. O poder público municipal de Cáceres nas ações de preservação

Durante a Ditadura Militar o governo federal alcançou um alto nível de intervenção nos municípios. Nos municípios de fronteira, como Cáceres, a Lei nº5. 449, de 4 de junho de 1968, previa a intervenção direta do governo federal, fato que durou até meados de 1983. Os atos intervencionistas abrangeram desde a aprovação federal e nomeação estadual dos prefeitos à implantação direta do programa desenvolvimentista (MENDES, 2009).

Conforme observado nos capítulos anteriores, as políticas culturais federais aconteceram *pari passu* à transformação de uma sociedade brasileira majoritariamente rural para urbana. Simultaneamente, as políticas culturais, a serviço dos governos militares, integraram o conjunto de políticas urbanas e da indústria do turismo, da qual a cultura passou a fazer parte. Nesse mesmo período, iniciou-se o processo sistemático e articulado entre os poderes públicos federal, estadual e municipal para preservação de bens culturais e a organização mais ampla do universo do setor cultural.

Destaca-se, em Mato Grosso, entre 1977 e 1979,[71] o processo da sua divisão em dois estados autônomos, diante da qual houve investimentos na construção e fortalecimento de identidades locais e regionais, e o estímulo ao turismo. Em função disso, em Cáceres, além do tombamento do Marco do Jauru, conforme descrito no capítulo anterior, foram criados o Museu Histórico, a Biblioteca e o Arquivo Público Municipal, pela Lei nº. 695 de 09 de maio de 1978.[72] Relacionada a isso, está a preservação do patrimônio urbano, que chega em seguida, no inicio da década de 1980.

Primeiramente a preservação do patrimônio na cidade foi integrada às políticas urbanas por meio de sua inserção no conjunto de instrumentos legais de planejamento. A Lei Municipal nº 891, de 16 de novembro de 1982, alterou o artigo 144 do Código de Obras do

[71] O estado de Mato Grosso foi dividido através da Lei Complementar 31, de outubro de 1977, quando criou o estado de Mato Grosso do Sul. A divisão territorial só foi estabelecida a partir de 01 de janeiro de 1979.

[72] CÁCERES (Município). Guia do Museu Histórico e Arquivo Municipal de Cáceres. 1983 a 1985.

Município[73] e instituiu novos procedimentos acerca dos usos e ocupações do solo urbano e da preservação do patrimônio cultural na cidade, dialogando com as recomendações básicas instituídas pelas normas federal e estadual. Para preservação de áreas urbanas como patrimônio, foram estabelecidas nessa instância governamental algumas normas e procedimentos para consulta prévia de projetos de construção, reformas e reconstrução dos imóveis. Esses deveriam "obedecer, obrigatoriamente, às exigências da estética urbana, não só quanto às fachadas visíveis dos logradouros, como também no tocante ao aspecto de sua harmonia com as construções vizinhas" (Lei municipal, nº 891, de 1982).

Para fazer cumprir a preservação dos bens culturais da cidade, ou seja, garantir a permanência dos valores histórico ou artístico de interesse público, essa Lei Municipal também estabeleceu a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres – SPHAMC, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social.[74] Esse Serviço, que nunca chegou a ser implantado, deveria contar com estrutura composta por uma comissão especial, com funções consultivas e deliberativas, ou seja, com o propósito de, além de subsidiar os estudos e gestão local também "promover a identificação, proteção, registro e fiscalização dos bens de valor histórico, artístico ou monumental, bem como dos locais de interesse turístico ou paisagístico, para fins cultuais e recreativos da Coletividade em geral". As responsabilidades também passariam a ser compartilhadas com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura. Também previa-se a inscrição de bens no Livro de Tombo, para a integrar o Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres.[75]

No tocante às sanções legais, a Lei ressaltava que em caso de construções que impedissem ou reduzissem a visibilidade, inclusive a fixação de cartazes que não tivessem as licenças prévias, estas poderiam ser penalizadas tanto com a demolição da obra, quanto com a retirada do objeto e a execução de multa 50% do valor do objeto (art. 5, Paragrafo Único). Com estas determinações, observa-se que, mesmo sem fazer referência direta ao Decreto Lei nº 25/37 e a Lei Estadual de preservação do patrimônio, nº 3.774 de 20/09/1976, a Lei Municipal seguiu as diretrizes estabelecidas por ambas às leis, permitindo e motivando os agentes públicos e políticos a dar maior atenção ao setor cultural.

---

[73] CÁCERES (Município). Lei ordinária nº 137, de 14 de abril de 1961, instituiu o Código de Obras e Posturas Urbanas no município de Cáceres

[74] CÁCERES (Município). Lei 891, de 1982. Altera o art. 144 da Lei nº 137, de 14.04.1961, acrescentando-lhe os parágrafos 1º e 2º e dando outras providências. "Art. 2º - Fica instituído, na Secretaria de Desenvolvimento Social – S.D.S, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres, destinado a promover a identificação, proteção, registro e fiscalização dos bens de valor histórico, artístico ou monumental, bem como, dos locais de interesse turístico ou paisagístico, para fins culturais e recreativos, da coletividade em geral".

[75] Idem.

Dando continuidade à estruturação do Município para a preservação do patrimônio cultural, em 1983 o poder público, através de atos do executivo e legislativo, criou a Fundação Cultural de Cáceres – FCC, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, com objetivos de planejar, executar e supervisionar os programas culturais, inclusive relacionadas ao turismo. No entanto, ao invés de um órgão da administração direta, foi criado uma entidade com personalidade jurídica própria (CANEDO, 2007), à semelhança da Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, criada em 1975 e da Pró-Memória, criada em 1979. Ambas as instituições com personalidade jurídica de direito privado eram amparadas pelos art. 26º do Decreto-lei Federal nº 200 de 25 de fevereiro de 1967 e no art. 3º do Decreto-lei federal nº 900, de setembro de 1969.[76] A escolha da natureza jurídica do órgão público municipal marca a consolidação duma nova estrutura do setor público, sob a justificativa de atender setores que as autarquias tinham dificuldade de alcançar e dar maior autonomia administrativa e financeira às atividades do setor (SILVA & SILVA, 2004). Além incorporar no orçamento municipal, a partir dessa estrutura jurídica, a possibilidade de se receber doações, auxílios concedidos pela União, Estado e município e entidades particulares; doações de bens móveis e imóveis do domínio do município; rendas de diversas origens como as de bilheterias e de assinaturas de festivais ou temporadas artísticas; entre outras formas.

A Fundação Municipal de Cultura foi estruturada pelas instâncias: Presidência; Conselho Fiscal Deliberativo; Assessoramento e Planejamento; Centro Cultural; e a Diretoria Executiva, responsável pela Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural juntamente com a Divisão de Arquivo, Divisão de Museus, de Artes (Atelier de Pintura, Teatro, Dança e Escola Municipal de Música – um Coral), de Biblioteca e a de Finanças. Depois do registro do Estatuto da FCC em 1987, conforme o art. 3º, as suas atribuições foram especificadas em 20 dispositivos, nos quais se incluíam ações diretas para a proteção e conservação do patrimônio, sendo:

> h) Restaurar, preservar e conservar prédios, monumentos, logradouros, sítios ou áreas tombadas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou por mais quaisquer entidades de caráter internacional.
> i) Restaurar obras de arte e bens móveis de reconhecido valor cultural, desde que acessíveis ao público.
> j) Construir, organizar, equipar, manter ou formar museus, arquivos ou bibliotecas de acesso público.
> l) Incentivar a pesquisa artística e cultural.

[76]Através da Câmara Municipal, na gestão do prefeito Ivo Cuiabano Scaff, aprovou a Lei municipal nº 897, de 14 de março de 1983, que instituiu a Fundação Cultural de Cáceres. A proposta que foi submetida pelo Prefeito ao presidente da Câmara no dia 11 de março e aprovada por unanimidade na sessão do dia 14 de março de 1983. In: Argemiro Antunes Maciel, presidente da Câmara. Ofício 24/83. Assunto Lei nº 897, de 14.3.83. Cáceres, 15 de março de 1983.

> m) Preservar o folclore e as tradições populares regionais, bem como patrocinar espetáculos folclóricos com ou sem fins lucrativos.
> n) Criar jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural [...].[77]

No entanto, a implementação desta estrutura enfrentou diversos problemas, não sendo efetivada a criação da Divisão de Patrimônio Histórico devido a limitações ligadas à falta de autonomia e de recursos financeiros e humanos. Mesmo assim, a partir desse aparato jurídico-institucional, entre 1982 a 1987, a administração municipal impediu reformas e demolições de alguns imóveis, sem usar o instrumento de tombamento. O critério de valoração para a preservação foi a história "tradicional" disseminada por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), a exemplo dos prédios da esquina das ruas Cel. José Dulce e General Osório (Figura 13), que conforme Mendes (2009, p. 157), eram de inegável "significação histórica" por causa dos seus valores arquitetônicos, e servirem de referência das famílias que exerceram regionalmente funções políticas.



Figura 13: Edificações das esquinas da rua Cel. José Dulce com a Gal. Osório.

As fontes documentais acerca das medidas legais tomadas na preservação dos bens arquitetônicos pelo poder público municipal são escassas, sendo brevemente relatadas por Mendes (2009). No entanto, identificou-se que estas foram desenvolvidas na medida em que a sociedade ou agentes públicos se comoviam com as depredações das edificações e denunciavam ao poder público municipal.[78]

---

[77] CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. **Estatuto** [Prefeito Antonio Carlos Souto Fontes; Secretário de Desenvolvimento Social Gabriel Alves de Moura Neto]. Cáceres, 08 de junho de 1987. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Obras – Caixa Fundação Cultural, Diversos, Pasta - Documentos Constitutivos da FCC de 1987 a 1989.

[78] Relato de agentes públicos que trabalharam na FCC durante o período, tal qual o sr. Claudionor Duarte Corrêa.

Se, por um lado, o poder público local buscou institucionalizar a preservação do patrimônio, por outro a mesma não chegou a ser instituída plenamente, não ocorrendo, por exemplo, a regulamentação das diretrizes para intervenções nos imóveis. Os critérios, normas e procedimentos de proteção e conservação ficaram pautados na avaliação caso a caso, definidos pelos agentes públicos da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Diretoria Executiva da FCC. Esse caso apresenta bastante relação com as ações iniciais voltadas para a institucionalização da política de preservação no âmbito da instância federal, entre 1936 a 1946, quando os trabalhos ocorreram sem ter uma estrutura formalizada e a preservação dos bens variava de acordo com os valores de cada bem. Entretanto, o mesmo destoa das ações realizadas a partir da década de 1970, quando se buscava especializar a normatização das práticas de preservação de sítios históricos e seus bens culturais.

Embora tenham sido poucas as ações efetivas de preservação do patrimônio na cidade de Cáceres, como foi o caso dos imóveis situados na rua José Dulce, pode-se considerar que nesse período, de 1982 a 1987, após a criação do dispositivo jurídico municipal e a efetivação da fundação municipal, se iniciou a implementação e consolidação de um modelo de sistema municipal de preservação com as condições propícias para a realização de trabalhos articulados entre o município e os governos federal e estadual mato-grossense.

A partir desta configuração jurídica e institucional, ao longo do tempo, principalmente na década de 1990, a legislação e o arranjo institucional do município passaram por aperfeiçoamentos decorrentes da Constituição de 1988 e da necessidade da atualização e regulamentação da Lei Municipal nº 891, de 16 de novembro de 1982,[79] que serão citadas ao longo do texto em função da relação direta que tiveram com as ações de preservação.

3.2. O inventário cadastral do Centro Histórico de Cáceres

O inventário cadastral na cidade de Cáceres, desenvolvido com a colaboração dos governos estadual e federal foi a principal ação de preservação de 1987 a 1991, tendo contribuído significativamente para o tombamento do sítio histórico na cidade pelas diferentes esferas governamentais. O seu desenvolvimento ocorreu mediante à assinatura do *Convênio de Cooperação Cultural: Cadastramento do Centro histórico de Cáceres,* entre os órgãos

[79] CÁCERES (Município). **Lei nº 891, de 16 de novembro de 1982**. Altera o art. 144 da Lei nº 137 de 14.04.1961, e institui a preservação do patrimônio cultural em nível municipal. Cáceres: AMC, 2012.

estadual e municipal, no dia 17 de agosto de 1987, Dia Nacional do Patrimônio Histórico e aniversário de Rodrigo de Mello Franco de Andrade.[80]

Além da estrutura municipal já descrita, no âmbito estadual os trabalhos contaram com a Fundação Cultural de Mato Grosso (FCMT), criada em 1975,[81] com base na lei estadual de patrimônio cultural nº 3.774/76 e com suas atribuições regulamentadas através do Decreto Estadual nº 1.363/81, voltadas para agenciar a identificação e inventários dos bens culturais no estado de Mato Grosso. Para isso, posteriormente a FCMT estabeleceu em seu Plano de Trabalho (1988/1990), o "Programa de preservação do patrimônio cultural do Estado", sendo definido a partir dos subprogramas: 1) *Pró-Emergência*; 02) *Pró-Monumento*; 3) *Pró-Conservação*; 4) *Pró-História*; 5) *Pró-Cadastro*.[82]

O Centro Histórico e a Usina Jacobina em Cáceres estavam entre os bens de interesse da FCMT, incluídos no subprograma *Pró-cadastramento*, junto com bens em outros municípios, como o Centro Histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade. Entre as justificativas que motivaram e legitimaram esse subprograma, encontram-se o intenso crescimento populacional das cidades e a abertura da fronteira agrícola no Estado. Vale lembrar que programas desenvolvimentistas dos governos federal, estadual e municipal fomentaram a exploração do Rio Paraguai pela implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná[83] e a criação da Zona de Processamento de Exportações – ZPE, como vetores do desenvolvimento econômico. Diante disto, a administração estadual enfatizou a necessidade da rápida intervenção, a fim de produzir dossiês através do inventário cadastral dos conjuntos arquitetônicos e elaborar legislações municipais de proteção ao patrimônio cultural.[84]

Com relação aos trabalhos de preservação desenvolvidos pelo governo federal no estado de Mato Grosso, observa-se que entre 1946 a 1976, eram de responsabilidade da sede da Instituição localizada no Rio de Janeiro. Posteriormente a preservação dos bens culturais

---

[80] Observou-se que as datas comemorativas foram exploradas estrategicamente de modo político pelos agentes dos governos estadual e municipal, objetivando a construção de atos simbólicos e discursos legitimadores da preservação do patrimônio em Cáceres.

[81] Entidade da administração estadual indireta que teve a supervisão da Secretaria Estadual de Educação e Cultura e dotações orçamentárias provindas deste órgão estadual, conforme o art. 10º da Lei nº 3.632, de 23 de junho de 1975.Criada com sede em Cuiabá, sendo regulamentada pelo Decreto estadual 128, de julho de 1975, funcionou até 1995. Posteriormente foi transformada em Fundação Cultural e de Turismo (1992-1995) e, por fim, numa autarquia da administração direta por meio da Secretaria Estadual de Cultura (1995).

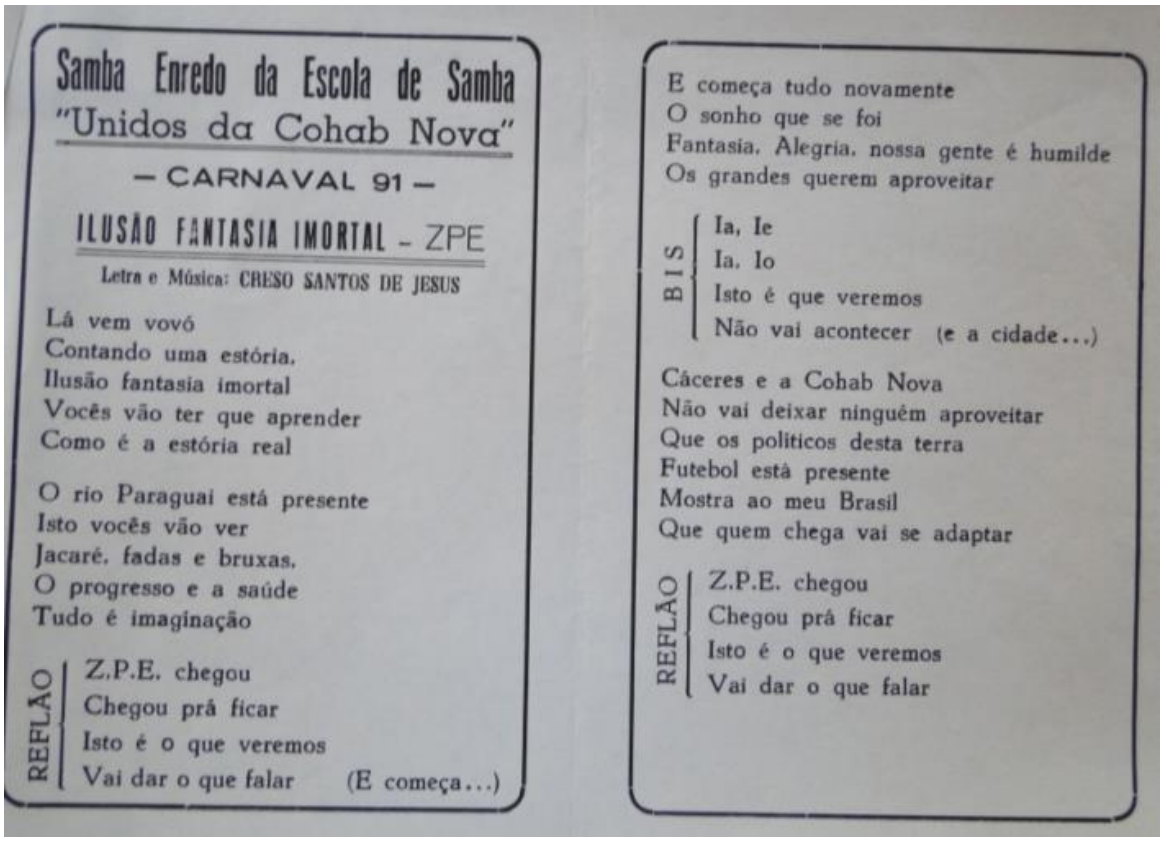
[82] MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. **Plano de Trabalho 1988/90**. Cuiabá, 1987.

[83] Jornal Diário de Cuiabá, data: 04/04/1989 e edição de 11/06/1989.

[84] MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. **Cadastramentos:** Usina Jacobina, Centro Histórico de Cáceres, Centro Histórico de Villa Bella. Cuiabá, 1987. Cáceres: A.S.E.C.L.CAC.

passou a contar com a 8ª Diretoria Regional, criada em 1976, com sede em Brasília, e que tinha como jurisdição os territórios que formam os estados de Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e o Distrito Federal. Apenas em 1982, a instituição passou a ter representação em Cuiabá, com a criação do Escritório Técnico da SPHAN/Pró-Memória, vinculado à 8ª Diretoria Regional (IPHAN, 2008). A partir daí foram fortalecidos os trabalhos no estado de Mato Grosso, sempre com a preocupação da regionalização da preservação diante dos efeitos do desenvolvimento regional. Em 1990, o escritório técnico foi transformado em Sub-Regional, e, finalmente, em 2009, quando foi transformada em Superintendência, conquistou maior autonomia administrativa, sendo então subordinada diretamente a presidência da Instituição.

Eram legítimas as preocupações com relação aos impactos negativos do desenvolvimento econômico a partir de grandes empreendimentos pelas instâncias governamentais de preservação. Porém, a estagnação econômica, a falta de efetivação dos projetos e o uso político das propostas desenvolvimentistas levaram a um descrédito popular, como aconteceu com a Zona de Processamento e Exportação – ZPE, que chegou a ser satirizada publicamente através de um enredo de samba em pleno carnaval local (Figura 14).



Samba Enredo da Escola de Samba
"Unidos da Cohab Nova"
— CARNAVAL 91 —
ILUSÃO FANTASIA IMORTAL - ZPE
Letra e Música: CRESO SANTOS DE JESUS

Lá vem vovó
Contando uma estória,
Ilusão fantasia imortal
Vocês vão ter que aprender
Como é a estória real

O rio Paraguai está presente
Isto vocês vão ver
Jacaré, fadas e bruxas,
O progresso e a saúde
Tudo é imaginação

REFLÃO
Z.P.E. chegou
Chegou prá ficar
Isto é o que veremos
Vai dar o que falar (E começa...)

E começa tudo novamente
O sonho que se foi
Fantasia, Alegria, nossa gente é humilde
Os grandes querem aproveitar

BIS
Ia, Ie
Ia, Io
Isto é que veremos
Não vai acontecer (e a cidade...)

Cáceres e a Cohab Nova
Não vai deixar ninguém aproveitar
Que os políticos desta terra
Futebol está presente
Mostra ao meu Brasil
Que quem chega vai se adaptar

REFLÃO
Z.P.E. chegou
Chegou prá ficar
Isto é o que veremos
Vai dar o que falar

Figura 14: Samba Enredo, Ilusão Fantasia Imortal – ZPE, 1991.

Em contrapartida a inanição dos projetos desenvolvimentistas, o subprograma estadual *Pró-cadastro*, financiado pela SPHAN/Pró-Memória, iniciou junto com o governo de Cáceres a ação de identificação e conhecimento sistemático do setor cultural e dos bens culturais.[85] Este subprograma começou através do diagnóstico realizado pela prefeitura em 1987, sob a orientação do formulário do Programa de Núcleos Históricos (PHN)[86] da SPHAN/Pró-Memória, que contemplava: a identificação do município, incluindo o tipo de núcleo histórico, quantidade populacional, mapa base da cidade; aspectos institucionais, como órgãos de interesse ao Programa (municipal, estadual e federal, setoriais e da sociedade civil com atuação no município na área de preservação do patrimônio cultural e natural); características físico-ambientais (histórico: formação e evolução; urbanismo; arquitetônico; ocupação dos imóveis; imóveis tombados; identificação dos imóveis ou conjuntos arquitetônicos tombados de interesse); caracterização geral dos aspectos funcionais urbanos, infraestruturas, socioeconômicos, legais, culturais.[87]

A partir do diagnóstico e do Convênio entre o governo municipal e estadual, ocorreram os trabalhos de inventário de cadastramento, divididos em duas fases, sendo: 1ª) a assinatura do convênio para o cadastramento da Usina Jacobina, avaliação dos trabalhos (agosto), montagem da legislação e avaliação dos trabalhos (setembro); 2ª) envio da proposta legislativa à câmara municipal pelo prefeito municipal e presidente da FCMT; discussão da proposta final do cadastramento Cáceres e Jacobina e proposta para a revitalização e

---

[85] Conforme a Ata nº 03, de 25 de maio de 1987, da Fundação Cultural de Cáceres, que em reunião entre o Prefeito e seus membros, sob a presidência do Prof. Natalino Ferreira Mendes, tinha o propósito de elaborar um programa a ser desenvolvido pela fundação, sendo destacada a: Elaboração do Projeto de Teatro e Dança Municipal; Projeto Coral Infantil "Coral Esperança"; Comemoração da Semana de Meio Ambiente; Apresentações Folclóricas; Elaboração do Projeto da Escola de Música Municipal; participação no concurso Miss Primavera; Elaboração do Projeto "Mural de Poesia"; Projeto Cadastramento do Centro Urbano e sítios históricos em colaboração com a Fundação Cultural de Mato Grosso e Promoções Culturais.

[86] O Programa de Núcleos Históricos (PNH) foi criado através de um grupo de trabalho da SPHAN/Pro-Memória e do Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura em 1987, mas sem uma fonte definida de financiamento. Organizado administrativamente da mesma maneira que o PCH, esta se deu com uma "instância de coordenação e acompanhamento a cargo dos órgãos federais e outra de execução no nível estadual. De início, seriam realizados projetos piloto em Olinda e Salvador e, numa segunda fase, em São Luís e Ouro Preto. Não se inova em nada com relação ao PCH e ao PRRNH. Ao contrário, a proposta era mais pobre, pois não previa articulação interministerial na sua execução nem se apoiava em nenhuma fonte básica de financiamento como nos outros dois programas. Foi encaminhada ao BID para captação de recurso mas não foi considerada viável porque o orçamento da FNPM não era suficiente para cobrir as exigências de contrapartida dessa agência financeira" (SANT'ANNA, 1995, p. 198). Se por um lado o PNH aconteceu de maneira inferior e mais pobre que os demais programas interministeriais de preservação do patrimônio, com fonte de recursos financeiros definidos e com grupo multidisciplinar. Por outro, somente após este programa que foram desenvolvidos trabalhos em parceria com as prefeituras voltadas para o conhecimento dos núcleos históricos afastados da capital de Mato Grosso e ao mesmo tempo passaram a contar com recursos provenientes do SPHAN/FNPM.

[87] SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA (MINISTÉRIO DA CULTURA). **Ficha de Informações Municipais – Cáceres, Programa de Núcleos Históricos**. Produzido pela Prefeitura de Cáceres em 09/09/1987. In: A.S.E-IPHAN-MT.

conservação com os técnicos da prefeitura municipal de Cáceres; confecção da proposta final e avaliação dos resultados Cáceres – edição do Documento do Cadastramento (Novembro).[88] Organizadas através de um projeto para ser executado de modo sistêmico, essas ações foram orçadas em CZ$ 99.000,00, tendo como financiador o governo federal, através da SPHAN/Pró-Memória, já vinculada ao Ministério da Cultura. Deste montante seria destinado CZ$ 29.070,66 para suprir as despesas na realização do inventário "Cadastramento do Centro histórico de Cáceres". Através destas ações, além da documentação dos bens culturais, buscava-se especificamente que o Cadastro fosse

> um elemento do processo de conscientização da comunidade através de sua divulgação intensiva nos meios de comunicação de massa. Este processo de conscientização passa, também, pelos proprietários destes bens, que necessariamente deverão ser alvo de nossas preocupações quando da execução *in loco*.
> Pretendemos, nesta primeira etapa de cadastramento, obter um panorama global da situação de cada sítio, detectando nestes os bens de relevância Histórico-Cultural mais significativos, bem como aqueles que devam ser objeto de ações emergenciais. Após a efetiva conclusão deste trabalho, pretendemos que este subsidie a execução de uma proposta básica de preservação e revitalização destes Centros Históricos.[89]

O objetivo do Convênio era elaborar:

- o inventário cadastral do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental do Município de Cáceres, representado pelo conjunto de bens móveis e imóveis de caráter representativo ao acervo cultural do Município e do Estado.
- uma proposta de legislação preservacionista destinada à proteção destes bens culturais à nível do Município.[90]

As obrigações individuais e conjuntas na execução foram definidas, cabendo à FCMT:

- Prestar todo apoio logístico à elaboração da proposta da Legislação Preservacionista de Proteção dos Bens Culturais do Município.
- Prestar assistência técnica com pessoal e técnicos especializados para a montagem de Museus, Bibliotecas e na área de Artes.
- Oferecer como subsídio à Prefeitura as noções técnicas nas áreas de cadastramento, de obras de conservação e restauração do acervo de bens patrimoniais do município.[91]

À Prefeitura coube:

- ❖ Oferecer pessoal técnico, necessário para o levantamento do perímetro urbano que comporá o Centro Histórico de Cáceres.

---

[88] MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. **Cadastramentos:** Usina Jacobina, Centro Histórico de Cáceres, Centro Histórico de Villa Bella. Cuiabá, 1987. Cáceres: A.S.E.C.L.CAC.

[89] Idem.

[90] MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. **Convênio de Cooperação Cultural**. Convênio de Cooperação Cultural que entre si estabelecem de um lado a Fundação Cultural de Mato Grosso e de outro a Prefeitura Municipal de Cáceres. Cuiabá, 17 de Agosto de 1987. In: Arquivo da Divisão de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso.

[91] Idem.

> ❖ Zelar por todos os meios e formas pela conservação e manutenção dos Bens Tombados no Município impedindo toda e qualquer ação descaracterizadora.
> ❖ Designar, através do quadro do pessoal da Prefeitura ou órgãos afins, pessoal técnico com conhecimentos na área do objetivo do Convênio, para a perfeita execução destes trabalhos.
> ❖ Arcar com as despesas de transporte e/ou combustível para a locomoção de equipe no município e para o seu retorno a Cuiabá, ao termino de cada etapa do Projeto.
> ❖ Proporcionar alojamento e alimentação para o pessoal técnico da Fundação, em número máximo de 4 (quatro) elementos, no período de cada uma das etapas do projeto.[92]

As partes, de forma conjunta, tinham que

> ✓ Elaborar, em conjunto com a Fundação Cultural, a Legislação Preservacionista do Município bem como envidar todos os esforços possíveis objetivando sua efetivação legislativa.
> ✓ Acompanhamento da tramitação legislativa do Projeto de Lei Preservacionista servindo a Fundação Cultural, da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico e a Prefeitura, da Fundação Cultural de Cáceres.
> ✓ Executar, de forma conjunta, os trabalhos do cadastramento, cujo "Documento Final" deverá ser encaminhado à SPHAN/PRO-MEMÓRIA.[93]

Como responsável pela execução do inventário, constava uma equipe interdisciplinar constituída por arquitetos, historiador e desenhista, membros da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da FCMT e da FCC.[94]

Em meio ao Ano Nacional do Inventário, definido pela SPHAN/Pró-Memória, no dia 02 de junho de 1988, o jornal *Correio Cacerense* [95] deu destaque aos trabalhos de inventário cadastral, com a conclusão de sua primeira fase em campo. Essa divulgação colocava em prática a proposta pedagógica e educativa, pensada no âmbito do projeto de inventário, de se valer dos meios de comunicação em massa para divulgar os resultados e criar ações de "conscientização" dos proprietários, conforme se tinha planejado no projeto da FCMT que viabilizou a execução do inventário.[96]

De modo geral, metodologicamente a equipe se valeu de técnicas de registro fotográfico do conjunto urbano e pela documentação detalhada com o registro escrito em

---

[92] Idem. Ibidem.

[93] Idem, ibidem.

[94] O trabalho técnico de inventário cadastral dos imóveis e o estudo de delimitação foram coordenados pelo diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da FCMT, o arquiteto Paulo Antunes Maciel e pela arquiteta a serviço da prefeitura, Zélia Maisa Costa Marques Campos. A FCMT era composta pelos arquitetos Estevão Manoel Alves Corrêa e Marilda Gutierrez, a historiadora Doralice G. Assis e a Des. Waldete Gomes de Santana.

[95] Jornal Correio Cacerense. **Fundação Cultural cadastrou parte do sítio histórico do município de Cáceres**. Cáceres: Quinta Feira, 2 de junho de 1988, p. 05.

[96] Informações que, ao mesmo tempo em que se misturavam às demais notícias também construía uma imagem do cotidiano da cidade, assim sendo constituída pelas "trocas de orelhão pela Telemat", pela "Delegacia Roubos e Furtos [que] resolvia apenas 05% dos casos", "atropelamento na rua Gal. Osório" (centro), e as publicidades duma marmitaria e uma farmácia. In: Jornal Correio Cacerense, 1988, op. cit.

fichas cadastrais de cada bem arquitetônico, constando aspectos históricos, artísticos, construtivos, legais, localização, estado de conservação (Anexo 01).[97] Em campo, os arquitetos e auxiliares assumiram múltiplas funções, como as de identificar e inventariar os bens arquitetônicos e as paisagens do sítio histórico, a partir dos estilos arquitetônicos delineados nas fachadas. Ao todo, foram identificados cerca de cem (100) imóveis particulares e públicos, todavia nem todos foram inventariados nesse período. Os técnicos de campo ressaltavam que os imóveis identificados passariam por uma criteriosa seleção pelos técnicos da FCMT e da SPHAN/Pró-Memória, podendo ser reduzidos no inventário.[98] No final, foram cadastrados 41 edificações (anexo 02), pois considerava-se que as mesmas possibilitavam "uma leitura mais completa do acervo".

Com relação aos critérios usados para identificação dos imóveis, a edição, já citada, do jornal *Correio Cacerense*, trazia a fala do diretor da FCMT sobre os resultados alcançados ao dizer que

> Maciel pôde registrar dois momentos da memória de Cáceres. O primeiro refere-se ao período de 1778, a partir da fundação da cidade, que de acordo com o arquiteto, não existe mais em se tratando de fachadas de imóveis que foram totalmente remodeladas. O segundo está relacionado com o final do século XIX e inicio do XX, registrado nas casas coloniais (construídas com madeiramento de taquara e adobe) e por imóveis de estilo neoclássico e eclético (mistura de diversos estilos arquitetônicos).[99]

Desse modo, ao enfatizar a arquitetura e seus estilos, buscou caracterizar a área de estudo do inventário cadastral que acabou balizando a definição do perímetro do centro histórico de Cáceres, que se tratava da área de fundação da cidade conforme apresentada na figura 15, registra o núcleo central da cidade no início do século XX, sendo poucas as edificações inventariadas fora dessa área, a exemplo as da Praça Duque de Caxias e no bairro Cavalhada.

---

[97] MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. **Cadastramentos**..., 1987, op. cit. .

[98] Jornal Correio Cacerense, 1988, op. cit.

[99] Jornal Correio Cacerense, 1988, op. cit.

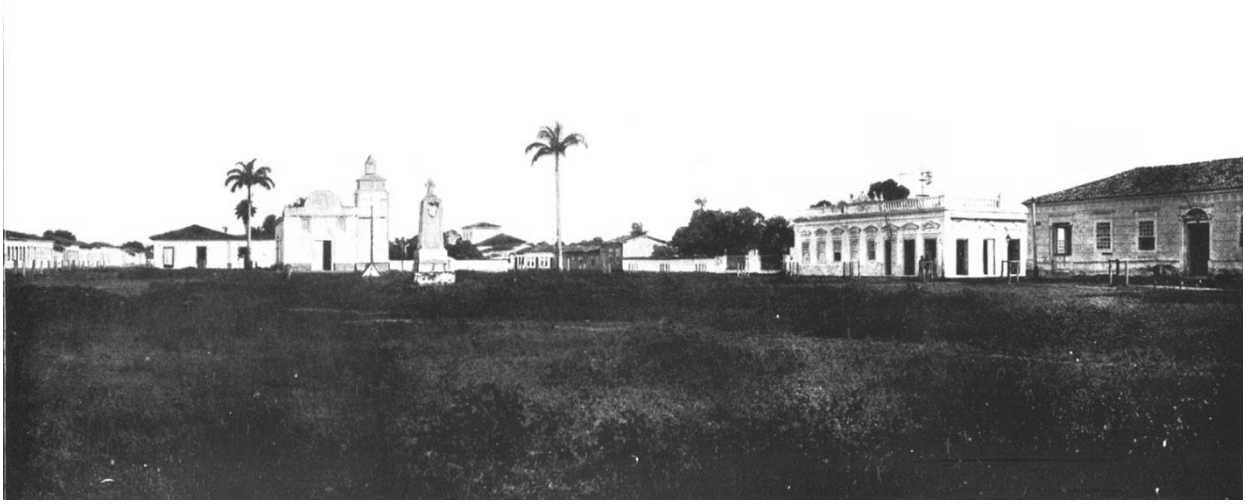


Figura 15: Largo da Matriz da cidade de São Luiz de Cáceres – MT
Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso, 1914. Acervo NUDHEO

Com base em Motta e Silva (1998), pode-se salientar que as técnicas utilizadas na execução do inventário cadastral do Centro Histórico de Cáceres pouco se diferenciaram dos inventários produzidos pelo IPHAN na década de 1980 e 1990. Isso se deve tanto à capacitação promovida pela SPHAN/Pró-Memória quanto às "formas de coleta dos dados" que se basearam ora no valor do conjunto, ora no valor individual e privilegiaram os critérios arquitetônico, estilísticos e estéticos.

As técnicas e os procedimentos utilizados pelos agentes dos órgãos estadual e municipal estimularam e promoveram a consolidação do processo de descentralização das políticas de preservação do patrimônio cultural. Porém, em âmbito regional e local, acabaram reproduzindo a construção de valores históricos e arquitetônicos da política da instituição federal de preservação, ressaltando edificações com estilos concebidos como mais "sofisticados" frente ao colonial, como o *art nouveau*, o neoclássico e o eclético – quase sempre articulando aos proprietários que ocuparam altos cargos públicos local e regionalmente. De certa forma, o Marco do Jauru também já se enquadrava nos preceitos que balizavam os valores históricos para o tombamento em nível federal, a exemplo as fortificações militares, e acabou por influenciar a valoração de bens vistos como excepcionais e autênticos regionalmente.

No decorrer e, principalmente, após a conclusão dos estudos, o diretor da Divisão de Patrimônio da FCMT recorreu a um discurso de valorização dos imóveis situados na área de fundação da cidade e da ameaça de perda para legitimar as ações de preservação e sensibilizar a comunidade local acerca de seus significados para a história e identidade de Cáceres. Assim, através dos meios de comunicação, com veiculação local e regional, enfatizou que

> Cáceres possui uma arquitetura sua que não pode desaparecer, sob pena de que a cidade e sua população perderem a sua identidade histórica e cultural. Lembrou ainda que atos de preservação e, no futuro, de tombamento pelo Estado não significam a retirada do imóvel de seu proprietário. São na verdade medidas que lhe possibilitarão explorar o imóvel sem descaracterizá-lo.
> Ele acredita ainda que diversos segmentos da sociedade local estão sensibilizados e preocupados com a necessidade de Cáceres conservar sua memória de cidade centenária. Referiu-se nesse sentido ao trabalho da Fundação Cultural local e da administração municipal em favor da cultura. Como exemplo, citou a realização da 1ª Plenária Regional de Cultura que ocorreu no último de 21, na qual ficou evidente o empenho dos dois órgãos e da Fundação Centro Universitário de Cáceres – FCUC em encontrar novos rumos para o setor cultural no município e região. Na opinião do arquiteto, o evento foi uma demonstração de maturidade, de consciência cultural que deverá ser reforçada através campanhas educativas junto a população.[100]

3.2.1 – A discussão da delimitação do sítio histórico e o tombamento estadual

O processo de delimitação do sítio histórico visando o tombamento estadual foi pautado por duas percepções institucionais – a municipal e a estadual. Uma sugestão do perímetro do centro histórico foi apresentada pelo município em fevereiro de 1988, contemplando basicamente toda a área que o inventário cadastral havia abrangido (Figura 16) e ainda ressaltava a necessidade do tombamento de dois imóveis que ficaram no entorno – a Casa Luis Ambrósio e a Capela dos Padres Franciscanos.[101]

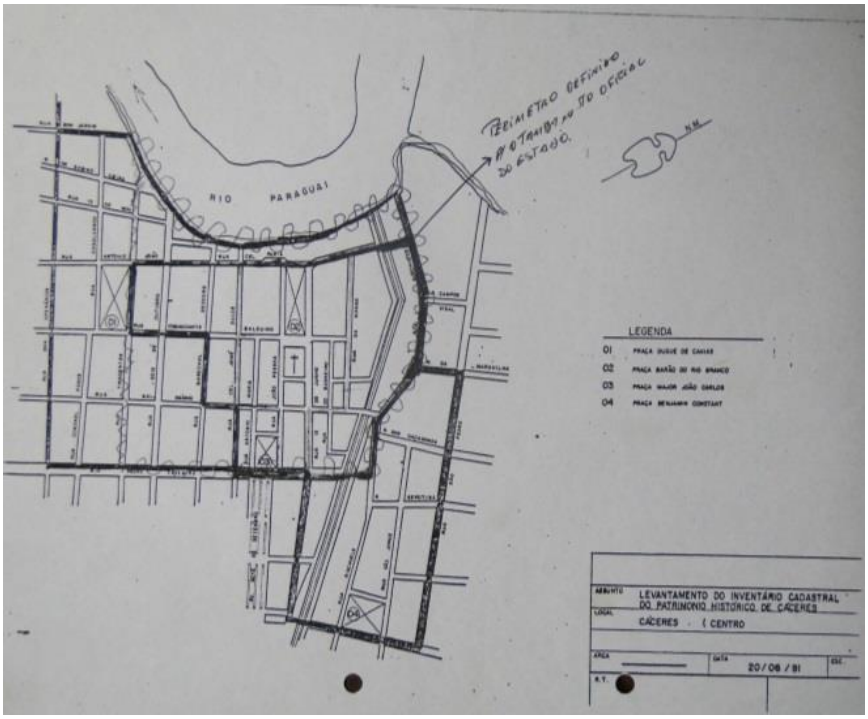


Figura 16: A parte interna foi o perímetro sugerido e a externa, onde foi desenvolvido o estudo com maior número de imóveis. A.S.E.IPHAN-MT

[100] Idem, ibidem.

[101] CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. Delimitação da área a ser tombada. Cadastramento do Centro Histórico de Cáceres. Fevereiro de 1988.

Mesmo reconhecendo a importância dessa área e das duas edificações indicadas pela instituição municipal, o arquiteto responsável pelos trabalhos do governo estadual, chefe da Divisão de Patrimônio da FCMT, com o propósito de reduzir a área de preservação e legitimar seu ponto de vista de se tombar o perímetro que margeava a Praça Barão e a Catedral São Luiz, apontava que menos de 1/3 dos imóveis estavam intactos nas "plantas e fachadas", [102] conforme mapeamento desenvolvido durante o inventário cadastral, (figura 17).



Figura 17: Mapa de Inventário Cadastral, 05/1988. Os pontos representam as condições físicas das fachadas e planta dos imóveis, sendo: em amarelo, ambas intactas; em azul, intactas e descaracterizadas; em laranja, descaracterizadas e intactas; em rosa, ambas descaracterizadas, respectivamente; em cinza, alteradas e intactas; em verde, intacta e pouco alterada; em marrom, ambas pouco alteradas.

A partir desse panorama, o arquiteto Paulo A. Maciel (1988) acrescentava que o conjunto de imóveis se encontrava "bastante descaracterizado, ora [por] intervenções mutiladoras ora por intervenções extirpadoras que geravam uma diluição do acervo na malha pesquisada"**.** [103]

Em fevereiro de 1989, a FCMT encaminhou à 8ª Diretoria Regional do SPHAN/Pró-Memória, em Brasília, o relatório final do cadastramento do Centro Histórico de Cáceres.

---

[102] Paulo Antunes Maciel. **Considerações.** Processo tombamento Cáceres 01/91. Divisão Patrimônio Histórico e Artístico, SEC/MT. Cuiabá, 1988.

[103] Idem, ibidem.

Contudo, nenhuma cópia foi encaminhada ao Escritório Técnico da SPHAN/Pró-Memória para avaliação local, mesmo que o técnico conhecesse o teor do relatório.[104] Este evento sinaliza dificuldades entre as instituições na execução do Convênio.

3.3. As ações de preservação e a solicitação da proteção federal

Com o fim do inventário cadastral do Centro Histórico de Cáceres, a diretoria executiva da FCC e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços passaram a se responsabilizar pela preservação dos bens culturais edificados que foram inventariados, independentemente de qualquer tombamento, conforme estabelecido no Art. 2 do *Convênio de Cooperação Cultural: Cadastramento do Centro histórico de Cáceres*, já referido.

Simultaneamente, teve início a modernização e compatibilização das normas legais municipais às diretrizes constitucionais de preservação do patrimônio cultural. O poder público municipal passou a promover o processo de readequação dos instrumentos de gestão da política urbana. Para tanto, partiu da promulgação da Lei Orgânica Municipal, em 05 de abril de 1990, atentando aos princípios estabelecidos nos artigos 215 e 216 da CF 1988 e na Constituição Estadual de 1989. A lei orgânica municipal estabeleceu as diretrizes básicas no âmbito da preservação do patrimônio cultural, com ênfase na promoção da educação ambiental através da adequação dos currículos escolares às peculiaridades local, voltado para a valorização da Cultura e seus patrimônios históricos, artísticos, culturais e ambientais; apoio e incentivo à valorização e difusão dos bens culturais; proteção dos bens culturais tombados pelo governo municipal e pelos demais entes políticos através de convênio.

Ademais, além de estender a preservação aos bens de natureza arqueológica (como os sítios arqueológicos denominados de Descalvado, Barranco Vermelho e Morro Pelado),[105] também acrescentava a criação de instrumentos de incentivo à preservação, como a garantia do "auxílio à preservação dos conjuntos arquitetônicos, bem como isenção do IPTU, quando se tratar de bens imóveis particulares tombados pelo Poder Público Municipal" (Lei Orgânica, 1990: Artigo 9º, § 2º).[106]

---

[104] Relatório nº 01/89. Gabriel Francisco de Mattos, arquiteto no ET/MT, da 8ª DR-SPHAN/Pró-Memória. Cuiabá, 04 de abril de 1989.

[105] Denominações das fazendas usineiras e de criação de gado localizadas em meio ao pantanal e o cerrado mato-grossense.

[106] CÁCERES, (Município). Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

Assim, além da Lei 891/1982, já referida, que visava a preservação de bens culturais na cidade, o município organizou novos instrumentos de planejamento que incluíam a preservação dos valores históricos e artísticos de interesse público. Foram elaborados o Plano Diretor de desenvolvimento econômico, social, territorial e urbano do município (PD), o Código Tributário (CT),[107] e o Código de Obras e Posturas Municipais (COPM).[108]

O governo estadual por sua vez tombou provisoriamente em 1991, com vigência de 360 dias,[109] uma pequena área do centro histórico de acordo com os preceitos explicitados nas discussões sobre valores dos imóveis e abrangência da área da ser delimitada entre os representantes do estado e do município.[110] O sítio composto pelo o entorno imediato do Marco do Jauru e da Catedral São Luiz tinha 65.083,78 m² (ARRUDA *et. al.*, 2008), iniciada na intersecção da Rua Coronel José Dulce e General Osório, seguindo até a Rua João Pessoa, segue por esta até a Rua Padre Cassemiro, até a Rua 13 de junho, seguindo a Praça Barão do Rio Branco contornando o seu perímetro até encontrar a Rua Comandante Balduino, seguindo até a Rua Coronel Dulce, e em seguida até o ponto inicial do perímetro (figura 18). Vale ressaltar que esta área se limitou basicamente a duas pequenas quadras que margeavam os limites definido na Ata de Fundação da Vila Maria do Paraguai (1778) e o entorno do Marco do Jauru, que contemplava maior número de edificações com "representatividade histórico arquitetônico" e "nível de preservação da planta original".[111]

A delimitação desta área pelos agentes responsáveis pelo tombamento estadual mostrou-se mais rigorosa na definição dos princípios estético-estilísticos e na avaliação das descaracterizações dos imóveis que a versão municipal, demonstrando com isso certa disputa na definição de valores e seus critérios técnicos.

De todo modo, este processo acabou sendo implementado nos âmbitos estadual e municipal a partir da reprodução de determinados valores históricos e arquitetônicos empregados e disseminados pela Instituição federal de preservação, que por muito tempo

---

[107] Por meio da Lei Complementar Municipal nº 17 de 22 de dezembro de 1994, alterada pelas LC nº 20/96, 23/96, 28/97, 29/97, 34/99 e 51/03. Disponível em: http://www.caceres.mt.gov.br/

[108] Através da Lei complementar nº 19 de 21 de dezembro de 1995, que revogou a lei municipal nº 137/1961;

[109] Portaria nº 76/1991

[110] O tombamento estadual provisório, assim como o tombamento definitivo, constitui-se em ato administrativo do poder executivo que, no caso da FCTMT, está presente no artigo 10 da Lei nº 3.774/76, que "só será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela inscrição dos referidos bens no competente Livro Tombo". Porém, no Paragrafo Único do artigo 10 da Lei nº 3.774/76, ressaltava: "Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 (que versa sobre o tombamento definitivo), o tombamento provisório se equiparará ao definitivo".

[111] FUNDAÇÃO CULTURAL DE MATO GROSSO. Notificação nº 01/1991 - **Fundamentação de tombamento**. In: Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, fl. 73-74.

priorizou em aspectos estético-estilísticos baseando-se nas concepções de monumentalidade, autenticidade e/ou originalidade. Atos que podem ser exemplificados através dos tombamentos federal da Igreja Sé de Sant'Anna, 1957, em Chapada dos Guimarães; da Igreja N.S. do Rosário e São Benedito em 1975, em Cuiabá; e do Marco do Jauru em 1978, na cidade de Cáceres. Concepções e valores que direta ou indiretamente acabaram balizando, entre 1994 e 1996, o processo das patrimonializações municipal e estadual de imóveis como os da família Dulce, localizados no sítio histórico de Cáceres.

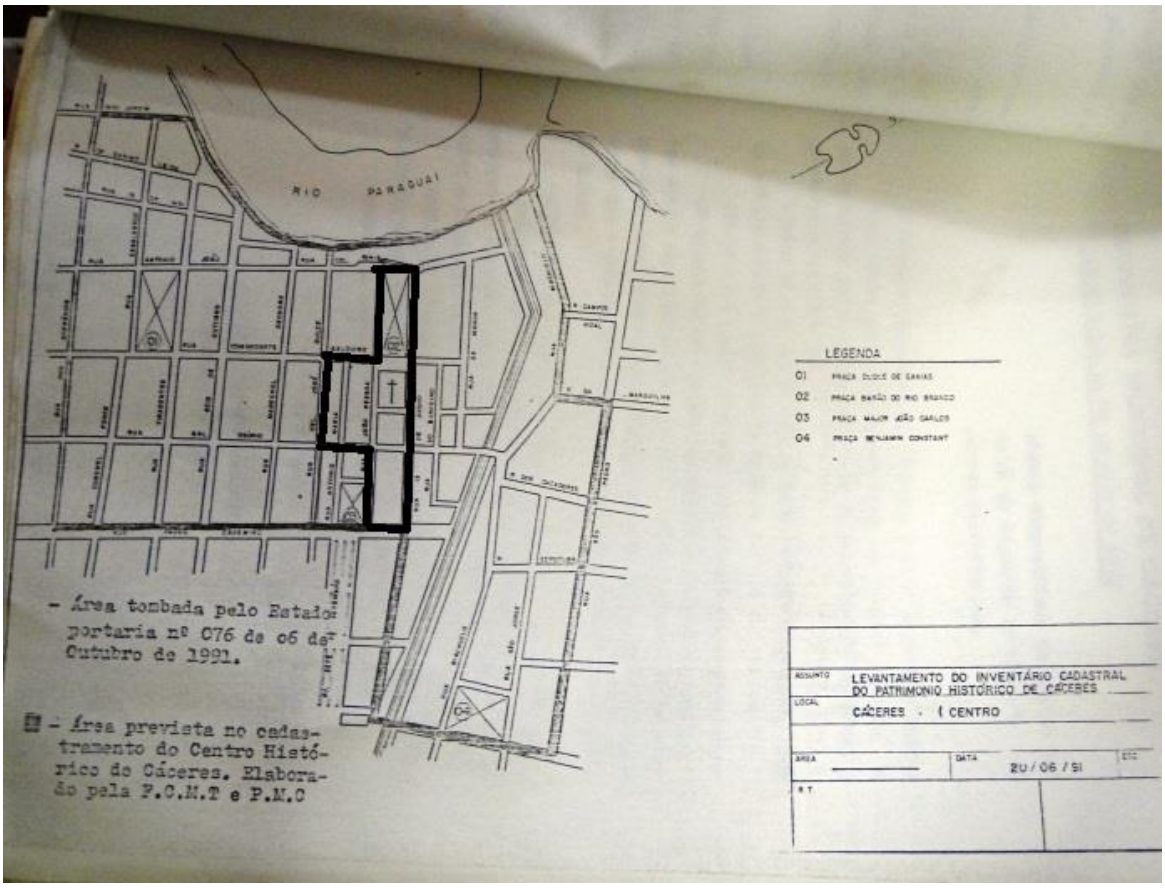


Figura 18: Perímetro tombado provisoriamente pelo governo estadual em 1991.

Apesar dos investimentos nas legislações municipal, da gestão dos bens imóveis listados no inventário cadastral e do tombamento do centro histórico pelo governo estadual, na primeira crise que se configurou, com a demolição de parte da Casa Humberto Dulce, em 1993, houve um "jogo de empurra" com relação aos compromissos com a preservação pelas diferentes instâncias governamentais. Esse processo levou ao pedido, pelo município, do tombamento federal do centro histórico, dando inicio a um novo "jogo de empurra" interessante de ser observado diante das discussões sobre competências, deveres e possibilidades de ações sistêmicas na preservação do patrimônio cultural.

A Casa Humberto Dulce era antiga residência de uma família influente na cidade, localizada na margem do perímetro tombado e inventariada através do Convênio. O início de

sua demolição pelo novo proprietário mostrou que os bens inventariados fora da área de tombamento careciam de respaldo legal para sua preservação. O aparato jurídico municipal de planejamento urbano, instituído entre 1982 a 1987, descrito anteriormente, demonstrava-se frágil e insuficiente para impedir reformas e demolições dos imóveis, sem usar os instrumentos específicos de proteção.

Considerando isso e que o tombamento estadual provisório já tinha expirado os seus 360 dias de sua vigência e que novas providências de proteção não foram tomadas pelo estado, os agentes públicos municipais, conforme o Ofício nº 1166/93-GP, de 22/07/93 encaminhado à FCMT, solicitavam a prorrogação da validade do tombamento. Buscava-se também o apoio técnico para impedir a continuidade da demolição da Casa Humberto Dulce. Em resposta, a Fundação de Cultura e Turismo de Mato Grosso – FCTMT, antiga FCMT, destacava que não era necessária a prorrogação da vigência do tombamento e reconhecia a importância da Casa Humberto Dulce para a "preservação da memória urbano-arquitetônica do município de Cáceres". Porém, reafirmava a necessidade do município agilizar a Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.[112]

O caso da Casa Humberto Dulce também acentuou os conflitos entre os interesses entre poderes municipal e proprietários dos imóveis inventariados, assim como dos que margeavam a área tombada. Com isso, a prefeitura buscou novas formas para tentar garantir a proteção e conservação do conjunto de imóveis e de uma área maior do que a do tombamento estadual.

Em consequência da resposta do governo estadual e das limitações técnicas do município, o chefe da Divisão de Patrimônio Histórico da FCC, contatou em setembro de 1993, a Sub-Regional do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), em Cuiabá, antiga SPHAN/Pró-Memória, a fim de buscar suporte e respaldo para as ações de preservação.[113] Como a Sub-Regional dispunha de apenas um especialista e em decorrência de seus parcos recursos para o monitoramento e fiscalização dos bens tombados isoladamente ou em conjunto no plano federal em Mato Grosso, a administração municipal de Cáceres foi orientada a recorrer novamente à FCTMT, em fusão de ter na cidade uma área tombada pelo

---

[112] FCTMT.OF./PRES./FCTMT/Nº 0316/98. Presidente. Kazuho Kazu Sano. Notificação. Cuiabá, 19 de julho de 1993. Cuiabá, A.S.E-IPHAN-MT. Em anexo, existia o Ofício nº 0316/93, de 29 de julho de 1993 da FCTMT, com uma notificação enviada ao proprietário do imóvel nº 156, localizado na Praça Barão do Rio Branco.

[113] IBPC/18º Sub Regional. Maria Clara Migliácio. Relatório de Viagem a Cáceres, 04/11/93 e 05/11/93. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Superintendência do IPHAN em Goiás.

governo estadual.[114] No entanto, essa orientação não foi seguida e os agentes públicos municipais da FCC se reuniram em 1993 quando discutiram sobre o interesse e a possibilidade do tombamento do centro histórico pelo governo federal. Segundo a Ata da reunião, entendiam que a ação de cooperação nesse sentido deveria se desenvolver em caráter de urgência, visando dar prosseguimento à proteção do sítio histórico.[115]

Com um parecer de cooperação favorável, no dia 04 de novembro de 1993, a arquiteta da Sub-Regional do IBPC se deslocou para Cáceres. Durante a sua visita técnica, reuniu-se com a presidente e o chefe da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural da FCC, que expuseram os trabalhos desenvolvidos na proteção e preservação dos 41 imóveis inventariados e o interesse em ampliar por meio do tombamento federal a área até então tombada pelo governo estadual.[116]

Em 01 de dezembro de 1993, o prefeito de Cáceres encaminhou o pedido de tombamento federal para a Sub-Regional responsável pela promoção da preservação no estado de Mato Grosso. Entre as motivações expressas no pedido de tombamento estavam os valores artísticos constituídos pela integridade e harmonia do conjunto arquitetônico, formado por estilos neoclássico, *art déco* e eclético sob os traços da tradição portuguesa, que deram forma à paisagem cultural urbana e que marcaram alguns eventos históricos relacionados à consolidação da fronteira luso-espanhola, também descrita a partir do anacronismo de entender a região como brasileira quando o Brasil não era Brasil (LACERDA, 2011).[117] Assim buscava-se com a solicitação do tombamento federal o reconhecimento dos valores históricos e artísticos da cidade como um meio de fortalecer e promover a identidade da cidade bicentenária e seus cidadãos. Para tanto, usava como argumento a consolidação da fronteira oeste brasileira e os estilos constituidores da fisionomia nacional.

O parecer técnico de tombamento federal, do Centro Histórico de Cáceres – MT, elaborado pelo engenheiro da 14ª CR/IBPC em Brasília, de 06 de maio de 1994, demonstrou o desinteresse pelo tombamento federal e enfatizou o fortalecimento dos tombamentos estaduais e municipal. Seu parecer técnico destacou que

---

[114] Idem, ibidem.

[115] Reunião entre o Secretário de Educação e Cultura municipal, a articuladora da FCC, Marília Freire Campos Fontes, o prof. Gabriel Alves de Moura Neto, Valdir Silva e Claudionor Duarte Correa (chefe da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural). In: Fundação Cultural de Cáceres. Ata nº 19, de 28 de outubro de 1993.

[116] Relação de bens tombados pelo Patrimônio Histórico do Estado de Mato Grosso através da Portaria 076/91 da Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso. In: Folha do Povo Cáceres-MT, terça feira, 05 de abril de 1994. A.P.M - Cáceres.

[117] Ver CHUVA, Márcia (2009) que mostra o papel da noção de "ancestralidade da nação" para a constituição da visão de patrimônio capitaneada pelo IPHAN. Todo o pressuposto dessa noção residia na ideia que era possível encontrar vestígios desse Brasil que ainda não era Brasil no período colonial..

> Historicamente, ao longo de mais de meio século da existência da SPHAN/IPHAN/Pró-Memória, o Governo Federal sempre tombou os Centros Históricos com intuito, além do cumprimento da legislação, de preservá-lo por seus valores urbanos, arquitetônicos, históricos, culturais, etc., mas nem sempre, ou quase nunca, com o apoio, consciência e vontade dos habitantes e dirigentes municipais ou municipais.
> Difícil foi e esta sendo com os Centros Históricos mais recentemente tombados, conscientizar e após obter apoio das prefeituras e população do Centro Histórico. Veja as cidades de Pirenópolis, Natividade ou Pilar [Goiás e Tocantins] [...]
> Que benefício poderia trazer para a cidade o tombamento federal? O Governo Federal está exaurido de seus recursos financeiros, ainda mais para investimento na área da cultura. A fiscalização que ele deveria efetuar fatalmente será ineficiente e recorrerá à Prefeitura para auxiliá-lo, de mais visitas, onde surgirão debates, palestras, orientações já que estamos trabalhando para um mesmo fim que é a preservação, tanto fazendo se é protegido por lei federal, estadual ou municipal. O importante é a população, ali residente, ter interesse, consciência que vale a pena manter este patrimônio cultural.
> O tombamento, a qualquer nível, nada mais é do que o reconhecimento de que aquele traçado urbano ou aquelas arquiteturas ou aquela obra de arte, pintura ou escultura, tem um valor histórico, artístico, cultural ou até monetário [...].[118]

Não houve, no entanto, consenso dentro do órgão federal de preservação. Ainda que o parecer de tombamento federal recomendasse o fortalecimento dos tombamentos estaduais e municipal, a coordenadora da 14ª CR/IBPC, no memorando nº 177/94, em resposta ao Escritório Técnico em Cuiabá, acrescentava que:

> Apesar de concordar com o parecer creio que sempre o **tombamento federal reforça e mantém o** tombamento **estadual**. Isto pois, estou encaminhando o processo ao DEPROT. Creio que **devemos instruí-lo** melhor com fichas e fotos originais, planta cadastral e outras que possam demonstrar a área que se solicita tombar.[119] [Grifo nosso]

Em resposta, a Sub-Regional destacou que seria reestabelecido o contato com a prefeitura municipal a fim de providenciar as fotos dos imóveis. Desde então, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) surgiu como parceira e subsidiaria do estudo histórico, haja vista que a mesma contava com um curso de História. Entretanto, mesmo com a busca pela instrução do processo para tombamento federal, nota-se que este ocorreu de forma morosa e só foi reaberto depois de 10 anos, como veremos a seguir.

Os saldos positivos da relação que se estabeleceu, naquele momento, entre o município e a Instituição federal de preservação podem ser observados nos ofícios 001, 002 e Carta 001 de 1994, da arquiteta da Sub-Regional, contidos no Processo n. 1.542-T-07 de

---

[118] Parecer Técnico Tombamento do Centro Histórico de Cáceres. Eng. Walter Vilhena Valio. Brasília, 06 de maio de 1994 In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Superintendência do IPHAN em Goiás.

[119] MEMO Nº 075/94, da Diretora da 18º SR II a Coordenadora da 14º CR. Assunto: Tombamento do Conjunto Arquitetônico Urbano em Cáceres. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07 . Superintendência do IPHAN em Goiás.

março de 2007. Nestes são feitas recomendações a partir da vistoria à cidade, na qual alguns aspectos foram apontados com relação à preservação do Marco do Jauru, sobre a fragilidade da legislação municipal e sobre a demolição parcial da Casa Humberto Dulce.[120]

Nos documentos a arquiteta observa que o único bem tombado em nível federal, até então, era o Marco do Jauru e, a seu respeito, destaca que deveria ser retirado do seu entorno o quiosque de sorvete *Kibon* em fibra de vidro; os luminosos da Skol e da Honda e o poste de iluminação pública. Além disso, ao saber da reestruturação da praça e da "limpeza" com propósito de conservar o Marco, ressaltou a importância da comunicação prévia ao IBPC, para que ocorresse a orientação técnica e para obter a autorização.[121]

Além das recomendações o mais importante para a preservação dos bens culturais da cidade, nesta ação do IBPC, foi seu empenho, visando impedir a demolição total da Casa Humberto Dulce, que se situava no entorno imediato do Marco do Jauru. Quanto à "demolição intencional" da Casa Humberto Dulce a arquiteta avaliou em seu comunicado houveram crimes contra os "direitos coletivos e difusos" com base nos artigos 17 e 21 da Lei Estadual 3.774/76 e no artigo 1º e 2º da Lei Municipal nº 891/82. E, para fazer valer a legislação municipal, caberia a Procuradoria Jurídica da Prefeitura mover uma "Ação Civil Pública contra responsável pela demolição executada a ser solicitada à curadoria do Patrimônio Cultural".[122] Para reparar os danos, o proprietário submeteu a proposta de construção de um galpão com cobertura de zinco no lugar do imóvel demolido, projeto que recebeu da técnica do órgão federal um parecer desfavorável. Em razão disto, para não pagar a multa, que deveria ser estabelecida pela secretaria municipal de finanças, o proprietário concordou em cumprir as deliberações.[123]

Sobre os instrumentos legais e avaliando a estrutura municipal, visando que permitisse obter maior eficácia na preservação dos bens culturais, a arquiteta sugeriu o aprimoramento do instrumento tombamento municipal, da seguinte maneira:

> 1. Elaboração de uma lei específica para o Tombamento, independente do Código de Obras; 2. Definir o que deve ser preservado nos imóveis tombados, além das

---

[120] Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Superintendência do IPHAN em Goiás.

[121] Ofício 099/93, de 24 de novembro de 1993. IBPC/18º Sub Regional. Maria Clara Migliácio. Marco do Jauru – Monumento Nacional. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Superintendência do IPHAN em Goiás.

[122] Ofício 001/94, de 05 de janeiro de 1994. IBPC/18º Sub Regional. Maria Clara Migliácio. Assunto: Demolição da Casa Humberto Dulce. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Superintendência do IPHAN em Goiás.

[123] Fundação Cultural de Cáceres. Ata nº 28, de 07 de fevereiro de 1995. A. S. E.C.L, Cáceres.

> fachadas; 3. Criação imediata do Livro do Tombo e inscrições do Conjunto já tombado a nível estadual, assim como dos patrimônios citados no Termo de Referência para o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico, Social, Territorial e Urbano do Município [...]; 4. Definir claramente na Lei de Tombamento as atribuições e responsabilidades de cada parte (proprietário, usuário e poder público municipal) na conservação dos bens culturais protegidos pela Lei; 5. Definir na Lei de Tombamento quais os bens culturais que importa proteger, além do patrimônio edificado. Para isso deve levar-se em conta os patrimônios relacionados no Termo de Referência do Plano Diretor já mencionado, nos itens relacionados como Patrimônio Histórico, Patrimônio Paisagístico e Patrimônio Natural. Os mesmo devem ser protegidos por legislação municipal, sendo possível fazê-lo através de Lei de Tombamento (vide Decreto-lei nº 25 da legislação Federal).[124]

A partir desses encaminhamentos e das relações entre as instâncias governamentais ao longo de 1993, os governos estadual e municipal retomaram suas responsabilidades compartilhadas da preservação na cidade. O governo estadual tombou 41 imóveis que haviam sido inventariados no centro histórico, conforme publicado na Folha do Povo do dia 05 de abril de 1994 (Anexo 02), por meio da qual o município deu ciência pública ao ato administrativo do Estado.

O governo municipal, seguindo as recomendações da técnica do órgão federal, instituiu o Decreto Municipal nº 185/1994, que regulamentou a Lei municipal de preservação, nº 891/1982, e concedeu isenção de IPTU, especificamente, aos imóveis tombados isoladamente. Esse Decreto também criou a Comissão Especial de Preservação e Tombamento (CEPT) sob a coordenação da FCC, para elaborar os instrumentos necessários à preservação, como a normatização para as intervenções físicas nos imóveis protegidos, a fim de controlar e orientar as intervenções. Ações que já tinham sido previstas em dispositivo jurídico da Lei Municipal 891 de 1982, mas até então não eram regulamentadas no âmbito do poder executivo.

Destaca-se a CPET como uma instância governamental de gestão compartilhada, coordenada e administrada pelo governo municipal e que contava com quinze membros, com assentos distribuídos em cinco para membros natos, representantes do poder público municipal (Presidente da Fundação, Secretário de Educação e Cultura, Secretário de Obras Públicas, Presidente da Câmara dos Vereadores e pelo Coordenador da DPHCA) e outros dez membros, representantes de notório saber e conhecimento de entidade da sociedade civil, de instituições de ensino superior e do governo federal, conforme expõe o Decreto Nº 185 de 1994 (Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Departamento de História

---

[124] Ofício 001/94, de 05 de janeiro de 1994. IBPC/18º Sub Regional. Maria Clara Migliácio. Relatório de Vistoria ao Marco do Jauru e Providências Tomadas, 05/11/93. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Superintendência do IPHAN em Goiás.

(UNEMAT); Superintendência Regional de Educação; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC; Associação dos Engenheiros de Cáceres – ACENA; Organização dos Advogados do Brasil – OAB – Cáceres; Lojas Maçônicas; Rotary Clube; Clube dos Diretores Lojistas – CDL). O governo estadual não tinha assento na Comissão, passando a ter apenas em 2002.

A CEPT também foi definida como um organismo deliberativo de assessoria técnica e conclusiva dos autos processuais para tombamentos pelo município, de identificação e promoção da organização das ações de preservação e voltado para definir os fatores que caracterizavam os bens materiais e imateriais, tais como: manifestações culturais, bens com valor artísticos e/ou históricos e entre outros. No entanto, acabou assumindo basicamente todas as responsabilidades, que não eram sua atividade fim, de deliberar o quê e como conservar, interferir e recusar os pareceres técnicos, além de atuar na fiscalização dos bens culturais tombados na área urbana.

No início dos trabalhos da CPET, os seus integrantes consideraram a proteção legal de apenas 41 imóveis pelo governo estadual insuficiente, havendo a necessidade de acautelar outros bens. Para isso, recorreram a um convênio com a UNEMAT que, através de professores do curso de História, complementaram o inventário cadastral e incorporaram mais sete imóveis, orientados por critérios arquitetônicos estético-estilísticos, que foram tombados em 1996 pelo município, junto com os 41 já tombados pelo estado, totalizando 48 bens protegidos (anexo 03).

Nesse período, ao todo, ficaram protegidos na cidade de Cáceres os imóveis tombados isoladamente, tanto pelo governo estadual quanto pelo municipal, dentro do perímetro inventariado, além da área próxima à Catedral e do Marco do Jauru, tombada como conjunto urbano, em 1991, pelo governo estadual. Esses tombamentos serão ampliados em 2002, pelo tombamento estadual e em 2010, pelo tombamento federal, conforme será visto adiante.

Observa-se, no entanto, a fragilidade das estruturas municipais. A CEPT, que inicialmente se reunia bimestralmente, depois de 1996 deixou de se reunir com frequência sendo, portanto, omissa nas decisões sobre a cidade. Esse tipo de transformação nas atividades das instituições também ocorre com a criação de órgãos com atividades semelhantes, na mesma instância governamental. No decorrer da gestão da preservação pelo poder executivo municipal, em 04 de dezembro de 1999, foi criado o Conselho Municipal de

Cultura de Cáceres (CMC).[125] Esse causou certo embaraço na estrutura de gestão da preservação em âmbito municipal por ser de caráter deliberativo, fiscalizador e propositivo que, ao mesmo tempo, assumiu competências similares da CEPT. No entanto, ambos pouco se envolveram nas deliberações a respeito do patrimônio cultural, haja vista que enfrentaram problemas no tocante à composição e nomeação dos integrantes, chegando a ficar anos sem ter todo os seus membros nomeados.[126] Assim como a CEPT, as ações do CMC voltadas para a preservação dos bens culturais ocorreram de maneira pontual, irregular e compreendendo a conservação dos bens de maneira isolada.

3.4. A participação da sociedade civil na preservação em Cáceres

Desde o final da década de 1980, a partir da execução do Convênio entre estado e município de Cáceres como o início do inventário cadastral do Centro Histórico da cidade, determinados setores da sociedade e do poder legislativo local passaram a se manifestar em defesa de bens culturais.

Pode-se citar como exemplo a iniciativa do padre Celso Búbula que, em 22 de fevereiro de 1989, enviou uma carta a FCC comunicando que em sua visita à Fazenda Santo Antonio das Lendas, a 80 km de Cáceres, foi informado da existência de um cemitério indígena, encontrados pelos moradores. Ao visitar o local, identificou muitos objetos, destruídos pelo trator da fazenda, motivando-o a se manifestar por carta. Escreveu "preocupado com a destruição deste dado histórico, [que] gostaria que em nome da cultura e história de nossa gente, fôsse feito algo, para que mais esse acêrvo histórico, não se perdesse de vez. [...] agradeço, em nome da cultura e história Cacerense e Brasileira".[127] Compreendendo que o comunicado "extrapolava" as incumbências do governo municipal, o

---

[125] Cáceres (Município). Lei nº 1539 de 14 outubro de 1999. Cria o Conselho Municipal de Cultura, e dá outras providências. Fonte: Cáceres - A.M.C, Grupo Adm. FIP 2001

[126] Entre a última composição da CEPT registrada no seu Livro Ata em 04 de Dezembro de 1995 e as nomeações para sua composição, como a da arquiteta Fernanda Maria Martins Portocarrero, através da Portaria nº 42 de 27 de março de 1998 que revogou a de nº 265 de 14 de novembro de 1994, as deliberações e reuniões não constam no registro da entidade, evento que pode ter acontecido apenas como mais um ato voltado para cumprir protocolos. Cáceres (Município). Portaria nº 042 de 27 de março de 1998. Nomeação da arquiteta Fernanda Maria Martins Portocarrero como Presidente da Comissão Especial de Preservação e tombamento. Fonte: Cáceres, AMC – Cx. Fundação Cultural de Cáceres.

[127] Pe. Celso Búbula. **Carta dirigida à Fundação Cultural de Cáceres-MT**, de 22 de fevereiro de 1989. Anexo do Ofício nº 002/89-FC, de 27 de fevereiro de 1989, Fundação Cultural de Cáceres. Cuiabá: A.S.E-IPHAN-MT.

assunto foi encaminhado ao Escritório Técnico da SPHAN/pró/Memória em Cuiabá, que providenciou o registro do sítio.[128]

Outro exemplo de manifestação se deu através da indicação de um vereador visando a preservação de uma Ximbuva[129] pela prefeitura municipal. A árvore fica localizada nas imediações da área central, e foi considerada pelos agentes políticos como bem cultural. A Indicação nº 272/90, da Sessão da Câmara Municipal de 18/jun./1990, ao Secretário de Obras e Serviços Urbano, ressaltava a recuperação de condições de segurança (fixação) da "histórica, imponente e bela Ximbuva, existente nas imediações da praia Daveron, na baia que margeia a cidade". Haja vista que a árvore seria um "exemplar que tem história e ajudou a marcar uma época".[130] Processo que teve eficácia, uma vez que a árvore permanece até os dias atuais.

Montecchi e Montecchi (2011, p. 167), ao analisar o resgate da escultura *Anjo da Ventura* (figuras 20 a 21), fixada, no final do século XIX, na platibanda do prédio que abrigou a *Casa Comercial Dulce & Cia.*, um dos imóveis tombados pelos governos estadual e municipal (figura 19), relata outro episódio do envolvimento da população na preservação de um bem cultural da cidade. Certo grupo de moradores locais, acompanhado e legitimado pelo governo municipal, organizou-se para resgatar a escultura que se encontrava fixada num túmulo, na cidade de Corumbá-MS, do colecionador que na década de 1950 havia comprado a estátua de um dos herdeiros da família Dulce. O grupo local não identificado "por motivos de segurança" negociou com o coveiro e retirou a escultura do cemitério. Posteriormente a enviou para Cáceres, a aproximadamente 650 km de distância pelo rio Paraguai, através de uma chata de carregamento de soja.

---

[128] Comunicado Interno – Gerenciamento Arqueológico motivado por denúncias. Destinado a Coordenação de Arqueologia da 8ª DR, de 22/11/1990 - PróMemória. Cuiabá: A.S.E-IPHAN-MT.

[129] Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa – EMBRAPA, a Ximbuva é uma árvore grossa, de 8 a 18 m de altura, copa larga, perde as folhas na estação seca. Com distribuição em quase todo o Brasil, do Amapá ao Rio Grande do Sul, e da Bolívia ao Uruguai. Esparsa em todas as sub-regiões do Pantanal. Também é conhecida por ser utilizada para confeccionar a viola de cocho.

[130] Câmara Municipal de Cáceres. **Indicação nº 272/90**, Vereador Antonio José Ferreira da Costa, Sala de Sessões, 18 jun. 1990.



Figura 19: Casa Comercial Dulce & Cia.
Fonte: Albhum Graphico (1914).



Figuras 20 e 21: Escultura Anjo da Ventura
Fonte: Zaknews *Online*. Foto: Wilson Kishi

De acordo com Montecchi & Montecchi (2011, p. 167-168),

> Em Cáceres, a escultura que apresentava alguns danos, como uma das asas quebrada, foi restaurada. No trabalho de restauro, sua cor foi alterada, a imagem que originalmente era de cor bronze, recebeu uma pintura prateada com a qual ainda se encontra. A cidade fez festa, sua proteção divina foi recuperada. Na verdade, a maior parte dos acontecimentos que envolveram o resgate da escultura não teve visibilidade pública. A volta triunfal do Anjo para ocupar novamente o seu lugar de destaque no centro, no principal cruzamento de uma cidade em constante transformação, com grande efervescência de transeuntes e de modernas agências bancárias, onde se mesclam a tradição e a modernidade, compondo a estética da cidade com grande suntuosidade, reforça o seu conteúdo fantástico e de um passado em movimento.

Paradoxalmente, se por um lado temos o governo municipal incentivando e acompanhando atos obscuros para a "repatriação" de um bem cultural em 1998, por outro, o mesmo esteve diretamente ligado à demolição da Ponte Branca (Figuras 22 e 23).[131] Embora a Ponte Branca não tivesse sido tombada junto com os demais bens contidos no centro histórico, o movimento organizado pela população em sua defesa constituiu em uma das mais importantes reações popular pela preservação em Cáceres, ocorrida entre 1997 e 1998.

Mesmo sendo identificada entre os inventariados no *Cadastramento do Centro Histórico de Cáceres,* de 1987, a Ponte Branca não foi tombada por nenhuma das esferas governamentais. A prefeitura investiu na demolição da Ponte Branca, por meio de obra de

[131] O engenheiro Adilson Reis (2007) destaca, com base no "Livro de Contratos que pode (ainda pode?) ser encontrado no Arquivo Municipal, assinado em 7 de abril de 1910, tendo como celebrantes o Sr. Luiz da Costa Garcia e a Intendência Municipal de São Luiz de Cáceres, com as seguintes especificações: 'Uma ponte de alvenaria com 12 x 4,5 m e 4 m de altura, assentado o seu taboleiro [sic] sobre duas abóbadas de 0,75 m de espessura, levantadas sobre 3 paredes de 80 centímetros, cada uma de grossura, tendo os alicerces das mesmas um metro de profundidade abaixo da superfície do solo e ficando um vão livre de 5 metros entre elas. Essa seria "construída de pedra canga e tijolos requeimados, devendo aquela ser lavrada e esquadriada na parte da ponte que fica acima da superfície do solo e a argamassa empregada será composta de uma parte de cal por três de areia". In: REIS, Adilson. **Ponte Branca, rememorando.** Online in: Blog do Romilson: Poderes e Bastidores. 22 de novembro de 2007.Disponível em: <http://www.rdnews.com.br/ultimas-noticias/ponte-branca-rememorando/4639>. Acesso em: 10 out. 2012.

canalização do Córrego Sangradouro, que margeava o Centro Histórico, onde se encontravam os imóveis tombados. Tratava-se de uma obra de grande impacto e avaliada com um custo inicial aproximado de R$ 2.000.000,00.[132]

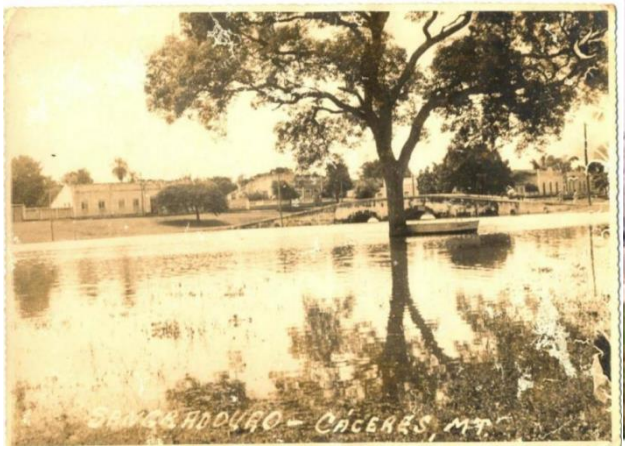


Figura 22: Ponte Branca, Cáceres/MT, meados do século XX. Acervo NUDHEO/ Unemat



Figura 23: Ponte Branca na década de 1990
Foto: Adilson Reis

Após o início da canalização do córrego, professores da UNEMAT promoveram debates com a sociedade local a fim de discutir a preservação da Ponte Branca e do ecossistema do córrego. Simultaneamente, formaram uma Comissão de acompanhamento da obra e defesa do bem cultural, composta por um engenheiro, historiadores, um advogado, biólogos e estudantes que mobilizaram população local.[133]

Na tentativa de sensibilizar o poder público municipal e inviabilizar a demolição da ponte, a *Comissão* desenvolveu um minucioso estudo histórico prévio dos materiais e técnicas construtivas que viabilizaram a construção em 1919 e seu estilo arquitetônico. Para tanto, ao mesmo tempo em que a *Comissão* comunicou e oficializou o estudo técnico no Ministério Público Estadual (MPE) e na Prefeitura Municipal, que apresentava os valores histórico e arquitetônico do bem cultural, sugestões e avaliação do processo de preservação, conforme poderá ser observado a seguir.

Em suma, o estudo elaborado pela *Comissão* sugeria tecnicamente algumas opções para impedir a demolição, apelava ao discurso identitário e ressaltava os valores de bem cultural e o papel que o mesmo exercia no contexto sócio-histórico em que se encontrava. Pois enfatizava que a

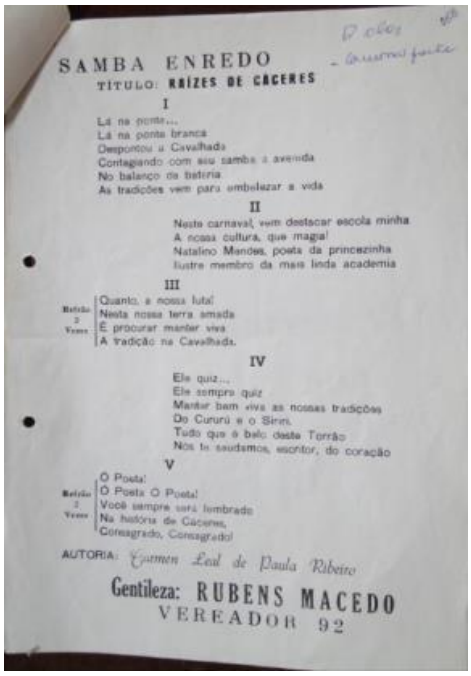
---

[132] CÁCERES (Município). Lei municipal nº 1.429 de 16 de janeiro de 1997.

[133] Ofício ao Ex. Prefeito assinado pelo Diretor do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da UNEMAT, prof. Paulo César Ferreira da Cunha, de 11 de março de 1998. Cuiabá, A.SEC-MT.

> Identidade com o antigo não está contida apenas no sentido de perda, mas sim, na importância de forma coletiva da construção do legado. Uma política de preservação deve passar pelo crivo de sua significação coletiva e plural.
> O Bem Cultural é uma elaboração humana que não apenas satisfaz as necessidades materiais, mas também outras, principalmente, as esteticamente satisfatórias. São eles, os instrumentos para o estabelecimento das relações entre as pessoas, e como tal, define sua importância.
> Numa sociedade de classes, a divisão social do trabalho, as funções de etnias e tradições, as diferenças regionais e outros fatores contribuem na heterogeneidade cultural disponível. Nesse processo, grupos de classe se apropriam de símbolos de identificação coletiva em oposição a outros referenciais, dando a sociedade um sentido pleno de cidadania com segurança de criação e recriação da História de forma dialética na construção da cidade.[134]

Esses valores históricos e afetivos e as definições conceituais só foram ressaltados pelo fato do risco real de demolição que a Ponte enfrentava. No entanto, tais valores já vinham sendo construídos socialmente, conforme consta em relatos de antigos moradores[135] ou mesmo incorporada a cânticos produzidos e reproduzidos pela comunidade local, como o enredo de uma escola de samba local do carnaval de 1992 (Figura 24).


SAMBA ENREDO

TITULO: RAÍZES DE CÁCERES

I

Lá na ponte...
Lá na ponte branca
Despontou a Cavalhada
Contagiando com seu samba a avenida
No balanço da batida
As tradições vem para embelezar a vida

II

Neste carnaval, vem destacar escola minha
A nossa cultura, que magia!
Natalino Mendes, poeta da princesinha
Ilustre membro da mais linda academia

III

Refrão 2 Vezes
Quanto, a nossa luta!
Nesta nossa terra amada
É procurar manter viva
A tradição na Cavalhada

IV

Ele quiz...
Ele sempre quiz
Manter bem viva as nossas tradições
Do Cururú e o Siriri
Tudo que é belo deste Torrão
Nós te saudamos, escritor, do coração

V

Refrão 2 Vezes
Ó Poeta!
Ó Poeta, Ó Poeta!
Você sempre será lembrado
Na história de Cáceres,
Consagrado, Consagrado!

AUTORIA: Carmen Leal de Paula Ribeiro

Gentileza: RUBENS MACEDO
VEREADOR 92

Figura 24: Raízes de Cáceres (1992)

I

La na ponte...
La na ponte branca
Despontou a Cavalhada
Contagiando com seu samba a avenida
No balanço da batida
As tradições vem para embelezar a vida

II

Neste carnaval, vem destacar escola minha
A nossa cultura, que magia!
Natalino Mendes, poeta da princesinha
Ilustre membro da mais linda academia

III – Refrão 2X

Quanto, a nosso luta!
Nesta nossa terra amada
É procurar manter viva
A tradição na Cavalhada

IV

Ele quiz...
Ele sempre quiz
Manter bem viva as nossas tradições
Do Cururu e o Siriri
Tudo que é belo deste Torrão
Nós te saudamos, escritor do coração

V – Refrão 2X

Ó Poeta!
Ó Poeta, Ó Poeta!
Você sempre será lembrado
Na história de Cáceres,
Consagrado, Consagrado!

Fonte: A.M.C

As denúncias ao MPE relacionadas ao bem cultural e aos impactos ambientais foram acatadas e a obra de canalização do córrego embargada pela ausência dos estudos de Impactos Ambientais. Contudo, a prefeitura recorreu à instância jurídica superior e conseguiu liminar positiva concedida pelo desembargador Mariano Travassos para continuidade na canalização.

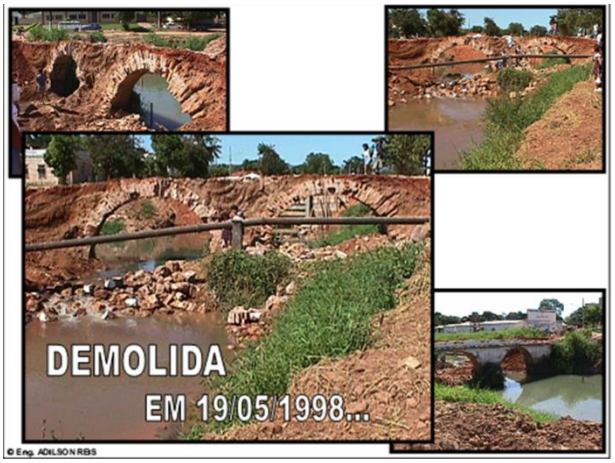
---

[134] Idem, ibidem.

[135] **Projeto "Memória e Oralidade"**. Relatório: Relatos de Memória & Lembranças da Cidade" do trabalho, de 6 out. 2006. Cáceres, UNEMAT, Dep. de História: 2006.

De posse da liminar, na madrugada do dia 19 de maio de 1998, a prefeitura oficializou em juízo e a empresa demoliu a Ponte Branca. Mas, como era de se esperar a demolição causou comoção popular e provocou enorme sentimento de perda tais quais as figuras 25 e 26.





Figuras 25 e 26: Ponte Branca antes e depois de ser demolida, respectivamente. Foto: Adilson Reis

Um dia após a demolição o jornal Diário de Cuiabá difundia "A cidade de Cáceres amanheceu sem uma de suas referências históricas, a Ponte Branca, construída sobre o córrego Sangradouro, que ligava o centro ao bairro da Cavalhada há mais de 90 anos. Durante todo o dia pessoas visitaram o local, retirando as pedras canga usadas na construção". Ao mesmo tempo também buscava apresentar os motivos da demolição ter ocorrido de madrugada, pois conforme a assessoria jurídica prefeitura, ocorreu "para se evitar a aglomeração de curiosos e devido ao grande fluxo de veículos que passa nos arredores durante o dia".[136]

Mas em contraste também se pode identificar que na verdade se tratava de uma estratégia encontrada para mediar os conflitos com os grupos que defenderam a preservação, haja vista que os mesmos sentiam-se enganados.

> O professor Sérgio Cintra disse que "apesar do respaldo jurídico, a ação na calada da noite não pegou bem, e mostrou descaso da atual administração com a coisa pública". "Estão tirando o que Cáceres tem, ao invés de acrescentar", lamentou a artista plástica Joana Castrillon, desolada. Professores e alunos da Unemat, defensores da permanência da ponte, também foram ao local, assim como alunos da escola estadual Demétrio Costa Pereira, acompanhados pela professora Elizabeth Melo. A professora achou "esquisito" a ponte ser demolida na madrugada. "A população tinha direito de saber, assim como deve saber que estão apenas tapando o córrego, sem saneá-lo. O esgoto continua aí".[137]

---

[136] **Ponte é demolida na madrugada**. Diário de Cuiabá, da sucursal de Cáceres, Clarice Navarro Diório, dia 20 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/200598/cidades2.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

[137] Idem, ibidem.

Após a demolição, ao conceder entrevista à reportagem do Jornal do Diário de Cuiabá em 20 de maio de 1998, o prefeito garantia que a ponte seria reconstruída com pedra canga. Entretanto, como estratégia para o não cumprimento já destacava: "Faremos promoção para angariar fundos. Quem realmente gostar da Ponte Branca, com certeza irá colaborar".

Após o histórico episódio, os desdobramentos continuaram na instância judicial. Conforme Reis (2007),

> a decisão judicial datada de 11/08/98, grafada nos autos de "Ação Civil Pública Reparatória de Danos ao Meio Ambiente nº. 158/98", que entre outros termos, consta um com o título "Da Ponte Branca", obriga a Prefeitura a construir réplica da mesma, com a mesma técnica utilizada originalmente e institui uma "Comissão Pró-Reconstrução da Ponte Branca".[138]

Em meio às decisões judiciais, o promotor conseguiu um acordo determinando

> o reflorestamento e limpeza das margens do córrego, no trecho compreendido entre a rodoviária até as proximidades da nascente do córrego, na Serra do Bom Jardim. Este item do acordo deve ser cumprido até o dia 30 de outubro. Já o reflorestamento deve ser iniciado no final de novembro, com o prazo de conclusão vencendo em 30 de abril de 2000.[139]

Embora tenha ocorrido um acordo, estabelecido através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre o MPE, o governo municipal e a empresa responsável pela obra, até os dias atuais o mesmo não foi cumprido. Pois ocorreram iniciativas do município, que executou a construção de algumas réplicas, mas sem atender as devidas exigências. Não obstante, mediante ao forte laço afetivo da população local, incluindo uma parcela de representantes do próprio governo municipal, a Ponte também já chegou a ser reproduzida como peça decorativa junto a um mirante no Festival Internacional de Pesca (figura 27).



Figura 27: Praça Barão do Rio Branco com vista para o Mirante e a réplica da Ponte Branca – FIP
Fonte: NUDHEO/Unemat, 26/09/2004

[138] REIS, 2007, op. cit.

[139] **Ponte histórica será reerguida em Cáceres**. Diário de Cuiabá, da sucursal de Cáceres, Clarice Navarro Diório, agosto de 1998. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/040898/cidades2.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

Esse evento, da Ponte Branca, se constituiu em apenas um entre as dezenas de deliberações acerca dos imóveis contidos na área central da cidade que ajudam a desnudar a ineficiência de algumas decisões do poder judiciário estadual na preservação do patrimônio cultural em Cáceres e a omissão do legislativo, assim como a maneira pela qual, muitas vezes, o poder executivo municipal se portou perante o dever constitucional de preservar o patrimônio cultural.

Dois outros casos, além dos descritos anteriormente, motivaram novas mobilizações de setores da sociedade a favor da preservação dos bens culturais, tais como veículos de comunicação, que assumiram o papel de agente fiscalizador e de difusão da preservação do patrimônio cultural, conforme o Diário de Cuiabá, Jornal Correio Cacerense; e professores da universidade estadual que deram continuidade de seus trabalhos de valorização dos bens arquitetônicos da cidade.

Um caso ocorreu em 2002, quando a Secretaria de Obras do município demoliu um imóvel tombado pelos governos estadual e municipal, localizado na Rua 06 de Outubro, esquina com a Comandante Balduino, sob a justificativa de que oferecia risco eminente à população (figuras 28 e 29).





Figuras 28 e 29: Imóvel inventariado e integrava a lista do patrimônio cultural municipal oficializada em 1994. Fonte: NUDHEO-UNEMAT.

A notícia negativa acerca da demolição autorizada e promovida pelo governo municipal foi veiculada de forma negativa na Capital, chegando até a administração estadual, que também compartilhava das mesmas responsabilidades na preservação do patrimônio edificado.[140] O Jornal Diário de Cuiabá, procurou informações de forma que os poderes públicos estadual e municipal pudessem esclarecer o ocorrido. A matéria, conforme citação

[140] Embora as atribuições definidas pelas legislações federal, estadual e municipal apresentassem pontos concorrentes, após a Constituição de 1969, muitas ações e competências passaram a ser supletivas ou complementares (RABELLO, 2009).

mais adiante, contrapôs as justificativas do risco eminente alegada pelos representantes dos poderes públicos corresponsáveis pela preservação.

Com a matéria jornalística, "Prefeitura destrói casa tombada", de Carla Pimentel, o governo estadual se sentiu afetado pela falta de comunicação e consulta prévia pela administração municipal na demolição do imóvel e tentou se isentar da responsabilidade, enquanto o município também buscava justificar tais atos recorrendo aos laudos emitidos pela Defesa Civil, ligada ao Corpo de Bombeiros Militar. O trecho mais abaixo, da referida matéria, expõe o jogo de empurra entre os entes estadual e municipal após a demolição do imóvel, quando através de um pronunciamento público concedido ao jornal ambos tentam se isentar de julgamentos populares e estrategicamente desmotivar a instalação de uma Ação Civil Pública mediante as suas responsabilidades administrativas e legais de gerir e preservar o centro histórico e os bens culturais tombados na cidade de Cáceres.

> Segundo a coordenadora do setor [do governo estadual], Bernadete Durães Araújo, o órgão ainda não está a par da demolição. "Fomos comunicados, por telefone, que ela teria ocorrido, mas ainda não temos informação sobre o assunto", disse. A intenção da Secretaria é de deslocar em breve um representante para Cáceres, a fim de checar o porquê da iniciativa.
> "No final do ano passado, o Conselho Municipal de Cultura afirmou que iria nos enviar um processo, provavelmente referente a esta casa colonial. No entanto, não recebemos nada até agora", disse Bernadete. Ela acrescenta que, para a equipe reduzida da Secretaria Estadual de Cultura, é difícil realizar o trabalho de fiscalização e gerenciamento dos bens tombados em Mato Grosso. "Por isso, contamos sempre com a parceria dos municípios".
> A demolição não pegou de surpresa a historiadora Rachel Tegon de Pinho, da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). Em agosto do ano passado, já havia denunciado ao Diário o fato de que o imóvel estava prestes a ruir. Sete meses depois, confirma que a casa demolida fazia parte do conjunto de imóveis tombados de Cáceres e lamenta a perda: "A Câmara Técnica de Patrimônio do Conselho Municipal de Cultura fez um parecer sobre a edificação em 2001, e encaminhou à Fundação Cultural. Nele, relatava que era importante localizar o proprietário do imóvel, residente em Campo Grande, em função de suas más condições. Era preciso recorrer à Secretaria Estadual de Cultura para obter orientações técnicas", recordou.
> A casa ocupava a esquina entre as ruas 6 de Outubro e Comandante Balduíno, no centro de Cáceres. Segundo o secretário municipal de Obras, Pedro Paulo Ourives, não houve outra escolha a não ser derrubá-la – já que a construção estava condenada, e poderia cair a qualquer momento. "Tenho um processo formalizado que determina a demolição, que incluiu parecer favorável do Corpo de Bombeiros. A casa já não tinha telhado, e, como era de adobe, ficava mais frágil cada vez que chovia. Se caísse, poderia machucar alguém que estivesse passando pela rua", afirmou. [141]

O outro caso foi a construção do prédio de Caixa Econômica Federal, na vizinhança de bens tombados pelas três instâncias governamentais (Figura 30). A Secretaria de Obras municipal compactuou com a construção do prédio de gabarito elevado (se comparado a

[141] **Prefeitura destrói casa tombada**. Carla Pimentel. Diário de Cuiabá. Cidades. Edição nº 10281 de 04 de maio de 2002. Disponível em: <http://67.210.115.11/detalhe.php?cod=100065>. Acesso em: 10 jan. 2014.

maioria dos bens patrimonializados que estão localizados nos arredores da Catedral São Luís e do Marco do Jauru), onde também acabou por interferir drasticamente na ambiência de um imóvel eclético patrimonializados local e regionalmente, de estilo *Art Nouveau*.



Figura 30: Fotografia com o Marco do Jauru no centro da imagem, e mais no fundo o prédio azul da Caixa Econômica Federal construído em meados dos anos 2000. Nestas imagens pouco se percebe o imóvel, Casa Rosa, de estilo *Art Nouveau*, tombado desde a década de 1990, pelos governos estadual e municipal. No canto esquerdo tem a Catedral São Luiz, também tombada individualmente pelos governos municipal e estadual. Cáceres, outubro de 2013. Foto: Wilson Kishi

Mesmo diante da mobilização de setores da sociedade civil e dos instrumentos legais de preservação, os eventos analisados demonstram tanto os conflitos sociais quanto a força das pressões políticas exercidas por determinados grupos de modo a atender os interesses ligados à especulação imobiliária e a ânsia de proprietários e inquilinos de modernizar os imóveis. São pressões que comprometem as atividades finalísticas dos órgãos governamentais de fiscalização e monitoramento, na eficácia de ações civis públicas e nas ações do poder legislativo e judiciário. As pressões tendem a ser mais comprometedoras no âmbito municipal, provocando tensões internas nas instituições que fazem a gestão urbana, quando, por exemplo, pareceres técnicos contrários a determinados projetos de reformas, reconstruções e até demolições são desconsiderados pelos dirigentes e secretários das instâncias responsáveis pela proteção, conservação e monitoramento.

Diante disto, pode-se dizer que embora as instâncias federal, estadual e municipal tivessem protegendo os bens tombados na cidade de Cáceres, e a sociedade civil envolvida na defesa de seu patrimônio, isso não impediu as demolições e conflitos que acabaram por levar o governo estadual a buscar um fortalecimento das suas ações na cidade.

3.5. A busca do fortalecimento da preservação pelos governos estadual e federal

O governo estadual, nesse momento, diante das pressões e conflitos, por meio da

Divisão de Patrimônio Histórico Estadual, Secretaria do Estado de Cultura - SEC-MT, promoveu uma reunião técnica durante 20 dias, no mês de abril de 2002, a fim de organizar regras comuns entre o estado e o município, voltado para a regulamentação dos instrumentos legais, do mesmo modo, estudar a melhor forma de garantir a proteção dos bens culturais em Cáceres, se através do tombamento isolado ou do tombamento em conjunto.[142]

Após a avaliação feita pelas equipes da Divisão de Patrimônio Histórico Estadual, Secretaria do Estado de Cultura, na referida reunião, a Divisão de Patrimônio Histórico da SEC-MT, por meio da Portaria Estadual Nº 027/2002, tombou em definitivo o Centro Histórico de Cáceres e definiu o seu entorno em julho de 2002.[143] Os mesmos seguiram a sugestão apresentada na década de 1990, abrangendo basicamente toda área de estudo do inventário cadastral de 1987. Pois consideraram os diversos traços do passado e "símbolos de momentos" que representavam inovação cultural e vivências distintas, totalizando uma área de 308.316,91 m^2 e seu entorno com abrangência de 438.450,00 m^2 (Figura 31). Ao todo, ambas dão quase a metade da área central da cidade, composta também por três praças públicas, sendo: a Barão, a da Cavalhada e a Duque de Caxias[144] (ARRUDA *et. al.* 2008, p. 06).

---

[142] **Patrimônio de Cáceres terá tombamento definitivo**. Carla Pimentel. Diário de Cuiabá. Cidades. Edição nº 10254 de 05 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=95858>. Acesso em: 10 jan. 2014.

[143] **Tombamento do Centro Histórico de Cáceres**. No ato, foi oficializada também a Comissão Especial de preservação e Tombamento do Município(Maira Sardinha).*Online*. SECOM/Notícias/GOV. Mato Grosso, de 09 de julho de 2002. Disponível em: < http://www.mt.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/tombamento-do-centro-historico-de-caceres/1399>. Acesso em: 10 jan. 2014.

[144]A delimitação da área central, dos bairros e da área urbana municipal se deu com lei nº 1.411 de 08 de outubro de 1997, totalizando esta área de 1.846.360,05m² (ARRUDA et. al., 2008, p. 05).

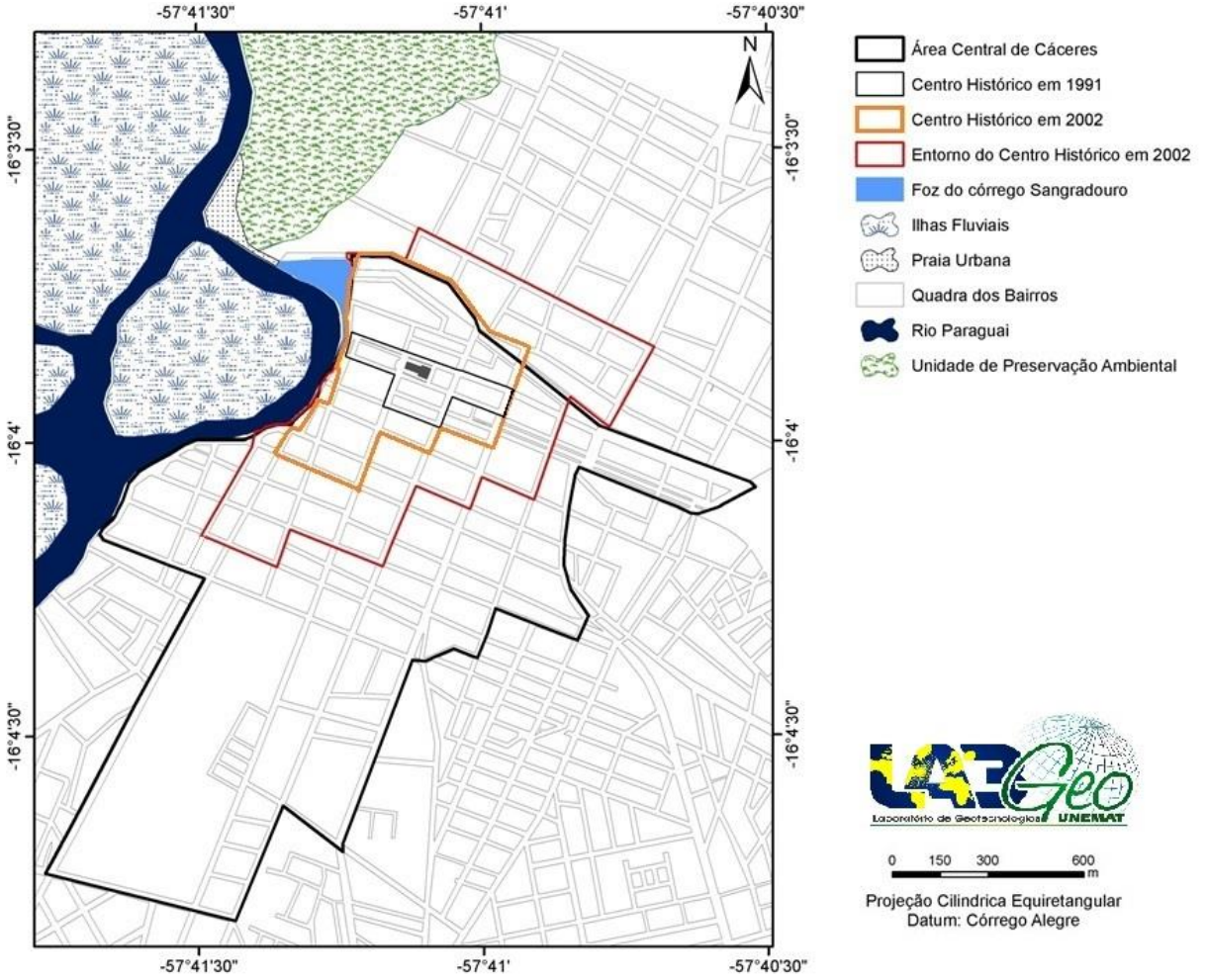


Figura 31: Representação cartográfica da área central e dos perímetros dos sítios históricos tombados pelo governo estadual em 1991 e 2002, com o seu entorno.

Entre os valores que permearam a instrução do tombamento estadual e a definição do seu entorno em 2002, estavam os definidos no inventário cadastral, de 1987, ligados ao artístico pautado em monumentos históricos como a Catedral São Luiz (1965), o Marco do Jauru, e os demais inventariados. Enquanto que o histórico por estar ligado aos feitos de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres no século XVIII e ter funcionado "como importante porto fluvial de escoamento do ciclo da poaia e da borracha em Mato Grosso, no século XIX".[145]

De todo modo, estas ações marcaram iniciativas municipal e estadual na produção, delimitação e institucionalização dos valores do patrimônio cultural em suas diferentes escalas e usando as múltiplas dimensões e sentidos dos valores: histórico, artístico, paisagístico, urbanístico, etnográfico e natural.

---

[145]**Tombamento do Centro Histórico de Cáceres**. No ato, foi oficializadas também a Comissão Especial de preservação e Tombamento do Município(Maira Sardinha).*Online*. SECOM/Notícias/GOV. Mato Grosso, de 09 de julho de 2002.

O tombamento definitivo do Centro Histórico de Cáceres e a sua gestão pelo governo estadual foram, em certa medida, inócuos no tocante ao papel de aperfeiçoar e melhorar qualidade da preservação e a relação com a sociedade civil, uma vez que deu continuidade aos modos de operação até então estabelecidos. Até arrisco dizer que esses atos acabaram fomentando mais a ira popular que por cativar e estimular o interesse da sociedade local em preservá-los (percepção constatada através das visitas em campo antes e depois do tombamento federal). Pois a estrutura estadual continuou delegando a sua responsabilidade de gerir a preservação à administração municipal, que seguiu com as analises dos projetos arquitetônicos, com as fiscalizações *in loco* e difundindo a seu modo os bens culturais. A consulta ao governo estadual só ocorreria quando houvesse "casos mais polêmicos"[146] enquanto que o suporte financeiro para a preservação das edificações ocorreram raras vezes, de modo pontual e eventual.

Para desempenhar as ações ligadas a preservação do Centro Histórico de Cáceres de 2002 e seus bens arquitetônicos (especialmente os tombados individualmente) o governo municipal de Cáceres acabou reorganizando a CEPT no mesmo ano, sendo nessa ocasião que a instituição estadual de preservação passou integrá-la. Com isso os três entes políticos passaram a constituir a instância necessária para se desenvolver um trabalho articulado e idealizando obter maior eficácia na preservação.

Ainda assim, mesmo diante do tombamento estadual, a instância municipal criada para organizar e promover a gestão compartilhada permaneceu instável, com reuniões irregulares e sendo composta e convocada em casos de deliberações extremas. Enquanto isso, a FCC acabou sendo extinta. Diante disso, tais atribuições foram incorporadas às instâncias da administração direta municipal que por desmotivação política e desconhecimento acabou ora reduzindo, ora neutralizando o funcionamento da instância de gestão compartilhada.[147]

Diante da permanência da fragilidade da gestão municipal na preservação de edificações tombadas no centro histórico, especialmente as que mais chamavam atenção pelos seus traços artísticos, o IPHAN iniciou trabalhos com a universidade estadual, UNEMAT, com sede em Cáceres, com o propósito de desenvolver estudos complementares acerca dos bens arquitetônicos do centro histórico, além do monitoramento e fiscalização do patrimônio arqueológico. A partir de então determinados setores da UNEMAT promoveram, em certa medida, espaços de diálogos que resultou na ampliação do elo entre sociedade civil e agentes

---

[146] Ofício, GAB/SEC nº 376, versa sobre o tombamento estadual do Centro Histórico de Cáceres e delega atribuições ao Município. Cuiabá, 12 de novembro de 2002.

[147] Dados referente as especialidades e formação do quadro de pessoal pode ser consultado no MUNIC, 2006.

públicos municipal e federal com interesses comuns na preservação do patrimônio cultural na cidade. Este estudo foi retomado em 2006, depois de anos, uma vez que a prefeitura havia solicitado o tombamento em 1993.

A retomada do estudo de tombamento federal pelo IPHAN, em 2006, pode ser entendida como uma preocupação de reforçar a proteção dos bens que já eram tombados em outros níveis governamentais, considerando a fragilidade aplicabilidade das leis municipal e estadual. Esta ação propiciou, assim, uma duplicação de atribuições e responsabilidades, contrariamente ao que se espera de um sistema articulado e eficaz de preservação, constituído por instâncias com compromissos, conceituações e princípios comuns, e que consiga manter um diálogo permanente capaz de refletir sobre os conflitos e os processos de fortalecimento institucional, de estruturação de um sistema de financiamento, monitoramento e informação nacional voltados para a promoção de ações coordenadas.[148]

Estas ações federal em Cáceres também pode ser entendida como um reflexo de um contexto sócio-político com grande mobilização nacional em prol da preservação do patrimônio no âmbito do setor cultural, sendo estas ações também compreendidas como as mais uma das formas de promover o desenvolvimento econômico e social. De acordo com Paula Porta, neste período houve

> um renascimento da política de patrimônio como política de Estado, após um período de difícil sobrevivência. Primeiro, o desmonte das estruturas de gestão da cultura, no início da década de 90, resultou na quase paralização das atividades. Depois, com a política de redução da ação do Estado, atribuiu-se à cultura baixíssima relevância e investimento mínimo, o que retardou a reconstrução do IPHAN e de seus instrumentos de ação (PORTA, 2012, p.7).

Em contraste ao período neoliberal da década de 1990, quando a política cultural foi implementada basicamente por meio das leis de incentivos fiscais e, sem "propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura" (CALABRE, 2009, p. 118),[149] nos anos 2000, principalmente nos seus últimos 06 anos, houve um processo inverso, quando foram feitos investimentos financeiros, em recursos humanos e buscou-se fortalecer a gestão da preservação, ampliando suas atividades. O IPHAN foi fortalecido com a criação de superintendências em todos os estados da federação e com a contratação de pessoal por meio de dois concursos públicos (PORTA, 2012).

Foi nessa conjuntura favorável à preservação que foram desenvolvidos estudos

---

[148] IPHAN. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Online (S/d.). Idem, pg. 52.

[149] Observa-se que essa política cultural também reverberou em Cáceres, haja vista que o poder público municipal acabou instituindo e regulamentando a sua lei de incentivo fiscal a fim de tentar suprir as demandas locais de preservação.

históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos para o tombamento do centro histórico de Cáceres, por uma empresa especializada em estudos culturais contratada contando com e supervisão da Sub-Regional do IPHAN em Mato Grosso. A contratação do estudo faz parte de uma reestruturação da instituição federal, organizada para coordenar, articular, monitorar e fiscalizar ações de preservação ao invés de executá-las. Esses estudos constituíram um dossiê que incluiu as informações do processo administrativo elaborado pela Instituição em 1994 e uma publicação sobre o Centro Histórico de Cáceres, do governo estadual, de 2006.

Para valoração do sítio histórico foram analisados traços do passado, embasados teoricamente nas discussões mais contemporâneas e reflexivas no âmbito da historiografia brasileira. E, de modo geral, os estudos acabaram historiando de maneira plural e elaborada a formação e as transformações do lugarejo setecentista em cidade do século XXI, do perímetro que se buscava tombar em nível federal. Trouxe também conflitos étnico-sociais que historicamente foram omitidos no âmbito da história tradicional local, como aqueles ocorridos entre os indígenas chiquitanos, os poaieiros, os ribeirinhos e pantaneiros. Foi enfatizada a importância do rio Paraguai para o desenvolvimento econômico e a promoção de manifestações populares, artísticas na cidade. Urbanisticamente, reafirmava a concepção do vilarejo de Vila Maria do Paraguay como um lugar fundado planejadamente e de modo estratégico para a defesa do território luso-espanhol e brasileiro, de acordo com os trabalhos de Arruda (2002), Moraes (2003) e Castrillon (2006).[150]

Enquanto isso, no campo da arquitetura, do urbanismo e da paisagem foram identificadas, analisadas e definidas as tipologias e estilos arquitetônicos na cidade, marcando a heterogeneidade do conjunto arquitetônico composto pelos estilos neoclássico, eclético, *art decó* e colonial, objetivando contemplar tanto a *evolução* quanto a formação da paisagem urbana.[151]

A partir desses estudos foi aberto no IPHAN o Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, denominado de Processo de Tombamento nº 1.542-T-07, *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres*.[152] Com a abertura do Processo de Tombamento, foram iniciados os procedimentos internos de

---

[150] MIGLIÁCIO, Maria Clara; PINHO, Rachel Tegon de. **Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres**: instrução do processo de tombamento. Cuiabá: IPHAN, 2007. ANEXO 01. Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

[151] Idem, ibidem.

[152] ANEXO 02. Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

discussão sobre a pertinência do tombamento federal dentro do IPHAN, surgindo concepções divergentes acerca de alguns valores e convergentes em outros.

Na análise dos documentos submetidos à área central do IPHAN, o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), o mesmo entendeu como incontestável o valor histórico do sítio urbano de Cáceres em função da "posição estratégica na ocupação do território brasileiro", assim como o valor urbanístico, tendo em vista a sua formação ter seguido as definições estabelecidas na Ata de Fundação de 1778. O que o levou a destacar os preceitos que orientavam as definições de sítio histórico urbano como "testemunho de um processo de organização social",[153] por isso, ele constituía um "documento histórico" e a cidade por si, um "documento da história urbana do país".[154]

Por outro lado, os valores arquitetônico, urbanístico e paisagístico, que apresentavam critérios técnico-conceituais consolidados regionalmente, assim como a delimitação dos perímetros do sítio histórico e seu entorno, foram considerados insuficientes ou pouco claros. Os aspectos urbanísticos careciam de informações acerca do tecido urbano, o papel desempenhado pelo meio físico na constituição da forma urbana, o parcelamento, volumetria das edificações. O acervo arquitetônico identificado, por meio dos estudos desenvolvidos pelos governos estadual e municipal em 1987 e 1996, foi considerado insuficiente para sua utilização como parâmetro na delimitação dos perímetros do sítio histórico e seu entorno. Para a delimitação do sítio a ser tombado o DEPAM sugeriu o uso de elementos geográficos e a planta e o traçado histórico de 1907, elaborada pela Comissão Rondon[155] (Figura 32), presente no Parecer 05/2010.[156]

---

[153] Memo. nº 21/2007 HMS/GPrt/DEPAM. Assunto: Processo de tombamento nº 1.542-T-07, de 10/12/2007. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. fl. 142

[154] PARECER Nº 05/2010,de 08 de abril de 2010. Helena Mendes dos Santos. Assunto: Processo de Tombamento nº 1.542-T-07. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

[155] Memo. nº 176/2007 JKEA/GPrt/DEPAM. Jurema Kopke Eis Arnout – JKEA. Assunto: Processo de tombamento nº 1.542-T-07, de 06/10/2007. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

[156] PARECER Nº 05/2010,de 08 de abril de 2010. Helena Mendes dos Santos. Op. Cit.

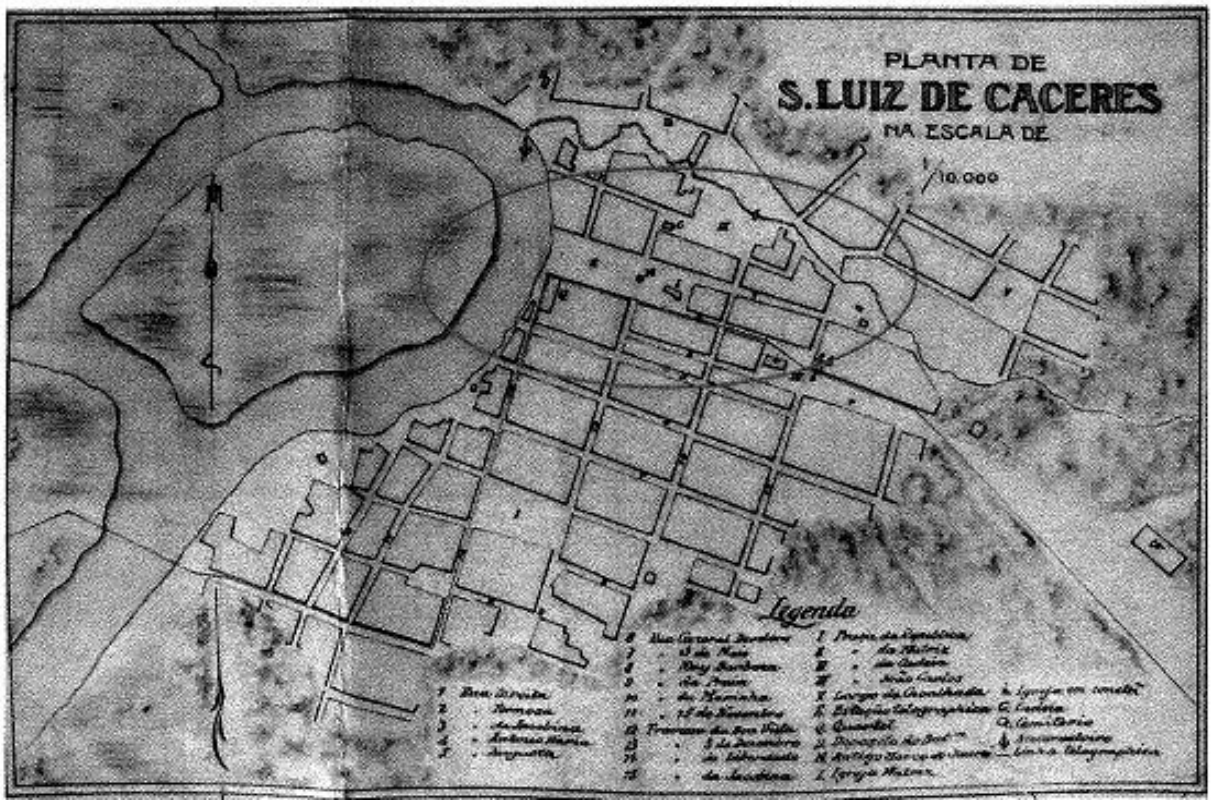


Figura 32: Perímetro sugerido para tombamento federal a partir da "Planta da cidade de São Luiz de Cáceres 1905". Reconhecimento de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – Planta de Reconhecimento de São Luiz de Cáceres a Rosário. Fonte Museu do Exército – RJ; In: Processo n. 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. Vol. I, parte VI, fl. fl.191.

Em resposta às ponderações supracitadas, a Sub-Regional em Mato Grosso, em nota técnica, destacou que os preceitos conceituais que nortearam a proposta de tombamento federal pautavam-se nas

> Cartas e Recomendações Internacionais para proteção do patrimônio histórico arquitetônico e urbano, o caráter documental do centro histórico de Cáceres foi amplamente utilizado, tanto para justificar a relevância histórica do bem a tombar e para explicitar os elementos que o constituem, quanto para definir as poligonais do Tombamento e de Entorno.[157]

A referida nota técnica também acrescentava que ao submeter as informações acerca dos imóveis inventariados e tombados pelos governos estadual e municipal, este ato se constituiu em apenas uma forma de enfatizar e contextualizar o interesse dos demais entes políticos em garantir a preservação. Enquanto que a delimitação havia sido realizada a partir de critérios gerais, atentando aos elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos e critérios específicos ligados a coesão das "qualidades urbanísticas do conjunto e edificações

[157] NOTA TÉCNICA: referente à apreciação da instrução do processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres. Maria Clara Migliácio. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. Vol. I, fl. 154

tipologicamente coerente".[158]

A nota técnica externava claramente a preocupação com a implantação de grandes empreendimentos na cidade, tal qual a Hidrovia Paraguai-Paraná, compreendendo que o "tombamento federal é, nesse momento, o único instrumento capaz de garantir a preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres".[159]

Por causa das contradições conceituais e técnicas, a equipe do DEPAM fez uma visita *in loco* acompanhada pelos técnicos da Sub-Regional/ IPHAN e do governo estadual, com o propósito de aferir os valores históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos da cidade e do seu sítio histórico. A visita também objetivou complementar os estudos para melhor definir a poligonal de tombamento federal e realizar o levantamento fotográfico e cartográfico, e (re)delimitar as propostas de tombamento e entorno, com tecnologias digitais e espaciais de levantamento geográfico.[160]

Outra observação feita durante a visita técnica se referiu à delimitação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, sendo considerada demasiadamente grande. Esta poderia causar problemas posteriores na gestão e a mesma necessitava de estudos complementares que representassem as transformações urbanas.

No entanto, para o exercício da gestão e, de modo a acalmar as preocupações do DEPAM, a Sub-Regional do IPHAN comunicava que o secretário estadual manifestava interesse tanto em colaborar com os estudos de preservação a partir do financiamento da contratação de um técnico, quanto em garantir a gestão através de parceria.[161]

Neste entremeio, a Sub-Regional foi transformada na Superintendência do IPHAN em Mato Grosso em 2009, significando conquista de maior autonomia financeira e política. Entretanto, nesta fase de estruturação, contava com menos de dez técnicos efetivos para lidar com a preservação de sítios arqueológicos, do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagísticos de Cuiabá, com mais de 2000 imóveis, de quatro bens tombados individualmente e dispersos no estado, e com a salvaguarda de bens de natureza imaterial.

---

[158] Ibidem., Idem. fl. 158

[159] Ibidem., Idem. fl. 163

[160] Ata reunião de 24 de junho, em Cáceres. Assunto: Estudo de tombamento da cidade de Cáceres. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. fl. 178

[161] E-mail: <divitec.14sr@iphan.gov.br>. Assunto: Re: Cáceres – Ata, de 30 de junho de 2008. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. fl. 178

Com a finalização dos estudos complementares requeridos pelo DEPAM, os mesmos foram enviados, em 14 de janeiro de 2010, pela Superintendência do IPHAN, para uma nova avaliação, incorporando as questões geográficas sugeridas (Figura 33).

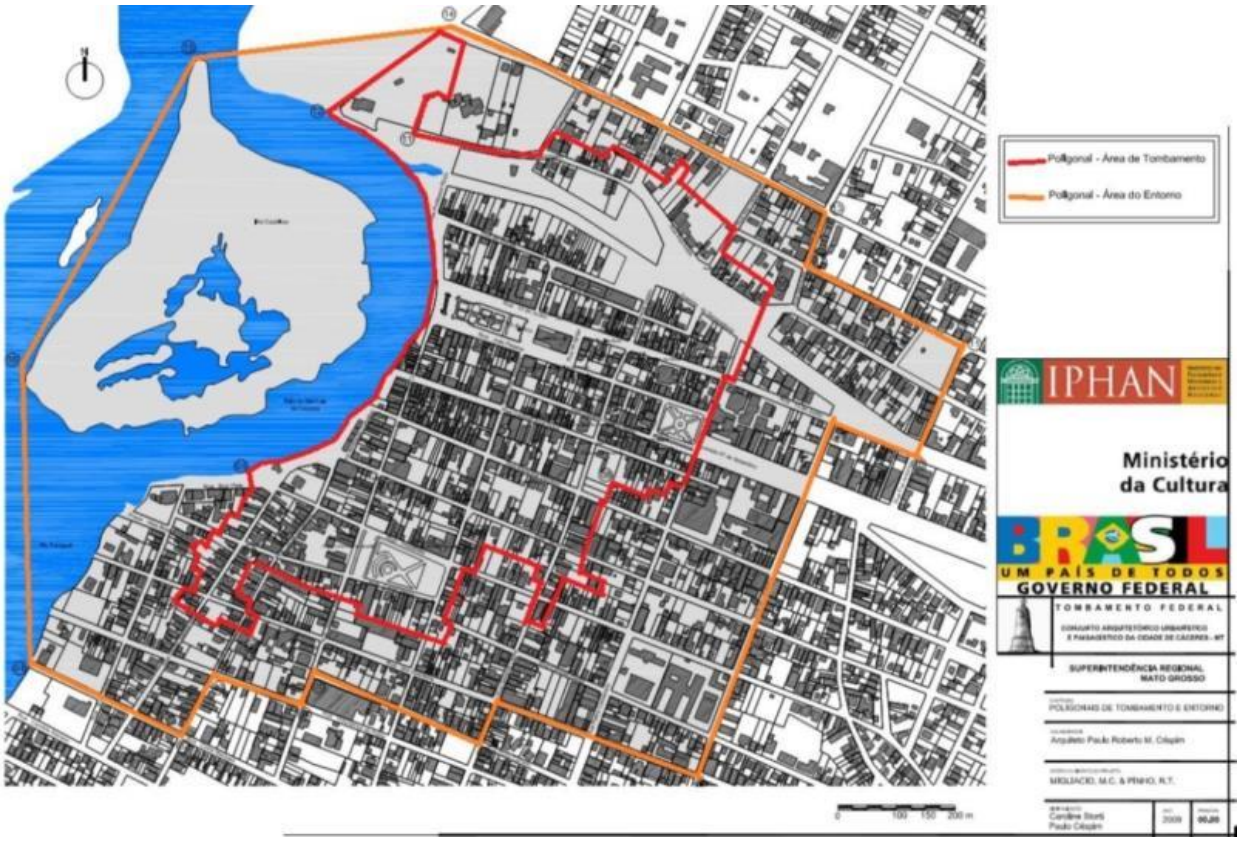


Figura 33: Perímetro tombado em nível federal em 2010. Fonte: IPHAN, 2010.

Conforme o superintendente do IPHAN em Mato Grosso, esta área submetida como proposta para o tombamento federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico

> foi redefinida tendo como princípio uma área compacta, orgânica, seguindo sua divisória pela linha de fundo dos lotes com vista a uma maior unicidade e facilidade no gerenciamento futuro da área, evitando-se, ao máximo, propositalmente o eixo das ruas que faz com que um lado do logradouro esteja tombado e o outro não (item 04 da pauta). A redelimitação da área de entorno, englobando a ilha fronteira a área proposta para tombamento, visando a integridade paisagística do conjunto (item 05 da pauta).[162]

Embora anteriormente o DEPAM tenha considerado o acervo arquitetônico do centro histórico de Cáceres pouco significativo para sua utilização como parâmetro na delimitação dos perímetros do sítio e seu entorno, nesta fase final do processo de tombamento, a

[162] **Estudos complementares para instrução do processo de tombamento do Centro Histórico de Cáceres.** Claudio Quoos Conte, Superintendente IPHAN Mato Grosso. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. fl. 180

arquitetura foi usada como elemento do conjunto que deu forma à paisagem e às condições urbanísticas e não como exemplares ligados às Artes, conforme citação abaixo.

> Ao falarmos de valor arquitetônico do conjunto não estamos rigorosamente identificando-lhe um mérito artístico que o distingua como bem "de excepcional valor artístico", para usarmos os termos do art. 1º do Decreto-Lei 25/37. No conjunto, há valor suficiente para se proceder a inscrição no Livro do tombo histórico, mas não para justificar sua inclusão no Livro das belas artes, já que a proteção daquele bem não é relevante para a história da arte do país (...). Sempre se deve buscar o valor arquitetônico nos bens e conjuntos históricos, para se assegurar a necessária ligação entre o imóvel e o fato ou processo histórico que ele representa, mas a inscrição no Livro das belas artes requer, mais do que isto, a identificação de uma excepcionalidade artística e arquitetônica, o que não é o presente caso.[163]

Desse modo, o DEPAM concluiu pelo tombamento do *Conjunto Urbanístico e Paisagístico* do município de Cáceres, que foi encaminhado, em 08 de abril de 2010, para apreciação pelo Conselho Consultivo do IPHAN. Este, na sua 66ª reunião, entre os dias 09 e 10 de dezembro de 2010, manifestou-se a favor do tombamento federal por unanimidade. No entanto, ressaltou, entre outros valores, os arquitetônicos ligados aos estilos "art decó, ao colonial ou mesmo contemporâneo". Também enfatizou a necessidade da incorporação da ilha fluvial, que margeia o cais da cidade, definida como área de entorno, na área tombada, a fim de protegê-la de eventuais interesses particulares, tal qual a de construir um hotel.[164]

Finalmente, um ano e seis meses depois, houve a homologação do tombamento do Conjunto pelo Ministério da Cultura (MINC), sendo inscrito nos livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, Mato Grosso. Diferente da proposta encaminhada ao Conselho pelo DEPAM, que incluía apenas os aspectos urbanísticos e paisagísticos, o Conselho reconheceu a os valores arquitetônicos. Contudo, pode-se também entender que o mesmo acompanhou o voto do relator,[165] considerando os valores arquitetônicos não enquanto bens artísticos ligados às belas artes, mas como "documento da história urbana do país". A cidade detinha um conjunto arquitetônico que retratava a

---

[163] ARNAUT, Jurema Kopke Eis, apud NERI, Antonio Fernando Alves Leal. Parecer nº 030/2010 – PF/IPHAN/SEDE/GM, Brasília, 30 de julho de 2010. Volume II, Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07, (fl.221). Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

[164] Ata da 66ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, entre 09 e 10 de dezembro de 2010. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. Vol. II, fl. 283/288.

[165] FERNANDES, Synésio Scofano. Parecer do Relator do Processo de nº 1.542-T-07, Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, de 09 de dezembro de 2010. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. Vol. II, fls. 266-269.

> evolução da sua história, econômica e social, nesses seus duzentos e trinta anos de existência. A configuração do seu arruamento setecentista, as edificações, de estilos diversos, mas harmonizadas pela escala e volumetria, já se encontravam como que prenunciadas no documento de sua fundação.[166]

A área tombada é maior do que a abrangida pelos tombamentos estadual, incorporou maior quantidade de bens acautelados individualmente pelos governos estadual e municipal e, de modo inovador se comparado aos demais, reconheceu a importância do patrimônio natural que margeava o centro histórico na sua construção social e cultural. Todavia, a revisão da área tombada ainda não foi adequada ao que foi determinado pelo Conselho Consultivo do IPHAN, e a carta cartográfica da área ainda permanece com a delimitação encaminhada em 2010, sem incorporar a Ilha fluvial na área tombada.[167]

Essa proteção pode ser entendida como uma estratégia de estabelecer um regime de colaboração no processo de proteção entre os diferentes órgãos públicos e a sociedade civil, mas também reflete a falta de efetividade nas ações preservação das diferentes instâncias governamentais. Assim acaba por estabelecer uma duplicação de atribuições e responsabilidades, contrariando o que se espera de um sistema nacional de patrimônio cultural, ou seja, um Sistema constituído por meio um conjunto de regras sociais que, conforme Morin (1987, 2005), moldam a organização, inter-relação e interação do conjunto de elementos/partes que formam um todo, complexo e organizado.

Embora entendendo, ainda com base em Morin, que um sistema funciona em permanente conflito entre as partes que dão forma à totalidade do sistema e que ao mesmo tempo isso propicia um continuo processo de transformação, percebeu-se que é preciso melhorar a organização do conjunto de procedimentos técnicos e administrativos de modo que os conflitos sejam rapidamente identificados, debatidos e solucionados articuladamente, para que então as transformações e reorganizações ocorram dentro da lógica do sistema, e não enquanto atos que desenvolvidos de forma desarticulada, resultando na sobreposição ou substituição de atribuições e competências das partes.

---

[166] Idem, ibidem.

[167] De acordo com os dirigentes do IPHAN em Mato Grosso, a área já foi alterada. No entanto, não consegui encontrar nenhum documento legal (publicado em Diário) que confirme tal alteração. Por isso, compreende-se que ainda não foi alterada, haja vista que no âmbito da administração pública tudo acontece, ou deveria acontecer, através de atos normativos regulamentados e divulgados amplamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que este estudo não teve a pretensão de esgotar a temática e, muito menos, trazer respostas definitivas para o processo de preservação no Brasil, mas sim apresentar novos elementos para se pensar o tema de modo a integrar as múltiplas leituras já realizadas sobre a preservação do patrimônio no país.

Ao buscar compreender a trajetória e as ações sistêmicas do IPHAN e demais entes da Federação na preservação do patrimônio cultural, a partir dos tombamentos em Cáceres, este trabalho acabou por fornecer uma visão das discussões teóricas e das ações articuladas entre as diferentes esferas governamentais que contribuíram para a organização de um sistema e a consolidação das ideias sistêmicas de preservação.

Diante do desafio de relacionar as discussões teóricas e as ações de preservação do patrimônio em Cáceres compreendo que destacaram quatro eventos sociais que instruiram as análises sobre as patrimonializações na cidade de Cáceres e a sua relação com as ações sistêmicas desenvolvidas no âmbito federal, sendo: 1º) a preservação federal e o distinto processo de preservação entre um bem cultural isolado e um sítio histórico; 2º) a patrimonialização estadual do sítio histórico e preservação pelo governo municipal; 3º) a iniciativa de se implementar um processo de gestão compartilhada; 4º) a patrimonialização federal do sítio histórico vista por determinados agentes públicos como via segura de garantir a proteção.

O estudo teórico que balizou a produção desta dissertação permitiu constatar que embora se tenha poucos estudos desenvolvidos por historiadores sobre as problemáticas da preservação do patrimônio no Brasil, cada vez mais os domínios da historiografia vêm se estendendo para a problemática da preservação do patrimônio cultural, pouco explorada até metade do século XX.

Este estudo contou com as leituras de pesquisas de historiadores para estabelecer as críticas documentais e compreender a gênese das práticas de preservação do patrimônio, o seu papel no processo de construção da ideia de ancestralidade da nação brasileira e das identidades nacionais, e a integração do Brasil a um sistema global de preservação. Contudo, vejo que se tornaram imprescindíveis aos historiadores do patrimônio cultural os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais ligados às áreas da Historia da Arte, Filosofia, Arquitetura e Urbanismo, Sociologia e Antropologia. Dentre essas, destacaram-se nesta dissertação, as discussões desenvolvidas por Edgard Morin no âmbito da Sociologia, contribuindo para

entender a preservação do patrimônio cultural enquanto um sistema complexo e analisar a sua organização e gestão a partir de princípios da abordagem sistêmica. Igualmente as discussões da socióloga Maria Cecilia Londres Fonseca, das arquitetas Márcia Sant'Anna e Lia Motta e da jurista Sonia Rabello para compreender a preservação do patrimônio enquanto uma política pública, executada com base em instrumentos legais construídos e instituídos no âmbito do estado brasileiro, as suas transformações conceituais e sua influência nas práticas do órgão federal de preservação e na organização de órgãos estaduais e municipais ao longo dos anos. Da antropologia, Reginaldo Santos Gonçalves, elabora a ideia da "retórica da perda" como um recurso discursivo utilizado para legitimar a preservação pelos diferentes agentes do campo da preservção cultural. Do mesmo modo, o historiador e arqueólogo Ulpiano de Meneses, contribui para o entendimento da cidade enquanto um bem cultural, constituído e permeado por conflitos sociais e institucionais.

Diante da leitura desses autores, pode-se identificar que as ações articuladas entre os órgãos das diferentes instâncias governamentais, especialmente as voltadas para a preservação do patrimônio urbano e edificado, foram idealizadas simultaneamente à institucionalização das práticas de preservação no Brasil (CHUVA, 2009).

As ações iniciais de preservação foram centralizadas na instância federal – SPHAN e DPHAN, mas estabeleceu-se contando com um regime de colaboração com intelectuais regionais e setores eclesiásticos, além de ações eventuais e isoladas com os estados e municípios.

Já no final da década de 1940, no Plano de Trabalho para a DET seu diretor, Lucio Costa, reconhecia formalmente a necessidade de um instrumento legal capaz de garantir e distribuir os deveres da preservação do patrimônio entre as instâncias municipal, estadual e federal. Também apreciava a ideia da descentralização da política de preservação da esfera federal, enfatizando a necessidade de instrumentos de proteção instituídos nos três níveis de governo da Federação, com valores regional e local.

Diante da grande carga de atribuições, no planejamento das políticas desenvolvimentistas do final da década de 1960 e inicio de 1970, ocorreram transformações nas ações e na política de patrimônio com uma aproximação entre o IPHAN e a UNESCO e foram estabelecidas parcerias com os governos estaduais que impulsionaram o uso do patrimônio como recurso do desenvolvimento econômico regional e local. De modo geral, pode-se dizer que ocorreram diversos avanços nas políticas culturais. Em meio às políticas de preservação, as ações do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) possibilitaram boas experiências de gestão compartilhada e articulada da preservação, capazes

de produzir bons resultados, de articular as diferentes instâncias governamentais, de definir papéis, de acompanhar e de avaliar as ações. Foi tão importante que acabou servindo de modelo para o planejamento de programas posteriores, como o Programa Monumenta.

A partir da década de 1970, o IPHAN passou a contar com uma estrutura maior e representações em uma quantidade maior de estados brasileiros, sendo fortalecido quando teve sua estrutura reformulada, criando-se a SPHAN/Pró-Memória.

No final da década de 1990, logo após um período de estagnação da política federal de preservação, o Programa Monumenta foi usado para implementar ações de preservação. Contando com empréstimo de recursos internacionais, iniciou-se a execução do Programa pelo MinC nos anos 2000. Como parte de seu planejamento considerava-se a possibilidade o fortalecimento dos órgãos federal, estadual, municipal e distrital para o desenvolvimento dos trabalhos de modo compartilhado e articulado, funcionando sistemicamente.

Simultaneamente à execução do Monumenta, nos anos 2000, ocorreu um novo momento de fortalecimento institucional do IPHAN, com sua reestruturação para a ampliação das ações de preservação, criando-se superintendências em todos os estados brasileiros. O governo federal também assumiu a necessidade da organização da preservação de modo sistêmico, que envolvesse as dimensões "material" e "imaterial" da preservação do patrimônio cultural, assim dando início à construção do projeto do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), que a partir de 2012 passou a ser parte do Sistema Nacional de Cultura, devendo ser organizado como um sistema setorial.

Essa trajetória da preservação tem importância na dissertação por demonstrar o empenho do governo federal, na implantação de um trabalho de preservação de modo compartilhado, sistemático e articulado, envolvendo diferentes instâncias governamentais, que nos últimos anos vem assumindo formalmente o molde de um sistema nacional de patrimônio mais articulado e integrado com o projeto do SNPC. Por outro lado, o estudo acerca da preservação do patrimônio tombado e a sua gestão na cidade de Cáceres trouxe informações que ajudaram a compreender o processo da preservação dos bens protegidos pelas diferentes instâncias governamentais, considerando que não se trata apenas de construir instrumentos jurídicos voltados para ordenar as atribuições e integrar e articular os diferentes poderes da Federação e suas instâncias governamentais, incluindo setores da sociedade civil.

A preservação do Marco do Jauru evidenciou o modo diferenciado em que foi historicamente tratado pelo Estado e pela sociedade civil regional e local. A conservação e proteção do Marco chamou a atenção porque, desde o final do século XIX, quando ainda estava fixado nas margens do rio Jauru e sem finalidade militar que já era vigiado e

despertava o interesse da população regional pela sua referência ligada aos colonizadores portugueses, aos Bandeirantes, à ideia da conquista e defesa da fronteira oeste luso-espanhola e brasileira.

É possível destacar que esses fatores associados a eventos comemorativos local, aos valores e sentidos da ordem militar e o período da ditadura militar, estabeleceram condições importantes para que ocorresse uma tramitação burocrática do tombamento em apenas 12 meses, inclusive sem levantar tantos conflitos de ordem conceitual na patrimonialização.

A origem e a finalidade do Marco contribuíram significativamente para que o mesmo fosse manipulado como um recurso mnemónico e documental por diversos grupos sociais em suas construções identitárias (LACERDA, 2009). Do mesmo modo, para ser transformado, após 1883, em um emblema do embelezamento da cidade e, após a década de 1970, em um patrimônio cultural portador de valor nacional e num produto.

Contudo, existiram discordâncias entre os órgãos federal e municipal quanto às orientações acerca da conservação, sendo solucionadas parcialmente, haja vista que a recomendação de recolocar o Marco no lugar de origem, na foz do rio Jauru, contrariava a administração municipal e a ideia de relíquia/emblema da cidade.

Como o Marco já era preservado independentemente de qualquer instrumento de proteção, após 1978, data do tombamento federal, ocorreu uma ampla ação de divulgação do bem enquanto patrimônio de valor nacional. Isso contribuiu para a promoção de ações governamentais que estimularam a preservação pela sociedade regional e local, o envolvimento de universidades na preservação e produção de estudos sobre o mesmo, sobre a ocupação da Fronteira. Enquanto isso, as principais obrigações de preservação permaneceram delegadas ao órgão municipal e foram cumpridas até o inicio da década de 1990, quando seu entorno passou a sofrer impactos negativos oriundos de intervenções arquetônicas e urbanísticas desenvolvidos na vizinhança.

Após o tombamento federal do Marco, em 1978, esse foi transformado no elo da gestão compartilhada da preservação do patrimônio entre os governos federal e municipal, entre outras instituições pública e privada. O que não significa que articulações ocorressem permanente e continuamente ao longo desse processo, haja vista que depois do tombamento federal o envolvimento do IPHAN com o município só reaparece diretamente no final da década de 1980, conforme observado no terceiro capítulo.

Mesmo diante desses impasses, no tocante ao seu processo de conservação, pode-se dizer que as ações articuladas entre os órgãos das duas esferas governamentais e a sociedade

civil constituíram-se em experiências bem sucedidas por ainda garantir a integridade material e simbólica do bem.

De todo modo, pode-se considerar que a preservação desse bem cultural exigiu mais do que ações preservacionistas: existiu um compromisso ético[168] dos agentes públicos vinculados às diversas instâncias governamentais e da sociedade civil, local e regional, decorrente dos valores atribuídos e da importância construída social e historicamente. Compromisso visto não como algo dado, mas, sim, construído a partir de um lugar social, na coerência entre os discursos e as ações desempenhadas no dia a dia, através das, e em meio às relações ora conflituosas, ora amistosas, entre as instituições de poder e os múltiplos agentes sociais.

No último capítulo, evidenciou-se que, embora os grandes programas de preservação do governo federal, ordenados numa lógica articulada e inter-relacionada entre as diferentes instâncias governamentais, como o PCH e o Monumenta, não tenham sido executados em Mato Grosso, e muito menos em Cáceres, a política de preservação federal permeou todo o processo de institucionalização de instrumentos e diretrizes da política de preservação no estado e na cidade. A partir do estudo de Cáceres, podemos retomar agora a pergunta que norteou essa investigação: em que medida houve efetividade na gestão compartilhada do patrimônio na cidade e de que modo a experiência local pôde contribuir para se pensar a constituição da ideia de um sistema de preservação do patrimônio cultural?

Decorrente da política de descentralização da preservação estabelecida na década de 1970, a institucionalização da preservação do patrimônio cultural no âmbito do poder público municipal em Cáceres ocorreu a partir de 1982, sendo a mesma instituída e organizada inicialmente através da lei de planejamento urbano, que acabou privilegiando alguns casarões de estilos colonial, neoclássicos, ecléticos, art nouveau e art deco.

A partir daí foram vários os trabalhos que visavam a preservação do centro histórico de Cáceres, alternando a ações dos governos municipal, estadual, federal com intervenção do poder judiciário estadual e, também, articulados entre as três instâncias governamentais. Além desses trabalhos, houve o envolvimento da sociedade civil, incluindo movimentos de grupos organizados da população, professores universitários, e a mídia local e estadual. Também foi criado, durante um período, uma instância deliberativa de gestão compartilhada e articulada

---

168 Conforme discutido no capítulo 1, Rodrigo Melo Franco de Andrade já destacava essa necessidade de uma "atitude do espírito dos responsáveis" para a preservação articulada do patrimônio. Podemos associar essa concepção de *atitude de espirito* a ideia de compromisso ético, a partir das discussões realizadas por Souza Neto (2012).

entre o órgão municipal, o estadual, o federal, e representantes da sociedade civil. Trata-se de um conjunto de ações que envolveram instrumentos legais, instituições e grupos sociais, com potencial para se aperfeiçoar e integrar a um sistema mais amplo de preservação. No entanto, foram observados sombreamentos, "jogos de empurra-empurra", descontinuidades, leniência com a desestruturação das instituições municipais, e a carência de financiamentos e planejamentos para a gestão do centro histórico.

Historiadores e educadores de diversas áreas vinculados à universidade estadual e escolas (públicas e particulares) também desempenharam um papel importante no processo de preservação em Cáceres. Pois contribuíram na identificação e ampliação da patrimonialização de bens edificados, na fiscalização, no monitoramento e na formação a partir dos mesmos. Ainda assim, houve certa dificuldade na formulação e implementação de uma política mais ampla de preservação do patrimônio por parte tanto dos agentes públicos municipal e estadual quanto por representantes da sociedade civil, inclusive os com formação acadêmica em diversas áreas (engenheiro civil, arquitetos, advogados, entre outras). Neste aspecto, observou-se que as ações institucionais avançaram pouco além da articulação política voltada para conservação das edificações mais notáveis por seus traços artísticos; da criação da lei de incentivo fiscal, que acabou sem regulamentação; e da implementação de instâncias e normas de gestão que garantissem de fato uma preservação que resguardasse e respeitasse as múltiplas dimensões culturais do sítio histórico e seus bens como um todo.

O tombamento enquanto instrumento de acautelamento, instituído pelos governos estadual e municipal, surgiu mediante a busca pelo fortalecimento da preservação já promovida em nível municipal. E como possível meio para facilitar a captação de recursos junto as outras instâncias governamentais e setor privado. Diferentemente da preservação do Marco do Jauru, que é um bem público, casos ocorridos nos imóveis particulares, exemplificados no terceiro capítulo, demonstraram que mesmo diante da legislação urbana e da aplicação dos tombamentos municipal e estadual aconteceram episódios que colocaram em xeque a eficiência das ações, os papéis dos poderes executivo, legislativo municipal e o judiciário estadual, e a eficácia da legislação de preservação tanto municipal quanto estadual.

Se por um lado, a participação e o empenho da sociedade civil no processo preservação do Marco do Jauru promoveu um processo de apoderamento e zelo do bem de modo exemplar, por outro, a preservação do sítio histórico e dos imóveis tombados isoladamente levaram a conflitos de diversas ordens e origens: a população associava o patrimônio apenas aos imóveis com traços artísticos mais notáveis. Certamente esses fatores associados ao ausência de uma política estadual eficáz e interesses privados também

acabaram influenciando as decisões desfavoráveis à preservação do patrimônio por parte do município.

Isso levou a administração municipal a recorrer a outras instâncias governamentais, especialmente a federal. Embora o IPHAN tivesse inicialmente negado o significado nacional para o tombamento federal do Centro Histórico de Cáceres na década de 1990, em 2006 a Instituição reabre o processo de tombamento. O interesse pelo tombamento federal foi declarado em parecer do IPHAN como o "único instrumento capaz de garantir a preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres", haja vista que os tombamentos estadual e municipal demonstrava-se ineficáz e estava em discussão a implantação no município de empreendimentos provenientes dos programas de desenvolvimento econômico que poderiam causar grandes impactos negativos. Acrescentam-se os casos de demolições denunciados pela sociedade civil e o processo silencioso de demolições, depredações, mutilações e abandono de imóveis para que ruíssem. Havia o entendimento no plano institucional de que o instrumento de proteção de nível federal possibilitaria uma ação mais efetiva no combate às contravenções, contradizendo a ideia de preservação e gestão compartilhada e articulada, especialmente entre as instituições públicas.

Através das experiências analisadas, o que se pode concluir é que por um tempo a gestão compartilhada em Cáceres se deu por meio de um esforço mútuo em níveis municipal e federal, contando com o envolvimento de diferentes agentes. No entanto, o mesmo foi desenvolvido sem um processo planejado, contínuo e permanente de preservação, com avaliações periódicas. O governo estadual abacou desempenhando um papel bastante pontual. O estudo do processo de preservação na cidade trouxe à luz a pouca eficácia do modelo de gestão compartilhada implementado, tendo como resultado a busca do tombamento federal, compreendido como aquele que teria maior efetividade e eficácia na preservação diante das circunstâncias socias enfrentadas.

A falta de efetividade das ações sob a responsabilidade dos estados e municípios acarreta na necessidade da sobreposição da ação federal sobre os demais entes da esfera pública, como ilustrou o estudo sobre a preservação dos bens tombados em Cáceres, especialmente quando essa incide sobre bens privados.

Observa-se, portanto, que a implantação de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), tal como previsto no Plano Nacional de Cultura (2012) é uma tarefa complexa que, além das disputas e tensões inerentes à preservação do patrimônio cultural, tem como desafio institucionalizar um processo de organização, inter-relação e interação permante e contínua das partes que constituem esse sistema.

REFERÊNCIAS

Arquivos

A.C.IPHAN – Arquivo Central do IPHAN – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

A.S.IPHAN - MT – Arquivo Setorial do IPHAN em Mato Grosso – Cuiabá, MT, Brasil

A.P.MT – Arquivo do Estado de Mato Grosso – Cuiabá, MT, Brasil

A.SEC.MT – Arquivo da Secretaria de Estado de Cultura, Mato Grosso – Cuiabá, MT, Brasil

A.M.C – Arquivo Municipal de Cáceres – Cáceres, MT, Brasil

A.SECL.C – Arquivo da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer de Cáceres – Cáceres, MT

A.SEF.C – Arquivo da Secretaria de Finanças de Cáceres – Cáceres, MT, Brasil

A.SOP.C – Arquivo da Secretaria de Obras e Planejamento de Cáceres – Cáceres, MT, Brasil

A.SEMT.C – Arquivo da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Cáceres – Cáceres, MT

A.IHGMT – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, IHGMT, Cuiabá

Arquivo Particular de Reginete Rondon, Cáceres, MT, Brasil

B.M.C – Biblioteca Municipal de Cáceres – Cáceres, MT, Brasil

Biblioteca da Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT – Cáceres, MT, Brasil

Biblioteca da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, UFMT – Cáceres, MT, Brasil

NUDHEO – Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral do Curso de História da Unemat, Cáceres, MT, Brasil

Documentos impressos, datilografados ou digitais

Anais institucionais

BRASIL (Ministério da Educação e Cultura). **Anais...** II ENCONTRO DE GOVERNADORES para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil, realizado em Salvador, Bahia, de 25 a 29 de outubro de 1971. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais/ IPHAN, 1973. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1654>. Acesso em: 20. jan. 2013.

BRASIL (MINISTÉRIO DA CULTURA). SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Apresentação.** Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (Versão Preliminar), 1986.

BRASIL (Ministério de Educação e Cultura - MEC). **Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC**. Brasília: MEC, 1981.

BRASIL (Ministério da Cultura). **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Apresentação: Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2011.

BRASIL (Ministério da Cultura). **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Apresentação: Marta Suplicy e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

BRASIL (Ministério da Cultura). **Manual do Candidato**: processo seletivo de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura. [*online*]. Brasília: MinC/Secretaria de Articulação Institucional, 2014.

Disponível em: <www.cultura.gov.br/documents/10883/0/manualdocandidatofinalsnc/4126d409-7e5b-450b-927b-0ab5e4d1dab8>. Acesso em: 15 agos. 2014.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**, Censo Demográfico – População e Habitação; Quadros de Totais para o conjunto da União e de Distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas. Série Nacional, Vol. II. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**, Censo Demográfico – População e Habitação; Censos Econômicos – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Série Regional, Parte XXII – Mato Grosso. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1950**. Série Nacional, Vol. I, Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1950** – Estado de Mato Grosso: Censos Demográficos e Econômicos. Série Regional, Vol. XXIX, Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1960** – Estimativa. Rio de Janeiro: IBGE, 1960a.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1960** – Resultados Preliminares. Série Especial, Vol. II, Rio de Janeiro: IBGE, 1960b.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1960 – Mato Grosso**. Vol. I, Tomo XVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1960c.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - Estimativa**. VII Recenseamento Geral – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970a.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – Mato Grosso**. VII Recenseamento Geral – 1970, Série Regional, Vol. I, Tomo XXII, Rio de Janeiro: IBGE, 1970b.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico –** 1980 - Resultados do Universo. v. 5, região Centro-Oeste, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000** - Agregado de setores censitários dos resultados do universo. v. 5, região Centro-Oeste, Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 - Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2012.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Volume 71, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais - 2003.** Ministério Da Cultura; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estudo e pesquisas de informação demográfica e socioeconômica nº 18. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/indic_culturais2003.pdf>. Acesso em: 30 agos. 2013.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC., Cultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. *Online.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic2006cultura/> Acesso em: 20 jun. 2013.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais.** Perfil dos Municípios Brasileiros. Cultura, MUNIC, 2006. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência Regional. **Anais...** FÓRUM DE CIDADES TOMBADAS DO CENTRO-OESTE. (I.: 1999 jul.12/15: Brasília, DF). Brasília. 14ª Superintendência Regional/IPHAN, 1999.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. **Programa de Gestão Documental do IPHAN**. [LIMA, Francisca Helena Barbosa; POPE, Zulmira Canário – orgs.]. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Plano de Ação para Cidades Históricas**: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social – Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Brasília: MinC/IPHAN, 2009. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4162>. Acesso em: 12 jun. 2012.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Anais...** I FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, Minas Gerais, 2009. Coordenação, Weber Sutti. Volume 1, tomo 3. Brasília, DF: Iphan, 2012a.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Anais...** I FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, Minas Gerais, 2009. Coordenação, Weber Sutti. Volume 2, tomo 3. Brasília, DF: Iphan, 2012b.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Anais...** I FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, Minas Gerais, 2009. Coordenação, Weber Sutti. Volume 3, tomo 3. Brasília, DF: Iphan, 2012c.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista dos bens culturais inscritos nos livros do Tombo (1938-2012)**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, fevereiro de 2013. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MATO GROSSO (Estado) Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Anuário Estatístico de Mato Grosso – 1990**. Cuiabá: GPC, 1992. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/sitios/anuario/6890/1990/index.html>. Acesso em: 20 out. 2012.

SUDECO (Brasil)**.** Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste. **I Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste – PLADESCO**. SUDECO, Brasília, 1973.

Relatórios, atas, convites, cartas no âmbito da administração municipal

CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. **Estatuto**. Cáceres, 08 de junho de 1987. In: Cáceres: Arquivo da Secretaria de Obras de Cáceres. **–** Caixa Fundação Cultural, Diversos \ Pasta - Documentos Constitutivos da FCC 1987 a 1989.

CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. Comissão Especial de Preservação e Tombamento. **Regimento Interno da Comissão Especial de Preservação e Tombamento**. S/d. In: Arquivo Público Municipal de Cáceres.

CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. **Plano de Ação 1989**. In: Cuiabá: IPHAN-MT.

CÁCERES (Município). **Projeto**: **Imagens de Cáceres**. Relatório de Atividades, período de Março de 1998, realizado pelo fotógrafo Mario M. C. Friedländer. Cáceres, 10 de abril de 1988. In: Arquivo Público Municipal de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Termo de Referência para o "Plano Diretor" de Desenvolvimento Econômico, Social, Territorial e Urbano do Município**. Cáceres, 06 de julho de 1993. In: Cuiabá, IPHAN-MT.

CÁCERES (Município). **Convite "Ação Pró Cáceres**, 27/09/1994". In: Arquivo Público Municipal de Cáceres.

CÁCERES (Município). Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer. Comissão Especial de Preservação e Tombamento. **Regimento Interno da Comissão Especial de Preservação e Tombamento**. Ano de 2002. In: Arquivo Público Municipal de Cáceres.

CÁCERES (Câmara Municipal). **Indicação nº 272/90**, Vereador Antonio José Ferreira da Costa, Sala de Sessões, 18/Jun./1990. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Obras de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Ofício 24/83. Assunto Lei nº 897, de 14.3.83**. Argemiro Antunes Maciel, presidente da Câmara. Cáceres, 15 de março de 1983.

CAMPOS, Zélia Maiza Costa Marques. **Delimitação da área a ser tombada provisoriamente**. Cadastramento do Centro Histórico de Cáceres. Fundação Cultural de Cáceres. Fevereiro de 1988.

Carta dirigida à Fundação Cultural de Cáceres-MT, Pe. Celso Búbula, de 22 de fevereiro de 1989. Anexo do Ofício nº 002/89-FC, de 27 de fevereiro de 1989, Fundação Cultural de Cáceres. Cuiabá: IPHAN-MT.

CÁCERES (Município). **Guia do Museu Histórico e Arquivo Municipal de Cáceres.** Gestão da Prefeita Ana Maria da Costa e Faria - 1983 a 1985.

CÁCERES (Município). **Mensagem Conjunta do Executivo e legislativo Municipal para instituição da Fundação Cultura de Cáceres**. Cáceres, 11 de março de 1983. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Obras de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Relação de bens tombados** pelo Patrimônio Histórico do Estado de Mato Grosso através da Portaria 076/91, da Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso. Folha do Povo, Cáceres-MT, terça feira, 05 de abril de 1994. Arquivo Público Municipal de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Portaria nº 042 de 27 de março de 1998**. Nomeação da arquiteta Fernanda Maria Martins Portocarrero como Presidente da Comissão Especial de Preservação e tombamento. Arquivo Publico Municipal de Cáceres – Cx. Fundação Cultural de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Portaria nº 265 de 14 de novembro de 1994**. Dispõe sobre a nomeação de pessoal para comporem a Comissão Especial de Preservação e Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico.

CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. **Ata nº 015, de 25 de março de 1993**. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. **Ata nº 19, de 28 de outubro de 1993**. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. **Ata nº 28, de 07 de fevereiro de 1995**. A. S. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. **Ata nº 39, de 11 de julho de 1996**. A. S. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

Projetos, relatórios, atas, convites no âmbito da administração estadual

MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. **Cadastramentos:** Usina Jacobina, Centro Histórico de Cáceres, Centro Histórico de Villa Bella, 1987. Cáceres: A.S.E.C.L.CAC.

MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. **Convênio de Cooperação Cultural**. Convênio de Cooperação Cultural que entre si estabelecem de um lado a Fundação Cultural de Mato Grosso e de outro a Prefeitura Municipal de Cáceres. Cuiabá, 17 de Agosto de 1987. In: Arquivo da Divisão de Patrimônio do Estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO (Estado); USAID (USA/Brasil). **Estudo de desenvolvimento industrial de mato grosso e plano para ação**. Um projeto de Aliança para o Progresso. Projeto nº 512-15-950-227, em Contrato com CIPM – Council for InternationalProgress in Management (USA), Incorporated. Agosto de 1965.

MACIEL, Paulo Antunes. **Considerações. Processo tombamento Cáceres s/d**. Cuiabá, MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural de Mato Grosso. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico. Processo de Tombamento 01/91. Centro Histórico de Cáceres, Cáceres-MT. Cuiabá - A.SEC-MT

MATO GROSSO (Estado). Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso. Divisão de Cultura. **FCTMT.OF./PRES./FCTMT/Nº 0316/98.Presidente Kazuho Kazu Sano.** Notificação. Cuiabá, 19 de julho de 1993. Cuiabá, IPHAN-MT.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso. **Portaria 027 de 09 de julho de 2002**. Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Mato Grosso o "Centro Histórico de Cáceres". Cuiabá: Secretaria de Cultura.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso. Ofício, GAB/SEC nº 376, versa sobre o tombamento estadual do Centro Histórico de Cáceres e delega atribuições ao Município. Cuiabá, 12 de novembro de 2002.

Projetos, pareceres, relatórios, atas, convites e processos na administração federal

Processos de tombamento pesquisados e/ou citados no trabalho

Processo nº 0553-T-57 – Bem Cultural: Igreja da Sé de Sant'Ana, localizada em Chapada dos Guimarães/ MT. Inscrição de Tombamento no Livro de Belas Artes em 18 de janeiro de 1957. A Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, ocorrida no dia 13 de agosto de 1985, incorporou todo o acervo da Igreja. In: Rio de Janeiro, Arquivo Central do IPHAN.

Processo nº 966-T-77 – Bem Cultural: Marco do Jaurú, na Praça Barão do Rio Branco, Cáceres/ MT. Inscrição de Tombamento nos Livros de Belas Artes e no Histórico, aprovado na reunião do Conselho Consultivo, ocorrida no dia 11 de abril de 1978. In: Rio de Janeiro, Arquivo Central do IPHAN.

Processo nº 1180-T-85 – Bem Cultural: Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, Cuiabá/ MT. Inscrição de Tombamento no Livro de Belas Artes, no Livro Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico, ocorrida no dia 24 de março de 1993. In: Rio de Janeiro, Arquivo Central do IPHAN.

Processo nº 1542-T-07 – Bem Cultural: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, Cáceres/ MT. Controle de Processos e Documentos – CPROD, nº 01450.003851/2007-53. Aprovado na 66ª Reunião do Conselho Consultivo, ocorrida nos dias 09 e 10/12/2010. Inscrição de Tombamento no Livro de Belas Artes, no Livro Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico. In: Rio de Janeiro, Arquivo Central do IPHAN.

Projetos, pareceres, relatórios, atas, convites

Comunicado Interno – Gerenciamento Arqueológico motivado por denúncias. Destinado a Coordenação de Arqueologia da 8ª DR, de 22/11/1990 – Pró-Memória. Cuiabá: IPHAN-MT

COSTA, Lygia Martins. (Diretora Div. Est. Pesq. Tom.). **Processo nº 966-T-77**. Rio de Janeiro, de 23/03/1978. In: IPHAN, RJ.

Ficha de Informações Municipais – Cáceres, Programa de Núcleos Históricos SPHAN/PRÓMEMÓRIA. Produzido pela Prefeitura de Cáceres em 09/09/1987. In: IPHAN-MT.

Max Justo Guedes. (Relator). **Processo nº 966-T-77**. Rio de Janeiro, de 04/1978. In: ACIPHAN, RJ.

MIGLIÁCIO, Maria Clara. **Ofício 099/93, de 24 de novembro de 1993. Marco do Jauru – Monumento Nacional (IBPC/18º Sub Regional).** In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007. IPHAN, Superintendência do IPHAN em Goiás.

_____. **Relatório de Viagem a Cáceres, 04/11/93 e 05/11/93 (IBPC/18º Sub Regional)**. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007. IPHAN, Superintendência do IPHAN em Goiás.

_____. **Relatório de Vistoria ao Marco do Jauru e Providências Tomadas, 05/11/93 (IBPC/18º Sub Regional)**. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007. IPHAN, Superintendência do IPHAN em Goiás.

_____. **Ofício 001/94, de 05 de janeiro de 1994 (IBPC/18º Sub Regional)**. Assunto: Demolição da Casa Humberto Dulce. In: Processo nº 01450.003851/2007-53, de 01 de março de 2007. IPHAN, Superintendência do IPHAN em Goiás.

NERI, Antonio Fernando Alves Leal. Parecer nº 030/2010 – PF/IPHAN/SEDE/GM, Brasília, 30 de julho de 2010. **Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007**, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

SILVA, Edgard Jacintho da. Rio de Janeiro, s/d. In: IPHAN. **Processo nº 966-T-77 de 19 jun. 1977. Marco: Jaurú (Praça Barão do Rio Branco)**. Cáceres – Mato Grosso. ACIPHAN, Rio de Janeiro.

SILVA, Edgard Jacintho da. **Proposta de tombamento de igrejas no Estado de Mato Grosso, 10 de Janeiro de 1957**. In: IPHAN. Processo nº 553-T-57-A. Igreja Rosário (com todo o seu recheio, inclusive retábulos, imaginária, alfaias e o que resta do mobiliário antigo). Igreja Bom Jesus (Altares, imagens antigas e peças de prata). (Catedral) – Cuiabá – Mato Grosso. Rio de Janeiro: ACIPHAN.

Processo nº 966-T-77 de 19 jun. 1977. Marco: Jaurú (Praça Barão do Rio Branco). Cáceres – Mato Grosso. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Ata da Septuagésima Nona reunião do Conselho Consultivo, de 11/04/1978, PROCESSO nº 966-T-77. In: ACIPHAN, Rio de Janeiro.

VALIO, Walter Vilhena. **Parecer Técnico**. Tombamento a nível federal do Centro histórico de Cáceres – MT. Brasília, 06 de maio de 1994. 14ª Coordenação Regional do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. In: Processo Tombamento nº 1542-T-07, referente ao Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres. A.IPHAN – RJ.

IPHAN (Brasil). **Banco de dados de bens tombados – 1937 a 2013**. Documento em Planilha digital. Brasília: IPHAN, 2013. Acervo DEPAM-DF

Jornais, boletins e notas *online*

Curso de guia de turismo terminará amanhã. Jornal Correio Cacerense. Cáceres, sexta-feira, 24 de fevereiro de 1978. Ano I - nº 172. Cáceres: AMC.

Exposição e debate sobre Patrimônio de Cuiabá e Mato Grosso. In: BOLETIM SPHAN/PRO-MEMÓRIA. Notas Gerais: Exposição realizada em Brasília. Mês: jul./Ago., 1980. [p.19]

Fórum debate futuro de Cáceres integrado por diversos modais. FONSECA, Ezequiel. In: BOSQUO, João; CUNHA, Dani. [*Online*] SECOM (MATO GROSSO). De 16 de agosto de 2013. Disponível em:<http://www.mt.gov.br/editorias/infraestrutura/forum-debate-futuro-de-caceres-integrado-por-diversos-modais/93795>. Acesso em: 08 agos. 2013.

Fundação Cultural cadastrou parte do sítio histórico do município de Cáceres. Cáceres: Jornal Correio Cacerense. Quinta Feira, 02 de junho de 1988, p. 05. Cáceres: A.S.E.IPHAN-MT.

IBPC. Boletim Informativo Bimestral – Patrimônio Cultural, editado pelo Setor de Promoção da 14ª Coordenação Regional/IBPC/SEC/PR, Ano 01, nº 2, Nov./Dez. 1991.

Jornal Diário de Cuiabá, data: 04/04/1989 e edição de 11/06/1989. Cuiabá, A.S.IPHAN.

Onde está o passado? Os bens culturais do passado nacional, documentos de nossa identidade presente, estão perdendo na batalha contra o tempo. Especial Revista Veja, 04 de agosto de 1976. In: SPHAN/Pró-memória. Textos de Apoio– Patrimônio Cultural 1. Ano I, nº 3, s/d

MIGUEL, Sandro. **Arqueologia do Marco do Jauru**. Online, postado em 12 out 2009. Disponível em: <http://marcodojauru.blogspot.com.br/>. Acesso em: 13 jun. 2013.

_____. **Reconhecimento e levantamento de arqueólogos do sítio do Marco do Jauru.** Online, postado em 22 out. 2009. Disponível em: <http://marcodojauru.blogspot.com.br/>. Acesso em: 13 jun. 2013.

SEC define diretrizes para política cultural; trechos do documento e linhas programáticas. BOLETIM SPHAN/PRO-MEMÓRIA. Notas Gerais: Diretrizes elaboradas durante seminário em Brasília. Set./Out. 1981. [p. 7-8].

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Histórico do planejamento estratégico e operacional**. Ano de 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/intranet/baixaFcdAnexo.do?id=2727> Acesso: 29 de jun. 2012.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**. s/d. *Online*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginaIphan>.

Leis e decretos federal, estadual e municipal

BRASIL. **Código Penal Brasileiro - 1940**, a inserção da figura do atentado contra o patrimônio nacional.

BRASIL. **Decreto Lei 8.534, 02-01-1946**, transforma o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Diretoria (DPHAN).

BRASIL. **Decreto nº 19.850, 11 de abril de 1931.** Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40246>. Acesso: 22 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 24.735 de 14 de Julho de 1934**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 19 jun. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 85.084, de 26 de agosto de 1980.** Estabelece procedimentos de práticas de atos que necessitam de assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional – CSN.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.865 de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.866 de 29 de novembro de 1941**. Dispõe sobre o cancelamento do tombamento pelo Presidente da República. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=299>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de Janeiro de 1946**. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 22 abr. 2013.

BRASIL. **Lei Complementar 31, de 13 de outubro de 1977.** Dispõe sobre a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm>. Acesso em: 11 de agos. 2013

BRASIL. **Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico – SPHAN.

BRASIL. **Lei n° 6634 de 02.05.79**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

BRASIL (MINC). **Decreto nº 6.844, de 07 de maio 2009.** Aprova a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências como a criação de novas Superintendências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12737&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CÁCERES (Município). **Lei Orgânica Municipal – 1990**. Rev.e ord. téc. [Wilson Massahiro Kishi]. Atualizada até a Emenda nº 14 de 13 de 12 de 2006. Cáceres: Gráfica Nova Cáceres, 2006.

CÁCERES (Município). **Decreto Nº 053 de 19 de março de 1993**, institui o Código de Obras e Posturas. Cáceres, APCM, 2012.

CÁCERES (Município). **Decreto nº 185, de 19 de abril de 1994.** Estabelece normas complementares, bem como prover a organização das ações de proteção e preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico do Município de Cáceres e Institui a Comissão Especial de Preservação e Tombamento.

CÁCERES (Município). **Decreto nº 322, de 20 de setembro de 1999**. Regulamenta a lei de incentivo fiscal. In: Cáceres – Arquivo da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Lei nº 1.836 de 07 de julho de 2003**. Propõe o tombamento histórico da Igreja da Comunidade do Taquaral e dá outras providências. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Obras.

CÁCERES (Município). **Lei nº 1539 de 14 outubro de 1999**. Cria o Conselho Municipal de Cultura, e dá outras providências. Arquivo Publico Municipal de Cáceres, Pasta - Grupo Adm. FIP 2001.

CÁCERES (Município). **Lei nº 5 de 8 de março de 1948**. Institui o Código de Posturas Municipais. Cáceres: Tip. da "A Razão", 1948. Cáceres, Arquivo Publico Municipal de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Lei nº 620 de 27 de dezembro de 1976**. Institui o Código de Posturas do município de Cáceres e dá outras providências. Cáceres: Arquivo Publico Municipal de Cáceres.

CÁCERES (Município). **Lei nº 620, de dezembro de 1976**, institui o Código de Obras do Município de Cáceres e da outras providências. Arquivo Publico Municipal de Cáceres – Cx. Avulsa: Cáceres.

CÁCERES (Município). **Lei nº 891, de 16 de novembro de 1982**. Altera o art. 144 da Lei nº 137 de 14.04.1961. Cáceres: Arquivo Publico Municipal de Cáceres, 2012.

CÁCERES (Município). **Lei Orgânica Municipal – 1990**. Revisão e ordenação técnica da Lei Orgânica por Wilson Massahiro Kishi. Atualizada até a Emenda nº 14 de 13/12/2006. Cáceres: Gráfica Nova Cáceres, 2006.

MATO GROSSO (Estado). **Decreto estadual 128, de julho de 1975**.

MATO GROSSO (Estado). **Lei Complementar nº 36, de 11 de outubro de 1995**. Consolidada até a LC 138/03. Alterada pela LC 138/03. Cria as Secretarias de Estado de Cultura e de Desenvolvimento do Turismo, a Diretoria de Assentamento do INTERMAT e altera dispositivo da Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

MATO GROSSO (Estado). **Constituição do Estado de Mato Grosso.** Promulgada em 05 de outubro de 1989 e publicada no Diário Oficial em 18 de outubro de 1989. Cuiabá: ALMT, 2011.

MATO GROSSO (Estado). **Decreto nº 1363, de 13 de outubro de 1981**. Dispõe sobre a coordenação das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico estadual e dá outras providências. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Obras de Cáceres.

MATO GROSSO (Estado). **Lei Complementar nº 21, de 16 de outubro de 1992**. Altera a redação do item 5.6, inciso I, 1.5 e 3.4, inciso II, do artigo 10, e do artigo 27 da Lei Complementar nº 14, de 16.010.92. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9e97251be30935ed03256727003d2d92/aa36bc1ae745618c032567be0070fe20?OpenDocument#_l9h2ki8239t6l0j259l2ksl21a8g4t9p068oio8248kg32dh08h2g_>. Acesso em: 13 jun. 2013.

MATO GROSSO (Estado). **Lei Complementar nº 36, de 11 de outubro de 1995**. Alterada pela LC 138/03. Cria as Secretarias de Estado de Cultura e de Desenvolvimento do Turismo, a Diretoria de Assentamento do INTERMAT e altera dispositivo da Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Administração Pública Estadual, e dá outras providências. Disponível em:

<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/e383e43fd02e4224042567c10067f25c?OpenDocument>. Acesso em: 13 jun. 2013.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 3.632, de 23 de junho de 1975**. Autoriza o Poder Executivo a Instituir a Fundação Cultural de Mato Grosso.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 3.632, de 23 de junho de 1975**. Autoriza o Poder Executivo a Instituir a Fundação Cultural de Mato Grosso. Cáceres, A.P.M.C.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 5.893-A de 12 de dezembro de 1 991**. Consolidada até Lei 7.042/98. Institui incentivo fiscal para empresas com estabelecimento no Estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 6.602, de dezembro de 1994**. Regulamenta o Conselho Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso.

Filmes

BATISMO de sangue [Filme]. Direção: Helvécio Ratton. Produção: Helvécio Ratton. Roteiro: Dani Patarra e Helvécio Ratton, baseado no livro "Batismo de Sangue", de Frei Betto. Brasil, 2007. Suporte *Online* (110 min), sonoro/colorido. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=YPaycJ8ij3s>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASÍLIA: projeto capital [Documentário]. Direção e Roteiro: Frederico Schmidt. Produção: Pedro Henrique Sassi e Pedro Caetano Braga Santos. Imagens de Arquivo: CEDI - Câmara dos Deputados, TV Câmara - Banco de Conteúdos, Arquivo Nacional - RJ, Arquivo Público - DF, Biblioteca Nacional - RJ. Autor: Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Secretaria de Comunicação Social. Publicador: Câmara dos Deputados, Secretaria de Comunicação Social. Suporte *online* (41 min.), sonoro/colorido. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3106>. Acesso em: 12 out. 2013.

NARRADORES DE JAVÉ [Filme]. Direção: Eliana Caffé. BRASIL, Lumiere/ Vídeo filmes, 2003. Suporte *Online* (102 min), sonoro/colorido. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ZUZU ANGEL [Filme]. Direção: Sergio Resende. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. Rio de Janeiro: Warner Bros, 2006. Suporte *Online* (103 min), sonoro/colorido. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=duCoCVG2tt8>. Acesso em: 15 jul. 2013.

Bibliografia consultada

Teses, dissertações e monografias

ABREU, Silvana. **Planejamento governamental**: a SUDECO no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições. (Tese Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

ARRUDA, Adson. **Imprensa, vida urbana e fronteira**: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930). 2002. 150 f. [Dissertação Mestrado em História] – Universidade Federal de Mato Grosso: Pós-graduação *Stricto Sensu* em História, Cuiabá, 2002a.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Edificações inventariadas no Centro Histórico de Cáceres/MT, desdobramentos nas histórias e memórias da sociedade cacerense**. 2009. [Monografia de Conclusão de Curso, Graduação] – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2009.

ARRUDA, Márcia Bonfim de. **As engrenagens da cidade**: centralidade e poder em Cuiabá-MT na segunda metade do século XX. [Dissertação de Mestrado em História] – Universidade Federal de Mato Grosso: Pós-graduação Stricto Sensu em História, Cuiabá, 2002b.

BAREL FILHO, Ezequiel. **Lúcio Costa em Ouro Preto**: a invenção de uma "cidade barroca". [Dissertação de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Turismo Cultural] – Universidade de Coimbra: Pós-graduação Stricto Sensu do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras. Coimbra: junho de 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/23598>. Acesso em: 10 agos. 2014.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. **O processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá**: movimento citadino e educação. Volume I, [Dissertação de Mestrado em Educação] – Universidade Federal de Mato Grosso: Pós-graduação Stricto Sensu em Educação, Cuiabá, 1993.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. **O governo local na fronteira oeste do Brasil**: a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889). [Dissertação de Mestrado em História] – Universidade Federal de Mato Grosso: Pós-graduação Stricto Sensu em História, Cuiabá: setembro de 2006.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. [Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo]. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

DAN, Vívian Lara Cáceres. O **acesso à cidade**: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira. [Dissertação de mestrado em História]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História, maio de 2010.

HEINST, Andréia de Cássia. **Pioneiros do século XX**: memória e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste. [Dissertação de Mestrado em História] – Universidade Federal de Mato Grosso: Pós-graduação *Stricto Sensu* em História, Cuiabá, 2003.

LACERDA, Rubens Gomes. **Os artesãos da memória nas tramas e retramas da História**: Identidade e memória em Cáceres no limiar do século XXI. 2009. 100 f. [Dissertação de Mestrado Acadêmico em História] – Universidade Federal de Mato Grosso: Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em História – ICHS, 2009.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. **Vila Maria do Paraguai**: um espaço planejado na fronteira 1778-1801. 2003. 141 f. [Dissertação de Mestrado em História]. Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS, Cuiabá, 2003.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990. [Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento] – Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000.

NEVES, Ronaldo José. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais** – Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT. 2008. 184 f. [Tese Doutorado)] - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2008.

PAZ, Vanessa Carneiro da. **Encontros em defesa da cultura nacional**: O Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966-1976). [Dissertação de mestrado]

Niterói: Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1540.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.

PEREIRA, Julia Wagner. **O Tombamento**: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009a.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). [Dissertação de Mestrado]. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 1995.

_____. **A cidade-atração**: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. [Tese de Doutorado] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004a.

SILVA, Admilson Aparecido da. **A Ponte Branca e a construção da memória**. [Monografia de graduação em história] Universidade do Estado de Mato Grosso, Departamento de História. Cáceres, 2008.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro**: análise da articulação entre tombamento e registro. [Dissertação de mestrado] Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, fevereiro de 2010.

VERANI, Ana Carolina. **O triste fim de Lima Barreto**: literatura, loucura e sociedade no Brasil da Belle Époque. [Dissertação de Mestrado] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RIO, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro: PUC/RIO, maio de 2003.

Termos e conceitos

POLÍTICA CULTURAL. In: COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3ª ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2004.

SISTEMA. in: ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. in: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Versão 5.0. Coordenadores e Editores: Margarida dos Anjos; Marina Baird Ferreira. Curitiba: Positivo Informática, 2004. 1 CD-ROM.

_____. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda., Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

Livros e artigos

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das cidades. **Território,** UFRJ. Rio de Janeiro: Garamond, ano III, nº4, jan./jun., p.5-26, 1998.

AGUIAR, Dione Peres; FERREIRA, Evaldo. Políticas de turismo em Cáceres-MT e a descaracterização da população local. **RCA – Revista Científica da AJES**, Juína/MT, v. 01, n.01, p.01-12, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revista.ajes.edu.br>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. **Rodrigo e seus tempos**: coetânea de textos sobre artes e letras. – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939 e publicada na Revista Municipal de Engenharia, vol. VI, nº 5, set. 1939. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. – Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____. A defesa do Patrimônio Histórico e Artístico dos Brasileiros. Jornal Diário da Noite, RJ, em 19.05.1936. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Pró-Memória, 1987. p.24-25

_____. **Brasil**: monumentos históricos e arqueológicos. [Publicado originalmente pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História – Comissão de História, México, 1952]. Reedição comentada, organizada por Maria Beatriz S. Resende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

AQUINO, Karla Adriana de. O projeto de Blaise Cendrars para a Sociedade dos Amigos dos Monumentos do Brasil e outros projetos patrimoniais do anos 20 e 30. In: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro (orgs). Caderno de resumos & Anais do 5º. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. (ISBN: 978-85-288-0275-7). Disponível em:<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/viewFile/508/354>. Acesso em 05 fev. 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, IDENTIDADES, realizado de 04 a 07 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/durval.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.

ARANTES, Antonio Augusto (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio cultural e seus usos: A dimensão urbana. **Habitus.** Goiânia, v. 4, n.1, jan./jun. p. 425-435. 2006. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/362/300>. Acesso em: 11 agos 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRUDA, Renato Fonseca de. et. al. Paisagem do centro histórico de Cáceres, MT analisada a partir das categorias forma e função. In: **Anais...** XV Encontro Nacional de Geógrafos: "O espaço não pára por uma AGB em movimento". Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, São Paulo 2008.

_____. Geotecnologias aplicadas no estudo do Centro Histórico de Cáceres, Mato Grosso – Brasil. **GeoPantanal:** revista do Curso de Geografia/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. – n. 1, (1997) -. Corumbá/MS: A Universidade, p.139-154, 2011.

BANDUCCI Jr., Álvaro. **A natureza do Pantaneiro**. Campo Grande: UFMS, 2007.

BARACHO, Maria Amarante Pastor; RADDI, Rafael. O incentivo fiscal à cultura no Brasil: breve exame dos estados brasileiros. In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14389.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultural**. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. Cinema e história – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo: ano 32, n. 55, p. 175-202, 2011. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/Comunicacao&sociedade/2011/vol32/no55/7.pdf>. Acesso: 30 jul. 2014.

BARROSO, Gustavo. Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. **Anais...** do Museu Histórico Nacional, Vol. V, de 1944. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1955.

BATISTA, Maurício Nogueira. A proteção dos acervos naturais e os de valor cultural: planos diretores urbanos e regionais dos Estados e municípios Incentivos Fiscais. In: **Anais...** Compromisso de Salvador. II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil, em outubro de 1973. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1654>. Acesso em: 20. jan. 2013.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**. trad. Francisco M. Guimarães. 2. Ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, INL, 1975.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria general de los sistemas** – fundamentos, desarrolho, aplicaciones. Editorial Fondo de Cultura Económica. México. 1987.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I** ./ Norberto, Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1la ed., 1998. Disponível em: <http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/DICION%C3%81RIO_DE_POL%C3%8DTICA[1].pdf >. Acesso em: 10 abr. 2013.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Culturais. **São Paulo em Perspec**. [online] São Paulo. vol.15, n.2, abr. 2001. pp. 73-83. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 abr. 2013.

_____. Para uma discussão sobre política e gestão cultural. In: CALABRE, Lia. (org.) **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

BRASIL (MINISTÉRIO DA CULTURA). SPHAN/PRÓMEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:** uma trajetória. Rio de Janeiro/Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira**. Brasília: ENAP, 1995.

_____. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Wilheim e Sachs (orgs.), Brasil: Um Século de Transformações. **Anais...** São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política,** nº 28: 9-30 Jun. 2007.

_____. Democracia, estado social e reforma gerencial. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 50, n. 1, Mar. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000100009>. Acesso: 17 Agosto 2013.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: _____(org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **A escrita da História**: Novas Perspectivas (org.); Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Anais...** III ENECULT – Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, Salvador-BA, 23 a 25 de maio de 2007.

_____. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos de 1930 ao século XXI. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o signo do Aleijadinho: Blaise Cendrars precursor do patrimônio histórico. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo. **Patrimônio:** atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.

CANEDO, Daniele. Secretaria da Cultura ou Fundação Cultural?. TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – III ENECULT, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – Bahia, Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/DanielePereiraCanedo.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1990.

CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. 3 ed.; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (orgs.) **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Império português**: o Marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo. (org.) **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **TOPOI,** Revista de História da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.

_____. A noção de autenticidade nas práticas de preservação cultural no Brasil: representações em disputa. In: Lopes, Antonio Herculano; Velloso, Monica Pimenta; Pesavento, Sandra Jatahy (orgs.). **História e Linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História e Patrimônio**. Brasília: Iphan, nº 34, 2011. p.147-166

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3ª ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2004.

COSTA, Lúcio. Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN - 1949. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). **Inventários de identificação**: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. **Bastidores da expedição Langsdorff**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2014.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: MICELI, Sergio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL,1984.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS: teoria e práxis. 23 de setembro de 2010, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

FLORENCE, Hércules, **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Hércules Florence; tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In IPHAN, **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN/ Minc/DID. 2000.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FORTUNA, Carlos. **Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos**: Uma avaliação e duas propostas para Coimbra. Lisboa, 2001. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/254/254.pdf. Acesso em: 20/10/2010.

FRIAS, Anibal; PEIXOTO, Paulo. **Representação imaginária da cidade**. Processos de racionalização e de estetização do patrimônio urbano de Coimbra. Porto, 2001. Disponível em: http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/183/183.pdf. Acesso em: 20/10/2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2003.

_____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. - Rio de Janeiro: MiNC: IPHAN:DEMU, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. – Niterói: EDUFF, 1995.

KORNIS, Mônica Almeida. História Cinema: um debate metodológico. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v.5, n.10, p.237-250, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1940/1079>. Acesso em: 30 jul. 2014.

LACERDA, Leila Borges de. **Patrimônio cultural de Cuiabá**: preservação e história. Cuiabá: Aguapé, 2004.

LACERDA, Rubens Gomes. Instantâneo Histórico de Cáceres. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de (orgs.). **História e memória de Cáceres**. Editora UNEMAT, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. .

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. A missão de Michel Parent no Brasil. In:____(org.). **As Missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. [tradução Rejane aria Lobo Vieira]. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

_____. As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312827174_ARQUIVO_AsmissoesdaUNESCOnoBrasil-PaulCoremans.pdf>. Acesso em: 10 agos. 2013.

LEITE, Luis-Phillipe Pereira. **Vila Maria dos meus maiores**. São Paulo, 1977.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Entre o museu e a cidade. Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais. In: MACHADO, Denise Pinheiro. et al. (org.). I ENANPARQ - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – ARQUITETURA, CIDADE, PAISAGEM E TERRITÓRIO: PERCUSOS E PROSPECTIVAS, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: < http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/59/59-748-1-SP.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MENDES, Natalino Ferreira. **Historia de Cáceres: História da Administração Municipal**. Tomo I. Cáceres, 1973.

_____. Primeiro Centenário da Transladação do Marco do Jauru para a cidade de Cáceres – 02.02.1883 a 02.02.1983. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Tomos CXIX – CXX, Ano LV, 1983.

_____. **Efemérides Cacerenses**: Cáceres – Mato Grosso. Vol. I. Cáceres, Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

_____. **História de Cáceres**: história da administração municipal. 2. ed. Revisão e atualização pelo autor. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2009.

MENESES, Ulpiano. Uma análise crítica da tradição. Especial Veja, 04 de agosto de 1976. In: SPHAN/Pró-memória. **Textos de Apoio– Patrimônio Cultural 1**. Ano I, nº 3, s/d.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Rev.Adm. Empr.** Rio de Janeiro, vol. 1 nº 24, jan/mar. 1984. p.27-31. Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae/vol24-num1-1984/teoria-pratica-politica-cultural-oficial-no-brasil>. Acesso em: 25 mai. 2013.

_____. SPHAN: Refrigério da Cultura Oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, nº 22, p. 44-47, 1987.

_____. A política cultural. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1990. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em: 20/03/2013.

MIGLIÁCIO, Maria Clara. Bens culturais mato-grossenses como recursos turísticos – desafio para uma economia emergente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Vol. 62, pp. 67-90, Ano 2004. Disponível em: <http://www.ihgmt.org.br/revistas/REVISTA%2057.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 20, 1984.

MEIRA, Márcio; GRAZZINELLI, Gustavo. O Sistema Nacional de Cultura. In: CALABRE, Lia. (org.) **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

MONNET, Jérôme. O Álibi do Patrimônio: Crise da cidadania, gestão urbana e nostalgia do passado, In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – Cidadania**, n°24, 1996.

MORIN, Edgar. **O método:** vol.1 A natureza da natureza. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1987.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

_____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor. 8. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MONTECCHI, Acir Fonseca; MONTECCHI, Inês Aparecida Deliberaes. Anjo da Ventura: a cidade e o espelho. In: CHAVES, Otávio Ribeiro. et. al. (org.) **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

MOTTA, Fernando C. Preste. A teoria geral dos sistemas na teoria das organizações. **Rev. Adm. Empr.** Rio de Janeiro, nº 11, vol. 1, p.17-33. Jan./mar., 1971. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901971000100003.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2013.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). **Inventários de identificação**: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOTTA, Lia. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. In: SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1940**. – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

_____. **Entorno de bens tombados** / [Pesquisa e texto de Lia Motta e Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. – São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revistado Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História.** São Paulo, número 10, dez. p.07-28, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: editora FGV, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Júlia Wagner. Nem heróico nem moderno: a constituição do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979). In: Programa de Especialização em Patrimônio – **Patrimônio: práticas e reflexões.** Artigos (2005 e 2006)/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009b.

PEIXOTO, Paulo. **Centros Históricos e sustentabilidade cultural das cidades**. Porto, 2003. Disponível em: <ler.letras.up.pt/ficheiros/artigos8511>. Acesso em: 20/09/2010.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Territórios da Cultura. Concepções de espaço na arquitetura residencial brasileira (Séc. XIX). **Dimensões**: Revista de História da UFES. Espírito Santo, Volume 16. p.293-309, 2004. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/>. Acesso em 10 Set. 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Revista de Estudos Históricos**. Volume 5, número10. Rio de Janeiro: CPDOC, p.200-212, 1992.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados – 2000/2010. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

POULOT, Dominique. Um ecossistema do patrimônio. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues Carvalho et. al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. – Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

_____. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PÓVOAS, Lenine de Campos. **História da cultura matogrossense**. Cuiabá-MT: Editora Resenha Ltda., julho de 1994.

PINHO, Rachel Tegon de. Cáceres: olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (orgs.) **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO. Edição Comemorativa aos 75 anos de Fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – 1919-1994. Tomos CXLI – CXLII, ANO LXVI. Cuiabá, 1994.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. Descentralização os discursos e as práticas: uma concepção polissêmica. **Olhar de Professor**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. vol. 14, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68422128011>. Acesso em: 10 mar. de 2013.

RABELLO, Sônia**. O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** n. 24. IPHAN, Rio de Janeiro, 1996.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA/** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – Ano 2, número especial, (2004) – Fernandes, A; Jacques, P. B. (Org.). – Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004b.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SILVA, Gil Braga de Castro; SILVA, Daniela Oliveira da. Fundações públicas: breves comentários. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, VII, n. 19, nov. 2004. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5001>. Acesso em out 2013.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação constitucional da cultura.** São Paulo: Malheiros Editores LTDA., 2001.

SILVA, Luciano Pereira da. Gestão para preservação do patrimônio histórico e cultural de Cáceres: diversidade cultural, sustentabilidade e turismo. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (orgs.) **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

SIMÃO, Luciene de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Belém, v.4, n.3, p421-435, set. dez. 2009.

SIQUEIRA**,** Elizabeth Madureira. **O Processo Histórico de Mato Grosso**. – UFMT, Cuiabá, 1990.

SOUZA NETO, João Clemente de. O compromisso ético do educador social. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 22, 2012. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo. php?script =sci _arttext&pid=S1645-72502012000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 28 jun. 2014.

TOBAR, Federico. O conceito de Descentralização: usos e abusos. [**online**] Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/25228238/1954867300/name/O-conceito-de-Descentralizacao-usos-e-abusos.pdf>. Acesso em: 10 mar. de 2013.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. 4. ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. **Do IESC à UNEMAT**: uma história plural 1978-2008. Cáceres [MT]: Editora Unemat, 2008.

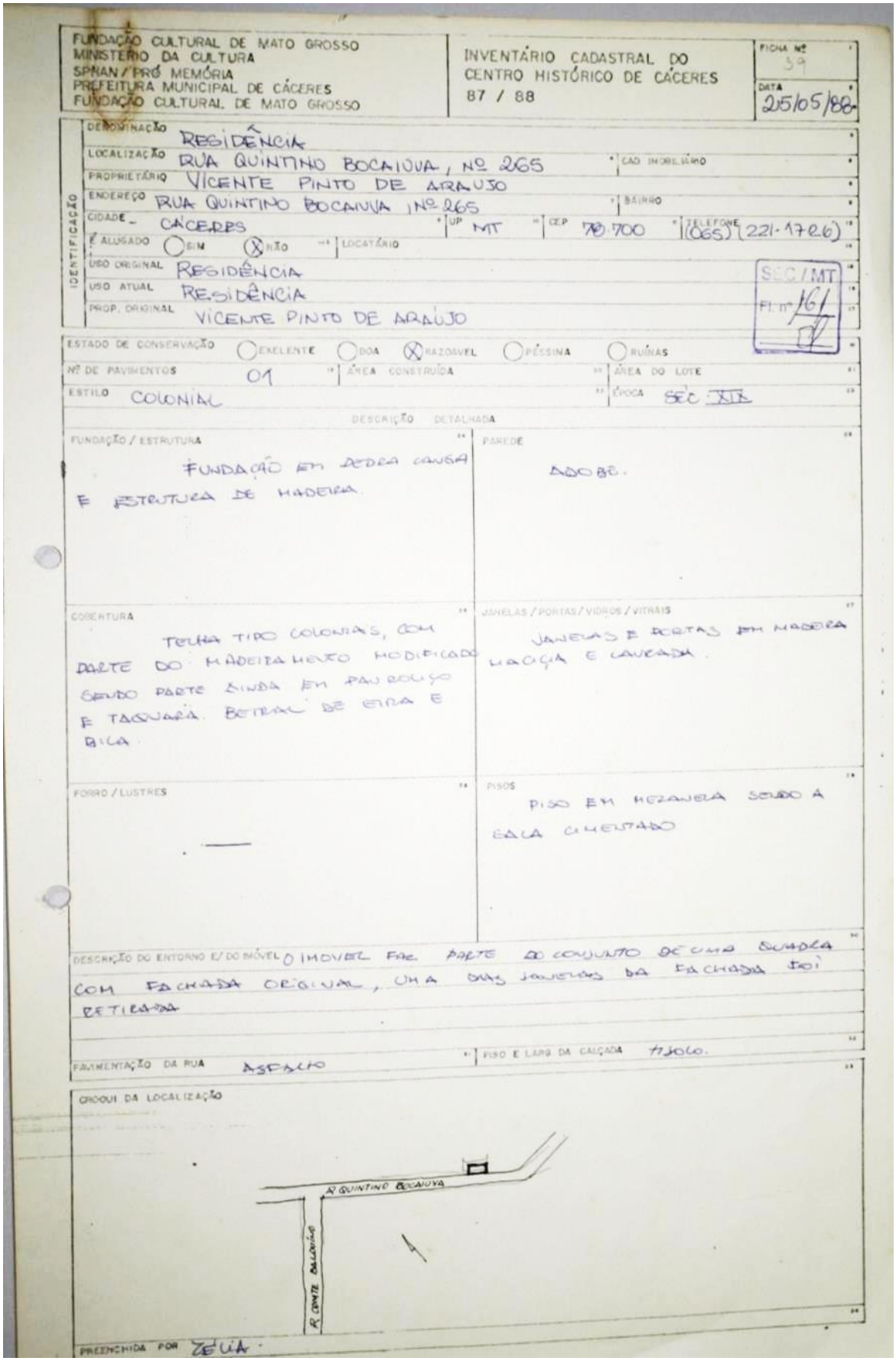
Bases de dados e sítios eletrônicos consultados

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - http://bdtd.ibict.br/
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados - http://bd.camara.gov.br/bd/

Biblioteca Digital da UNICAMP - http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP - http://www.teses.usp.br/
Biblioteca Digital Mundial - http://www.wdl.org/pt/
Biblioteca do IBGE - http://biblioteca.ibge.gov.br/
Biblioteca Nacional de Portugal - http://www.bnportugal.pt/
Biblioteca Nacional Digital do Brasil - http://bndigital.bn.br/
Biblioteca Digital do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso - http://www.ppghis.com/site/
Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional - http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html
Biblioteca Digital do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - http://www.ihgb.org.br/acervo1.php
Biblioteca Digital do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - www.ihgmt.org.br/
Câmara dos Deputados - http://www2.camara.gov.br/
Câmara Municipal de Cáceres - www.camaracaceres.mt.gov.br/
Casa Civil da Presidência da República - http://www4.planalto.gov.br/legislacao
Centro de Preservação Cultural da USP - http://www.usp.br/cpc
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – http://cpdoc.fgv.br/
Diário de Cuiabá – http://www.diariodecuiaba.com.br/capa.php
Fundação Getúlio Vargas: Portal FGV – portal.fgv.br/
Fundação Escola Nacional da Administração Pública (ENAP) - http://www.enap.gov.br/index.php
Governo do Estado de Mato Grosso - http://www.mt.gov.br/
Gazeta Digital – http://www.gazetadigital.com.br/
IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - www.iphan.gov.br
IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - http://www.ipea.gov.br/portal/
Jornal Correio Cacerense – http://www.jornalcorreiocacerense.com.br/
Jornal Oeste – http://www.jornaloeste.com.br/index.asp
Ministério da Cultura - http://www.cultura.gov.br/
Museu Histórico Nacional - http://www.museuhistoriconacional.com.br/
Portal Legislação - Senado Federal - http://www.senado.gov.br/legislacao/
Presidência da República Federativa do Brasil - http://www4.planalto.gov.br/legislacao
Prefeitura Municipal de Cáceres - www.caceres.mt.gov.br/
Revista Estudos Históricos - http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/index
RdNews – http://www.rdnews.com.br/
Scientific Electronic Library Online, Scielo - http://www.scielo.org
Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso - www.cultura.mt.gov.br/
Rede Social – www.facebook.com
Blog Marco do Jauru – http://marcodojauru.blogspot.com.br/
Blog O Cacerense – http://ocacerense.blogspot.com.br/
ZakiNews - http://www.zakinews.com.br/index.php

ANEXOS

ANEXO 01 - Modelo de ficha do inventário cadastral



FUNDAÇÃO CULTURAL DE MATO GROSSO
MINISTÉRIO DA CULTURA
SPHAN / PRÓ MEMÓRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
FUNDAÇÃO CULTURAL DE MATO GROSSO

INVENTÁRIO CADASTRAL DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES
87 / 88

FICHA Nº 59
DATA 25/05/88

IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO: RESIDÊNCIA
LOCALIZAÇÃO: RUA QUINTINO BOCAIUVA, Nº 265 | CAD. IMOBILIÁRIO:
PROPRIETÁRIO: VICENTE PINTO DE ARAUJO
ENDEREÇO: RUA QUINTINO BOCAIUVA, Nº 265 | BAIRRO:
CIDADE: CÁCERES | UF: MT | CEP: 78.700 | TELEFONE: (065) 221-1726
É ALUGADO: ( ) SIM (X) NÃO → | LOCATÁRIO:
USO ORIGINAL: RESIDÊNCIA
USO ATUAL: RESIDÊNCIA
PROP. ORIGINAL: VICENTE PINTO DE ARAÚJO

SEC/MT
Fl. nº 161

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: ( ) EXELENTE ( ) BOA (X) RAZOAVEL ( ) PÉSSIMA ( ) RUÍNAS
Nº DE PAVIMENTOS: 01 | ÁREA CONSTRUÍDA: | ÁREA DO LOTE:
ESTILO: COLONIAL | ÉPOCA: SÉC. XIX

DESCRIÇÃO DETALHADA

FUNDAÇÃO / ESTRUTURA: FUNDAÇÃO EM PEDRA CANGA E ESTRUTURA DE MADEIRA.

PAREDE: ADOBE.

COBERTURA: TELHA TIPO COLONIAS, COM PARTE DO MADEIRAMENTO MODIFICADO SENDO PARTE AINDA EM PAU ROLIÇO E TACUARA. BEIRAL DE BICA E BICA.

JANELAS / PORTAS / VIDROS / VITRAIS: JANELAS E PORTAS EM MADEIRA MACIÇA E LAVRADA.

FORRO / LUSTRES: —

PISOS: PISO EM TABUEIA SOBRE A TALA CIMENTADO

DESCRIÇÃO DO ENTORNO E/OU DO IMÓVEL: O IMOVEL FAZ PARTE DE CONJUNTO DE CASA SOBRADA COM FACHADA ORIGINAL, UMA DAS JANELAS DA FACHADA FOI RETIRADA

PAVIMENTAÇÃO DA RUA: ASFALTO | PISO E LARG. DA CALÇADA: TIJOLO.

CROQUI DA LOCALIZAÇÃO

PREENCHIDA POR: ZEUA.

MONUMENTO RESIDENCIA FICHA Nº 39

FOTOGRAFIAS | DATA MAI/88 | AUTOR P.A MACIEL

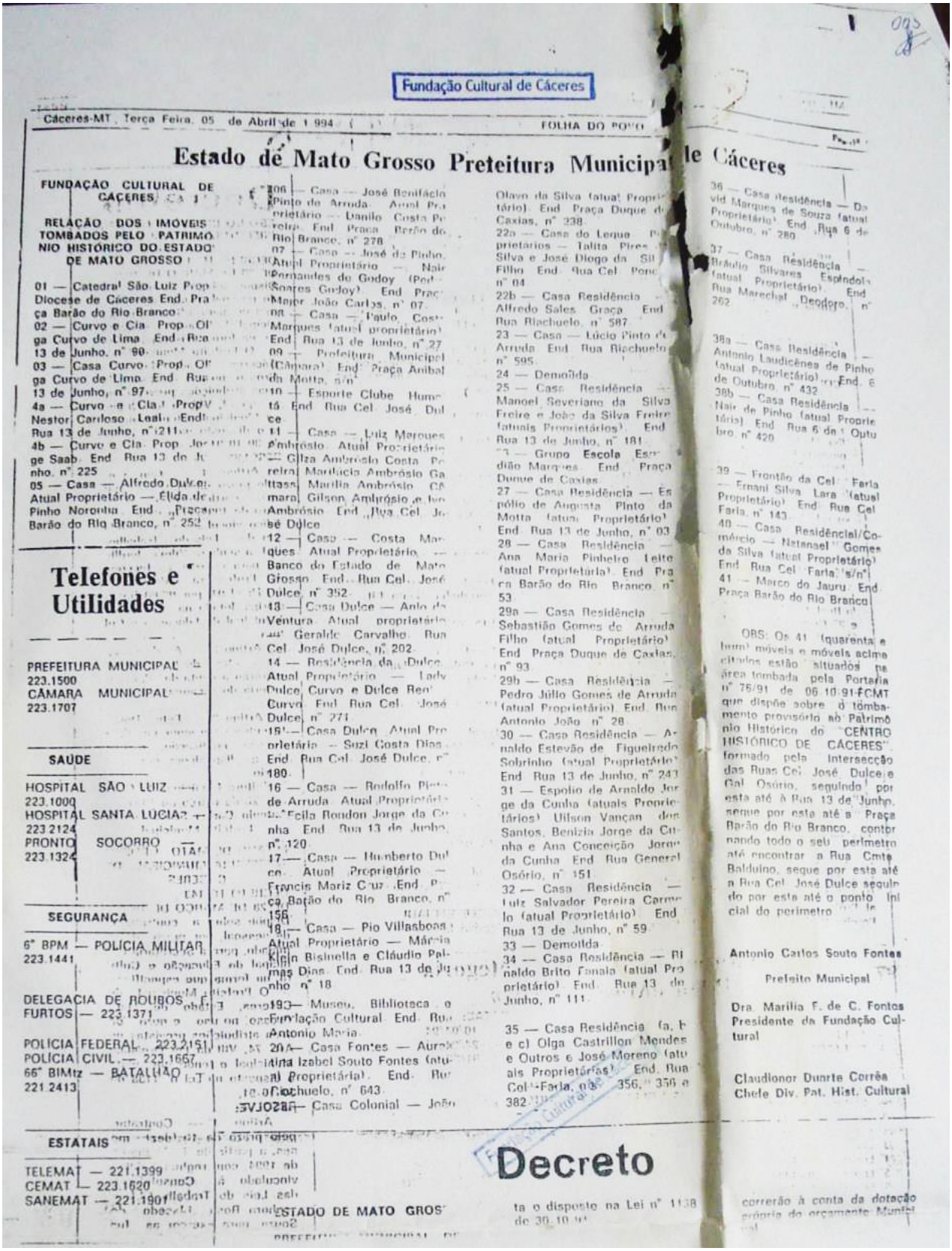
SEC/MT Fl. nº 162

OBS : FOTO DA FACHADA / FOTO DO IMÓVEL NO CONJUNTO





ANEXO 02 – Relação de bens tombados pelo estado e município



Fundação Cultural de Cáceres

Cáceres-MT, Terça Feira, 05 de Abril de 1.994 — FOLHA DO POVO

Estado de Mato Grosso Preteitura Municipal de Cáceres

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CÁCERES

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS TOMBADOS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

01 — Catedral São Luiz Propriedade Diocese de Cáceres End. Praça Barão do Rio Branco.

02 — Curvo e Cia. Prop. Olga Curvo de Lima. End. Rua 13 de Junho, nº 90.

03 — Casa Curvo. Prop. Olga Curvo de Lima. End. Rua 13 de Junho, nº 97.

4a — Curvo e Cia. Prop. Nestor Carloso Leal. End. Rua 13 de Junho, nº 211.

4b — Curvo e Cia. Prop. Jorge Saab. End. Rua 13 de Junho, nº 225.

05 — Casa — Alfredo Dulce. Atual Proprietário — Elida de Pinho Noronha. End. Praça Barão do Rio Branco, nº 252.

06 — Casa — José Benifácio Pinto de Arruda. Atual Proprietário — Danilo Costa Pereira. End. Praça Barão do Rio Branco, nº 278.

07 — Casa — José de Pinho Fernandes de Godoy (Pedro Soares Godoy). End. Praça Major João Carlos, nº 07.

08 — Casa — Paulo Costa Marques (atual proprietário). End. Rua 13 de Junho, nº 27.

09 — Prefeitura Municipal (Câmara). End. Praça Anibal da Motta, s/nº.

10 — Esporte Clube Humaitá. End. Rua Cel. José Dulce.

11 — Casa — Luiz Marques Ambrósio. Atual Proprietário — Gilza Ambrósio Costa Pereira, Marilácia Ambrósio Gattass, Marilia Ambrósio Camara, Gilson Ambrósio e Ivo Ambrósio. End. Rua Cel. José Dulce.

12 — Casa — Costa Marques. Atual Proprietário — Banco do Estado de Mato Grosso. End. Rua Cel. José Dulce, nº 352.

13 — Casa Dulce — Anto da Ventura. Atual proprietário Geraldo Carvalho. Rua Cel. José Dulce, nº 202.

14 — Residência da Dulce. Atual Proprietário — Lady Dulce Curvo e Dulce Rei Curvo. End. Rua Cel. José Dulce, nº 271.

15 — Casa Dulce. Atual Proprietário — Suzi Costa Dias. End. Rua Cel. José Dulce, nº 180.

16 — Casa — Rodolfo Pinto de Arruda. Atual Proprietário — Feila Roudon Jorge da Cunha. End. Rua 13 de Junho, nº 120.

17 — Casa — Humberto Dulce. Atual Proprietário — Francis Mariz Cruz. End. Praça Barão do Rio Branco, nº 156.

18 — Casa — Pio Villasboas. Atual Proprietário — Márcia Klein Bisinella e Cláudio Palmas Dias. End. Rua 13 de Junho, nº 18.

19 — Museu, Biblioteca e Fundação Cultural. End. Rua Antonio Maria.

20 — Casa Fontes — Aurelina Izabel Souto Fontes (atual Proprietária). End. Rua Cel. Pinheiro, nº 643.

21 — Casa Colonial — João Olavo da Silva (atual Proprietário). End. Praça Duque de Caxias, nº 238.

22a — Casa do Leque. Proprietários — Talita Pires da Silva e José Diogo da Silva Filho. End. Rua Cel. Ponce nº 84.

22b — Casa Residência — Alfredo Sales Graça. End. Rua Riachuelo, nº 587.

23 — Casa — Lúcio Pinto de Arruda. End. Rua Riachuelo, nº 595.

24 — Demolida.

25 — Casa Residência — Manoel Severiano da Silva Freire e João da Silva Freire (atuais Proprietários). End. Rua 13 de Junho, nº 181.

26 — Grupo Escolar Estevão de Mendonça. End. Praça Duque de Caxias.

27 — Casa Residência — Espólio de Augusta Pinto da Motta (atual Proprietário). End. Rua 13 de Junho, nº 03.

28 — Casa Residência — Ana Maria Pinheiro Leite (atual Proprietária). End. Praça Barão do Rio Branco, nº 53.

29a — Casa Residência — Sebastião Gomes de Arruda Filho (atual Proprietário). End. Praça Duque de Caxias, nº 93.

29b — Casa Residência — Pedro Júlio Gomes de Arruda (atual Proprietário). End. Rua Antonio João, nº 28.

30 — Casa Residência — Arnaldo Estevão de Figueiredo Sobrinho (atual Proprietário). End. Rua 13 de Junho, nº 243.

31 — Espolio de Arnaldo Jorge da Cunha (atuais Proprietários) Ulison Vançan dos Santos, Benizia Jorge da Cunha e Ana Conceição Jorge da Cunha. End. Rua General Osório, nº 151.

32 — Casa Residência — Luiz Salvador Pereira Carmelo (atual Proprietário). End. Rua 13 de Junho, nº 59.

33 — Demolida.

34 — Casa Residência — Rinaldo Brito Fanaia (atual Proprietário). End. Rua 13 de Junho, nº 111.

35 — Casa Residência (a, b e c) Olga Castrillon Mendes e Outros e José Moreno (atuais Proprietárias). End. Rua Cel. Faria, nº 356, 356 e 382.

36 — Casa Residência — David Marques de Souza (atual Proprietário). End. Rua 6 de Outubro, nº 280.

37 — Casa Residência — Bráulio Silvares Espindola (atual Proprietário). End. Rua Marechal Deodoro, nº 262.

38a — Casa Residência — Antonio Laudicenes de Pinho (atual Proprietário). End. 6 de Outubro, nº 432.

38b — Casa Residência — Nair de Pinho (atual Proprietária). End. Rua 6 de Outubro, nº 420.

39 — Frontão da Cel. Faria — Ernani Silva Lara (atual Proprietário). End. Rua Cel. Faria, nº 143.

40 — Casa Residencial/Comércio — Netanael Gomes da Silva (atual Proprietário). End. Rua Cel. Faria, s/nº.

41 — Marco do Jauru. End. Praça Barão do Rio Branco.

OBS: Os 41 (quarenta e hum) móveis e móveis acima citados estão situados na área tombada pela Portaria nº 75/91 de 06.10.91-FCMT que dispõe sobre o tombamento provisório ao Patrimônio Histórico do "CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES", formado pela intersecção das Ruas Cel. José Dulce e Gal. Osório, seguindo por esta até à Rua 13 de Junho, segue por esta até a Praça Barão do Rio Branco, contornando todo o seu perímetro até encontrar a Rua Cmte. Balduino, segue por esta até a Rua Cel. José Dulce seguindo por esta até o ponto inicial do perímetro.

Antonio Carlos Souto Fontes
Prefeito Municipal

Dra. Marilia F. de C. Fontes
Presidente da Fundação Cultural

Claudionor Duarte Corrêa
Chefe Div. Pat. Hist. Cultural

Telefones e Utilidades

PREFEITURA MUNICIPAL 223.1500
CÂMARA MUNICIPAL 223.1707

SAÚDE

HOSPITAL SÃO LUIZ 223.1000
HOSPITAL SANTA LUCIA 223.2124
PRONTO SOCORRO 223.1324

SEGURANÇA

6º BPM — POLICIA MILITAR 223.1441
DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS — 223.1371
POLICIA FEDERAL — 223.2151
POLICIA CIVIL — 223.1667
66º BIMtz — BATALHÃO 221.2413

ESTATAIS

TELEMAT — 221.1399
CEMAT — 223.1620
SANEMAT — 221.1901

Decreto

ESTADO DE MATO GROSSO

ta o disposto na Lei nº 1138 de 30.10.91

correrão à conta da dotação própria do orçamento Munici-
pal

011

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CÁCERES

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS TOMBADOS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
DO
ESTADO DE MATO GROSSO

01 – Catedral São Luiz
Prop. Diocese de Cáceres
End. Praça Barão do Rio Branco.

02 – Curvo e Cia.
Prop. Olga Curvo de Lima
End. Rua 13 de Junho, nº 90.

03 – Casa Curvo
Prop. Olga Curvo de Lima
End. Rua 13 de Junho, nº 97.

4a – Curvo e Cia.
Prop. Nestor Cardoso Leal
End. Rua 13 de Junho, nº 211.

4b – Curvo e Cia.
Prop. Jorge Saab
End. Rua 13 de Junho, nº 225.

05 – Casa – Alfredo Dulce
Atual Proprietário – Élida de Pinho Noronha
End. Praça Barão do Rio Branco, nº 252.

06 – Casa – José Bonifácio Pinto de Arruda
Atual Proprietário – Danilo Costa Pereira
End. Praça Barão do Rio Branco, nº 278.

07 – Casa – José de Pinho
Atual Proprietário – Nair Fernandes de Godoy
(Pedro Soares Godoy)
End. Praça Major João Carlos, nº 07.

08 – Casa – Paulo Costa Marques (atual proprietário)
End. Rua 13 de Junho, nº 27.

09 – Prefeitura Municipal (Câmara)
End. Praça Anibal da Motta, s/nº.

10 – Esporte Clube Humaitá
End. Rua Cel. José Dulce.

Fundação Cultural de Cáceres

...

... disposto na Lei nº 1138 de 30.10.91

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

...

11 - Casa - Luiz Marques Ambrósio
Atual Proprietário - Gilza Ambrósio Costa Pereira, Marilúcia Ambrósio Cattass, Marília Ambrósio Câmara, Gilson Ambrósio e Ivo Ambrósio
End. Rua Cel. José Dulce.

12 - Casa - Costa Marques
Atual Proprietário - Banco do Estado de Mato Grosso
End. Rua Cel. José Dulce, nº 352.

13 - Casa Dulce - Anjo da Ventura
Atual proprietário - Geraldo Carvalho
Rua Cel. José Dulce, nº 202.

14 - Residência da Dulce
Atual Proprietário - Lady Dulce Curvo e Dulce Regina Curvo
End. Rua Cel. José Dulce, nº 271.

15 - Casa Dulce
Atual Proprietária - Suzi Costa Dias
End. Rua Cel. José Dulce, nº 180.

16 - Casa - Rodolfo Pinto de Arruda
Atual Proprietária - Zeila Rondon Jorge da Cunha
End. Rua 13 de Junho, nº 120.

17 - Casa - Humberto Dulce
Atual Proprietário - Francis Mariz Cruz
End. Praça Barão do Rio Branco, nº 156.

18 - Casa - Pio Villasboas
Atual Proprietário - Márcia Klein Bisinella e Cláudio Palmas Dias
End. Rua 13 de Junho, nº 18.

19 - Museu, Bliblioteca e Fundação Cultural
End. Rua Antonio Maria.

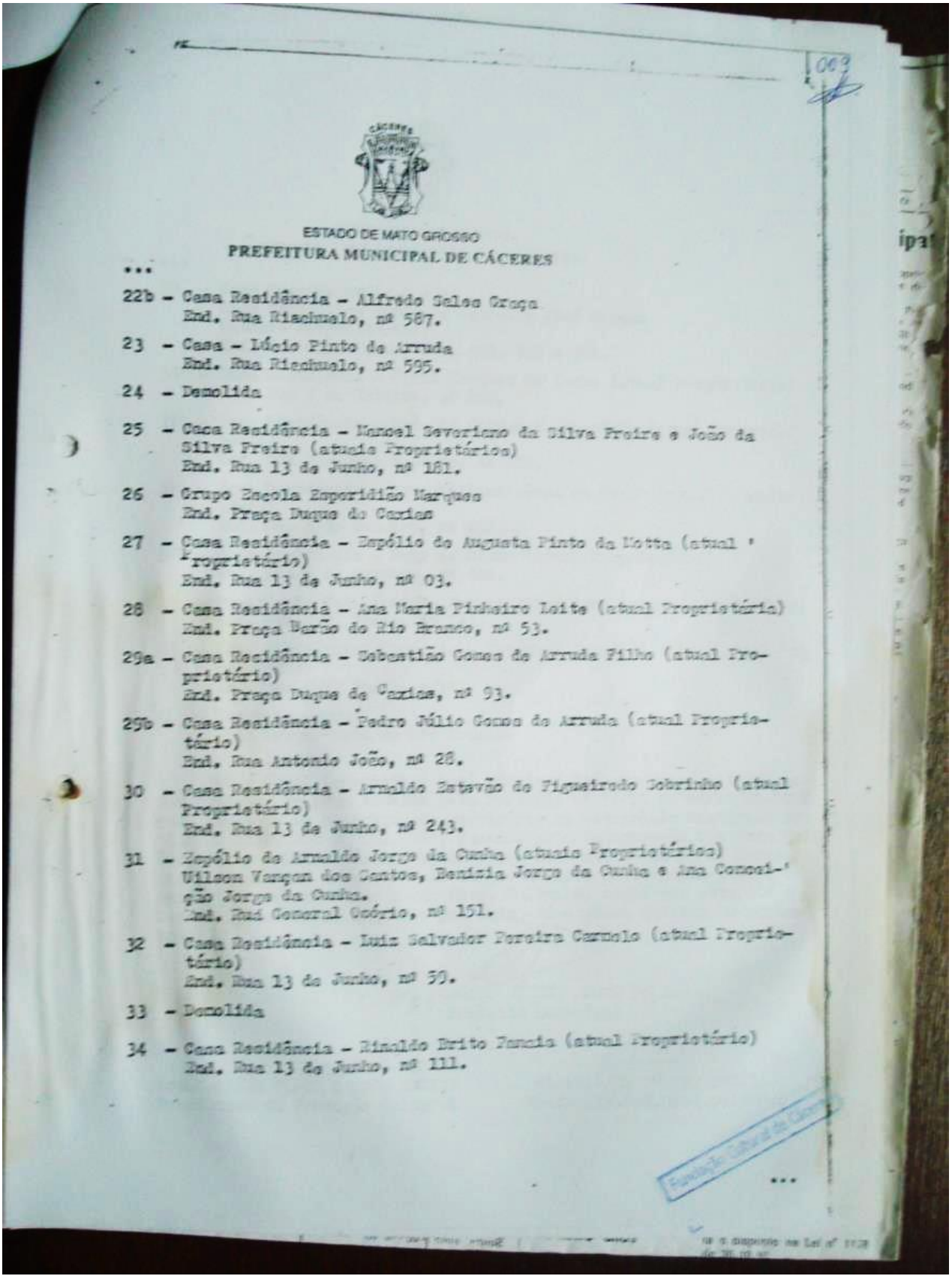
20 - Casa Fontes - Aurestina Izabel Souto Fontes (atual Proprietária)
End. Rua Riachuelo, nº 643.

21 - Casa Colonial - João Olavo da Silva (atual Proprietário)
End. Praça Duque de Caxias, nº 238.

22a- Casa do Loque
Proprietários - Talita Pires da Silva e José Diogo da Silva Filho
End. Rua Cel. Ponce, nº 04.

Fundação Cultural de Cáceres

...



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

...

22b - Casa Residência - Alfredo Celso Braga
End. Rua Riachuelo, nº 587.

23 - Casa - Lúcio Pinto de Arruda
End. Rua Riachuelo, nº 595.

24 - Demolida

25 - Casa Residência - Manoel Severiano da Silva Freire e João da Silva Freire (atuais Proprietários)
End. Rua 13 de Junho, nº 181.

26 - Grupo Escola Esperidião Marques
End. Praça Duque de Caxias

27 - Casa Residência - Espólio de Augusta Pinto da Motta (atual Proprietário)
End. Rua 13 de Junho, nº 03.

28 - Casa Residência - Ana Maria Pinheiro Leite (atual Proprietária)
End. Praça Barão do Rio Branco, nº 53.

29a - Casa Residência - Sebastião Gomes de Arruda Filho (atual Proprietário)
End. Praça Duque de Caxias, nº 93.

29b - Casa Residência - Pedro Júlio Gomes de Arruda (atual Proprietário)
End. Rua Antonio João, nº 28.

30 - Casa Residência - Arnaldo Estevão de Figueiredo Sobrinho (atual Proprietário)
End. Rua 13 de Junho, nº 243.

31 - Espólio de Arnaldo Jorge da Cunha (atuais Proprietários)
Wilson Vançan dos Santos, Benizia Jorge da Cunha e Ana Conceição Jorge da Cunha.
End. Rua General Osório, nº 151.

32 - Casa Residência - Luiz Salvador Pereira Carneiro (atual Proprietário)
End. Rua 13 de Junho, nº 59.

33 - Demolida

34 - Casa Residência - Rinaldo Brito Faucia (atual Proprietário)
End. Rua 13 de Junho, nº 111.

...

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

...

35 - Casa Residência (a,b e c)
Olga Castrillon Mendes e Outros e José Moreno
(atuais Proprietários)
End. Rua Cel. Faria, nºs. 356, 356 e 382.

36 - Casa Residência - David Marques de Souza (atual Proprietário)
End. Rua 6 de Outubro, nº 280.

37 - Casa Residência - Bráulio Silvares Espindola (atual Proprietário)
End. Rua Marechal Deodoro, nº 262.

38a - Casa Residência - Antonio Laudicênea de Pinho (atual Proprietário)
End. Rua 6 de Outubro, nº 432.

38b - Casa Residência - Nair de Pinho (atual Proprietária)
End. Rua 6 de Outubro, nº 420.

39 - Frontão da Cel. Faria - Ernani Silva Lara (atual Proprietário)
End. Rua Cel. Faria, nº 143.

40 - Casa Residêncial/Comércio - Natanael Gomes da Silva (atual Proprietário)
End. Rua Cel. Faria, s/nº.

41 - Marco do Jauru
End. Praça Barão do Rio Branco.

OBS: Os 41 (quarenta e hum) móveis e imóveis acima citados estão situados na área tombada pela Portaria nº 76/91 de 06/10/91-FCHT que dispõe sobre o tombamento provisório ao Patrimônio Histórico do "CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES", formado pela intersecção das Ruas Cel. José Dulce e Gal. Osório, seguindo por esta até à Rua 13 de Junho, seguo por esta até a Praça Barão do Rio Branco, contornando todo o seu perímetro até encontrar a Rua Cate. Balduino, segue por esta até a Rua Cel. José Dulce seguindo por esta até o ponto inicial do perímetro.

Dr. ANTONIO CARLOS SOUTO FONTES
Prefeito Municipal

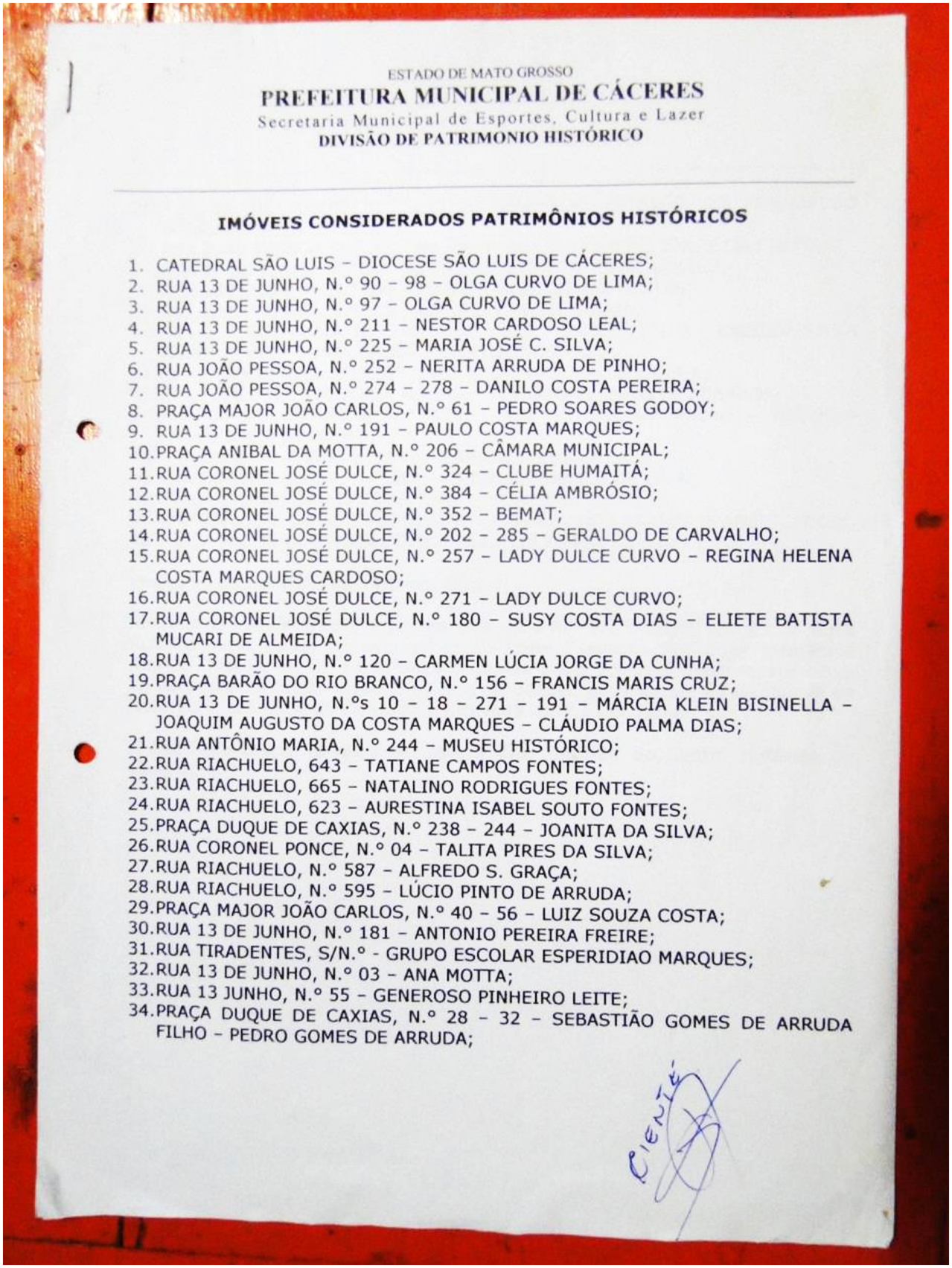
Dra. MARÍLIA F. DE CAMPOS FONTES
Presidente da Fundação Cultural

CLAUDIONOR DUARTE CORRÊA
Chefe Div. Pat. Hist. Cultural

Fundação Cultural de Cáceres

ta o disposto

ANEXO 03 – Relação de bens tombados pelo município em 1996 e descrição da área tombada pelo governo estadual em 1991



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

DIVISÃO DE PATRIMONIO HISTÓRICO

IMÓVEIS CONSIDERADOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS

1. CATEDRAL SÃO LUIS – DIOCESE SÃO LUIS DE CÁCERES;
2. RUA 13 DE JUNHO, N.º 90 – 98 – OLGA CURVO DE LIMA;
3. RUA 13 DE JUNHO, N.º 97 – OLGA CURVO DE LIMA;
4. RUA 13 DE JUNHO, N.º 211 – NESTOR CARDOSO LEAL;
5. RUA 13 DE JUNHO, N.º 225 – MARIA JOSÉ C. SILVA;
6. RUA JOÃO PESSOA, N.º 252 – NERITA ARRUDA DE PINHO;
7. RUA JOÃO PESSOA, N.º 274 – 278 – DANILO COSTA PEREIRA;
8. PRAÇA MAJOR JOÃO CARLOS, N.º 61 – PEDRO SOARES GODOY;
9. RUA 13 DE JUNHO, N.º 191 – PAULO COSTA MARQUES;
10. PRAÇA ANIBAL DA MOTTA, N.º 206 – CÂMARA MUNICIPAL;
11. RUA CORONEL JOSÉ DULCE, N.º 324 – CLUBE HUMAITÁ;
12. RUA CORONEL JOSÉ DULCE, N.º 384 – CÉLIA AMBRÓSIO;
13. RUA CORONEL JOSÉ DULCE, N.º 352 – BEMAT;
14. RUA CORONEL JOSÉ DULCE, N.º 202 – 285 – GERALDO DE CARVALHO;
15. RUA CORONEL JOSÉ DULCE, N.º 257 – LADY DULCE CURVO – REGINA HELENA COSTA MARQUES CARDOSO;
16. RUA CORONEL JOSÉ DULCE, N.º 271 – LADY DULCE CURVO;
17. RUA CORONEL JOSÉ DULCE, N.º 180 – SUSY COSTA DIAS – ELIETE BATISTA MUCARI DE ALMEIDA;
18. RUA 13 DE JUNHO, N.º 120 – CARMEN LÚCIA JORGE DA CUNHA;
19. PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO, N.º 156 – FRANCIS MARIS CRUZ;
20. RUA 13 DE JUNHO, N.ºs 10 – 18 – 271 – 191 – MÁRCIA KLEIN BISINELLA – JOAQUIM AUGUSTO DA COSTA MARQUES – CLÁUDIO PALMA DIAS;
21. RUA ANTÔNIO MARIA, N.º 244 – MUSEU HISTÓRICO;
22. RUA RIACHUELO, 643 – TATIANE CAMPOS FONTES;
23. RUA RIACHUELO, 665 – NATALINO RODRIGUES FONTES;
24. RUA RIACHUELO, 623 – AURESTINA ISABEL SOUTO FONTES;
25. PRAÇA DUQUE DE CAXIAS, N.º 238 – 244 – JOANITA DA SILVA;
26. RUA CORONEL PONCE, N.º 04 – TALITA PIRES DA SILVA;
27. RUA RIACHUELO, N.º 587 – ALFREDO S. GRAÇA;
28. RUA RIACHUELO, N.º 595 – LÚCIO PINTO DE ARRUDA;
29. PRAÇA MAJOR JOÃO CARLOS, N.º 40 – 56 – LUIZ SOUZA COSTA;
30. RUA 13 DE JUNHO, N.º 181 – ANTONIO PEREIRA FREIRE;
31. RUA TIRADENTES, S/N.º - GRUPO ESCOLAR ESPERIDIAO MARQUES;
32. RUA 13 DE JUNHO, N.º 03 – ANA MOTTA;
33. RUA 13 JUNHO, N.º 55 – GENEROSO PINHEIRO LEITE;
34. PRAÇA DUQUE DE CAXIAS, N.º 28 – 32 – SEBASTIÃO GOMES DE ARRUDA FILHO – PEDRO GOMES DE ARRUDA;

CIENTE

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

DIVISÃO DE PATRIMONIO HISTÓRICO

35. RUA 13 DE JUNHO, N.º 243 – ARANALDO ESTEVÃO DE FIQUEIREDO SOBRINHO;
36. RUA JOÃO PESSOA, N.º 34 – 40 – 44 – ANA CONCEIÇÃO JORGE DA CUNHA;
37. RUA 13 DE JUNHO, N.º 59 – LUIS SALVADOR PEREIRACARMELO;
38. RUA 13 DE JUNHO, N.º 561 – MARIZA MALDONADO FONTES;
39. RUA 13 DE JUNHO, N.º 111 – RINALDO BRITO FANAIA;
40. RUA CORONEL FARIA, N.º 346 – 356 – 382 – LUIS DA SILVA – CACILDA SILVA PLANINSCHEK – ANNA MARIA CASTRILLON NATALE;
41. RUA COMANDANTE BALDUINO, N.º 443 – JOSÉ PINTO FANAIA;
42. RUA MARECHAL DEODORO, N.º 262 – THEODORA PINTO DE MIRANDA;
43. RUA 06 DE OUTUBRO, N.º 420 – 432 – NAIR DE PINHO – ANTONIA LAUDECINEIA DE PINHO;
44. RUA CORONEL FARIA, N.º 147 – ERNANI DA SILVA LARA;
45. RUA CORONEL FARIA, N.º 307 – NATANAEL GOMES DE LIMA;
46. PRAÇA MAJOR JOÃO CARLOS, S/N.º - HOSPITAL SÃO LUIZ;
47. AVENIDA SETE DE SETEMBRO, S/N.º - CAPELA DOS PADRES FRANCISCANOS;
48. PRAÇA MAJOR JOÃO CARLOS, N.º 112 – LIA MARIA VILELA;

Perímetro do Tombamento Histórico Oficial:

Partindo da Rua Cel. Faria, segue por esta até a Rua Prof.º Rizzo, segue esta até a Rua Riachuelo, segue por esta até a Rua Padre Casemiro, segue por esta até a Rua Cel. José Dulce, até a Rua Gal. Osório, até a Rua Marechal Deodoro, até a Rua Comandante Balduino, segue até a Rua Tiradentes, por esta até a Rua Quinze de Novembro, até Alameda Corbelino e fechando na Rua Cel. Faria.

A descrição acima corresponde com a área definida do Centro Histórico de Cáceres.